

**UNIVERSIDADE REGIONAL INTEGRADA DO ALTO URUGUAI E DAS MISSÕES
URI - CÂMPUS DE FREDERICO WESTPHALEN
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, EXTENSÃO E PÓS GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU EM EDUCAÇÃO ÁREA DE
CONCENTRAÇÃO EDUCAÇÃO - NÍVEL DE MESTRADO**

**O PROCESSO DE GESTÃO DA EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL EM
CONTEXTO ESCOLAR**

TAÍS FÁTIMA SODER

FREDERICO WESTPHALEN, MARÇO, 2017

TAÍS FÁTIMA SODER

**O PROCESSO DE GESTÃO DA EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL EM
CONTEXTO ESCOLAR**

Dissertação apresentada como requisito para obtenção do título de mestre, pelo Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – URI, Campus de Frederico Westphalen.

Orientador: Dr. Cênio Back Weyh

Frederico Westphalen, Março, 2017

UNIVERSIDADE REGIONAL INTEGRADA DO ALTO URUGUAI E DAS MISSÕES
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
CÂMPUS DE FREDERICO WESTPHALEN
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU EM EDUCAÇÃO
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO EDUCAÇÃO - NÍVEL DE MESTRADO

A Comissão Examinadora, abaixo assinada,
aprova a Dissertação de Mestrado

O PROCESSO DE GESTÃO DA EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL EM
CONTEXTO ESCOLAR

Elaborado por
TAÍS FÁTIMA SODER

como requisito parcial para a obtenção do título de
Mestre em Educação

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Cênio Back Weyh – URI/FW (Orientador)

Prof.^a Dra. Edite Maria Sudbrack – URI/FW (Membro interno)

Prof.^a Dra. Maria Cristina Faber Boog – UNICAMP (Membro externo)

Frederico Westphalen-RS, Março 2017.

DEDICATÓRIA

Ao meu pai Romélio Aloisio Soder (in memorian); A minha mãe Irene Terezinha Guarnieri Soder; A minha irmã Tatiane Salete Soder; A todos aqueles que contribuíram com a pesquisa; **Aqueles que acreditam na Educação Alimentar e Nutricional como estratégia potencializadora da vida...**

AGRADECIMENTOS

Se eu pudesse reviver todo esse processo eu reviveria! Nestes anos, difíceis, conturbados eu iniciei a pós-graduação juntamente com meu primeiro trabalho na área de Nutrição. Foram inúmeros os aprendizados, os problemas, as indagações. Inúmeras também as reflexões. Cresci como profissional e me desenvolvi como pessoa humana. Eis aqui meus agradecimentos:

- ♥ *A DEUS, por eu nunca ter perdido a fé e a esperança na VIDA, por me fazer acreditar.*
- ♥ *A minha família, meu alicerce, a minha base, meu propósito de viver. Principalmente ao meu querido e adorado PAI, que sempre me incentivou verdadeiramente a estudar e infelizmente não pode acompanhar o término deste trabalho. A ele, o maior mestre que tive, incentivador de sonhos, inspirador de valores, o exemplo de humildade, e, sobretudo um guerreiro que lutou nas batalhas internas contra diversas patologias. Fui sensibilizada por você a escolher a Nutrição, e nunca fez tanto sentido trabalhar a promoção da saúde e prevenção de doenças através da alimentação, através da Educação Alimentar e Nutricional. Você continua presente em mim. Te amo! Fica com Deus.*
- ♥ *A minha família, pela luta, pela perseverança, pela união, e pelo amor. A minha MÃE que nunca recuou aos obstáculos do caminho, que percorria a estrada árdua com uma determinação incansável e uma sensibilidade encantadora. Aquela que sempre sonhou junto, sofreu junto e promoveu a união, por sempre estar em suas orações. Representa a força, a honra e a coragem da mulher. Te amo! Obrigada por tudo!*
- ♥ *A minha família, meus laços sanguíneos e espirituais. A minha IRMÃ gêmea, pela dedicação, pelo amor, por acompanhar sempre o nosso pai em seus tratamentos. Nunca tinha visto a arte do cuidado tão de perto, alguns disseram que você não trabalhou alguns anos de sua vida, mas exatamente nestes anos é que eu acompanhei seu melhor e mais precioso trabalho como enfermeira e como filha. És um anjo em nossas vidas.*

- ♥ *Aos meus parentes e amigos, aos meus vizinhos: irmãos que a vida me deu, por toda a força, por toda a positividade emanada, por todas as orações.*
- ♥ *A URI, em especial ao Curso de Nutrição, por todas as oportunidades e pelo constante incentivo.*
- ♥ *Ao meu orientador professor Dr. Cênio Back Weyh, por acreditar no futuro deste projeto, pelas contribuições, pelo estímulo, e por compartilhar seus conhecimentos e paixão pelas obras freirianas.*
- ♥ *Aos demais professores e funcionários do PPG, por demonstrarem toda a paixão pela educação, pela formação e pelas políticas públicas. Por nos apresentarem excelentes autores, por promover encontros frutificados pela intersectorialidade, por instigar a curiosidade. Por todo o comprometimento, saber e experiências compartilhadas, por potencializar a capacidade de cada um.*
- ♥ *Aos professores membros da banca: Prof.^a Dra. Edite Maria Sudbrack e Prof.^a Dra. Maria Cristina Faber Boog, pelas contribuições valiosas no aperfeiçoamento desta pesquisa.*
- ♥ *Aos colegas, pela rica convivência, pela amizade, e pela já presente, saudades. Por oportunizar encontros construtivos, dialógicos e integradores.*
- ♥ *Aos entrevistados, que dedicaram seu tempo e me receberam com muita gentileza, ao compartilhar suas opiniões e experiências.*

[...]

Ser mestre, nunca foi pelo diploma, muito menos pelo status, mas sim pelas experiências, pela luta e pelos ensinamentos da caminhada. “Não é sobre chegar no topo do mundo e saber que vencer, é sobre saber que o seu caminho te fortaleceu”.

Ninguém vence sozinho...

A todos minha eterna gratidão!

EPÍGRAFE

Se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda.

Paulo Freire

Sou sobrevivente de um campo de concentração [...]

Meus olhos viram o que nenhum homem deveria ver. Câmaras de gás construídas por engenheiros formados. Crianças envenenadas por médicos diplomados. Recém nascidos mortos por enfermeiras treinadas. Mulheres e bebês fuzilados e queimados por graduados de colégios e universidades.

Assim tenho minhas suspeitas sobre a Educação.

Meu pedido é: ajude seus alunos a tornarem-se humanos. Seus esforços nunca deverão produzir monstros treinados ou psicopatas hábeis. Ler, escrever e fazer ciência somente são importantes se fizerem homens e mulheres mais humanos.

Texto encontrado após a Segunda Guerra Mundial, num campo de concentração nazista.

RESUMO

A presente Dissertação tem como tema: “O Processo de Gestão da Educação Alimentar e Nutricional em Contexto Escolar”, apresenta os dados e resultados da pesquisa realizada para obtenção do título de Mestre no PPG, Mestrado em Educação, Linha de Pesquisa: Políticas Públicas e Gestão da Educação, na URI - Campus de Frederico Westphalen. Considerando que a EAN representa atualmente uma das mais importantes práticas e estratégias de incentivo a incorporação da alimentação saudável de maneira emancipatória e preservando a cultura e autonomia dos indivíduos, objetivou-se investigar as potencialidades e limites da Educação Alimentar e Nutricional na perspectiva da gestão em âmbito escolar enquanto estratégia promotora da saúde, no contexto das atuais políticas públicas. Trata-se, portanto de um estudo qualitativo com abordagem hermenêutica, quanto aos fins envolve a pesquisa descritiva exploratória, quanto aos meios, pesquisa de campo. Os dados foram coletados através de entrevistas gravadas, nos meses de julho e agosto de 2016, com secretários de educação e nutricionistas responsáveis técnicos pela merenda escolar de alguns municípios do Médio e Alto Uruguai/RS, isto é, considerando uma escolha da amostra probabilística, com amostragem aleatória simples. A análise de conteúdo foi escolhida como estratégia para discussão dos dados obtidos na pesquisa de campo. A pesquisa seguiu os preceitos éticos e obteve aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa da universidade. Realizou-se a entrevista de 12 sujeitos, e após obteve-se a categorização das falas em 8 eixos: Percepções sobre as ações na escola; O que poderia ser feito; Potencialidades e Contribuições; Relação existente entre os setores da educação e da saúde partir das políticas públicas; Desafios e limites; Fortalecimento através de políticas públicas; Objetivos sociais; e coordenação das ações. Diante do exposto, os sujeitos identificaram as principais potencialidades ao abordarem a autonomia e o processo de formação dos atores que promovem a alimentação saudável, o próprio incentivo ao consumo de alimentos regionais que também promove a reativação das hortas escolares. Identificaram também o ambiente familiar e escolar como potenciais influencias na formação dos hábitos alimentares. Alguns dos sujeitos consideraram a merenda escolar como uma ação de Educação Alimentar e Nutricional, e desta forma o caráter assistencial da alimentação escolar foi identificado como uma potencialidade. Entre os limites encontrados destacam-se: a inadequação da carga horária do nutricionista com conseqüente excedente de trabalho e falta de tempo; deficiência de recursos didáticos pedagógicos e financeiros; falta de incentivo e de profissionais capacitados; hábito alimentar inadequado, comportamento consumidor, uso de agrotóxicos e oferta de tais alimentos calóricos; custo da alimentação saudável; resistência dos pais e alunos às orientações da equipe de saúde e do nutricionista; condições socioeconômicas das famílias; hábitos culturais e preferências alimentares; insuficiência na fiscalização das ações e desatualização dos valores federais repassados aos municípios para a alimentação escolar. Quanto à gestão destas ações, geralmente são realizadas pelo nutricionista, principalmente ações de maior abrangência, seguidas do professor segundo os relatos. Muitos são os profissionais envolvidos nas ações práticas no âmbito escolar: nutricionista, professor, merendeiras, diretores, coordenadores pedagógicos, entre outros. Conclui-se que a escola apresenta-se como ambiente favorável para o desenvolvimento de estratégias de Educação Alimentar e Nutricional problematizadoras, dialógicas e por considerarem a realidade local, fomentando para a necessidade de gestão e adequado planejamento destas ações para que sua efetividade transpareça, não configurando um hiato entre a teoria e a prática.

Palavras-chave: Educação Alimentar e Nutricional. Escola. Gestão. Políticas Públicas.

ABSTRACT

This dissertation has as its theme: “The Process of Management of Eating and Nutritional Education on a School Context”. It presents data and results of a research who was performed in order to obtain the title of Master on the Educational Master’s Course, line of research: Public Policies and Educational Management, of URI – Frederico Westphalen-campus. We consider *EAN* as one of the most important practice and strategy of incorporating health habits in an emancipatory way nowadays, while it protects the culture and autonomy of individuals. Having that in mind, we aimed to investigate the potentialities and limits of Eating and Nutritional Education on the perspective of management in a school context as a strategy to promote health on the context of current public policies. It is a qualitative study with hermeneutic approach, considering exploratory descriptive research on its goals, and field research on its methods. We collect the data through recorded interviews, from July to August of 2016, with Education Secretaries and nutritionists responsible for school meal on some towns of a region of Brazil, in its South, called Médio and Alto Uruguai/RS; this way, we are working with a simple and aleatory sampling. The content analysis was chose as a strategy for discussion of the obtained data on a field research. The research followed the ethical precepts and was approved by the Research Ethics Committee of URI. We performed interviews with 12 individuals; after that, we got the categorization of speech on 8 axes: Perceptions of actions in school; What can be done? Potentialities and contributions; Relation between the education and the health sections considering the public policies; Challenges and limits; Strengthening through public policies; Social aims; and Coordination of actions. Considering what we exposed, the individuals have identified the main potentialities after they addressed autonomy and the process of forming the actors that promote health eating, and the incentive itself for the consumption of regional food, which promotes the reactivation of school vegetable gardens. It was also identified the family ambient as potential influence on the formation of health habits. Some of the individuals consider school meals as an action of the Eating and Nutritional Education, this was the assistance character of school eating was identified as a potentiality. Among the limits we have found we highlight: the inadequate workload of the nutritionist with consequent excess of work and lack of time; deficiency of pedagogic and financial didactic resources; lack of incentive and of capable professionals; inadequate eating habits, consumptive behavior, use of agrochemicals and offering of caloric food; cost of health eating habits; resistance of parents and students to the orientations of the health team and of the nutritionist; socioeconomic conditions of families; cultural habits and eating preferences; insufficient inspection of the actions and outdated of the federal resources repassed to the towns for school eating. About the management of such actions, normally it was performed by the nutritionist, mainly actions of major coverage, followed by the teacher, as related. Many are the professionals involved on the practical actions on the school context: nutritionist, lunch ladies, directors, pedagogic coordinators, and others. We conclude that school is a favorable place for developing reflective and dialogical strategies of Eating and Nutritional Education. It can happen because schools consider the local reality, what highlight the necessity of managements and adequate planning of these actions in order to have effectivity, not a gap for theory and practice.

Keywords: Eating and Nutritional Education. School. Management. Public Policies.

LISTA DE FIGURAS

| | |
|--|-----|
| Figura 1- Princípios Organizativos e Doutrinários da EAN de Acordo com o Marco de Referência de EAN para Políticas Públicas..... | 55 |
| Figura 2– Princípios do Programa Nacional de Alimentação Escolar..... | 59 |
| Figura 3 – Ações De EAN..... | 61 |
| Figura 4: Municípios do Rio Grande do Sul que participaram da pesquisa “O Processo De Gestão Da EAN Em Contexto Escolar” | 64 |
| Figura 5: Conselhos Regionais de Desenvolvimento (COREDES), Rio Grande do Sul..... | 65 |
| Figura 6: Infográfico da Troca Troca de Sementes, e suas implicações para a alimentação Sustentável e EAN..... | 78 |
| Figura 7. Utilização de agrotóxicos por estados e municípios no Brasil..... | 81 |
| Figura 8: Árvore esquema do processo de planejamento da EAN | 92 |
| Figura 9- Mapa Conceitual de Algumas Contribuições dos Alimentos Regionais..... | 96 |
| Figura 10: Infográfico da relação existente entre os setores da educação e da saúde a partir das políticas de EAN..... | 103 |
| Figura 11: Limites e desafios encontrados para a efetivação das ações de EAN e Soluções Alternativas..... | 111 |
| Figura 12: Organograma da Coordenação das ações de Educação Alimenta e Nutricional na Região..... | 123 |

LISTA DE QUADROS

| | |
|--|-----|
| Quadro 1- Quadro 1- Teses e Dissertações sobre Gestão e EAN, Indexadas no IBICT, no Período de 2000 a 2016..... | 23 |
| Quadro 2: Quadro 2- Estudos que não apresentaram coerência com os descritores “gestão” e “educação alimentar e nutricional” | 24 |
| Quadro 3: Características dos Sujeitos da Pesquisa Quanto a Idade, Sexo, Escolaridade e Período de Atuação Profissional na Respectiva Profissão..... | 67 |
| Quadro 4: Escolas Municipais e Estaduais existem nos municípios pesquisados..... | 68 |
| Quadro 5: Dados sociais, demográficos e econômicos dos locais estudados..... | 152 |
| Quadro 6: Características dos sujeitos da pesquisa quanto a idade, sexo, escolaridade e período de atuação profissional na respectiva profissão..... | 154 |
| Quadro 7: Percepções sobre as ações de EAN na escola | 155 |
| Quadro 8: Percepções sobre o que poderia ser feito em termos de EAN no ambiente escolar. | 160 |
| Quadro 9: Potencialidades e contribuições da EAN em âmbito escolar..... | 163 |
| Quadro 10: Relação existente entre os setores da educação e da saúde a partir das políticas de EAN..... | 166 |
| Quadro 11: Desafios e limites encontrados para a efetivação das ações de EAN..... | 169 |
| Quadro 12: Fortalecimento da EAN através de políticas públicas..... | 173 |
| Quadro 13: Objetivos sociais da EAN..... | 176 |
| Quadro 14: Relação de escolas municipais e estaduais existentes no respectivo município.. | 179 |
| Quadro 15: Coordenação das ações de EAN desenvolvidas nas escolas..... | 180 |

LISTA DE TABELAS

| | |
|---|----|
| Tabela 1: Dados Sociais, Demográficos e Econômicos dos Municípios que Participaram da Pesquisa “O Processo de Gestão da EAN em Contexto Escolar”..... | 66 |
| Tabela 2. Síntese dos assuntos descritos nas entrevistas sobre a gestão da EAN conforme a categoria estudada, Frederico Westphalen, 2016..... | 69 |

LISTA DE SIGLAS

CAE Conselho de Alimentação Escolar
CAPES Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CECANE Centro Colaborador em Alimentação e Nutrição Escolar
CEE-PB- Conselho Estadual de Educação da Paraíba
CFN Conselho Federal de Nutricionista
CME - Conselhos Municipais de Educação
CNS Conselho Nacional de Saúde
COREDES Conselhos Regionais de Desenvolvimento
CRAS Centro de Referência da Assistência Social
CRE Coordenadoria Regional de Educação
DCNTs Doenças Crônicas Não Transmissíveis
DHAA Direito Humano à Alimentação Adequada
EAN Educação Alimentar e Nutricional
EMATER Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
ESF Estratégia da Saúde da Família
EUA Estados Unidos da América
FAO Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura
FNDE Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
IBICT Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia
IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH Índice de Desenvolvimento Humano
IPEA Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MDS Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MEC Ministério da Educação
NASF Núcleo de Apoio à Saúde da Família
ONU Organização das Nações Unidas
PAA Programa de Aquisição de Alimentos
PAT Programa de Alimentação do Trabalhador
PIB Produto Interno Bruto
PIM Primeira Infância Melhor
PlanSAN Plano de Segurança Alimentar e Nutricional
PNAN Programa Nacional de Alimentação e Nutrição
PNPS Política Nacional de Promoção da Saúde
PNS Pesquisa Nacional de Saúde
PSE Programa Saúde na Escola
RS Rio Grande do Sul
SAN Segurança Alimentar e Nutricional
SAPS Serviço de Alimentação da Previdência Social
SISAN Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
SUS Sistema único de Saúde
UFBA Universidade Federal da Bahia
UFG Universidade Federal de Goiás
UFPA Universidade Federal do Pará
UFPE Universidade federal de Pernambuco
UFRGS Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFRN Universidade Federal do Rio Grande do Norte
UFSC Universidade Federal de Santa Catarina
UFV Universidade Federal de Viçosa

UNB Universidade de Brasília
UNESCO Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura
UNESP Universidade Estadual Paulista
UNICAMP Universidade Estadual de Campinas
UNICEF Fundo das Nações Unidas para a Infância
URI Universidade Regional e Integrada
USAID United States Agency for International Development
USP Universidade de São Paulo
TCLE Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
WHO World Health Organization/ OMS Organização Mundial da Saúde

SUMÁRIO

| | |
|---|-----|
| INTRODUÇÃO..... | 16 |
| 1 CAMINHOS METODOLÓGICOS E CONTEXTUALIZAÇÃO DA PESQUISA | 20 |
| 1.2 Concepções e Caminhos Metodológicos | 27 |
| 1.2.1 Opção e Concepção de Pesquisa | 27 |
| 1.2.2 O desenho metodológico | 29 |
| 1.2.3 Definição dos sujeitos e espaços da pesquisa..... | 30 |
| 1.2.4 A escolha dos instrumentos de coleta e análise de dados..... | 33 |
| 2 A CONSTRUÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE NO BRASIL..... | 35 |
| 2.1 A Política Pública: Aspectos conceituais e implicações histórico-sociais e econômicas...36 | |
| 2.2 O Caráter Social Embutido em Algumas Políticas Públicas: Uma Perspectiva Fundamental | 39 |
| 2.3 Gestão de Políticas Públicas na perspectiva democrática popular | 41 |
| 2.4 Avanços e desdobramentos da EAN no século XXI enquanto política pública..... | 43 |
| 2.5 EAN no Âmbito Escolar Através Das Políticas Públicas..... | 45 |
| 3 ANÁLISE CRÍTICA DO MARCO DE REFERÊNCIA DE EAN PARA POLÍTICAS PÚBLICAS E SEUS ASPECTOS ESTRUTURAIS | 49 |
| 3.1 Marco de EAN para Políticas Públicas: Percepções acerca de sua Elaboração | 49 |
| 3.2 Princípios para as Ações de EAN: Norteando Caminhos | 55 |
| 3.3 O Ator Social no Processo Educativo da Alimentação | 61 |
| 4.0 LIMITES E POTENCIALIDADES NA GESTÃO DA EAN | 64 |
| 4.1 Caracterização Sócio-Demográfica dos Locais de Estudo | 64 |
| 4.2 Contextualização das Entrevistas | 67 |
| 4.3 Percepções sobre as Ações de EAN na Escola..... | 70 |
| 4.4 Opiniões sobre o que Poderia ser Desenvolvido em Termos de EAN no Ambiente Escolar | 78 |
| 4.5 Potencialidades e Contribuições da EAN em Âmbito Escolar..... | 85 |
| 4.6 Qual a Relação Existente entre os Setores da Educação e da Saúde a partir das Políticas e EAN? | 97 |
| 4.7 Os Desafios e Limites Encontrados para a Efetivação das Ações de EAN..... | 103 |
| 4.8 De que forma a EAN pode se Fortalecer Através de Políticas Públicas?..... | 111 |
| 4.9 Objetivos Sociais da EAN | 117 |
| 4.10 Coordenação das Ações de EAN Desenvolvidas nas Escolas..... | 120 |
| CONCLUSÃO..... | 123 |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS: | 127 |
| APÊNDICES | 144 |
| APÊNDICE A | 145 |
| APÊNDICE B..... | 146 |
| APÊNDICE C..... | 148 |
| APÊNDICE D | 149 |
| APÊNDICE E..... | 150 |
| APÊNDICE F | 152 |

INTRODUÇÃO

A presente Dissertação, sob o título: “O processo de gestão da Educação Alimentar e Nutricional em contexto escolar” apresenta os dados e resultados da pesquisa realizada para obtenção do título de Mestre no Programa de Pós-Graduação em Educação, Mestrado em Educação, na Linha de Pesquisa: Políticas Públicas e Gestão da Educação, na Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – URI, Câmpus de Frederico Westphalen. O estudo justifica-se pela necessidade de reconhecer os principais limites e potencialidades da Educação Alimentar e Nutricional (EAN) no ambiente escolar, bem como de sua gestão, no âmbito das atuais políticas públicas, de forma a promover o seu fortalecimento através de outras futuras intervenções.

Atualmente, a EAN vem se destacando como uma estratégia de promoção da saúde. Diante disso apresenta um papel de relevância social na medida em que proporciona uma reflexão das questões alimentares referindo desde o seu papel vital e biológico assim como seu aspecto social e antropológico visando à promoção da qualidade de vida.

Segundo o Marco de Referência de EAN para Políticas Públicas, no contexto da realização do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) e da garantia da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), tal termo compreende: “um campo de conhecimento e de prática contínua e permanente, transdisciplinar, intersetorial e multiprofissional que visa promover a prática autônoma e voluntária de hábitos alimentares saudáveis”. Ainda contempla que sua prática “deve fazer uso de abordagens e recursos educacionais problematizadores e ativos que favoreçam o diálogo junto a indivíduos e grupos populacionais” considerando ainda “todas as fases do curso da vida, etapas do sistema alimentar e as interações e significados que compõem o comportamento alimentar”. (BRASIL, 2012a, p. 23).

Assim, a EAN representa atualmente uma das mais importantes práticas de incentivo a incorporação da alimentação saudável de maneira emancipatória e preservando a cultura e autonomia dos indivíduos. E como consequência desta intervenção específica, o termo vem sendo abordado em muitas políticas públicas, principalmente referindo-se a estratégias de ação, como pode ser observado na redação do Programa Nacional de Alimentação Escolar- (PNAE) (BRASIL, 2009a).

A guisa destas considerações, não se pode deixar de apontar para um maior número de publicações e consequente evolução do conceito e de pressupostos da temática nos últimos

anos. Entretanto quando à referência volta-se a sua efetividade, muitos entraves e dificuldades se apresentam. Isso porque toda a prática de promoção de saúde deve primeiramente contemplar a realidade local em sua complexidade, caso contrário, dificilmente terá algum sentido. É neste aspecto que um processo de gestão da EAN se faz importante, principalmente no espaço escolar, uma vez que promove ações mais robustas, sustentadas e permanentes.

Um fator condicionante para tal pesquisa é uma estudo realizado por Dias (2013, p. 17) que assinala para um paradoxo entre “a posição valorizada da EAN, no âmbito das políticas públicas e as dificuldades de sua aplicação no campo da Gestão da Alimentação Escolar”. Isto sugere que há um distanciamento entre a “política de EAN e gestão do PNAE”.

Considerando tais aspectos buscou-se saber como elemento principal: Considerada como uma das estratégias nacionais e mundiais para a promoção da saúde, quais as potencialidades e limites da EAN na perspectiva da gestão em âmbito escolar no contexto das atuais políticas públicas?

Outras indagações que nortearam o estudo e deram respaldo ao seu desenvolvimento: Como é caracterizada as concepções de EAN segundo o Marco de Referências de EAN para Políticas Públicas? Qual a relação existente entre os setores de educação e saúde a partir das políticas de EAN? Quais os saberes e percepções de gestores e nutricionistas acerca da EAN enquanto políticas públicas? Qual a expectativa dos sujeitos em relação às políticas públicas de EAN com os objetivos sociais propostos? Quem coordena as ações de EAN?

A partir desta compreensão, foi realizada uma investigação junto aos secretários de educação e nutricionistas responsáveis técnicos pela merenda escolar de alguns municípios demarcados territorialmente pela abrangência da 20ª Coordenadoria Regional de Educação (20ª CRE/RS). Os procedimentos metodológicos adotados no decorrer da pesquisa foram executados respeitando normas éticas, em consonância com a resolução CNS 196/96, que norteia a pesquisa envolvendo seres humanos.

Trata-se, portanto de um estudo qualitativo com abordagem hermenêutica, quanto aos fins envolve a pesquisa descritiva exploratória, quanto aos meios, pesquisa de campo. A escolha da amostra foi probabilística, com amostragem aleatória simples. O instrumento utilizado para a coleta de dados foi entrevista semi-estruturadas, fazendo-se uso do gravador nas entrevistas. A transcrição foi realizada inteiramente pela pesquisadora responsável, assim como a tabulação dos dados. Quanto à análise dos dados foi considerada a análise qualitativa seguida ainda de análise do conteúdo.

Este estudo compõe-se de 4 capítulos: O primeiro destaca o caminho das concepções metodológicas, os pilares desta investigação, as justificativas para a importância da temática

como objeto de pesquisa na área de educação, bem como a garimpagem de teses e dissertações disponibilizadas no banco de dados do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT).

No segundo capítulo buscou-se dar ênfase sobre as Políticas Públicas, abordando seus pressupostos teóricos levando em conta o atual contexto social e econômico. Também adentra o caráter social embutido em algumas políticas públicas, e traz em seu escopo uma breve reflexão da importância da gestão para as ações de EAN. Seguindo este fio condutor, neste capítulo ainda aborda-se os avanços e desdobramentos desta estratégia no Século XXI no contexto das políticas públicas em âmbito escolar. Ressalta-se que a estruturação e contextualização deste capítulo imprime uma fundamentação teórica fundamental para o andamento e coerência da pesquisa, uma vez que apresenta-se como um elemento chave para o entendimento do contexto das ações de EAN e seu processo evolutivo no tangente a sua efetivação.

O capítulo três apresenta uma análise crítica acerca do documento: “Marco de Referência de EAN para políticas Públicas”, desde a sua elaboração, a participação coletiva no processo de construção sendo uma base sustentadora de sua relevância social e científica, os princípios e ações, e ainda a propósito, os atores sociais da alimentação. O documento é um marco de referência que imprime um delimitar de caminhos, não mais curtos, nem tão pouco com atalhos, contudo mais coerentes com a cultura, autonomia e emancipação dos sujeitos. Um caminho, sobretudo, problematizador e fortemente dialógico. Trata-se, portanto de documento que simplifica as ações na medida em que direciona o trajeto e orienta as ações para um planejamento e execução duradouros, ao contrario de torná-las simplistas.

No quarto capítulo são explicitados os resultados e discussões desta investigação se discutiu acerca dos limites e possibilidades na gestão da EAN. Para isso inicialmente, a caracterização sócio demográfica dos locais de estudo se fez indispensável para a interpretação, entendimento e ainda contextualização dos resultados. Partindo deste ponto, as entrevistas foram categorizadas em oito (8) eixos e analisadas: Percepções sobre as ações na escola; O que poderia ser feito; Potencialidades e Contribuições; Relação existente entre os setores da educação e da saúde partir das políticas públicas; Desafios e limites; Fortalecimento através de políticas públicas; Objetivos sociais; e coordenação das ações. Trata-se do capítulo mais extenso, tanto quanto seu potencial embasamento frente a distintos, mas conectados, assuntos. A partir dos relatos, discute-se o problema central deste estudo, contrapondo os desafios, os limites, a gestão entre vários outros aspectos. Aborda também a relação da presente temática com o processo educativo na medida em que apresenta-se (ou

ainda devesse apresentar-se) como um processo que fomente para a liberdade de escolhas e decisões. É nesta perspectiva que o ambiente escolar é um espaço enriquecedor para o despertar de ações educativas em alimentação e nutrição, de forma multiprofissional, destacando as diferentes contribuições profissionais, e ainda disseminador de atitudes emancipatórias e saudáveis.

A realização desta pesquisa pode despertar caminhos para mais perguntas, novas indagações, e a necessidade de novos olhares para a questão central lançada e discutida nesta investigação sobre o tema na gestão da EAN em contexto escolar na perspectiva das Políticas Públicas. E neste constante desenrolar de ideias, o alinhamento de ações autênticas que buscam a formação de atores com base no autorespeito, autocuidado, curiosidade e diálogo se torna fundamental na perspectiva do bem estar individual e social, e inquestionavelmente, no fortalecimento da promoção da saúde.

1 CAMINHOS METODOLÓGICOS E CONTEXTUALIZAÇÃO DA PESQUISA

A EAN ainda é um desafio para políticas públicas. Partindo deste princípio pode-se observar que nos últimos anos houve uma redução considerável nos índices de pobreza do Brasil, principalmente em virtude de programas de ação social, diminuindo, com isso, o índice de insegurança alimentar grave, que caracteriza a fome, e melhorando o acesso ao alimento. Entretanto isto não significa a garantia da aquisição de melhores alimentos (FAO, 2015a; FAO, 2015b).

Para Albuquerque e Menezes, (2014, p.3), “a preocupação com a EAN nas escolas vem aumentando a medida que cresce o número de crianças e adolescentes acima do peso no país.” Além disso, problemas de saúde, antes vistos apenas em adultos, como colesterol alto e hipertensão, agora atingem também o público infantil (OLIVEIRA et al., 2004). Essa transição nutricional e de perfil epidemiológico da população leva a questionamentos acerca das condições alimentares a que estão sendo expostas as crianças, fortemente incentivadas ao consumo de alimentos industrializados pela mídia e grandes indústrias.

Nesta perspectiva, as ações de EAN vêm se tornando cada vez mais frequentes nas escolas. Uma característica que leva a esta constatação são algumas proposições de políticas públicas que buscam como meios de intervenção a EAN, com foco principal no âmbito escolar (BRASIL, 2009a).

Em uma busca pela história da EAN no Brasil, Boog (2011, p.66) destaca que “algumas ações nesta área, empreendidas desde a terceira década do século XX, foram pouco expressivas ou pouco valorizadas, raramente avaliadas, e conseqüentemente, pouco documentadas.” Pode-se perceber que houve muitas estratégias de EAN que não atingiam objetivos propostos, principalmente porque não atentavam para os aspectos sociais e culturais da alimentação. Após muitos anos e indeterminados equívocos, indicaram a necessária compreensão de que EAN deva levar em conta a igualdade de sujeitos de direitos, considerando suas diferenças de culturas, crenças, regiões e hábitos.

É neste sentido que a valorização do saber de secretários de Educação e nutricionistas atuantes na comunidade escolar gera uma característica fundamental: a perspectiva de efetividade e eficiência de ações de EAN e sua gestão e nutricional ao proporcionar um diálogo horizontal e igualitário dos saberes e sujeitos, e ainda as contribuições na formulação e implementação de políticas públicas em tais temáticas. Com base nestas assertivas propõe-

se investigar as potencialidades e limites da EAN na perspectiva da gestão em âmbito escolar frente às políticas públicas.

Tal estudo ainda se justifica pela intensidade como o educador Paulo Freire elucidou os caminhos metodológicos frente às práticas pedagógicas que serviram como subsidio fundamental para a EAN, revolucionando e modernizando pressupostos teóricos e práticos. Freire teve significativo alcance nas camadas populares através do método de alfabetização que levava a problematização dos saberes e contextos. Conforme Freire, a educação e as intervenções sociais muitas vezes só serviam para atender os interesses econômicos dos países ricos, domesticando e fazendo adormecer a consciência dos educandos. Por isso, ele acreditava na educação emancipatória, essa sim poderia mudar a sociedade através da mudança de pensamento. Com suas posições tornou-se mundialmente conhecido e contribui com seus conhecimentos em muitas áreas, inclusive indiretamente na EAN (FREIRE, 1987). Embora não tenha tratado do tema Freire contribuiu com o pensar e fazer EAN na medida em que proporciona uma reflexão mais profunda acerca de temas como pedagogia, liberdade, autonomia e opressão, entre tantos outros.

Desta forma tem-se entendido o real potencial da EAN em uma intervenção concreta e eficaz, com ação transformadora e dialógica, pautada na problematização que pode induzir a incorporação de hábitos nutricionais adequados entre os escolares e a comunidade na perspectiva da promoção da saúde e qualidade de vida.

Diante deste contexto, para melhor compreender a temática buscou-se construir o *Estado do Conhecimento* com a intencionalidade de verificar a prevalência científica de pesquisas de pós-graduação sobre EAN no âmbito da Educação nos últimos anos. O *corpus* sobre o qual incidiu o estado do conhecimento é composto de teses e dissertações do banco de dados da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) presente no sitio eletrônico do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT). A escolha de tal banco de dados se deve a Instituição como referência ao movimento do acesso livre ao conhecimento, e conseqüentemente a um acervo que contempla um grandioso número de teses e dissertações brasileiras.

O período considerado para o presente estado do conhecimento foi de 16 anos, contemplando o intervalo de 2000 até 2016. O ano de 2017 não foi considerado em virtude de ser o ano corrente da realização da pesquisa estado do conhecimento. Outros filtros utilizados referem-se ao país de publicação (Brasil) e idioma (Português). Quanto aos descritores abordados destacam-se “Educação Alimentar e Nutricional”; “gestão” (pesquisa integrada); Todas as publicações referentes a tais assuntos foram consideradas, com exceção dos

trabalhos repetidos que apesar de contabilizados foram considerados somente uma vez no número total de publicações. Em seguida as teses e dissertações foram classificadas quanto a temática e posteriormente analisadas quanto ao âmbito educacional.

Le Coadic (1996, p. 27) afirma que: “[...] a informação é o sangue da ciência. Sem informação, a ciência não pode se desenvolver e viver. Sem informação a pesquisa seria inútil e o conhecimento não existiria.” O autor ainda faz referência a Descartes ao mencionar que a busca pelo conhecimento deve começar pela busca dos conhecimentos primeiros (LE COADIC, 2004, p.207). É neste sentido que o estado do conhecimento importa! Quando se almeja descobrir a relevância científica referente ao número de publicações e peculiaridades de determinado assunto o estado do conhecimento torna-se um bom método.

Para tanto, cabe aqui primeiramente diferenciar concepções de educação alimentar, educação nutricional e EAN. Sabe-se, entretanto, que para chegar às atuais concepções, muitas precisaram ser questionadas, revisadas e reformuladas. A própria Educação Alimentar é um termo que já existia desde o Estado Novo, com a perspectiva de ser um dos pilares dos programas governamentais de proteção aos trabalhadores ao determinar mudanças significativas a esta classe. (L’ABBATE, 1988).

Já na década de 1970 a alteração da nomenclatura de educação alimentar para nutricional buscava refletir o caráter mais técnico das intervenções na área de Nutrição, e ainda os programas de educação no exterior voltados a dados epidemiológicos de carências nutricionais com conseqüente aumento do número de publicações em periódicos científicos nos Estados Unidos e Canadá (BOOG, 1997). Cabe ressaltar, no entanto que a perspectiva apenas técnica não contempla ao todo o sentido socioeconômico e cultural do alimento.

Tendo em vista tais pressupostos Boog (2011, p. 72) contribui ao mencionar que “se o termo ‘nutricional’ parece muito limitado para qualificar a educação no campo da alimentação, por outro lado a palavra ‘alimentar’, sozinha, retira o que de mais importante existe nessa ação, que é a fundamentação na ciência da Nutrição”.

O estudo aqui realizado ao utilizar dois descritores já mencionados anteriormente, de forma integrada, observou um total de 27 trabalhos. Apenas para o descritor “gestão”, houve um total de 28.666 estudos associados, já para o termo “educação alimentar e nutricional” 314 trabalhos. Cabe destacar que a IBICT apresenta apenas algumas instituições parceiras, o que denota que muitos estudos possam não estar abordados nesta procura. Este foi o caso do estudo “Gestão de Educação Alimentar e Nutricional em uma escola da rede pública estadual no município de Feira de Santana Bahia” que embora não esteja indexado ao IBICT apresenta os dois descritores da busca: “gestão” e “Educação Alimentar e Nutricional”.

A seguir estão expostos os trabalhos encontrados nesta pesquisa.

Quadro 1- Teses e Dissertações sobre Gestão e EAN, Indexadas no IBICT, no Período de 2000 a 2016.

| TÍTULO | AUTOR(ES) | UNIVERS. | CATEGORIA | |
|--|-----------------------|------------------|------------------------------------|------------------------------------|
| Ações da Vigilância Alimentar e Nutricional em Serviços de Atenção Básica à Saúde de Botucatu-SP e Município pertencentes à DRS VI | FERREIRA, 2011 | UNESP Tese | Vigilância alimentar e nutricional | |
| Segurança Alimentar e Nutricional: Significados e Apropriações | COSTA, 2008 | USP Dissert. | SAN | |
| Segurança Alimentar e Nutricional: Indicadores e Gestão Rural de Gravataí, Rio Grande Do Sul | MEDEIROS, 2014 | UFRGS Dissert. | | |
| Segurança Alimentar e Nutricional: Uma Questão de Direito | KORNIJEZUK, 2008 | UNB Dissert. | | |
| A Plurifuncionalidade da Segurança Alimentar no Meio Ambiente como dever de Solidariedade Agroambiental | BASTOS, 2013 | UFPA Tese | | |
| Segurança Alimentar e Nutricional: O Programa Bolsa Família na Realidade de um Município na Zona da Mata Pernambucana | PINTO, 2007 | UFPE Dissert. | | |
| Limites e Possibilidades do Programa Nacional de Alimentação Escolar enquanto Estratégia de Promoção da Segurança Alimentar e Nutricional no Município de Macaíba/RN | SOUSA, 2013 | UFRN Dissert. | | |
| Efetividade Social do Programa Bolsa Família na Segurança Alimentar das Famílias Rurais no Município de Rio Verde (GO) | ALMEIDA, 2014 | UFG Dissert. | | |
| Práticas Educativas em Segurança Alimentar e Nutricional: A Experiência da Estratégia Saúde da Família em João Pessoa, PB | VASCONCELOS, 2013 | FIOCRUZ Tese | | ESF |
| Atitudes de Professores e Práticas de Escolares Expostos e não expostos a um Programa de Educação em Saúde- Projeto RRAMM | DAVANCO, 2003 | UNIFESP Dissert. | | Educação em saúde |
| Programa Saúde na Escola: Análise da Gestão Local, Ações de Alimentação e Nutrição e Estado Nutricional dos Escolares Brasileiros. | SILVA, 2014 | USP Tese | | PSE |
| Avaliação das Ações de Saúde e Nutrição na Perspectiva do Programa Saúde na Escola | SOUZA, 2012 | UFPE Dissert. | | |
| Programa de Alimentação Escolar: Avaliação do Desempenho em dez Municípios Brasileiros | STURION, 2002 | UNICAMP Tese | PNAE | |
| Gestão e Execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia | COSTA, 2015 | UFG Dissert. | | |
| O Programa Nacional de Alimentação Escolar e a Sustentabilidade: O Caso do Distrito Federal (2005-2008) | CARVALHO, 2009 | UNB Dissert. | | |
| Agricultura Familiar e Alimentação Escolar: O PNAE no Sertão Central. | JÚNIOR et al., 2012 | UFC Dissert. | | |
| Desenvolvimento e Aplicação de um Protocolo para Avaliação do Programa Nacional de Alimentação Escolar em Âmbito Municipal | CALASANS et al., 2013 | UFBA Dissert. | | |
| Ações da Vigilância Alimentar e Nutricional em Serviços de Atenção Básica a Saúde de Botucatu-SP e Município Pertencentes À DRS VI | FERREIRA, 2011 | UNESP Tese | | |
| Educação Permanente em Alimentação e Nutrição na Estratégia Saúde da Família: Um Olhar Sobre Municípios Brasileiros de Grande Porte | RICARDI, 2013 | UNB Dissert. | | |
| | | | | Vigilância Alimentar e Nutricional |
| | | | | ESF |

| | | | |
|--|----------------|-------------------|--------------------------------|
| Implementação da Estratégia Amamenta e Alimenta Brasil no Município de Porto Alegre: Percepções o Tutor | MARIOT, 2015 | UFRGS Dissert. | Estratégia Amamenta e Alimenta |
| Análise do Perfil Técnico, Representativo do Potencial das Estratégias Inovadoras de Ensino e Aprendizagem no Desenvolvimento de Competências para a Participação Social no Contexto no Sistema Único de Saúde | SIQUEIRA, 2014 | UFV Tese | SUS Participação Social |
| Análise das Condições de Trabalho do Nutricionista na Atuação como Promotor de Saúde em uma Unidade de Alimentação e Nutrição | VEIROS, 2002 | UFSC Dissert. | Nutricionista |

* Dissert. (Dissertação)

Fonte: IBICT, 2017.

Dos 27 estudos encontrados, alguns não apresentaram relevância do assunto condizente com a gestão e EAN por isso foram descartados na seleção.

Ao analisar os descritores dos estudos apresentados na tabela 1 pode-se identificar que a EAN aparece como um elemento muitas vezes minimizado frente às temáticas principais, como SAN, PNAE, PSE, entre outros. Isto é, não configura-se como temática central destes estudos, uma vez que a busca pelos mesmos consumiu o descritor “gestão”. Neste caso, pode-se intuir que o processo de gestão da EAN no âmbito escolar está estritamente ligado à gestão de outros programas como é o caso do PNAE e PSE.

Contudo, o total de produções observadas aponta para a necessidade de maiores e mais abrangentes estudos da gestão da EAN frente aos dilemas contemporâneos marcados pela transição nutricional que vem atingindo alvos cada vez mais precoces, adentrando principalmente o público infantil. É neste cenário que o tema respaldado no âmbito educacional ganha força. Considerando o número de publicações de teses e dissertações, justifica-se o presente projeto pela possibilidade de expansão e discussão do tema, e dos caminhos ainda não explorados do fazer EAN.

Existem diversas políticas públicas que incentivam e fortificam a necessidade da implementação e execução dessas ações nas instituições de ensino, pois se sabe que as mesmas beneficiam os docentes, discentes e demais componentes da comunidade escolar no que se refere à incorporação de hábitos alimentares saudáveis.

Cabe lembrar que educar no âmbito da alimentação e nutrição é intervir em vidas humanas, sendo necessário estar aberto a todos os conhecimentos que possam de alguma forma, contribuir para a prática fundamentada e planejada da EAN. Para tanto, torna-se indispensável “analisar as situações e problemas do contexto, a partir de uma perspectiva global, considerando a multidimensionalidade do ser humano, que tem simultaneamente, um caráter biológico, psíquico, social, afetivo e racional” (BOOG; 2011, p. 72).

Um estudo relevante que incorpora a pesquisa aqui estruturada foi o realizado por Borsoi, Teo, e Mussio (2016), que trazem uma revisão integrativa sobre a EAN no ambiente escolar. O trabalho evidenciou a busca nas bases de dados da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS/BIREME), e foi realizado no mês de abril de 2014. Alguns filtros usados foram recorte temporal: janeiro de 2002 a dezembro de 2013; idioma: português, inglês, espanhol; trabalhos publicados apenas no formato de artigos científicos; estudos acessíveis on-line em formato completo. Teses e dissertações foram desconsideradas da procura. Resultou-se em 78 publicações, das quais apenas 17 foram criteriosamente selecionadas. Grande parte dos estudos (ano de publicação) apontou para a um aumento crescente do interesse pelo tema.

Tal fato correlaciona-se a maior atenção dada à temática em conferências e encontros acadêmicos de Nutrição e Educação, aos reflexos de políticas públicas, e documentos oficiais de instituições nacionais e internacionais, e a crescente preocupação com a prevenção de doenças e promoção da saúde e qualidade de vida.

Entretanto, em seu passado recente, a EAN no Brasil não possui um histórico de publicações muito significativo na perspectiva quantitativa. Segundo Lima, Oliveira e Gomes (2003), quando foram instituídos os primeiros programas de pós-graduação em Nutrição no Brasil, na década de 1970, as pesquisas prioritárias voltavam-se as áreas técnicas, e temas como cultura alimentar, educação e ensino eram muito pouco cogitadas. Mesmo diante deste panorama ao pesquisar as dissertações de mestrado produzidos em quatro cursos de pós-graduação do Rio de Janeiro, encontra oito dissertações sobre Educação Nutricional nos anos de 1980 e 1997.

Boog (2011) justifica o fato na medida que considera a emergência de um novo fenômeno que surpreendia os estudiosos na área de Nutrição na década de 1990. Tratava-se dos altos índices de obesidade e doenças crônicas associadas que assolavam o país. Tal fenômeno foi marcado pela transição de doenças prevalentes, que antes remetiam a doenças infectocontagiosas e de ordem de deficiência nutricional como desnutrição e anemias, e agora passaram a repercutir doenças crônicas não transmissíveis principalmente de origem alimentar como obesidade, diabetes, dislipidemias entre outras.

O panorama se mostrava insustentável. A própria sociedade passou a cobrar uma intervenção. Havia uma demanda por atenção profissional específica, que se faz por meio da ação educativa. Entretanto os profissionais nutricionistas percebiam-se despreparados para a atuação, com uma bagagem teórica muito restrita acerca da Educação Alimentar e/ou Nutricional. As poucas pesquisas produzidas sobre o tema foram em pós-graduações de outras áreas, como Educação, Enfermagem, Saúde Coletiva entre outras (BOOG, 2011). Como

poucos trabalhos chegaram a ser publicados torna-se explícita a escassez de estudos, e a lacuna importante no conhecimento que permanecem em parte desconhecidos. É nesta perspectiva que o estudo da EAN adquire relevância e deve ser incentivada não somente na academia ou comunidade científica, mas também no centro da sociedade e das instituições escolares. Entretanto é preciso ultrapassar as barreiras que impedem a EAN de se fortalecer e se sustentar eficientemente como estratégia promotora de saúde.

Ramos, Santos e Reis (2013, p. 2159), ao estudarem as produções científicas sobre a EAN, chegaram a conclusão de que “a relevância da EAN para a promoção de vida e alimentação saudáveis parece não estar sendo acompanhada pelos investimentos na pesquisa científica no campo, se for levada em conta a incipiência das publicações sobre a temática no período”. Reforçaram ainda a necessidade de superar as abordagens tradicionais desta respectiva prática educativa.

Borsoi, Teo e Mussio (2016) colaboram ao apontar algumas incoerências neste mesmo viés:

Os estudos apontam que a EAN no ambiente escolar é desenvolvida com diferentes atores sociais, incluindo estudantes, educadores, gestores escolares e comerciantes de alimentos. Contudo, entre estas categorias, observou-se um predomínio, no período avaliado, de estudos de intervenção com foco nos escolares, os quais se caracterizaram pela adoção de estratégias pouco participativas e críticas baseadas principalmente na transmissão de informações. (BORSOI; TEO; MUSSIO, 2016, p.23).

Santos e Alves (2015, P. 425) direcionaram-se a semelhante conclusão em seus estudos de revisão sistemática sobre o tema, refletindo que “as estratégias e o modo como a EAN é inserida nas políticas públicas, requer maior atenção para que seu campo de intervenção não fique restrito às intenções e materialize-se nas práticas cotidianas”.

Diante dos estudos explorados anteriormente observa-se a necessidade de ampliar o planejamento, as ações e as avaliações da EAN principalmente na perspectiva educacional, e da gestão, de forma emancipatória, dialógica e problematizadora. Mas para que uma temática tão promissora como a abordada neste estudo do estado do conhecimento, que reflete ações práticas de políticas públicas e documentos oficiais na prevenção de doenças, e promoção da qualidade de vida, torna-se fundamental aumentar o número e qualidade de experiências na área.

Em relação às análises quantitativas de pesquisas de dissertações e teses sobre EAN percebe-se uma escassez de estudos no Brasil e quando se relaciona a temática à perspectiva educacional, tornam-se ainda mais restritos. Diante da perspectiva, é de fundamental

importância o incentivo a pesquisas que enfatizem a temática, de maneira a aumentar o escudo científico e subsidiar ações de políticas públicas e da sociedade civil em prol da EAN.

Almeja-se através da pesquisa instigar produções científicas sobre o tema, como mola propulsora para o processo e percurso formativo de pesquisadores, e a partir disso, que a curto e médio prazo, estes venham favorecer a produção e adoção de estilos saudáveis de alimentação. Reconhecendo a relevância social para o futuro da saúde e educação, e considerando que o tema não se esgota no presente estudo, destaca-se a necessidade de conhecer sempre mais a respeito.

A lógica da EAN vem como resposta possível e efetiva para algumas das lacunas que os programas de nutrição apresentam, condição essencial para que cada vez mais, a pesquisa do tema defenda e promova a vida e autonomia. Todos os desafios, paradigmas e peculiaridades mencionados nesta proposta de investigação, devidamente respaldada por diversos autores, representa um esforço na perspectiva de compreender com mais profundidade a importância de se desenvolver pesquisas interdisciplinares para alcançar eficiência e eficácia nas ações educativas no campo da EAN. Porém, é preciso inovar e buscar soluções autênticas e oportunas. E por isso ações de EAN são muito mais eficazes quando englobam as concepções pedagógicas e exemplos educacionais.

Cabe ainda enfatizar a necessidade da mudança que tais perspectivas podem proporcionar no âmbito da saúde e educação. Porque realizar pesquisas amplas e complexas como as de caráter de mestrado e doutorado, somente terão sentido se contribuirão de forma concreta para o bem estar da sociedade e da nação.

1.2 Concepções e Caminhos Metodológicos

Tendo em vista operacionalizar os objetivos propostos, seguiu-se a seguinte metodologia.

1.2.1 Opção e Concepção de Pesquisa

A dissertação procura responder o questionamento que segue: *Considerada como uma das estratégias nacionais e mundiais para a promoção da saúde, quais as potencialidades e limites da EAN na perspectiva da gestão em âmbito escolar no contexto das atuais políticas públicas?* Este tipo de estudo enquadra-se na perspectiva qualitativa, uma vez que contará com a participação mais efetiva do pesquisador, ou seja, ele terá que observar o fenômeno mais de perto, isto é, deslocar-se para a escola e/ou secretaria da Educação dos

municípios e aplicar a entrevista, podendo conhecer o sujeito e sua realidade. Com base nesses princípios, afirma-se que a pesquisa qualitativa não se preocupa com a representatividade numérica, mas com aspectos da realidade que não podem ser enumerados. Ao buscar estudar o processo de Gestão da EAN na escola através de entrevistas, a pesquisadora visa interpretar aspectos da realidade social dos sujeitos, uma vez que pesquisa a qualitativa é condicionada pelo momento histórico, pelo lugar, pela organização econômica.

O caráter qualitativo trabalha com dados subjetivos, crenças, valores, opiniões, fenômenos, hábitos (GIL, 1987; LÜDKE & ANDRÉ, 1986; MINAYO, 1993). Minayo (1995) contribui ao mencionar que a pesquisa qualitativa responde a questões muito mais particulares que a pesquisa quantitativa. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que corresponde a um “espaço mais profundo das relações dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis” (Minayo, 1995, p.21).

Neste aspecto Oliveira (2007, p. 37) acrescenta que a pesquisa qualitativa representa:

[...] um processo de reflexão e análise da realidade através da utilização de métodos e técnicas para compreensão detalhada do objeto de estudo em seu contexto histórico e/ou segundo sua estruturação. Esse processo implica em estudos segundo a literatura pertinente ao tema, observações, aplicação de questionário, entrevistas e análise de dados, que deve ser apresentado de forma descritiva.

Desta forma a pesquisa qualitativa busca um aprofundamento fundamentalmente necessário ao entendimento das Ciências Humanas e Sociais. Com vista à importância de tal pesquisa Chizzotti, (2003, p. 02) afirma que o termo “qualitativo” implica em “uma partilha densa com pessoas, fatos e locais que constituem objetos de pesquisa, para extrair desse convívio os significados visíveis e latentes que somente são perceptíveis a uma atenção sensível”. Diante deste aspecto o autor enfoca a subjetividade e sensibilidade necessárias ao pesquisador. O que vai de encontro das afirmações de Cicourel (1964) quando diz que os pesquisadores qualitativos contestam a neutralidade científica do discurso positivista e afirma que há vinculação da investigação de tais pesquisadores com os problemas ético-políticos e sociais, bem como o comprometimento com a emancipação humana e transformação social.

Quanto aos sujeitos e dados, a pesquisa qualitativa tem o ambiente natural como fonte direta de dados e o pesquisador como seu principal instrumento (OLIVEIRA, 2007). Segundo Bogdan e Biklen (2003), ela ainda envolve a obtenção de dados descritivos, obtidos no contato direto do pesquisador com a situação estudada, pois enfatiza mais o processo do que o produto e se preocupa em retratar a perspectiva dos participantes.

Convém ressaltar que esta possui uma abordagem filosófica com enfoque hermenêutico na medida em que esta estabelece princípios, leis e métodos de interpretação. A

escolha dessa abordagem deve-se ao fato de ela buscar a ilustração da realidade vivencial, isto é através da voz dos sujeitos e sua interpretação. Neste sentido investigar as potencialidades da EAN é um aspecto determinante para uma interpretação da realidade dos sujeitos e do local, bem como de avaliação das ações de políticas públicas embasadas na perspectiva do educar para a alimentação.

O processo educativo tem muito a ver com aprender a pensar. Aprender a desconfiar se resume em boa parte do método científico. O pensar da hermenêutica é concebida por Ghedin (2004) como uma busca da razão das significações do ser. O autor contribui ainda ao afirmar que o sentido do mundo emerge no seio do ato de interpretar. Saraçol, Dolci e Pereira (2012) dão continuidade a esta reflexão tomando a ideia de que a hermenêutica, por meio de uma relação dialógica entre os sujeitos, busca tomada de consciência e estimula a capacidade de ter experiências, isto é, uma interação do sujeito com o sujeito.

Entretanto Ghedin (2004) alerta, tendo em vista a realidade problemática e complexa, que é preciso “objetivar” para poder “captar” o real para que se possam compreender passagens incompreensíveis a primeira vista. Desta forma, não se trata de simplificar, mas sim de aprofundar. O autor ainda faz referência ao limite da busca na pesquisa, o qual não está nas interpretações teóricas, mas “no caminho – na metodologia – mais adequada para captar os significados que estão postos, não por objetos, mas por sujeitos que significam e ressignificam o mundo e sua realidade a cada instante” (GHEDIN, 2004, p. 05).

O olhar do pesquisador na abordagem hermenêutica, com toda a sua carga de interpretação, exige autoria do pesquisador, que carrega no seu cerne toda a contextualização e todo seu conhecimento anterior. Contudo, para Saraçol, Dolci e Pereira (2012, p. 106) “viver humanamente é uma experiência hermenêutica na sua mais profunda radicalidade”. Tais autores exemplificam tal concepção através da linguagem. “Se for consciente e, portanto, não alienada, é comunicação, interpretação e compreensão. Portanto, um ser humano que socialmente se fundamenta nas relações e no diálogo é um ser hermenêutico” (SARAÇOL; DOLCI; PEREIRA, 2012, p. 107).

Dessa forma, a hermenêutica contribui para com essa pesquisa, visto que foi preciso interpretar as percepções sobre EAN na comunidade escolar. Essas posturas sinalizam, enquanto mestrande e pesquisadora, a organização e o desenho metodológico da pesquisa que submeto à defesa.

1.2.2 O desenho metodológico

Quanto aos fins trata-se de pesquisa descritiva exploratória. A pesquisa exploratória segundo Gil (1999, p.43) proporciona maiores informações sobre o assunto que se vai investigar; facilita a delimitação do tema da pesquisa. Normalmente, envolve e um levantamento bibliográfico, entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado.

Segundo Raupp e Beuren (2006) a pesquisa exploratória assume também um papel inicial na pesquisa, tal como menciona a seguir:

Explorar um assunto significa reunir mais conhecimento e incorporar características inéditas, bem como buscar novas dimensões até então não conhecidas. O estudo exploratório apresenta-se como um primeiro passo no campo científico, a fim de possibilitar a realização de outros tipos de pesquisa acerca do mesmo tema, como a pesquisa descritiva e a explicativa. (RAUPP, BEUREN, 2006, p 81).

Esta pesquisa também tem caráter descritivo conforme a classificação proposta por Gil (1999), pois investiga as potencialidades da EAN em âmbito escolar, no contexto das atuais políticas públicas, ou seja, analisa fatos e/ou fenômenos, faz uma descrição detalhada da forma como eles se apresentam (OLIVEIRA 2007).

Quanto ao estudo descritivo “pretende descrever “com exatidão” os fatos e fenômenos de determinada realidade” (TRIVIÑOS 1987, p. 110), ou seja, ele é “usado quando a intenção do pesquisador é conhecer determinada comunidade, suas características, valores e problemas relacionados à cultura” (OLIVEIRA, 2011, p 22). Para Vergara (2000, p. 47) "não têm o compromisso de explicar os fenômenos que descreve, embora sirva de base para tal explicação". Cita como exemplo a pesquisa de opinião.

Quanto aos meios envolve uma pesquisa de campo, visto que a pesquisa se realiza no ambiente de cada sujeito da pesquisa. A investigação empírica realizada no local onde ocorre ou ocorreu um fenômeno ou que dispõe de elementos para explicá-lo. Desta forma, a pesquisa de campo se dá pelas investigações onde se realiza a coleta de informações junto com as pessoas (FONSECA, 2002).

1.2.3 Definição dos sujeitos e espaços da pesquisa

O locus de pesquisa foram os municípios da 20ª Coordenadoria Regional de Educação (CRE-RS) com localização em Palmeira das Missões. Tal CRE apresenta 28 municípios de atuação: Alpestre, Ametista do Sul, Boa Vista das Missões, Caiçara, Cerro Grande, Cristal do Sul, Dois Irmãos das Missões, Erval Seco, Frederico Westphalen, Iraí, Jaboticaba, Lajeado do

Bugre, Liberato Salzano, Novo Barreiro, Novo Tiradentes, Palmeira das Missões, Palmitinho, Pinhal, Pinheirinho do Vale, Planalto, Rodeio Bonito, Sagrada Família, São José das Missões, São Pedro das Missões, Seberi, Taquaruçu do Sul, Vicente Dutra, e Vista Alegre.

A Secretaria da Educação do RS tem uma estrutura que conta com 30 coordenadorias regionais sob a coordenação direta do governo do Estado. Cada coordenadoria é responsável pelas respectivas políticas relacionadas às suas regiões, “tendo como atribuições coordenar, orientar e supervisionar escolas oferecendo suporte administrativo e pedagógico para a viabilização das políticas da secretaria” (BRASIL, 2015a, p. 1). Além disso, busca a integração entre alunos, famílias e a comunidade escolar, oferecendo oportunidades dialógicas integrando a escola à prática social (BRASIL, 2015a).

Em relação aos sujeitos da pesquisa foram considerados os gestores (secretários da educação) e nutricionistas (responsáveis técnicas pela merenda escolar) dos municípios da 20ª CRE do estado do RS. Portanto, a escolha da amostra foi probabilística, com amostragem aleatória simples. Para o sorteio foram ordenados os municípios em numerais e em seguida realizado escolhendo números aleatórios, isto é em uma caixa fechada, foram sorteados 6 números correspondentes aos municípios citados. O sorteio seguiu preceitos éticos segundo Resolução nº 196/96 do Conselho Nacional de Saúde, evitando conflito de interesses, como a escolha intencional dos municípios pela pesquisadora.

Para população amostral de cada grupo de sujeitos foram considerados 2 participantes por município, considerado cerca de 20% dos indivíduos, compondo 6 municípios e 12 sujeitos. Tal número amostral foi escolhido considerando alguns aspectos que Flick (2012), destaca para o delineamento de pesquisas qualitativas: reflexão sobre o que se espera dos entrevistados, o tempo das entrevistas, e a facilidade de acesso aos entrevistados. Para Adler e Adler (apud BAKER; EDWARDS, 2012), entrevistar cerca de doze pessoas num estudo de dissertação permite ganhar experiência no planejamento, na transcrição e análise de perguntas. Ainda destacam que um número maior que este, poderia ser difícil devido a delimitação do tempo para desenvolver uma dissertação. Desta forma, em uma tese de doutorado, os autores destacam que o número pode ser maior, chegando a cerca de 30 entrevistas.

O instrumento utilizado para a coleta de dados foi entrevista semi-estruturadas, isto é, direcionada por um roteiro previamente elaborado, composto geralmente por questões abertas e fechadas. O gravador foi utilizado para a realização das entrevistas. Sabe-se que é indicado o uso desse equipamento para que seja ampliado o poder de registro e captação de elementos

de comunicação de extrema importância, pausas de reflexão, dúvidas ou entonação da voz, aprimorando a compreensão (SCHRAIBER, 1995).

Os sujeitos de pesquisa foram contatados através dos e-mails ou, em casos específicos, por telefone, mediados com as próprias prefeituras. Após esse primeiro contato, o(s) sujeito(s) que desejaram participar da pesquisa tiveram agendada uma visita, para que o pesquisador pudesse se deslocar até o local de trabalho dos sujeitos e aplicar a entrevista após a explicação da mesma e assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Desta forma o local destinado à realização da entrevista foi também combinado pelo contato telefônico, sendo possivelmente nas dependências das prefeituras.

Salienta-se ainda que não pretendeu aqui investigar o conhecimento técnico dos sujeitos, mas sim as potencialidades e limites da EAN no contexto da gestão escolar, com base na realidade social-política-temporal-econômica e geográfica no qual os sujeitos estão inseridos. Esse foi o objeto de estudo da presente pesquisa.

No que tange aos princípios éticos, a investigação garantiu aos sujeitos:

A beneficência/não maleficência – Busca trazer benefícios aos envolvidos na pesquisa, de forma a valorizar seus conhecimentos e saberes. Os benefícios do estudo desta forma, estão relacionados à produção do conhecimento em Educação e Saúde e o fortalecimento da EAN na região, buscando contribuir para o incentivo a promoção da saúde e hábitos de vida saudáveis. Espera-se que os resultados da pesquisa possam explicitar a perspectiva da EAN revelando a realidade vivencial e interpretação dos pesquisados, facilitando o diálogo entre estes e possibilitando intervenções que auxiliem no processo do fazer EAN, beneficiando não exclusivamente os sujeitos, mas também toda a comunidade. Os riscos foram relacionados ao tempo que será dedicado a entrevista, e ainda a fadiga ou stress que o mesmo possa causar.

O respeito à pessoa - Os sujeitos não foram identificados e participaram da entrevista por livre e espontânea vontade sendo que foram informados dos objetivos e justificativas da pesquisa. Ainda, os sujeitos não foram constrangidos através de perguntas que pudessem desprezar a privacidade de qualquer uma das partes.

A Justiça – Os sujeitos terão acesso aos resultados e benefícios da pesquisa.

Considerações éticas - Conforme previsto na Resolução 466/12, do Conselho Nacional de Saúde (pesquisas da Educação seguem esta normativa), foram respeitados todos os procedimentos relacionados à pesquisa que envolva seres humanos (BRASIL, 2012b). Neste sentido, o estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa sob nº do CAAE 55146816.0.0000.5352. A pesquisa não dependeu da aprovação da 20ª CRE-RS para aplicação, uma vez que em conversa com a mesma, delimitou-se que a área de abrangência da

20^a CRE envolve escolas estaduais. Por isso ficou estabelecido com a Coordenadoria que o a investigação dependeu da aprovação de cada município correspondente ao lócus de pesquisa (APÊNDICE A). Desta forma utilizou-se como referência as áreas geográficas referentes à 20^a CRE como meio de delimitação dos municípios de abrangência da pesquisa.

Nesta investigação, o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (APÊNDICE B) foi entregue ao pesquisado em duas cópias, com a assinatura e contado do pesquisador, sendo uma das cópias devolvida ao pesquisador para comprovação do aceite da pesquisa. O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido garante o anonimato, privacidade e o direito do pesquisado em desistir da pesquisa a qualquer momento, sem prejuízo ou danos para o mesmo.

Após a entrevista, os dados coletados foram transcritos pela pesquisadora e tabulados utilizando-se para isso o Excel, sendo os sujeitos codificados com as seguintes siglas: S (Secretário da Educação), e N (Nutricionistas), que foram organizados em números cardinais em ordem sucessiva, respeitando o anonimato dos indivíduos pesquisados. Tais dados foram impressos e guardados por cinco anos em local apropriado na residência da pesquisadora, e depois incinerados, preservando as informações dos sujeitos da pesquisa.

Os resultados da pesquisa serão divulgados por meio de relatórios, publicações em periódicos indexados e em eventos científicos. Além disso, assumiu-se o compromisso de divulgá-los junto aos participantes do estudo.

1.2.4 A escolha dos instrumentos de coleta e análise de dados

Para a coleta dos dados foi utilizado instrumento qualitativo através de entrevistas gravadas, respeitando a cultura e as crenças das partes em relação às suas experiências de EAN.

Para Marconi e Lakatos (2003, p. 198) e Gil (1999, p. 118-119) as vantagens e limitações da entrevista baseiam-se em: não exige que a pessoa entrevistada saiba ler e escrever; oferece flexibilidade, pois o entrevistador pode esclarecer o significado das perguntas e adaptar-se mais facilmente às pessoas e às circunstâncias em que se desenvolve a entrevista; possibilita captar a expressão corporal do entrevistado, bem como a tonalidade de voz e ênfase nas respostas; há possibilidades de conseguir informações mais precisas, podendo ser comprovadas, de imediato, as discordâncias; possibilita a obtenção de dados referentes aos mais diversos aspectos da vida social, como também a obtenção de dados em profundidade acerca do comportamento humano; os dados obtidos são suscetíveis de

classificação e de quantificação. Diante deste contexto considerou-se o uso de um roteiro de perguntas abertas e fechadas (APÊNDICE D).

Quanto à análise dos dados foi considerada a análise qualitativa com respectiva análise do conteúdo (CAREGNATO; MUTTI, 2006). Lüdke e André (2004, p. 45) descrevem que a análise qualitativa “implica num primeiro momento, a organização de todo um material, dividindo-o em partes, relacionando essas partes e procurando identificar nelas tendências e padrões relevantes”. Ainda segundo os autores, “num segundo momento essas tendências e padrões são reavaliados, buscando-se relações e interferências num nível de abstração mais elevado” (LÜDKE; ANDRÉ, 2004, p. 45).

2 A CONSTRUÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE NO BRASIL

"Eu estava faminto e você instalou um comitê para investigar a minha fome.

Eu estava sem casa e você preencheu um formulário com a minha reclamação.

Eu estava doente e você fez um seminário sobre a nutrição dos pobres.

Você investigou todos os aspectos do meu lamento e, ainda assim, eu continuo com fome, sem casa e doente".

Anônimo (MONTE, 2000)

Neste capítulo discute-se o que são políticas públicas. Para debater sobre este tema, deve-se considerar uma gama de aspectos, a história é uma delas, pois alguns antecedentes históricos, sociais, econômicos, explicam o formato que a política adquire e os problemas que disso decorrem. É nesse sentido que o passado (a história) importa.

Seria reconfortante discutir apenas a promoção da saúde, proveniente de ações de Políticas Públicas e sua efetivação, os avanços na qualidade de vida e na educação da população brasileira. Ao contrário, o cenário revela a deterioração mesmo às vezes lenta e gradual de condições de vida, economia popular, ordem democrática, valores éticos, Educação e Saúde. Visualiza-se a fragilidade de direitos conquistados. A economia brasileira já não sustenta muitas ações governamentais.

É neste aspecto que falar sobre Políticas Públicas nunca esteve tão atual. Eleger ações governamentais específicas frente a tantas existentes com finalidades distintas que se competem, empregando ainda recursos - inclusive financeiros escassos em tempo de crises - denota uma responsabilidade exponencial e desafio no sentido de direcionar os rumos de uma nação.

Em meio a incertezas, mudanças constantes e um fazer político-histórico-social, a Política Pública se redefine. No contexto brasileiro atual, é muito oportuna a abordagem de concepções e desdobramentos das políticas públicas, dos processos democráticos fecundados pela participação. Entende-se que entre as demandas mais importantes e urgentes do momento atual destacam-se: o combate à corrupção, a construção de espaços políticos para resgatar o respeito e a dignidade com base em uma fiscalização eficiente e um controle social efetivo.

Talvez a alma da questão seja a humanização das relações, pautadas na moral, ética, na solidariedade e respeito ao próximo. Pois tratar de políticas públicas é também reportar-se ao processo da sua construção, do contexto e principalmente do agente construtor. Tratar de política pública desta forma, é tratar dos rumos de governo, de condicionantes que interferem diretamente na realidade da população.

2.1 A Política Pública: Aspectos conceituais e implicações histórico-sociais e econômicas

Partindo da perspectiva de que não existe uma única, nem melhor, definição sobre o que seja política pública, nota-se a relação existente entre a etimologia do termo, pois "as políticas públicas normalmente são um conjunto de ações ou programas instituídos pelo bem ou interesse comum" (OLIVEIRA, SPENGLER, 2012, p. 136), e este conceito está relacionado etimologicamente à palavra grega *polis*, que remete "[...] ao que é urbano, público, civil e social" (RODRIGUES, 2010. p. 13.), ou seja, visa o bem comum, em prol do público, da sociedade em si. Elas surgem com um propósito, de atenuar ou sanar os problemas da sociedade, que não são poucos, nem simples.

Não se poderia destacar um problema número um, que subordinaria a todos os demais; não há um único problema vital, mas vários problemas vitais, e é essa inter-solidariedade complexa de problemas, antagonismos, crises, processos descontrolados, crises gerais do planeta que constituem o problema vital número um. (MORIN, 1995. p. 99).

Assim, a quantidade de problemas, e suas complexidades, compõem mais um desafio para as políticas públicas, tratando-se de escolhas e prioridades, pois destinar quais das lacunas/problemas da sociedade mais merecem atenção corresponde ao primeiro impasse na construção das políticas públicas. Dye (1984) define política pública como "o que o governo escolhe fazer ou não fazer". Já Rodrigues, menciona que "políticas públicas são ações de Governo [...] dispõem sobre "o que fazer" (ações), "aonde chegar" (metas ou objetivos relacionados ao estado de coisas que se pretende alterar) e "como fazer" (estratégias de ação) (RODRIGUES, 2010, p. 52-53), destacando, portanto a ação em torno do problema, o processo de criação de políticas públicas. Porém, um conceito largamente utilizado é de Laswell, no título do livro "quem ganha o quê, quando e como" (1936, p.1) ele define o conceito mais conhecido de políticas públicas até hoje, trata-se de quem vai se beneficiar, o por quê, como vai ocorrer e quando, como também a diferença que vai fazer a mesma perante a sociedade.

Todavia, tem quem discorde com determinadas concepções, visto que as mesmas podem ser elaboradas por instituições privadas, desde que se refiram a “coisa pública”. Então, o que define uma política pública é o “problema público” (MEDEIROS, 2013, p. 1). “O denominador mais comum de todas as análises de redes de políticas públicas é que a formulação destas não é mais atribuída somente à ação do Estado enquanto ator singular e monolítico, mas resulta da interação de atores distintos”. (SCHNEIDER, 2005, p. 38).

Assim, corroboram com essa assertiva Benedito e Menezes (2013, p.59) ao mencionarem que a participação das empresas privadas na implementação e sucesso das políticas públicas é “justificável”, pois "se a atividade empresarial depende do Estado, este pode determinar que as empresas venham a atuar na resoluções de problemas sociais, incluindo as empresas em suas políticas públicas de inclusão social." Wu et al., (2014, p. 16) defendem que a "transferência de muitas responsabilidades públicas para os setores privados ou sem fins lucrativos, promove uma maior fragmentação das políticas públicas."

Neste viés, Pimenta e Alves comentam:

Nunca, antes, foi tão forte a influência dos sistemas tecnológicos de comunicação no modo de ver, sentir, avaliar, ser, estar e viver de pessoas e grupos sociais; o que acontece lá ou aqui é transmitido simultaneamente, em tempo real. Implica sobremaneira na aproximação, reprodução, assimilação e rejeição de práticas ou manifestações. Uma tendência desse processo político-econômico, impulsionada pelos efeitos dos processos globais, é a minimização dos espaços de atuação do Estado. Essa minimização coloca, em evidência, a “eficiência”, exclusiva, do setor privado, tendo em vista sua dinâmica e agilidade na “gestão” de seus interesses. No caminho inverso, inscreve-se o Estado no rol do atraso, da lentidão e da ineficiência na condução das intervenções que lhe competem. (2010, p.12).

Sob este caminho depara-se com uma questão: a política pública fomentada pela iniciativa privada traz benefícios sociais? Quais os reais interesses embutidos através destas ações?

Souza (2006, p.36), faz uma síntese sobre todas as concepções de políticas públicas:

*A política pública permite distinguir entre o que o governo pretende fazer e o que, de fato, faz.

*A política pública envolve vários atores e níveis de decisão, embora seja materializada através dos governos, e não necessariamente se restringe a participantes formais, já que os informais são também importantes.

*A política pública é abrangente e não se limita a leis e regras.

*A política pública é uma ação intencional, com objetivos a serem alcançados.

*A política pública, embora tenha impactos no curto prazo, é uma política de longo prazo.

*A política pública envolve processos subsequentes após sua decisão e proposição, ou seja, implica também implementação, execução e avaliação.

Assim, percebe-se a abrangência e complexidades que as políticas públicas exercem, bem como o grande potencial que podem desempenhar, seja ele de caráter positivo ou não.

Entende-se que os contornos iniciais que definem sua trajetória e o processo de converter um compromisso a conquistas mensuráveis, leva em conta três princípios básicos: elas devem ser “politicamente aceitáveis, administrativamente viáveis e tecnicamente sólidas”. (WU, et al., 2014, p. 15).

Em virtude dos fatos mencionados, e considerando ainda a inter-relação que as políticas exercem entre elas, é válido perguntar: o que leva uma política ao sucesso ou fracasso? De onde a política é oriunda: de sujeitos teóricos ou da mobilização popular?

Diante dessas premissas, as políticas públicas tem papel essencial no fortalecimento da própria EAN, e inclusive nos indicadores sociais. Em virtude disso torna-se necessário salientar e especificar o conceito de política pública abordado até então, mais especificadamente, no viés deste estudo.

O termo “Política Pública” traz um emaranhado de conceitos e concepções complexas e complementares. Portanto, iremos considerá-la, neste estudo como as ações e compromissos desenvolvidos ou não pelos governos que deveriam estabelecer condições de equidade no convívio social, visando deste modo a necessidade de que todos possam atingir uma qualidade de vida compatível com a dignidade humana (DIAS; MATOS, 2012). Desta forma, cabe ao Estado fazer escolhas e tomar decisões da ação pública que podem gerar grandes impactos e afetar a todos. Isto é, fazer as escolhas para o investimento de recursos escassos em finalidades que se competem. Como a ação do governo deve estar voltado ao bem estar comum, seu foco de olhar deverá consequentemente pairar sobre aqueles cidadãos com maior vulnerabilidade social.

Entretanto os desafios das Políticas Públicas não adentram somente na escassez de recursos. A corrupção tornou-se uma virose letal para o estado democrático e para a efetivação das políticas públicas. Para Odegard, em seus inscitos na Enciclopédia Internacional de Ciências Sociais, já em 1942 (p.450) afirmava que a corrupção “é o uso indevido do poder político para proveito particular”, e ainda, completa que “é produto da forma de vida de uma sociedade aquisitiva, onde domina o dinheiro e onde as pessoas são julgados pelo que possuem e não pelo que são”. Neste aspecto, a participação se faz funcionalmente necessária, não só ao combate da corrupção, como também para a concretização de políticas públicas voltadas aos interesses coletivos. Por isso é importante observar que a participação popular vem sendo cada vez mais chamada a tornar-se ativa perante as políticas públicas e seus processos de elaboração, desenvolvimento, aplicação e avaliação.

Num contexto de profundas desigualdades e injustiças sociais, resultado (relações capitalistas) de políticas voltadas aos interesses de grupos dominantes e corporações de influência no poder, torna-se ainda mais premente o debate das questões sociais e, em especial, das políticas públicas, fundamentais para minimizar e superar as distorções historicamente construídas na sociedade. Cabe salientar que "as políticas sociais constituem um subconjunto de um conjunto maior que denominamos de políticas públicas. Em outras palavras, toda política social é uma política pública, mas nem toda política pública é uma política social." (FOLHA apud RODRIGUES, 2010, p.1).

2.2 O Caráter Social Embutido em Algumas Políticas Públicas: Uma Perspectiva Fundamental

Em Bauman (2008, p. 12) lê-se que “o bem estar de um lugar, qualquer que seja nunca é inocente em relação à miséria de outro”. É neste olhar atento sobre as políticas públicas que podemos tecer as consequências destas ações e a determinação do público alvo ou região. Almeida e Navarro (2009, p. 80) destacam que “os camponeses sofreram o impacto das políticas que discriminaram a agricultura, mas não gozaram dos benefícios das políticas que deveriam compensar por tal discriminação”.

Este é um ponto central para a seguinte questão: Toda a política que se diz social, tem reais implicações sociais? Quando uma política busca o desenvolvimento de um local específico, não implica na exclusão de outro? Aqui entramos em uma zona de conflito, onde uma ação governamental respinga em muitos outros âmbitos. Souza (2016, p. 139) “Não se trata de coexistência pacífica, mas de disputa entre projetos políticos”. É nesta perspectiva que o caráter social embutido em algumas políticas públicas deve buscar resgatar os marginalizados e excluídos socialmente, numa ação voltada à igualdade de direitos, isto é, caracterizada pela equidade e justiça social e fundamentada no bem comum.

Neste espectro, identificar para quem são destinadas as políticas públicas, requer coerência ética, visto que, convoca a pensar onde está a desigualdade. Para Amartya Sen a desigualdade pode estar em muitos estados. Numa reflexão sobre como se dá o desenvolvimento como liberdade, elucida algumas liberdades fundamentais e caracteriza a pobreza não apenas com o aspecto da renda, mas também como a privação de capacidades básicas de um indivíduo. Também invoca que a política é uma necessidade da vida de um sujeito, na medida em que este é um ser político, e que necessita de direitos políticos. Há desigualdade de quê? Em sua comparação entre uma pessoa com renda alta, mas sem direitos

participativos na vida política e uma pessoa com renda baixa, doente e que não consegue pagar o tratamento, pergunta: Onde está a pobreza? Revisitando, há desigualdade de quê? (SEN, 2000).

Ainda, fazendo um recorte de seus achados, o dilema de Annapurna é destacado por Sen (2010) buscando refletir sobre a justiça social. Annapurna era dono de um jardim que precisa de cuidados e tinha que decidir entre três jardineiros desempregados— Dinu, Bischanno e Rogini, desejando ainda, fazer a escolha mais justa. Vilas-Bôas (2010) resgata a história e comenta:

Explica o autor que, embora os três sejam pobres, Dinu é reconhecidamente o mais pobre, de sorte que é a primeira opção em que pensa Annapurna. Pondera, entretanto, que, embora seja Dinu o mais pobre, é Bischanno que se acha mais infeliz com essa condição, por ser aquele que empobreceu há menos tempo e que se encontra mais abalado e deprimido, de forma que, provavelmente, seria aquele que teria mais alegria em receber a oportunidade de trabalho e de resgate de sua autoconfiança, possivelmente aproveitando melhor a chance. Considera, então, que, embora não seja o mais pobre nem o mais infeliz, Rogini, o terceiro trabalhador, é portador de uma doença crônica, estoicamente suportada, que poderia ser tratada, caso lhe fosse dado o emprego. A questão se torna, então, eleger a qual elemento se dará prioridade, como critério prevalente para a seleção do beneficiado pelo único emprego de que dispõe Annapurna: se a medida será a díade renda-pobreza, a maior possibilidade de felicidade produzida ou o favorecimento potencial de uma melhor qualidade de vida. O autor não diz qual foi a opção de Annapurna, mas, analisando as hipóteses, deixa claro que todos os critérios aventados, ao mesmo tempo em que são justificados, têm, também, seus vieses e não estão isentos de críticas ou de preconceitos, como critérios humanos que são. (SEM, 2000 apud VILAS-BÔAS, 2010, p. 74).

A conotação de prioridades, como vista, detém um caráter amplo e complexo que requer envolvimento individual e coletivo. É nesta perspectiva que políticas públicas oriundas de lutas sociais, em diálogo com os interesses coletivos, parecem ter maior legitimidade em um país onde a democracia participativa precisa ser consolidada / enraizada, a fim que os interesses públicos possam prevalecer sobre os privados, pela efetivação de políticas públicas sócias justas.

Neste delinear por horizontes mais democráticos, a Constituição de 1988 aponta para uma quebra de paradigmas, proveniente de luta social por direitos, e promovendo uma revolução de atitudes e ações que fortaleceram o desenvolvimento do país. Atualmente a luta pela efetivação dos direitos já conquistados, principalmente no tangente aos direitos humanos fundamentais, é necessária e pontual.

Entretanto Souza (2016) alerta que por vezes, há reprodução de desigualdades mesmo em instituições participativas, pois grupos sociais minoritários apresentam pouca força de pressão e expressão ou ainda mesmo estando presentes não têm oportunidade de escuta

efetiva. Neste contexto, não é suficiente o pressuposto da participação. “Há necessidade de reconhecer que as desigualdades no acesso aos recursos de poder também ocorrem em espaços de participação” (SOUZA, 2016, p.23).

Diante de tais aspectos a gestão do caráter público se torna fundamental, no encontro de prioridades do povo participativo que luta por direito e dos marginalizados socialmente.

2.3 Gestão de Políticas Públicas na perspectiva democrática popular

A gestão de alguma forma sempre esteve presente na humanidade, seja pelo ato de governar a si mesmo durante todo o percurso da vida fazendo-se escolhas, planejando, ou até mesmo pelo pensar coletivamente, no bem estar comum, gerindo um grupo de pessoas, família, amigos... Buscando uma aspecto mais conceitual o termo gestão surge do latim ‘*gestio*’, que constitui ação de dirigir (GROPPO, 2006). Sua raiz etimológica vem de “*ger*”, que significa fazer brotar, germinar, fazer nascer; desta mesma raiz provêm os termos genitora, genitor, germen (CURY, 2007). Ainda para este autor tem sentido de levar sobre si, carregar, chamar a si, executar, exercer, gerar.

É nesta perspectiva que a palavra administração surge, numa exponencial e contínua atualidade, principalmente a partir da revolução industrial, onde a gestão de recursos e de pessoas se tornou inquestionável para o esperado “desenvolvimento” que os burgueses almejavam na época. Passando por processos históricos e sociais, o referido conceito também apresentou evoluções com o passar dos anos. Uma concepção interessante é de que a administração tratada como mediação trata-se da “utilização racional de recursos para a realização de fins determinados” (PARO, 2005, p. 18).

Diante de uma postura politizada, a gestão, que em cunho científico, ora se apresenta como sinônimo de administração, ora se apresenta com diferenças, merece destaque como conduta que pode levar as ações ao sucesso ou ao fracasso, ou mesmo ainda nem chegar ao patamar de ação. É neste germinar de ideias que a gestão democrática passa a embasar a perspectiva fundamental de participação.

Ainda nesta teia, cabe aqui tecer algumas indagações: Quais as competências de um gestor? Ao gerir recursos, o gestor pode desviar, no sentido de favorecer seus interesses acima dos interesses de um contingente populacional? No contexto atual, a ética, o respeito e a busca do bem estar social fazem parte do intuito dos gestores públicos e governamentais? Qual o espaço da democracia e da participação na gestão pública? Na atual crise econômica, social,

política e moral, qual a concepção de gestão predominante na visão das lideranças do nosso país?

Percebe-se que algumas questões competem centralidade quando relacionadas às políticas públicas e a gestão: Neste entendimento destaca-se o conceito de controle social como um balizador da emancipação, da estrutura sustentadora da fiscalização, e um precursor do desenvolvimento social e local. E ainda o *accountability* que denota a responsabilização com foco na ética e na transparência das ações.

A gestão democrática e a participação ativa da sociedade é decisiva para a construção de políticas públicas e suas avaliações.

A participação social é considerada importante elemento de gestão e componente fundamental para a elaboração das políticas públicas. As propostas do programa de governo são [ou devem ser] construídas a partir das demandas e necessidades da sociedade. Essas, na medida do possível, são incorporadas às políticas públicas. (LAMBERTUCCI, 2009, p.74).

Cabe destacar que foi a própria Constituição Federal de 1988 que abriu espaço, "[...] por meio de legislação específica, para práticas participativas nas áreas de políticas públicas, em particular na saúde, na assistência social, nas políticas urbanas e no meio ambiente". (AVRITZER, 2009, p. 29-30). No concernente à descentralização das ações, reforçada a partir da constituição cidadã, que por um lado se apresenta como fator importante na estruturação da gestão, considerando a regionalidade e especificidades locais, por outro, implica na responsabilização municipal das ações.

Considerando o exposto até então e voltando para o aspecto da gestão realizada na EAN, muito ainda tem-se a considerar, no sentido de evidenciar a sua necessidade quanto aos aspectos de germinar ações que valorizam a vida, a autonomia, a emancipação e constituem-se de metodologias que ultrapassem os sistemas tradicionais, verticais, isolados e inoportunos na promoção de hábitos saudáveis.

A gestão e a EAN são temáticas estudadas por pesquisadores em diferentes espaços institucionais. Entre outros, Dias (2013, p. 31) elaborou uma proposta através do Projeto de Gestão de EAN – (PGEAN) em uma escola pública da rede estadual no município de Feira de Santana (Bahia). Nesse espaço o profissional nutricionista foi destacado, na gestão da EAN, com a responsabilidade pelo “planejamento de ações articulação com outros colaboradores (diretores, professores...) para o desenvolvimento de projetos pedagógicos, coordenação, supervisão e execução de programas de educação permanente em alimentação e nutrição no âmbito escolar”. Na prática, o nutricionista foi desafiado a consolidar a perspectiva social da EAN no ambiente escolar e fora dele:

A nossa expectativa é que ações de EAN enquanto aspectos pedagógicos possam ser conduzidos de forma planejada e como uma rotina consolidada na gestão escolar. E que o nutricionista junto aos atores escolares em especial gestores, coordenadores pedagógicos e professores estejam sensibilizados ao papel social que lhes cabe na escola, no campo da EAN. (DIAS, 2013, p. 32).

Nesta perspectiva a questão da gestão da EAN é fator fundamental para a concretização dos interesses coletivos, assim como metodologias de EAN que perpassam pela curiosidade e criatividade, apresentando atitudes inovadoras, sendo coerente com a responsabilidade social de formar cidadãos capazes de fazer escolhas alimentares autônomas e conscientes. Assim, entende-se que há um vasto campo a ser explorado em torno da temática descrita o que mais uma vez vem justificar a investigação realizada.

2.4 Avanços e desdobramentos da EAN no século XXI enquanto política pública

Josué de Castro, ao elaborar o mapa da fome no Brasil assim descreve: “A fome é, conforme tantas vezes tenho afirmado a expressão biológica de males sociológicos.” (1969, p.01). A fome muitas vezes foi o fio condutor mestre para as ações de EAN condicionalmente ligados ao processo de busca pela SAN. Estratégias de erradicação da fome e da miséria e ações sociais complementares trouxeram significativas mudanças no padrão alimentar da população. Sabe-se que a América Latiana e Caribe desempenham importantes estratégias no combate a fome. Conforme a ONU (2015 p. 01) “a região é a única no mundo que, além de alcançar o Objetivo de Desenvolvimento do Milênio de reduzir à metade a população que sofre de fome, também diminuiu para a metade o número de pessoas subalimentadas entre 1990 e 2015”. Tais fatos constituem uma vitória importante na erradicação da pobreza e no fortalecimento da inclusão social. Entretanto torna-se um desafio atualmente manter estas conquistas e direitos sustentados.

A fome foi transformada no Brasil em um fenômeno isolado, mas não minimizado (FAO, 2014, p. 05). “É um avanço incontestável. Em pouco mais de dez anos, deixaram a situação de pobreza mais severa, [...] parcelas da população que mais sofriam com as privações.”. Em seus relatórios, este órgão internacional destaca a atuação do governo brasileiro no sentido da institucionalização de programas estratégicos de combate à fome e miséria, bem como os resultados evidenciados.

Em 2003, o governo Lula instituiu a estratégia Fome Zero que, por meio da atuação conjunta de diversos ministérios, englobou programas e ações emergenciais e estruturantes, organizados em quatro eixos: a) acesso aos alimentos; b) Fortalecimento da agricultura familiar; c) geração de renda; e d) articulação,

mobilização e controle social. [...] Em 2011, com a mudança de Presidência da república, o governo Dilma Rousseff, através do Plano Brasil Sem Miséria, reforçou o orçamento, a cobertura e a gestão de programas e ações de segurança alimentar e nutricional, de forma a duplicar o orçamento desta Política para 77 bilhões de reais por ano. Além disso, manteve-se a trajetória de fortalecimento e universalização das políticas de saúde, educação e trabalho. (FAO, 2014, p. 44).

O Programa Fome Zero contempla a EAN como é conhecida, como uma das frentes de atuação. Documentos e conferências nacionais e internacionais discutem tais assuntos e a valorização da EAN como um importante meio de intervenção. Também foi sendo valorizada através do Programa Nacional da Alimentação Escolar (PNAE), na qual a Lei Nº 11.947, de 2009, por meio de uma diretriz trata da inclusão da EAN no processo de ensino e aprendizagem, que perpassa pelo currículo escolar. Está presente na Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN), em todas as suas diretrizes, pela qual objetiva a promoção da saúde através do desenvolvimento de habilidades pessoais, por meio de processos participativos e permanentes. Ainda, o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) e a Política Nacional de Promoção da Saúde (PNPS) prevêm processos permanentes de EAN em suas redações (BRASIL, 2006; BRASIL, 2009a; BRASIL, 2009b; BRASIL, 2014a).

Mais recentemente, em 2012, o governo criou o Marco de Referência da EAN para Políticas Públicas com o objetivo de “consolidar práticas e conceitos da educação alimentar, além de permitir uma atuação multidisciplinar sobre as políticas que promovem o direito a uma alimentação adequada, previsto na Constituição e em tratados internacionais” (BRASIL, 2014b; BRASIL, 2012a). O Marco enfatiza a participação dos atores sociais como necessária e oportuna.

Outros autores concordam com a prerrogativa da participação. Rocha (2008, p.6) considera que o princípio democrático é essencial para a legitimação de políticas públicas, principalmente as voltadas à segurança alimentar. Argumenta ainda que “democracia é participação, é a criação de múltiplos canais participativos que possibilitam que as demandas sociais influenciem com maior facilidade a esfera pública e o Estado”. Desta forma, entende-se que, principalmente após a Constituição Cidadã de 1988, os direitos referentes à alimentação ganharam mais destaque. Temas como a EAN ficaram em maior evidência e puderam ser discutidos com maior clareza e frequência.

O mesmo autor ainda completa afirmando que:

Em uma sociedade em que todos devem ser tratados com igual respeito e consideração, a singularidade de cada grupo social tem de ser respeitada, fazendo da igualdade o exercício das diferenças. Para tanto, são essenciais espaços democráticos sensíveis às demandas sociais, pois somente por meio da participação as violações a

direitos poderão ser denunciadas e novas demandas apresentadas. (ROCHA, 2008, p. 10).

Cabe destacar aqui, a real necessidade da participação popular nas ações de elaboração, implantação e avaliação da EAN. Não se pode responsabilizar apenas o Estado e as políticas públicas acerca do destino no nosso país, das suas decisões, de suas práticas públicas. O controle social requer a responsabilidade compartilhada. É nesta perspectiva que a EAN pode se ampliar tendo como experiências exitosas aquelas verdadeiramente democráticas.

Nóvoa, em seu descrito intitulado “Pedagogia: A Terceira Margem do Rio”, contextualiza o que convém ser ensinado aos discentes. Para ele, vale a pena ser ensinado “tudo que une e liberta simultaneamente”. Une no sentido de permitir aos sujeitos integrar-se na sociedade, e liberta por caracterizar-se ir além, libertar-se pela ciência e conhecimentos, pelas leituras, artes, danças... Assim que se pretende aprofundar conhecimentos e práticas da EAN: “Os saberes só unem e só libertam se forem trabalhados como cultura, se forem trabalhados e inscritos na história de cada um e se forem objeto de apropriação pessoal. Se não for gesto de cultura, a Pedagogia não é nada” (NÓVOA, 2011, p. 12).

2.5 EAN no Âmbito Escolar Através Das Políticas Públicas

As ações de EAN tornam-se cada vez mais frequentes nas escolas, provavelmente em decorrência da preocupação com a saúde em todo o seu caráter protetor e preventivo. Uma característica que leva a esta constatação são algumas proposições de políticas públicas que buscam como meios de intervenção a EAN com foco principal no âmbito escolar. Um exemplo que pode ser citado é o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) que em seu 2º artigo, parágrafo 2 expõe: “inclusão da EAN no processo de ensino e aprendizagem, que perpassa pelo currículo escolar, abordando o tema alimentação e nutrição e o desenvolvimento de práticas saudáveis de vida, na perspectiva da segurança alimentar e nutricional”. (BRASIL, 2009a, p. 01).

Para Albuquerque e Menezes, (2014, p.3), “a preocupação com a EAN nas escolas vem aumentando a medida que cresce o número de crianças e adolescentes acima do peso no país.” Além disso, problemas de saúde, antes vistos apenas em adultos, como colesterol alto e hipertensão, agora atingem também o público infantil (OLIVEIRA et al., 2004). Essa transição nutricional e de perfil epidemiológico da população leva a questionamentos acerca das condições alimentares que estão sendo expostas as crianças, fortemente incentivadas ao consumo de alimentos industrializados pela mídia e grandes indústrias. Desta forma entende-

se o real potencial da EAN em uma intervenção concreta e eficaz, com ação transformadora e dialógica, pautada na problematização que pode induzir a incorporação de hábitos nutricionais adequados entre os escolares.

De fato, alguns estudos demonstram que a formação do hábito alimentar se dá na infância, e nesta fase as interferências dos pais e da comunidade escolar são importantíssimas para conduzir a uma alimentação saudável. Também relacionam a correta alimentação com o favorecimento da saúde, crescimento e desenvolvimento normal, além da diminuição da incidência de doenças crônicas degenerativas na idade adulta (GANDRA, 2000). Isto é, considerando que as doenças crônicas não transmissíveis, são passíveis de serem prevenidas a partir de mudanças nos padrões de alimentação, tabagismo e atividade física. Para isso é preciso repensar o padrão alimentar do brasileiro com predominância de uma alimentação densamente calórica, rica em açúcar e gordura animal, mas reduzida em carboidratos complexos e fibras.

Com base nestas informações percebe-se que não é por acaso que no âmbito do Ministério da Educação, a escola tem sido um dos espaços mais focados pelas políticas públicas de alimentação e nutrição, sendo reconhecida como espaço privilegiado para a promoção da alimentação saudável, com foco prioritário na de formação de hábitos e escolhas. (SANTOS, 2012).

É a partir desta premissa que no ano de 2006 foi instituída a Portaria Interministerial N°- 1.010, 08/05/2006, instituindo as diretrizes para a Promoção da Alimentação Saudável nas escolas de educação infantil, fundamental e nível médio das redes públicas e privadas, em âmbito nacional (BRASIL, 2006a). Dentre seus eixos prioritários encontrados, no artigo 3º verificam-se as “ações de EAN, considerando os hábitos alimentares como expressão de manifestações culturais regionais e nacionais”, o que demonstra o fazer EAN apreciando todos os aspectos e dimensões dos alimentos e não meramente a nutricional. Também é expressa nesta portaria a busca da participação coletiva, tão necessária para a consolidação dos objetivos neste documento a preconizar a definição de estratégias “em conjunto com a comunidade escolar, para favorecer escolhas saudáveis” (BRASIL, 2006a, p.1). Sabe-se que quanto mais coletiva for à participação mais democrática ela é (GADOTTI, 2014) e melhores resultados tende a trazer.

O decreto N° 6.286, de 5 de dezembro de 2007, que institui o Programa Saúde na Escola (PSE), e dá outras providências, também trouxe contribuições a EAN ao propor o fomento de ações de promoção da saúde na escola, que no contexto da nutrição enfatiza a avaliação nutricional e a promoção da alimentação saudável, mesmo não estando descrito o

termo “educação alimentar e nutricional”, pois essa prática está implícita nos objetivos do decreto (BRASIL, 2007).

Outro aspecto importante refere-se à inclusão da EAN no processo de ensino e aprendizagem, que perpassa pelo currículo escolar, como já citado anteriormente na redação do PNAE. Os Parâmetros Curriculares Nacionais orientam sobre a:

[...] necessidade de que as concepções sobre saúde ou sobre o que é saudável, ou mesmo a valorização de hábitos e estilos de vida, perpassem todas as áreas de estudo, possam processar-se regularmente e de modo contextualizado no cotidiano da experiência escolar. (BRASIL, 2006a).

Outro documento que vem a contribuir com a EAN é a Lei Nº 11.947, de 16 de junho de 2009, a qual dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola para alunos da educação básica. Destaca ainda, como uma de suas atribuições a promoção da EAN e sanitária em ambiente escolar. Segundo este, o PNAE tem por objetivo:

[...] contribuir para o crescimento e o desenvolvimento biopsicossocial, a aprendizagem, o rendimento escolar e a formação de hábitos alimentares saudáveis dos alunos, por meio de ações de educação alimentar e nutricional e da oferta de refeições que cubram as suas necessidades nutricionais durante o período letivo. (BRASIL, 2009a, p. 01).

Mais recentemente, o Marco de Referência de EAN para Políticas Públicas traz os subsídios que faltavam para orientar as ações de EAN e preencher muitas lacunas referentes a essa temática, entre teoria e prática.

A guisa de algumas considerações preliminares pode-se dizer que a EAN é hoje, um tema de grande relevância e atual. As doenças de ordem pública e agora também consideradas globais precisam de soluções que vão além do tratamento, mas que investiguem as causas de seu surgimento e evolução. A escola tem um espaço privilegiado para trabalhar não só a EAN, mas como outros aspectos que envolvam a promoção de saúde e qualidade de vida, por atingir não somente os alunos, mas a comunidade escolar em todo o seu contexto.

O estudo da EAN em seus vários aspectos torna possível uma reflexão sobre a sua real possibilidade de intervenção. Assim, as investigações aqui realizadas centraram-se primeiramente no histórico da EAN, contemplando consecutivamente a participação popular neste processo. No segundo momento foram destacados os avanços da EAN no âmbito escolar e através das políticas públicas.

Podemos perceber que houve muitas estratégias de EAN equivocadas, que não atentavam para os aspectos sociais e culturais da alimentação. Após muitos anos, e

indeterminados erros, indicaram a necessária compreensão de que EAN deva levar em conta a igualdade de sujeitos de direitos, considerando suas diferenças de culturas, crenças, regiões e hábitos.

Outra característica destacada foi à importância das ações de EAN nas escolas, por atingirem um público variado, considerando toda a comunidade escolar, e ser um local de maior abrangência para tais práticas. Além disso, a escola tem o potencial de influencia por ensinamentos necessários para a prática cidadã. Desta forma, torna-se fundamental trabalhar EAN como estratégia de tomada de consciência dos benefícios da alimentação saudável, e sobre tudo, enfatizar a autonomia de cada sujeito e seu caráter emancipatório.

Como fechamento deste capítulo, pode-se inferir que as Políticas Públicas vêm valorizando cada vez mais o tema em discussão em virtude da relevância e profunda intervenção que pode causar quando efetuada de forma correta, participativa e democrática. Também é necessário que a prática se iguale aos pormenores da legislação, e que esta preveja condições adequadas para sua efetivação. Assim, com Freire (1996, p. 14) podemos afirmar que “é fundamental diminuir a distância entre o que se diz e o que se faz, de tal forma que, num dado momento, a tua fala seja a tua prática”.

3 ANÁLISE CRÍTICA DO MARCO DE REFERÊNCIA DE EAN PARA POLÍTICAS PÚBLICAS E SEUS ESTRUTURANTES

Neste capítulo objetiva-se discutir uma das indagações que problematizam a pesquisa: Como são caracterizadas as concepções de EAN segundo o Marco de Referência de EAN para Políticas Públicas? Como documento, trata-se de um balizador do tema na medida que proporciona uma reflexão sobre seus princípios, conceitos e objetivos, trata-se também de um trabalho pioneiro na proposta tendo, após sua publicação, novos marcos de referência criados: Marco de Referência de Educação Popular para Políticas Públicas, (BRASIL, 2014c); Marco de Referência de Vigilância Alimentar e Nutricional na Atenção Básica (BRASIL, 2015b).

Cabe aqui discutir também algumas características que marcaram a elaboração do documento, como sua construção participativa considerando vários setores da sociedade civil, em consonância com seus objetivos dialógicos e participativos. Os princípios para as ações de EAN frutificam atitudes e valores favoráveis a autonomia alimentar e respeito aos conhecimentos populares, e culturais. Uma vez que o propósito da Educação Alimentar não deve ser um processo domesticador e mágico em favor do saudável, mas sim conscientizador e libertador em favorecimento a autonomia (FAGUNDES; MENDES, 2014). Outra temática abordada está relacionada ao ator social que promove a EAN. O assunto é contraditório, uma vez que o Marco de Referência incorpora uma atividade multiprofissional, entretanto a educação nutricional é tratada legalmente como atividade privativa do nutricionista. Desta forma o capítulo traz esta análise crítica identificando a importância do documento aqui discutido.

3.1 Marco de EAN para Políticas Públicas: Percepções acerca de sua Elaboração

A elaboração do documento aqui analisado foi uma das metas do PlanSAN (Plano de Segurança Alimentar e Nutricional) para atingir os objetivos estabelecidos do Plano Plurianual -2012- 2015- (BRASIL, 2011a). Ainda de acordo com este documento considera-se EAN como:

Um campo de conhecimento e de prática contínua e permanente, transdisciplinar, intersetorial e multiprofissional que visa promover a prática autônoma e voluntária de hábitos alimentares saudáveis, no contexto da realização do Direito Humano à Alimentação Adequada e da garantia da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN). A prática da EAN deve fazer uso de abordagens e recursos educacionais

problematizadores e ativos que favoreçam o diálogo junto a indivíduos e grupos populacionais, considerando todas as fases do curso da vida, etapas do sistema alimentar e as interações e significados que compõem o comportamento alimentar. (BRASIL, 2012a, p. 23).

Estamos falando aqui de um documento cuja prática exige uma ação fortemente dialógica e um contexto participativo. E como poderia tal marco demandar tais pressupostos se sua construção não se desse de maneira participativa? Se hoje, podemos perceber o aumento, a eficácia e abrangência das ações públicas, a participação de diferentes segmentos da sociedade tem papel imprescindível neste contexto. Abaixo as considerações do Marco e Referência acerca de sua elaboração:

O documento aqui apresentado é fruto de uma construção participativa de cidadãos, profissionais, gestores, representantes da sociedade civil, professores e acadêmicos que se dedicam ao tema, compartilham e acreditam que a Educação Alimentar e Nutricional contribui para a realização do Direito Humano à Alimentação Adequada e para a construção de um Brasil saudável. Traduz, portanto, as singularidades e a diversidade nacional para a consecução das ações de EAN no Brasil. (BRASIL, 2012a, p. 06).

Vieira (2001, p. 14), discorre sobre o assunto afirmando que “quanto mais coletiva é a decisão, mais democrática ela é.” Saes (2001, p.16) corrobora ao mencionar que a democratização constitui um instrumentalizador de lutas, isto é de “direitos efetivamente já gozados para conquistar novos direitos”. Não obstante, a prática participativa se torna um espaço privilegiado de reflexão e debates pertinentes a ao enfrentamento de problemas pontuais que assolam o país. E quando essa participação engloba diferentes setores da sociedade discutindo um mesmo assunto sob diferentes óticas, o processo se torna mais amplo, complexo e completo, pois uma inquietude é uma inquietude de todos, quando convivemos em equipe.

Dando sequência, a primeira etapa de formulação do Marco em questão, se deu através de uma composição de um grupo de trabalho onde se faziam presentes alguns Ministérios, Conselhos, Associações e Universidade. Com a Coordenação Geral de EAN do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) foram desenvolvidas quatro atividades que objetivaram gerar reflexões, intercâmbios e propostas em relação a elaboração do documento (BRASIL, 2012a).

A primeira das atividades foi o encontro “Educação Alimentar e Nutricional - Discutindo Diretrizes”, realizado em Brasília/DF, em outubro de 2011. Com participação de 160 pessoas, que incluíam docentes de universidades públicas e privadas, gestores e outros profissionais que atuam em políticas públicas relacionadas ao tema. O debate realizado no evento resultou em um relatório sobre as diretrizes da EAN, e ficou disponível na íntegra no

sítio eletrônico do MDS. Outra atividade realizada aconteceu durante a IV Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, na cidade de Salvador/BA, em novembro de 2011. Intitulada “Atividade integradora sobre EAN” a dinâmica contou com vinte e sete profissionais, gestores, docentes, e representantes da sociedade civil (BRASIL, 2012a).

Já no Congresso Word Nutrition Rio realizado em abril de 2012, com o intuito de compartilhar e acolher conceitos e princípios acerca da EAN, obteve-se uma participação de 59 pessoas, inclusive docentes e pesquisadores de outros países (França e Portugal). A última das atividades merece destaque. Tratou-se de uma consulta pública que disponibilizou o texto base do Marco de Referência para que pessoas, entidades e instituições com interesse no tema pudessem mandar sugestões. Realizada no período de 04 de junho a 07 de julho de 2012, a consulta pública contou com 979 acessos do texto base, sendo que 111 pessoas enviaram 347 sugestões. Não obstante, 90% dos participantes destacaram que consideram o documento uma proposta importante para área. (BRASIL, 2012a).

De fato, o Marco de Referência de EAN para Políticas Públicas representou um grande avanço para a ciência da Nutrição e todos os setores ao qual ela está ligada, entretanto em termos de democracia, representa o despertar importância para a opinião pública. No histórico da EAN marcado muitas vezes por interesses contraditórios aos seus próprios princípios, a educação alimentar, como era conhecida na época de 1940, chegou até mesmo a desestimular o aleitamento materno, incentivar o consumo de alimento estranho à cultura alimentar do povo brasileiro (soja) e incitar também o consumo de alimentos industrializados (REA, 1990; BOOG, 2011). Desta forma, para romper com um passado onde práticas de EAN não condiziam com a realidade, pautadas principalmente por interesses comerciais, o Marco de Referência, construído de forma participativa, significou um método de ampliação da discussão da coisa pública, através de um controle social mais efetivo que não só permeia a construção de políticas públicas, como também documentos e movimentos sociais que as antecedem. Tornou-se, portanto um embrião de um verdadeiro sistema nacional de democracia.

Quanto às implicações desta construção participativa podemos mencionar o caráter emancipatório do documento, em que cita como alguns dos princípios da EAN a “valorização da cultura local e o respeito à diversidade de opiniões e perspectivas” (p. 25), “a Educação enquanto processo permanente e gerador de autonomia e participação ativa e informada dos sujeitos” (p.27), e ainda a “valorização da culinária enquanto prática emancipatória” (BRASIL, 2012a, p. 26).

Outro desdobramento do Marco de Referência foi à consolidação do espaço virtual Ideias na Mesa, local onde as experiências, questionamentos e dúvidas sobre as práticas de EAN podem ser exibidas e debatidas por todos os internautas. Com o objetivo de compartilhar experiências de pessoas, instituições de governo e organizações da sociedade civil que pratiquem e ajudem a promover a alimentação adequada e saudável no país o espaço virtual torna-se um local de participação e divulgação de experiências exitosas (BRASIL, 2012).

O documento também serviu de base para a revisão do Guia Alimentar da População Brasileira (BRASIL, 2014d). Santos (2013), em seu estudo também considerou destaque do Marco de Referência, os desdobramentos para o âmbito da universidade e para os aspectos culturais da alimentação.

Apesar de seus diversos avanços, consideramos que a participação na construção deste documento poderia ser ainda mais ampla, uma vez que os espaços geográficos onde se delimitaram as atividades sobre EAN não se expandiram para todas as regiões do país. Entretanto a consulta pública, última etapa da construção do marco, possibilitou uma abrangência maior.

Diante do exposto, percebe-se que é preciso ampliar as possibilidades participativas, coletivas e individuais do cidadão. Uma vez que as políticas públicas são criadas para a população, torna-se mais do que necessário, que suas opiniões e necessidades sejam ouvidas, melhor que isso, que sejam aplicadas. Quando a população se entende como parte de um projeto, de uma ação, ela começa a cobrar aquilo que lhe é direito, é a partir daí que o controle social torna-se efetivo, e a democracia toma dimensões maiores. Parafraseando Lincoln apud Silva (2008, p. 07) em 1963, democracia deve ser “o governo do povo, pelo povo e para o povo”.

4.1.1 Por que uma prática participativa?

Ante o legado histórico que remete esta discussão, deparamo-nos com o porquê de uma prática participativa diante de tal tema e qual o poder dessa sobre a democracia. É neste sentido que o passado importa! Estudos destacam que na história do Brasil a experiência de democracia é inexistente considerando “a família patriarcal, escola tradicional, religião dogmática, política opressora, economia excludente, sindicatos pelegos, sociedade com grande divisão de classes, trabalho semi escravo.” (MURARO, 2013, p.825).

Assim, alguns antecedentes explicam o formato que a democracia adquiriu e os problemas que disso decorrem. Isso porque na visão de Freire, antes de ser forma política, ela é uma forma de vida, ou seja, está muito além de um simples legado histórico, pois se traduz da consciência de uma justiça social da população de cada época da história. É digno de nota ressaltar que “não se recebe a democracia de presente. Luta-se pela democracia. Não se rompem as amarras que nos proibem de ser como uma paciência bem comportada, mas com o povo mobilizando-se, organizando-se, conscientemente crítico”. (FREIRE, 2000a, p. 117).

Desta forma, o poder da participação é que ajuda a definir esta saúde democrática, pois “não pode haver democracia plena sem pessoas democráticas para exercê-la”. (PARO, 1997, p. 25). Corrobora com esta assertiva Vieira (2001, p. 14), ao mencionar que “se a sociedade é fortemente democrática, tende a construir governos democráticos, mas se a sociedade é predominantemente autoritária, discriminatória, violenta, não tende a sustentar esta espécie de governo”.

Sendo assim, a educação pode constituir-se na grande mola propulsora para a emancipação cidadã e a busca de objetivos comuns em prol da população, tal como Freire defende através da educação problematizadora.

O desenvolvimento da capacidade de comunicar e resolver os problemas sociais, com a participação ativa e livre na vida democrática, é uma das tarefas da educação. A vida democrática necessita de uma educação que capacite as pessoas a solucionar problemas com uso do instrumento da inteligência e da cooperação, e não da memorização de conteúdos de verdades fixas. Dai a inseparabilidade da democracia da educação e ambas do pensar a experiência problemática. (MURARO, 2013 p.824).

Para Freire a educação elitista brasileira da época era um obstáculo à democratização. Ele defendia uma educação que supera um passado marcado pela alienação e exploração. Para MURARO (2013, p. 827), o “desenvolvimento da consciência crítica que problematiza a própria realidade é condição de superação das condições históricas opressoras”. Desta forma é possível responder a indagação formulada: Por que uma prática participativa? Seria simplesmente para que os interesses da maioria da população sejam ouvidos, visto que, é nesta classe que se encontram as pessoas com mais vulnerabilidade social, para uma vida com dignidade a todos e sem injustiças, em prol da coletividade e dos direitos humanos. Assim, quando a coletividade impera, a democracia domina, caso contrário, o interesse da minoria prevalece.

Freire defende a democracia, tal como um direito humano:

Faz tão parte do domínio da ética universal do ser humano a luta em favor dos famintos e destroçados nordestinos, vítimas não só das secas, mas, sobretudo, da malvadez, da gulodice, da insensatez dos poderosos, quanto a briga em favor dos direitos humanos, onde quer que ela se trave. Do direito de ir e vir, do direito de comer, de vestir, de dizer a palavra, de amar, de escolher, de estudar, de trabalhar. Do direito de crer e de não crer, do direito à segurança e à paz. (FREIRE, 2000b, p.129).

Desta forma, “vivemos em um país cuja maior riqueza é também nosso maior desafio: a grandeza e a diversidade de nosso território.” (COSTA, 2004, p.5). E a partir deste ponto de vista, garantir esta democracia para “todos” é uma tarefa tão complexa, quanto fundamental.

Buscamos argumentar que a educação é um dos caminhos mais efetivos para a democracia, quando a mesma potencializa não só a aquisição de conhecimento, mas também uma visão crítica e problematizadora da realidade. Não obstante, a democracia também potencializa a educação e a soberania nacional. Desta forma, “a democracia e a educação constituem o equilíbrio da balança da vida social”. (MURARO, 2013, p.826).

Todavia, a realidade não condiz com a teoria, e deixa a desejar em vários quesitos, há muito ainda que se lutar para esta democracia, que aos poucos vai fortificando, trata-se de um modo de vida da população, de uma conscientização e da necessidade de atitudes para garantia de um mundo mais justo. Mas não nos deixemos iludir: “A ideia de democracia é mais ampla e mais completa do que suas possíveis aplicações nos mais felizes dos casos” (DEWEY, 1991, p. 148).

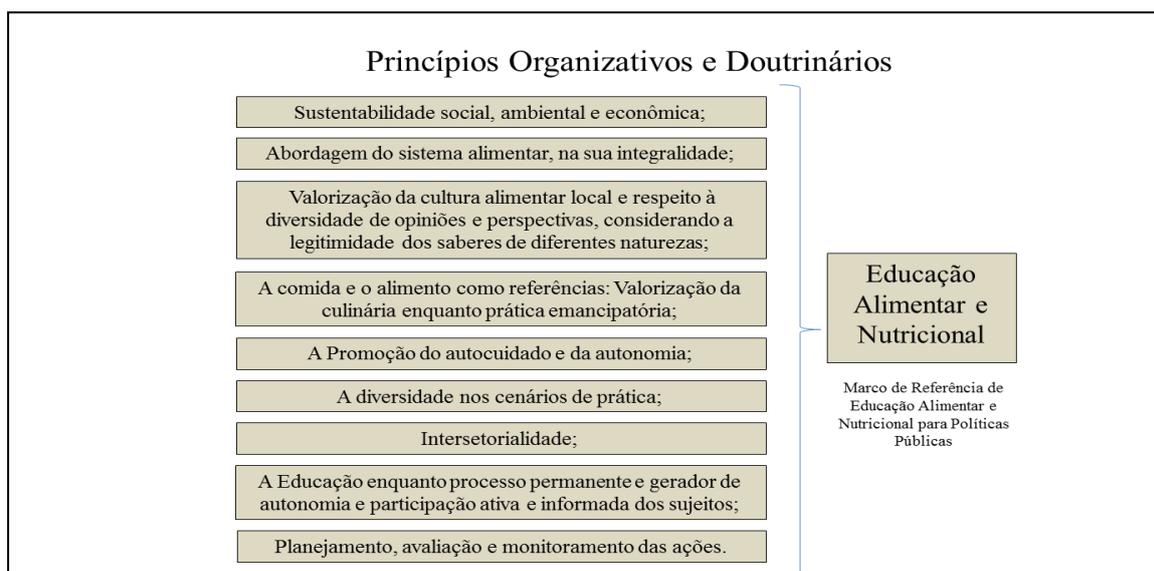
A construção participativa do Marco de Referência de EAN para Políticas Públicas foi um processo fundamental para dar ao documento princípios e caráter de participação ativa e informada dos sujeitos. Deste modo ele representa o esforço e interesse de diversos setores de uma sociedade que busca a concretização de seus direitos e por isso entende-se que o documento obteve desdobramentos e contribuições, não somente nas políticas públicas, como também nas instituições escolares, universidades, e outros elementos da sociedade civil.

O ato de participar de alguma ação, tal como documento tão significativo que enunciamos neste estudo, o torna referência porque também parte da realidade social e considerar isso, é fundamental, visto a dantesca dimensão que nossa nação apresenta. Participar implica em desenvolver no ímpeto da população a noção de responsabilidade, dever e direito, adjetivos estes não desenvolvidos quando se ganha “um documento” pronto. Isto tudo está profundamente relacionado com o campo da educação e da política. Segundo Freire (2007, p.18), “tudo isso é política, porque no fundo, a educação é um ato político! Educação é tanto um ato político quanto um ato político-educativo”.

3.2 Princípios para as Ações de EAN: Norteando Caminhos

De acordo com o documento, enquanto política pública, a EAN pode ocorrer em vários setores e deverá observar os princípios organizativos e doutrinários do campo no qual está inserida (BRASIL, 2012a). Ou seja, na perspectiva educacional, segue os princípios do PNAE e alguns princípios estruturantes que se somam:

Figura 1- Princípios Organizativos e Doutrinários da EAN de Acordo com o Marco de Referência de EAN para Políticas Públicas.



Fonte: SODER, 2017.

O princípio da sustentabilidade social, ambiental e econômica, relatado no documento faz referência à ecologia integral, fomentando ações muito além da dimensão puramente ambiental, mas que envolvam “relações econômicas e sociais estabelecidas a partir dos parâmetros da ética, da justiça, da equidade e da soberania” (BRASIL, 2012a, p. 24).

É neste sentido que a valorização da cultura alimentar local e respeito à diversidade de opiniões e perspectivas, considerando a legitimidade dos saberes de diferentes naturezas se valida como um princípio fundamental. Nesta perspectiva Freire contribui ao mencionar que é necessário colocar em pé de igualdade todos os saberes, reconhecendo a importância de cada um. "Não há saber mais, nem saber menos, há saberes diferentes". (1987, p.68).

Assim, de qualquer modo o conhecimento de um médico é diferenciado do conhecimento de um agricultor, de um bombeiro ou ainda de um professor. O médico pode saber mais de patologias clínicas, entretanto o agricultor tem saberes competentes à produção de alimentos. Desta forma, a valorização dos conhecimentos e saberes deve ser sempre incentivada uma vez que fortalecem um diálogo enriquecido culturalmente. Para a EAN, a

diversidade da alimentação deve contemplar as diferenças de ordem cultural, religiosa, social e econômica, principalmente as que fortalecem o desenvolvimento local e regional.

Ao comentar do assunto, DaMatta (1986, p.56) estabelece uma distinção entre comida e o próprio alimento, em que “comida não é apenas uma substância alimentar, mas é também um modo, um estilo e um jeito de alimentar-se. E o jeito de comer define não só aquilo que é ingerido, como também aquele que o ingere”.

Seguindo a linha deste viés, Sophie Bessis (1995, p.10) destaca a relação entre o processo cultural com a alimentação.

Dize-me o que comes e te direi qual deus adoras, sob qual latitude vives, de qual cultura nasceste e em qual grupo social te incluis. A leitura da cozinha é uma fabulosa viagem na consciência que as sociedades têm delas mesmas, na visão que elas têm de sua identidade (BESSIS, 1995, p. 10).

Toda cozinha é marcada pelo passado e reflete a história do povo que a pertence (ARAÚJO et al., 2005). É neste sentido que promover a alimentação saudável envolve mais que a escolha de alimentos adequados, relacionando-se com a defesa da biodiversidade de espécies, o reconhecimento da herança cultural e o valor histórico do alimento, além do estímulo à cozinha típica regional, contribuindo, assim, para o resgate das tradições e o prazer da alimentação. Para tanto, valorizar uma agricultura mais sustentável, mantendo o equilíbrio do ambiente e respeitando o conhecimento local, é fundamental para se entender a importância da origem dos alimentos e melhorar a qualidade da alimentação (BRASIL, 2015c). Nesta perspectiva, o Marco de Referência de EAN para Políticas Públicas traz em seus descritores o princípio da comida e do alimento como referências; Valorização da culinária enquanto prática emancipatória. Assim, o conceito de autonomia recebe destaque, uma vez que a prática culinária exige tal contexto, como também internaliza o conceito de emancipação.

Paulo Freire (1991) aborda a questão da emancipação em *Pedagogia do Oprimido*. Nesta obra o autor reconhece a condição humana enquanto responsável pela sua própria construção histórica, isto é, onde indivíduos mais desfavorecidos, os quais ele chamou de oprimidos, coletivamente organizados, podem transformar suas existências, libertando-se da opressão, principalmente através do desvelamento crítico da realidade.

Na proposta freireana, emancipação ganha o significado de humanização.

[...] Se falamos da humanização, do ser mais do homem – objetivo básico de sua busca permanente – reconhecemos o seu contrário: a desumanização, o ser menos. Ambas, humanização e desumanização são possibilidades históricas do homem como um ser incompleto e consciente de sua incompleticidade. Tão somente a primeira, contudo, constitui a sua verdadeira vocação. A segunda, pelo contrário, é a

distorção da vocação. (FREIRE, 1969, p. 127).

Portanto, Freire elabora uma tese que fundamenta uma educação para a emancipação, reconhecendo a autonomia do sujeito e a liberdade, que pode romper com a estrutura social opressora e construir uma sociedade emancipada.

Outro princípio referente à temática é a abordagem do sistema alimentar na sua integralidade, isto é considerando desde as etapas de produção de alimentos até a geração e destinação de resíduos. Isto porque se EAN existisse somente em âmbito de escolha e consumo alimentar apresentaria uma incompletude dantesca frente aos atuais desafios e necessidades que percorrem todo o processo de produção, armazenamento, comercialização e consumo de alimentos e descarte dos resíduos. Portanto, verifica-se a necessidade de fortalecer as ações de EAN em todos esses processos.

A promoção do autocuidado e da autonomia é outro princípio da EAN. Promover a perspectiva da autonomia e do autocuidado requer compromisso com a preservação da saúde. Hanna Arendt (2005) trata desta questão pela ideia de conservação, do processo de preservar o novo, pela forma pela qual uma pessoa manifesta sua existência, seu processo de vir a ser.

O autocuidado e o cuidado de si são categorias de interesse geral no processo de humanização, na perspectiva de ser mais. A constituição do sujeito passa pela ética enquanto estética da existência. Segundo (BUB et al., 2006),

O **cuidado de si mesmo** é uma atitude ligada ao exercício da política, uma noção da ética como estética da existência, a certo modo de encarar as coisas, de estar no mundo, de relacionar-se com o outro e consigo mesmo; de agir de si para consigo, de modificar-se, purificar-se, se transformar, e transfigurar-se [...]. Por outro lado, o **autocuidado** é vinculado à saúde humana, embora esteja referido ao exercício do desejo humano de saber, de busca da verdade e de fazer o bem a si mesmo e aos outros. Esse fato também confere ao autocuidado uma dimensão ética, mesmo que vinculado fortemente a um dos aspectos do viver saudável.

O Marco de Referência delibera que ações de autocuidado são intencionais e voluntárias, isto é, apoiar as pessoas a se tornarem agentes produtores sociais de sua saúde (BRASIL, 2012a).

A partir destes aspectos, o documento também aborda a educação enquanto processo permanente e gerador de autonomia e participação ativa e informada dos sujeitos como princípio. Seguindo tais concepções, as práticas em EAN devem favorecer práticas pedagógicas problematizadoras e permanentes que incorporem conhecimentos e práticas populares, ligadas a realidade regional, social e cultural das famílias. E que, sobretudo, favoreçam a reflexão dos sujeitos no contexto da sociedade do consumo, oportunizando

“poder experimentar, decidir, reorientar, isto é, ampliar os graus de liberdade em relação aos aspectos envolvidos no comportamento alimentar”. (BRASIL, 2012a, p. 27).

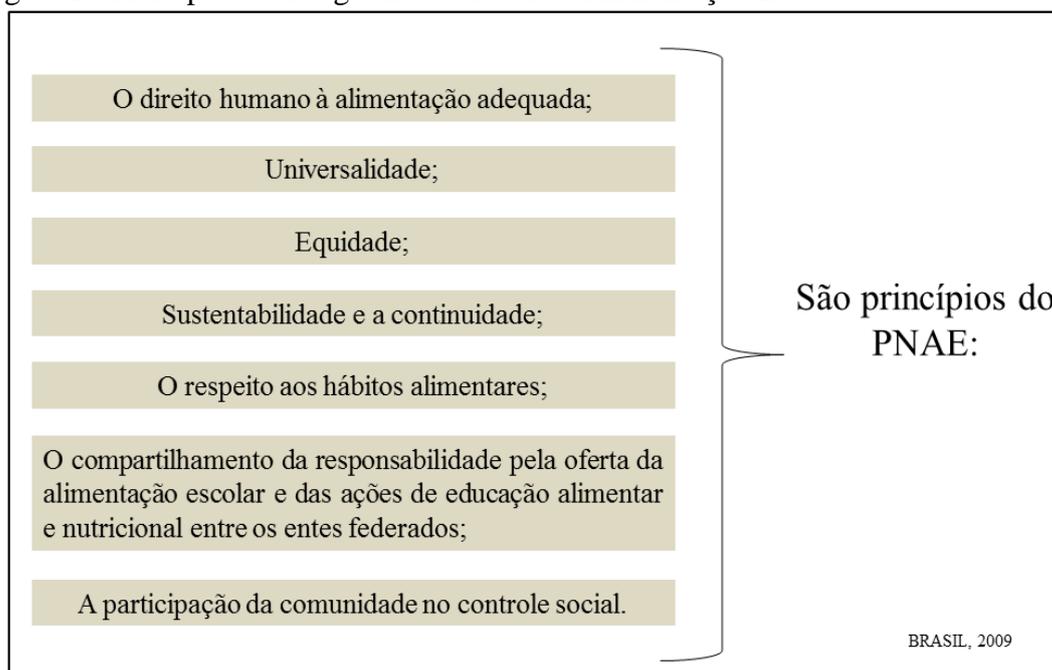
Num país de dimensões continentais e facetas multiculturais variadas torna-se fundamental o princípio da “diversidade nos cenários de prática” como meio efetivador das ações de EAN. “E são exatamente as expressões destas variadas formas de adaptação que dão relevo fisionomia cultural de uma nação” (CASTRO, 1959, p. 30). Desta forma as ações de EAN devem adequar-se as realidades regionais dos diferentes cenários, fortalecendo a valorização das ações locais e conseqüentemente seu desenvolvimento. Sob essa perspectiva, a EAN somente terá abrangência se comportar ações vinculadas a vários setores. A intersetorialidade, como princípio da EAN favorece a ações e projetos integrados, e co-responsabiliza vários setores pela promoção de uma alimentação segura e saudável.

O último princípio proposto pelo Marco de Referência de EAN para Políticas Públicas é o “planejamento, avaliação e monitoramento das ações” uma vez que tais ações necessitam de estruturas adequadas de planejamento, e para que não haja incompletude a avaliação e monitoramento se faz essencialmente necessários.

Outros princípios que orientam a EAN em âmbito escolar são os instituídos pelo PNAE, que em seu art. 2º destaca:

- I - o direito humano à alimentação adequada, visando garantir a segurança alimentar e nutricional dos alunos;
- II - a universalidade do atendimento da alimentação escolar gratuita, a qual consiste na atenção aos alunos matriculados na rede pública de educação básica;
- III - a equidade, que compreende o direito constitucional à alimentação escolar, com vistas à garantia do acesso ao alimento de forma igualitária;
- IV – a sustentabilidade e a continuidade, que visam ao acesso regular e permanente à alimentação saudável e adequada;
- V - o respeito aos hábitos alimentares, considerados como tais, as práticas tradicionais que fazem parte da cultura e da preferência alimentar local saudáveis;
- VI – o compartilhamento da responsabilidade pela oferta da alimentação escolar e das ações de educação alimentar e nutricional entre os entes federados, conforme disposto no art. 208 da Constituição Federal; e
- VII - a participação da comunidade no controle social, no acompanhamento das ações realizadas pelos Estados, Distrito Federal e Municípios para garantir a execução do Programa (BRASIL, 2009b).

Figura 2– Princípios do Programa Nacional da Alimentação Escolar.



Fonte: SODER, 2017.

Tais princípios se complementam na medida em que um fortalece o outro. Deste modo a busca pelo DHAA representa historicamente um sentimento de luta social em defesa deste direito, em algo que representa a identidade de um povo (daqueles que tem consciência sobre), na busca pela equidade e universalização. Lowen, (1982, p. 9) contribui com essa prerrogativa ao afirmar que “no estado saudável, a autopercepção aumenta, a pessoa percebe o contato entre seu centro e o mundo externo. Os impulsos de seu coração fluem em direção do mundo e os acontecimentos do mundo alcançam e atingem seu coração” (LOWEN, 1982, p.17).

Ao contemplar o debate do controle social como um princípio do PNAE, o governo buscou fortalecer práticas democráticas. Santos (2002) defende o controle social como uma democracia de alta intensidade, para ele, quanto mais partilhada é a autoridade, mais participativa é a democracia. Quanto mais rica é a reciprocidade, mais direta é a democracia. Segundo tais critérios, distingue-se as democracias de alta e baixa intensidade.

Gadotti (2014) relembra novamente que todo o poder emana do povo, reafirmando que num país com tamanha injustiça social e desigualdades, a participação popular e a democracia tornam-se absolutamente necessárias. Para ele, a partir da Constituição de 1988, o Controle Social passou a ser um dos requisitos fundamentais para a implantação e efetivação da democracia, fortalecendo a participação social na formulação, implementação, monitoramento e avaliação de políticas públicas. É a partir deste período que o controle social passa a ser

considerado uma das categorias mais importantes para a construção de uma sociedade democrática e participativa.

Para Weyh (2010, p. 37), “a força do tema participação emerge nos movimentos de mobilização social pela democratização da sociedade”. Outros autores corroboram com a assertiva ao afirmarem de tal modo que a participação e o controle social são conquistas da população, uma “ousadia democratizante” (QUINTANILHA; SODRÉ; DALBELLO-ARAÚJO, 2013, p. 562).

Ainda nesta perspectiva, Rocha (2008, p.6) em sua pesquisa sobre política pública de segurança alimentar democrática e constitucional, destaca que:

O status de direito fundamental foi alcançado após intensa luta por reconhecimento protagonizada pelos movimentos sociais que reivindicam a segurança alimentar, comprovando que os direitos surgem na rua, como fruto do contínuo debate público sobre o que é ser livre e igual (ROCHA, 2008, p.6).

Tal premissa demonstra, contudo que a luta pela Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) e o Direito Humano a Alimentação Adequada (DHAA) foram eficazes em ampliar as concepções das políticas públicas em Nutrição, de forma a intervir nos problemas sociais da população. Desta forma, a participação popular demonstra que nenhuma opinião é maior do que a vontade social na busca de seus princípios. Em virtude de tais aspectos a EAN por fomentar a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) e o Direito Humano a Alimentação Adequada (DHAA) foi favorecida para aproximar os diferentes campos de saberes e práticas, conformando uma ação que integre o conhecimento científico e o popular.

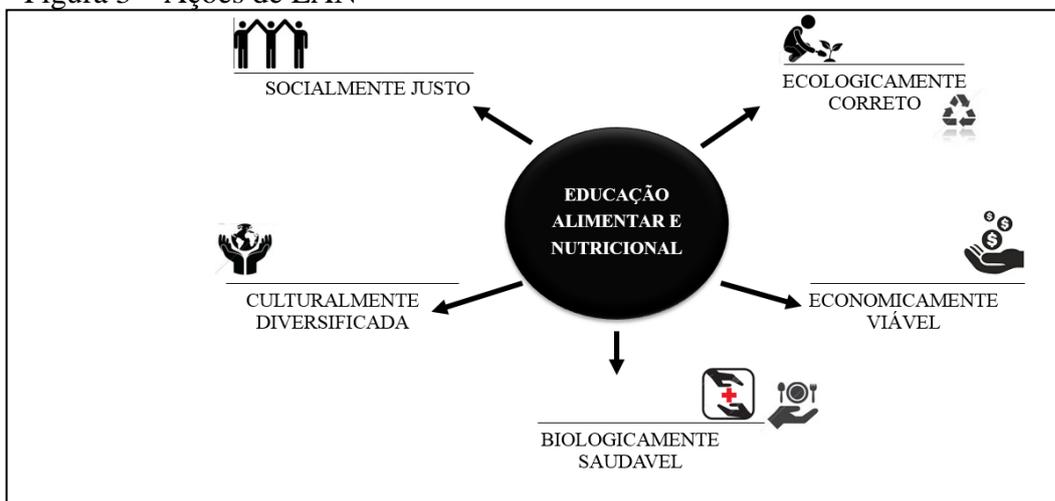
Como um universo em constante construção desperta esse olhar crítico a respeito de avaliações de políticas e programas de EAN tende a fortalecer tal contexto além de auxiliar na concretização da democracia. “Se a sociedade é fortemente democrática, tende a construir governos democráticos, mas se a sociedade é predominantemente autoritária, discriminatória, violenta, não tende a sustentar esta espécie de governo”. (VIEIRA, 2001, p. 14).

Também Lima (2009), reitera que é preciso retomar os processos e torná-los mais participativos. Há ainda a precariedade nas condições de denúncia, de cobranças, de avaliação social. É preciso criar a necessidade de sentir necessidade, de denunciar, de cobrar, de reivindicar, de divulgar o que se passa nos conselhos, chamando a atenção para a pertinência de construir conselhos atuantes de fato em prol da comunidade. Porém se percebe que conselho democrático, participativo e atuante só existe se nele houver uma composição de sujeitos democráticos, participativos e atuantes, que se constituam em sujeitos do controle social.

A perspectiva da equidade também é assumida como um princípio do PNAE. Proporciona “o tratamento injusto para o injusto”, ou seja, o atendimento equânime aos mais necessitados ou na visão de Boaventura de Sousa Santos (2005, p. 23): “Direitos iguais quando a diferença inferioriza; direito de ser diferente quando a igualdade descaracteriza”.

A luz de tais considerações estes princípios incorporam ações biologicamente saudáveis, ecologicamente corretas, economicamente viáveis, socialmente justas, e ainda culturalmente diversificadas. Aspectos esses tão abrangentes e complexos que suscitam reflexões a cerca de sua concretude. “Em outras palavras, como promover mudanças nas práticas alimentares dos sujeitos sob a ótica do saudável e, ao mesmo tempo, respeitar os seus hábitos alimentares, as tradições e a cultura alimentar de um povo?” (SANTOS, 2013, 597).

Figura 3 – Ações de EAN



Fonte: SODER, 2017.

3.3 O Ator Social no Processo Educativo da Alimentação

O que é um ator social? Para Almeida (2014, p. 25) o ator social representa “um indivíduo ou conjunto de pessoas que atua em determinada situação, a fim de contribuir no processo de transformação”.

Para Pierre Bourdieu o ator é um ‘agente’; para Boudon ele se torna um ‘átomo’ do social; em Michel Crozier ele se transforma em ‘estrategista’ de um jogo institucional, por fim, o ator de Alain Touraine compartilha com o ator de Bourdieu uma situação de conflito que emerge de relações de dominação, e com Crozier um estatuto de ator coletivo, o qual reconhece em si mesmo interesses e projetos próprios. (SOUSA, 2007, p. 02).

Para Touraine, os atores “são mais do que sociais, por não serem definidos somente por suas pertenças e relações sociais, mas também pelos direitos culturais” (TOURAINÉ,

2009; FURLIN, 2011, p. 01). Esta perspectiva contempla também um sujeito contestador, que se rebela contra as condições sociais impostas.

Em Maringoni (2009) atores sócio-políticos são sujeitos que buscam fortalecer os processos democráticos, ampliando a justiça social sempre em diálogo com as pessoas e grupos responsáveis pelas decisões que influenciam a concretização das políticas públicas. A luz deste conceito é preciso deste modo que o ator veja em si um sujeito capaz de proporcionar mudanças, e sejam protagonistas de suas ações e concepções.

Esta reflexão é fundamental para re-pensar os atores que promovem EAN e compreender suas capacidades de acordo com os documentos públicos. Segundo a lei 8.234 de 17 de setembro de 1991 que regulamenta a profissão de Nutricionista e determina outras providências, considera atividade privativa do Nutricionista “assistência e educação nutricional de coletividades ou indivíduos, sadios ou enfermos, em instituições públicas e privadas e em consultório de nutrição e dietética;” (BRASIL, 1991, p. 1). Mais tarde, especificadamente em 2005, a Resolução do CFN N°380 traz as atribuições do Nutricionista por área, estabelecendo a educação nutricional como competência do nutricionista na alimentação escolar, alimentação do trabalhador principalmente através do Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT), na área da nutrição clínica, na área da saúde coletiva e ainda no marketing na área de alimentação e nutrição (BRASIL, 2005).

Com base em tais considerações, o Nutricionista é o único profissional responsável pela Educação Nutricional. No entanto, o Marco de Referência de EAN para Políticas Públicas enaltece a EAN como “um campo de conhecimentos e de prática contínua e permanente, transdisciplinar, intersetorial e multiprofissional [...]” (BRASIL, 2012a, p. 23).

Peduzzi (2001, p. 33) concebe multiprofissional como "modalidade de trabalho que se configura na relação recíproca entre as equipes envolvendo intervenções técnicas e teóricas". De fato, percebe-se que a atuação de uma equipe multiprofissional é responsável por proporcionar a socialização do saber, discussões centradas no trabalho e não nos papéis, proporcionando incrementos de confiança e de aprendizagem entre os profissionais e estabelecimento de projetos de intervenção além de apresentar-se como meio norteador da solidariedade (HARARI; VALENTINI, 2001).

Mas afinal, de quem é a responsabilidade pelas ações educativas da nutrição e alimentação? “Até o momento não vi ninguém questionar esse paradoxo. A lei é arcaica ou o marco teórico é que pressupõe uma situação à margem daquilo que está estabelecido na legislação?” (BOOG, 2015, p.1).

A resposta para tais indagações encontra-se nas especificidades da nomenclatura. A Educação Nutricional por enfatizar mais aspectos biológicos e técnicos necessita de profissionais capacitados para seu planejamento e execução. Entretanto a Educação Alimentar, por voltar-se a um combustível vital, traz a perspectiva do trabalho de outros sujeitos além daqueles com alguma formação em Nutrição.

O Marco de Referência de EAN para Políticas Públicas adota o termo EAN e não o termo Educação Nutricional ou o termo Educação Alimentar “para que o escopo de ações abranja desde os aspectos relacionados ao alimento e alimentação, os processos de produção, abastecimento e transformação aos aspectos nutricionais” (BRASIL, 2012a, p. 23). Entretanto, as indagações podem ainda ser ampliadas: A EAN por apresentar a justaposição “Nutricional” em sua nomenclatura não compete a quem estudou Nutrição? O impasse é tratado por Boog (2015, p.1), quando diz que não se pode concordar com tudo que está descrito nos documentos públicos acerca do tema. Reforça ainda sua posição ao mencionar que para se fazer EAN “quanto maior o nível de informação, mais frequentes e complexos são os questionamentos”.

[...] Não é trabalho para leigos. As bases teóricas da Educação Alimentar e Nutricional estão neste tripé: ciência da nutrição, ciências humanas (pedagogia, psicologia, psicanálise, sociologia, antropologia) e epidemiologia. É por meio desse olhar cuidadoso e multidisciplinar que as ações de educação em nutrição devem ser concebidas e desenvolvidas. Por quem? Com que formação? Com quais conhecimentos? Com que objetivos? Com quais critérios técnicos e éticos? (BOOG, 2015, p. 2).

Nesta perspectiva, o ator social promotor da alimentação saudável apresenta-se como fundamental para a propagação de exemplos consistentes alimentados pela autonomia e protagonismo. Neste instante, penso que o agente da Educação Alimentar pode ser oriundo de diversas profissões e locais, um agrônomo, um ambientalista, um biólogo, um agricultor, um ribeirinho, um educador, pois todos apresentam experiências significativas no âmbito da alimentação, entretanto o nutricionista apresenta-se como potencializador na gestão das ações de Educação Alimentar e Nutricional.

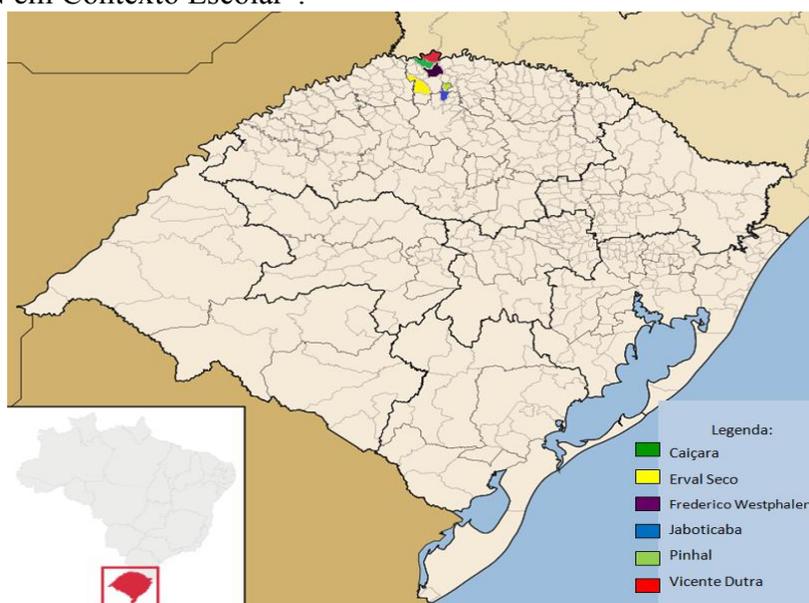
4.0 LIMITES E POTENCIALIDADES NA GESTÃO DA EAN

Este capítulo tem o propósito de abordar as discussões dos sujeitos entrevistados frente à percepção da EAN e sua gestão na região dos municípios pertencentes a 20° CRE. Trata-se, portanto de um delineamento da temática cujo diferencial se dá através de um recorte geográfico. Diante de tais aspectos torna-se oportuno e objetivamente necessário tratar dos aspectos socioeconômicos da região.

4.1 Caracterização Sócio-Demográfica dos Locais de Estudo

Para a realização desta pesquisa de campo foram escolhidos os municípios de Caiçara, Erval Seco, Frederico Westphalen, Jaboticaba, Pinhal e Vicente Dutra, todos integrantes da abrangência da 20° CRE. A escolha da delimitação não apresentou conflito de interesses, uma vez que a autorização foi concedida pelos responsáveis para a aplicação do presente estudo. Vale ressaltar que esta pesquisa teve como base a população de municípios pertencentes a 20° CRE, tendo uma amostra probabilística, com amostragem aleatória simples, realizada por meio de sorteio.

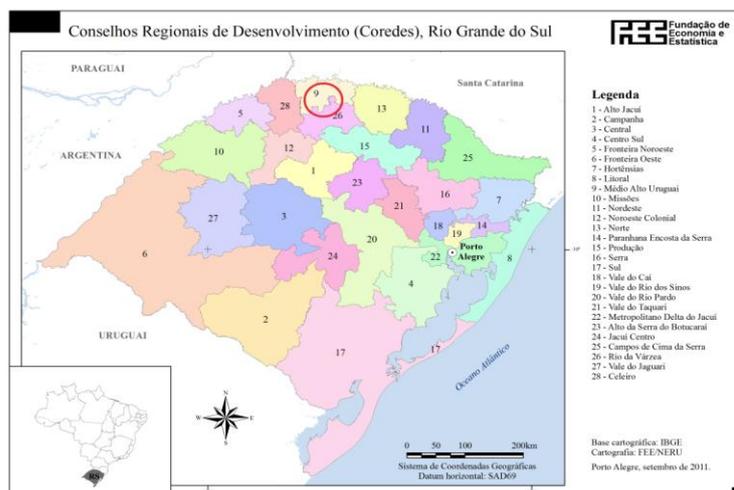
Figura 4: Municípios do Rio Grande do Sul que participaram da pesquisa “O Processo De Gestão da EAN em Contexto Escolar”.



Fonte: SODER, 2017.

Esses municípios fazem parte da região do Médio e Alto Uruguai, com exceção de Jaboticaba que pertence à região do Rio da Várzea. Todos fazem parte da mesorregião do Noroeste Rio-grandense e microrregiões de Frederico Westphalen e Carazinho.

Figura 5: Conselhos Regionais de Desenvolvimento (COREDES), Rio Grande do Sul.



Fonte: Fundação de Economia e Estatística, Rio Grande do Sul, 2017.

Os respectivos COREDES possuem características rurais, com destaque para a produção de grãos (soja, trigo e milho) com participação da Agropecuária (criação de bovinos de leite e de corte) na economia superior à média estadual, assim como grande contingente de população rural. A agropecuária possui bastante diversificação, ocorrendo predominantemente em pequenas propriedades. Além disso, a indústria de transformação tem pouca participação na economia local, restringe-se ao beneficiamento de produtos primários. A produção regional é frequentemente impactada por eventos de secas e estiagens. Nesse sentido, ações voltadas ao desenvolvimento dessa Região devem levar em conta tais características. Também é evidenciada grandes distâncias em relação aos principais centros do Estado e deficiências na infraestrutura de transportes. Em contrapasso a capital do estado, essas regiões apresentaram taxas de crescimento populacionais negativas no período de 2000 a 2010, caracterizando um esvaziamento populacional principalmente no setor rural (BERTÊ et al., 2016).

Diante de tais aspectos parece fundamental sublinhar alguns aspectos sociais, demográficos e econômicos dos locais pesquisados, considerando a necessidade de conhecer a realidade da região, suas potencialidades, limites e a situação atual. Uma vez que os processos e ações de EAN estão também estritamente relacionados com o contexto histórico, social e político do país, do estado, e mais substancialmente das regiões e dos locais.

Tabela 1: Dados Sociais, Demográficos e Econômicos dos Municípios que Participaram da Pesquisa “O Processo de Gestão da EAN em Contexto Escolar”.

| | ANO BASE | MÉDIA | MÁXIMO | MÍNIMO | VARIÂNCIA | DESVIO PADRÃO |
|---|----------|------------|------------|-------------|------------|---------------|
| População total (Habitantes) | 2015 | 16.312,83 | 47.738 | 2.601 | 34.7695,19 | 18.646,59 |
| Área territorial (Km ²) | 2015 | 201,25 | 363,9 | 68,2 | 10.756,79 | 103,71 |
| Densidade demográfica (hab/Km ²) | 2013 | 42,33 | 110,6 | 21,1 | 1.148,1107 | 33,88 |
| Taxa de analfabetismo de pessoas com 15 anos ou mais (%) | 2010 | 9,39 | 12,16 | 4,64 | 8,21 | 2,86 |
| Expectativa de vida ao nascer (anos) | 2010 | 74,65 | 76,12 | 73,52 | 1,09 | 1,04 |
| Coefficiente de Mortalidade Infantil (Por mil nascidos vivos) | 2013 | 20,19 | 30,3 | 0 | 117,81 | 10,85 |
| PIB (R\$ mil) | 2013 | 228.390 | 871.309 | 60.476 | 1,015E+11 | 318.612,41 |
| PIB per capita (R\$) | 2013 | 21.238,55 | 28.653,01 | 15.238,18 | 26.367.748 | 5.134,95 |
| Data de criação do município (ano) | - | 1970,33 | 1988 | 1954 | 193,47 | 13,91 |
| IDH-M | 2010 | 0,693 | 0,76 | 0,638 | 0,002 | 0,043 |
| Classificação | - | Médio | Alto | Médio | - | - |
| Posição | - | 317,17 | 475* | 66** | 22730,97 | 150,77 |
| IDH-Renda | 2010 | 0,689 | 0,754 | 0,636 | 0,002 | 0,044 |
| Classificação | - | Médio | Alto | Médio | - | - |
| IDH-Longevidade | 2010 | 0,827 | 0,852 | 0,809 | 0,000 | 0,017 |
| Classificação | - | Muito Alto | Muito Alto | Muito Alto | - | - |
| IDH-Educação | 2010 | 0,586 | 0,688 | 0,489 | 0,004 | 0,067 |
| Classificação | - | Baixo | Médio | Muito Baixo | - | - |

*Pior posição no Ranking Estadual; **Melhor posição no Ranking Estadual;

Fonte: Elaborado a partir de dados do COREDE, 2016; ATLAS DE DESENVOLVIMENTO HUMANO, 2013.

De acordo com a Tabela 2, a média da taxa de analfabetismo de pessoas com 15 anos ou mais é de $9,39 \pm 2,86\%$, sendo acanhadamente inferior aos índices brasileiros (9,6%) e muito acima do índice estadual (4,53%) (IBGE, 2012; FEE, 2017). Já expectativa de vida ao nascer ($74,65 \pm 1,04$ anos) apresentou uma média inferior a do estado (75,38 anos), e superior ao *ranking* brasileiro que em 2010 era de 73,48 anos. Já em 2015 a média brasileira subiu para 75,5 anos e a média do Rio Grande do Sul para 77,5 anos (IBGE, 2016; FEE, 2017).

Quanto ao coeficiente de mortalidade infantil a média regional foi de $20,19 \pm 10,85$ mortes por mil nascidos vivos, taxa considerada elevada se comparada aos valores nacionais

(15,6) e estaduais (12,6) (IBGE, 2012). Sabe-se, porém que em virtude destes municípios não apresentarem uma taxa natalidade alta estes valores podem apresentar-se prejudicados e desproporcionais aos de outras regiões. Quanto ao PIB contabilizou um rendimento médio de R\$ 228.390 ± 318.612,41 mil nos locais da pesquisa, apresentando um PIB Per capita de R\$ 21.238,55 ± 5.134,95.

No tangente ao IDH, a média apresentou-se com faixa de desenvolvimento humano médio (0,693 ± 0,043), sendo classificado na individualidade dos municípios em médio a alto. Se comparado ao índice estadual no mesmo período (0,746 alto) apresenta-se abaixo do referencial estadual, e do brasileiro (0,699), superando apenas a média mundial (0,624) (ATLAS DE DESENVOLVIMENTO HUMANO, 2013). Todavia, entende-se que o IDH médio brasileiro considera as mesmas três dimensões do IDH Global – longevidade, educação e renda. Frente a um olhar mais detalhado para essas categorias, percebe-se que os locais de entrevista apresentaram uma média muito alta no IDH longevidade, o que vai ao encontro da média estadual (0,840). Já no quesito IDH renda, foi de 0,689 ± 0,044 sendo classificado como Médio, diferentemente do estado que teve classificação IDH renda como Alto (0,769) (ATLAS DE DESENVOLVIMENTO HUMANO, 2013). Entretanto, um índice que chama atenção é o IDH educação cujo valor médio correspondeu a 0,586 ± 0,067 (baixo) no ano de 2010, sendo que o percentual médio estadual era de 0,642 (médio) (ATLAS DE DESENVOLVIMENTO HUMANO, 2013).

4.2 Contextualização das Entrevistas

Os resultados ora apresentados constituem as percepções de Nutricionistas e Secretários de Educação, sendo envolvidos 12 sujeitos, oriundos de 6 municípios.

O quadro 2 aponta alguns aspectos referentes ao tempo de atuação dos profissionais entrevistados, escolaridade, e idade:

Quadro 3: Características dos Sujeitos da Pesquisa Quanto a Idade, Sexo, Escolaridade e Período de Atuação Profissional na Respectiva Profissão:

| Decodificação | FUNÇÃO: | IDADE: | SEXO: | ESCOLARIDADE: | PERÍODO DE ATUAÇÃO NA ATUAL FUNÇÃO (meses) |
|---------------|------------------------|--------|-----------|-----------------------------|--|
| 1 | Nutricionista RT | 22 | Feminino | Especialização em andamento | 14 |
| 1 | Secretário de Educação | 39 | Masculino | Superior | 24 |
| 2 | Nutricionista RT | 24 | Feminino | Especialização | 30 |
| 2 | Secretária da Educação | 46 | Feminino | Especialização | 42 |
| 3 | Nutricionista RT | 31 | Feminino | Especialização em | 54 |

| | | | | andamento | |
|---|------------------------|----|----------|-----------------------------|----|
| 3 | Secretária da Educação | 53 | Feminino | Especialização | 42 |
| 4 | Nutricionista RT | 36 | Feminino | Mestrado | 48 |
| 4 | Secretária da Educação | 47 | Feminino | Especialização | 48 |
| 5 | Nutricionista RT | 22 | Feminino | Especialização em andamento | 4 |
| 5 | Secretária da Educação | 57 | Feminino | Especialização | 42 |
| 6 | Nutricionista RT | 33 | Feminino | Mestrado | 84 |
| 6 | Secretária da Educação | 53 | Feminino | Especialização | 48 |

Fonte: SODER, 2017.

Dos 12 entrevistados um era do sexo masculino e 11 eram do sexo feminino. A média de idade entre os profissionais foi de $38,58 \pm 12,04$ anos. Se categorizar os secretários Municipais de Educação apresentaram média de idade de $49,17 \pm 6,46$ anos, e os nutricionistas de $28 \pm 6,10$ anos. Quanto a escolaridade um tinha curso superior, 10 apresentavam especialização, entre eles 3 em andamento. 2 dos entrevistados apresentavam mestrado como último nível de escolaridade. A média de atuação profissional na respectiva função foi de $40,42 \pm 19,93$ meses, embora muitos dos entrevistados relataram atuação em outras funções anteriormente.

Cabe ainda destacar aqui que a decodificação do quadro 2 apresenta ordenação aleatória para que os sujeitos da pesquisa não sejam identificados, assim como no quadro 3 presente nos apêndices. Sendo que também não apresentam relação com a ordem que os municípios estão descritos aqui no estudo (ordem alfabética).

Em relação à quantidade de escolas presentes nos municípios podemos identificar no quadro 3 o número de escolas estaduais e municipais.

Quadro 4: Escolas Municipais e Estaduais existem nos municípios pesquisados:

| DECODIFICAÇÃO | TOTAL DE ESCOLAS | MUNICIPAIS | ESTADUAIS |
|---------------|------------------|------------|-----------|
| MUNICÍPIO A | 10 | 7 | 3 |
| MUNICÍPIO B | 5 | 4 | 1 |
| MUNICÍPIO C | 8 | 5 | 3 |
| MUNICÍPIO D | 30 | 18 | 12 |
| MUNICÍPIO E | 12 | 7 | 5 |
| MUNICÍPIO F | 4 | 3 | 1 |

Fonte: SODER, 2016.

A média de escolas foi de $11,5 \pm 9,56$, sendo que todos os municípios apresentaram mais escolas municipais do que estaduais. Em muitos dos relatos, os entrevistados referiam realizar as mesmas ações: avaliação nutricional, EAN, em ambas as escolas, mesmo sabendo que a responsabilidade principal do município são as escolas municipais.

Com base em tais recortes sociais, econômicos e demográficos descritos acima, a presente dissertação buscou evidenciar as percepções de sujeitos ligados a EAN e sua gestão em âmbito da realidade local. Nesta linha de costura as políticas públicas se fazem eficientes potenciais fios condutores na perspectiva de busca do bem estar comum e da promoção da saúde. Diante disso, os dados aqui expostos foram categorizados, ou mesmo retalhados, e ainda analisados na tentativa de costurar suas margens delimitadas.

Assim, destaca-se 8 eixos que definem o estudo e vão ao encontro dos objetivos propostos relacionados a EAN: Percepções sobre as ações na escola; O que poderia ser feito; Potencialidades e Contribuições; Relação existente entre os setores da educação e da saúde partir das políticas públicas; Desafios e limites; Fortalecimento através de políticas públicas; Objetivos sociais e, Coordenação das ações.

A seguir, são apresentadas as falas mais relevantes dos entrevistados conforme as categorias elaboradas, algumas estão presentes em mais de uma categoria.

Tabela 2. Síntese dos assuntos descritos nas entrevistas sobre a gestão da EAN conforme a categoria estudada, Frederico Westphalen, 2016.

| | |
|--|--|
| Percepções sobre as ações na escola | Prática reflexiva |
| | Alimentação no ambiente escolar |
| | Conjunto de ações |
| | A merenda escolar como um ato de EAN |
| | Promoção da saúde |
| | Formação de atores |
| O que poderia ser feito | Autonomia alimentar |
| | Estímulo |
| | Grade curricular |
| | Capacitação de professores |
| Potencialidades e Contribuições | Projetos |
| | Autonomia Alimentar |
| | Formação de atores |
| | Alimentos regionais |
| | Hortas escolares |
| | Formação dos hábitos alimentares |
| Relação existente entre os setores da educação e da saúde a partir das políticas públicas | O caráter assistencial |
| | Além destes setores |
| | Parcerias com CRAS, PNAE, PSE, PIM, agentes de saúde |
| | Falta de profissionais |
| | Sinônimo de comunicação |
| Desafios e limites | Caráter intersetorial |
| | Inadequação da carga horária do nutricionista |
| | Excedente de trabalho |
| | Deficiência de recursos didático pedagógicos e financeiros |
| | Falta de incentivo |
| | Hábito alimentar inadequado |
| | Custo da Alimentação saudável |
| Resistência dos pais e alunos | |

| | |
|---|--|
| | Condições socioeconômicas das famílias Hábitos culturais e preferências alimentares Insuficiência na fiscalização das ações Desatualização dos valores federais repassados aos municípios para a alimentação escolar |
| Fortalecimento através de políticas públicas | Planejamento das ações adequando as realidades locais Participação de outros profissionais Fiscalização de Políticas Públicas e Programas Federais Fiscalização da carga horária Efetivação de ações públicas que proíbem alimentos “não-saudáveis” nas escolas Ações do CECANE Reajuste dos valores repassados pelo FNDE para alimentação escolar dos municípios Enfrentamento de dificuldades locais no PAA CAE atuante Adesão as Políticas Públicas e Programas federais |
| Objetivos sociais | Promoção da saúde: Conscientização Prevenção de doenças Questão assistencial Alimentos tradicionais Vigilância nutricional Ensino-aprendizado Interação aluno-escola-comunidade |
| Coordenação das Ações | Geralmente o nutricionista é o coordenador, mas o professor também apresenta esta função de acordo com alguns relatos Muitos são os profissionais envolvidos nas ações práticas destacando-se: nutricionista, professor, merendeiras, diretos, coordenadores pedagógicos entre outros. |

Fonte: SODER, 2017.

Fonte: SODER, 2017.

4.3 Percepções sobre as Ações de EAN na Escola

A percepção tratada aqui busca resgatar não somente as limitações e potencialidades de um conceito teórico, ou ações práticas, mas sim as características atribuídas às ações de EAN na Escola frente à visão de um sujeito dotado de experiências, conhecimentos, saberes, vivências, observações e interações com a realidade que o cerca. Com base nesta perspectiva tais percepções representam também o recorte geográfico de ações de gestão que ocorrem em muitos municípios da região.

A percepção é entendida aqui segundo a filosofia da percepção de Merleau-Ponty, que retrata:

A percepção desta maneira é uma referência a um todo que só é apreensível através de certas partes ou certos aspectos seus. A coisa percebida, não é uma unidade ideal possuída pela inteligência, ela é uma totalidade aberta ao horizonte de um número

indefinido de perspectivas que se recortam segundo um certo estilo, estilo esse que define o objeto do qual se trata. (MERLEAU-PONTY, 1990, p. 47-48).

Nessa perspectiva investiga-se a imagem constituída pelos entrevistados sobre esse processo da EAN. Portanto, quando indagados sobre as percepções das ações de EAN na escola, muitos temas vieram a tona, dentre os quais destaca-se a prática como o conjunto de ações que refletem na alimentação adequada para além dos muros da escola, mas também em casa. Interfere também no estado nutricional e na promoção de saúde com vista à formação de atores.

Neste cenário, alguns participantes afirmaram a relevância da EAN no âmbito da promoção de saúde. Conforme podemos ratificar nas seguintes falas:

“É uma prática importante para a promoção e desenvolvimento de conhecimentos dos atos alimentares saudáveis desses alunos, dessas crianças e para que eles aprendam e reflitam sobre a alimentação adequada [...]” (N1)

“[...] é desde pequeno que tu torna o hábito alimentar da criança muito melhor para a vida inteira. é desde criança realmente.” (S2)

“Então eu acho que ter uma boa educação nutricional e alimentar na escola, é a base da alimentação da criança para o futuro [...]” (N3)

“[...] na nossa secretaria temos a nutricionista que organiza ações para o incentivo aos hábitos saudáveis [...]” (S3)

“Percebo como importantes e necessárias. Porque as crianças precisam se alimentar de forma adequada. Elas estão na fase de crescimento! É preciso comer uma quantidade de proteína, de vitaminas, de ferro, cálcio [...]” (S5).

De fato, a promoção da saúde mediada pela alimentação tem propósitos cada vez mais reconhecidos. A perspectiva de que o estilo de vida atual pode interferir no futuro é considerado pelos sujeitos que ao complementarem que a formação de hábitos alimentares se dá na infância induzem a concepção de qualidade de vida, do autocuidado, bem estar e da própria promoção da saúde. O conhecimento sobre a ciência, sobre os alimentos, sobre o que é a representação do saudável também é mencionado, fomentando para a necessidade de reflexão da temática.

Algumas percepções assumiram caráter mais técnico, isto é da educação nutricional voltada aos aspectos nutricionais e atitude biológica de prevenção de doenças.

“A preocupação do município, que é preocupação nossa, é de buscar essas crianças... as doenças, obesidade, essa parte- {...}- Mas a preocupação mesmo nossa é com a família mesmo, em casa: -Como que é a alimentação? Há uma alimentação adequada para essas crianças? [...]” (S1)

“[...]E também é para prevenir muitas das doenças que tem ligação com a alimentação exagerada, sem limites e inadequada.” (S5)

As marcas da transição nutricional estão expostas: alimentação monótona e aumento considerável de doenças associadas à alimentação. Sem dúvida, a prevenção destas doenças cujo emaranhado custo financeiro entopem as contas governamentais, não podem ser reduzidas apenas ao estreito caráter biológico. É preciso ir mais a fundo: O desenvolvimento de DCNT está atrelado inconfundivelmente tanto a questões alimentares como psicológicas e emocionais. É neste cenário que o comportamento alimentar navega. “O comportamento é tão importante quanto o nutriente!” (DERAN, 2014, p 21).

Mas a educação alimentar também foi reforçada como um aspecto importante a ser trabalhado, apresentando muitas vezes aproximações com os princípios do Marco de Referência de EAN para Políticas Públicas ao relatar a autonomia, o ato de comer e a comida:

“Penso que a EAN deve se preocupar com as representações sobre o ato de comer e a comida também. Por isso o trabalho com coletividades é eficiente, porque a alimentação é um ato social. Se preocupar, buscar e trabalhar com os conhecimentos, com as atitudes e valores da alimentação para a saúde, buscando sempre a autonomia do indivíduo. [...]” (N2)

Vale ressaltar que este processo de (re)pensar no alimento, na comida, exerce um papel central na reflexão das atitudes alimentares. É legítimo acrescentar que o protagonismo alimentar se dilui na experiência realmente fundante da existência. À luz das motivadoras reflexões de Freire, a autonomia tem um lugar privilegiado na luta contra o opressor, na superação de imperativos sociais e na valorização do ser. É por isso mesmo que Freire sentenciava:

O respeito à autonomia e à dignidade de cada um é um imperativo ético e não um favor que podemos ou não conceder uns aos outros e saber que devo respeito à autonomia e à identidade do educando exige de mim uma prática em tudo coerente com este saber. (FREIRE, 1996, p. 25).

A partir disso pode-se elaborar algumas questões: De que forma a autonomia beneficia a cultura alimentar e escolhas saudáveis? Como favorecer a autonomia nas ações de EAN de forma verdadeira e problematizadora? Ratificando a temática e também buscando pensar por outro viés: Como a obrigação ou coesão frente a práticas alimentares culturais e alimentação saudável podem trazer algum acréscimo sem trazer progressivamente maiores e mais abruptos prejuízos?

De fato, a autonomia apresenta-se aqui como chave de ignição das escolhas alimentares condizentes com a memória cultural alimentar, experiências gustativas, disponibilidade de alimentos ou quaisquer outros fatores que possam influenciar essas escolhas.

Posso saber pedagogia, biologia como astronomia, posso cuidar da terra como posso navegar. Sou gente. Sei que ignoro e sei que sei. Por isso, tanto posso saber o que ainda não sei como posso saber melhor o que já sei. E saberei tão melhor e mais autenticamente quanto mais eficazmente construa minha autonomia em respeito à dos outros. Por que o melhor tempo para esta tarefa é sempre o dos pais? Por que perder a oportunidade de ir sublinhando aos filhos o dever e o direito que eles têm, como gente, de ir forjando sua própria autonomia? Ninguém é sujeito da autonomia de ninguém. Por outro lado, ninguém amadurece de repente, aos 25 anos. A gente vai amadurecendo todo dia, ou não. A autonomia, enquanto amadurecimento do ser para si, é processo, é vir a ser. Não ocorre em data marcada. É neste sentido que uma pedagogia da autonomia tem de estar centrada em experiências estimuladoras da decisão e da responsabilidade, vale dizer, em experiências respeitadas da liberdade. (FREIRE, 1996, p. 41).

Seguindo na linha deste pensamento, estimular escolhas saudáveis vai além da comunicação e necessita de uma dialogicidade onde ambos aprendam, ensinam, e reconstruam suas visões sobre a alimentação. Desta forma a autonomia é uma característica construída e conquistada a cada dia, a cada escolha.

Ainda segundo relato, “a EAN deve se preocupar sobre as representações do ato de comer e da comida” visto que não se apresenta apenas como nutriente indispensável ao corpo e as interações metabólicas, mas também como uma atitude prazerosa, permitindo a conexão com os significados que envolvem herança cultural, tradições, memória afetiva e momentos de sociabilidade (LIMA, NETO; FARIAS, 2015).

A escola também foi referenciada como um ambiente adequado para promover a EAN segundo os sujeitos da pesquisa:

E a escola é um campo muito fértil, [...] é imprescindível na realização de EAN, porque ela engloba toda uma comunidade escolar. [...] pode envolver as crianças, os adolescentes, os pais, os professores, a direção, os outros familiares. [...] A instituição é um campo muito bom para ser trabalhado porque a gente tem uma coletividade. [...](N2)

Assim, eu acho que toda a educação, toda a ação que é feita, ela forma atores. Porque é feito um trabalho dentro da escola. Esse trabalho reflete dentro da casa das famílias também. (N4)

Às vezes até a mãe vem e pergunta o que colocam naquela merenda que o aluno come na escola e não come em casa. O que a gente percebe as vezes que o coleguinha, ele tem um coleguinha mais chegado, às vezes o coleguinha come. Para ele se enquadrar no contexto da turma ele acaba comendo a comida. [...] Pra tu vê que é aquela socialização. (N4)

Capacita a merendeira também para trabalhar essa parte de da educação alimentar. E sempre, na verdade nosso trabalho é o incentivo com aluno também, com o consumo dos alimentos. A gente acaba cobrando também: - Coloca, incentiva, faz com que a professora incentive também. (N6).

A fertilidade adjetivada a escola reproduz um ambiente adequado de aprendizagem e da troca de experiências promissoras. Este cenário favorável se dá em grande parte pela coletividade de pessoas, suas interações e socializações, que interferem diretamente no

comportamento alimentar das mesmas. Como o demonstrado pelo N4, onde o aluno condicionado pelo incentivo do colega consumiu novos alimentos, cujo consumo em casa não se fazia. Este incentivo não se deu através de comunicação verbal, mas pela comensalidade.

Sobretudo a escola também se faz na comunidade e como parte importante dela. Seu terreno fértil não se restringe somente ao chão, mas brota em toda a extensão cujo seus sujeitos conseguem atingir. É através desta propagação que os atores da alimentação se fazem presentes e conscientes.

Através desta leitura podem-se perceber algumas das ações desenvolvidas nos municípios:

Que nem na educação infantil a gente trabalha muito com os sentidos, com o paladar, de eles preparar: Por exemplo tinham algumas crianças que não estavam consumindo o abacate, que é um alimento regional e que vem da nossa agricultura familiar, {...} que não teve tanta aceitação. Então a gente fez um trabalhinho com eles, prático, culinário, que eles mesmos fizeram a batida de abacate, e a gente vê que tem adesão depois [...] Outra atividade é que numa outra escola de educação infantil {...} eles fizeram os bolinhos de legumes. (N2)

A gente trabalha com o sentido, do cheiro, do comer, para sentir o gosto, do cheiro dos alimentos, todos com as toquinhas, e eles ajudaram as merendeiras a fazer [...]. Então a gente consegue trabalhar e vê a continuidade até mesmo pelas próprias merendeiras. Elas trabalham com historinhas assim: ai porque o bolo de cenoura do coelho, o brócolis é a arvorezinha. (N2)

No ensino fundamental a gente trabalha muito com palestras, com conversas [...], grupo de apoio [...]. Eu trabalho muito com a rotulagem dos alimentos, do ensino fundamental porque é algo que está inserido na realidade deles {...} (N2)

Seriam qualquer tipo de atividade, até trabalhado em sala de aula. A gente não tem um currículo escolar, a gente não tem uma disciplina no currículo escolar sobre a alimentação saudável, mas tem as professoras de ciências e coisa e tal, que trabalham essa parte. Então é válido! A parte que a gente faz e que os acadêmicos de Nutrição também fazem, que é a parte mais lúdica. (N3)

No município, existem algumas aplicações e projetos de educação nutricional e alimentação saudável dentro da escola. (N5)

Assim, dentro do projeto pedagógico da escola já tem atividades, a roda da fruta, eu sempre quando a gente chega na escola e pergunta as professoras já trabalharam, a pirâmide dos alimentos [...] (N6)

A adequação das ações e atividades direcionadas aos grupos específicos, onde a faixa-etária torna-se um fator relevante, é necessariamente indispensável para o bom andamento e concretização dessas. Essa concepção comunga com a relevância da ludicidade frente ao incentivo dos hábitos alimentares saudáveis através da EAN: Quando adequadamente realizada, contribui para o início de valores e atitudes relativas à alimentação para a promoção da saúde individual e coletiva e também para a prevenção de doenças. Além disso, deve

constituir artifício ativo, lúdico e interativo onde as crianças ganham conhecimento e praticam reflexões sobre suas práticas alimentares (LIMA et al., 2009).

O lúdico é uma ponte que auxilia na melhoria dos resultados dos profissionais interessados em promover mudanças. É uma necessidade humana que proporciona a interação da criança com o ambiente em que vive, sendo considerado como um importante meio de expressão e aprendizado. As atividades lúdicas possibilitam a incorporação de valores, o desenvolvimento cultural, assimilação de novos conhecimentos, o desenvolvimento da sociabilidade, da motricidade, do potencial imaginário e cognitivo, e da criatividade. Atividades lúdicas criam um clima de entusiasmo, é este aspecto de envolvimento emocional que confere a ludicidade um forte teor motivacional, capaz de gerar um estado de vibração e euforia, favorecendo a aprendizagem de forma significativa (TOMAZETTI et al., 2012).

A neurociência corrobora com a assertiva ao estudar o Sistema Nervoso e o processo de aprendizagem: Guerra (2010) enfatiza que por meio de práticas pedagógicas educadores, alunos e pais fornecem estímulos que provocam transformações em circuitos neurais, levando ao desenvolvimento e reorganização da estrutura cerebral, cuja função resulta no aprendizado. Complementa ainda que “Situações de aprendizagem prazerosas, permeadas por afeto ou até por pequeno estresse, como em caso de tarefas desafiadoras, tendem a ser mais eficientes” (GUERRA, 2010, p. 14). Isto evidencia que a aprendizagem é um processo individual, e que se aprende mais substancialmente quando envolve emoções, sentidos e outros mecanismos cerebrais.

É nesta perspectiva que a associação de alimentos com animais ou outras plantas, o trabalhar com os sentidos, a desafiadora prática, tornam as ações mais prazerosas e interessantes para as crianças. As músicas, paródias, poesias, danças, teatros e dinâmicas também se concretizam como importantes meios pedagógicos de realizar educação alimentar não somente com o público infantil, mas com o adolescentes, gestantes, adultos e idosos.

A rotulagem de alimentos utilizada para realização de EAN por um dos sujeitos da pesquisa foi justificada pela inserção na realidade dos alunos. Eis que esta é a característica mais significativa para abrir o leque de interesses pelas ações. Para Freire, mais do que mergulhar na esfera da realidade, as ações educativas devem, sobretudo desafiar o educando a pensar criticamente a realidade social, política e histórica em que é presença, reafirmando que “como uma prática estritamente humana jamais pude entender a educação como uma experiência fria, sem alma, em que os sentimentos e as emoções desejos, os sonhos devessem ser reprimidos por uma ditadura reacionalista”. (FREIRE, 1996, p. 41).

A merenda escolar também foi tratada como promotora da EAN, entretanto no conteúdo conceitual de alguns dos relatos a questão da merenda escolar foi prevalente.

O próprio cardápio também atua como uma EAN. Eles aprendem, vindo as refeições na escola, como é. Muitas crianças recebem alimentação complementar pela primeira vez aqui, né. (N3)

E eles são cardápios de acordo com a nossa realidade, com os gostos também, que tem a questão da aceitabilidade, dos pratos oferecidos, e dentro dos valores nutricionais que regem as normas da nutrição. (S3)

“[...] Porque assim, tu tens hábito saudável com uma alimentação escolar saudável, automaticamente se ele vai para casa e ele cobra de uma certa forma dos pais também hábitos saudáveis.” (N4).

“Em nossas escolas municipais a gente não tem o tal do barzinho, cantina. Nós temos só a merenda mesmo que a escola fornece, não trazem nem de casa, então reflete também ali as ações que são trabalhadas na escola e no cardápio. Então, ali fica uma coisa bem saudável [...]. Até a gente vê quando o cardápio não tem muita aceitabilidade, tentamos trocar ou fornecer aquele alimento de uma outra forma. (S4)

Sabe-se que a própria oferta de alimentos saudáveis na escola já é considerada uma estratégia de EAN (BRASIL, 2009a; BRASIL, 2009b), pois envolve aspectos condizentes com as particularidades de cada local, como alimentos regionais, além disso, fomenta refeições coloridas e incentivo aos grupos alimentares, principalmente aqueles cuja transição nutricional tenta abreviar, como frutas, legumes e verduras.

Ainda de acordo com o PNAE em seu 12º artigo conta que os cardápios da alimentação escolar deverão ser elaborados [...] “com utilização de gêneros alimentícios básicos, respeitando-se as referências nutricionais, os hábitos alimentares, a cultura e a tradição alimentar da localidade, pautando-se na sustentabilidade e diversificação agrícola da região, na alimentação saudável e adequada” (BRASIL, 2009a).

Para além das barreiras físicas da instituição escolar, mas ainda dentro desta, algumas atividades desenvolvidas relacionavam-se a comunidade:

[...] agora a gente tem o evento do troca-troca de sementes, na verdade é a Terceira Amostra de Agro biodiversidade em Movimento, promovido, também, pela EMATER em parceria com outras secretarias, e eu acabei de dar a ideia de nos fazermos um Sistema Digestório Lúdico. [...] nos vamos fazer gigante. (N2)

Acaba que as pessoas, crianças, agricultores, vai ter as escolas também envolvidas, vão poder participar. Daí elas entram como se fosse um túnel e tem as paradas, onde vai ser explicado por nós como que acontece a digestão dos alimentos. Vão poder vivenciar isso. Daí cada parada, que nem tem a boca, onde já começa a digestão dos carboidratos, do amido, daí depois do estômago, do intestino, do intestino delgado. Vai ser bem satisfatório. Deu uma trabalhadeira, mas vai ser bem legal!(N2)

Os caminhos para alimentação saudável adentram a agricultura familiar, sobretudo quando esta envolve a agroecologia como ferramenta de conhecimento e aplicação. Para Barbosa, Vidotto e Arruda (2015) a agroecologia é uma nova forma de se correlacionar com a natureza e com o próximo de forma a resgatar o protagonismo do agricultor no processo produtivo tratando ainda como “reforço a uma ética de respeito à vida em todas as suas expressões e ao ser humano, construindo uma sociedade ecológica, justa e solidária” (BARBOSA; VIDOTTO; ARRUDA, 2015, p. 02).

É neste sentido que o fomento e crescente incentivo à agricultura familiar sustentável tem potencialidades na busca pela segurança alimentar e nutricional e na EAN aliada a princípios do bem estar e sustentabilidade. O troca-troca de sementes crioulas proporciona a propagação da sucessão de sementes cuja variedade e manejo poderiam ser perdidos caso não fossem compartilhadas. A erosão genética que causa a perda de muitas espécies alimentares já é uma preocupante realidade frente ao cenário de práticas alimentares cada vez mais monótonas e padronizadas. E diante deste cenário, torna-se oportuno e desejável agregar valor a temática junto aos agricultores e escolares, assim como refletir sobre o consumo e digestão de tais alimentos.

Não se pode deixar que esse empobrecimento oriundo da erosão genética de sementes se prolongue e acentue, custeando a extinção de muitas espécies. Este filho da Revolução verde, que de verde somente teve a utopia, simplificou os sistemas produtivos tradicionais, altamente complexos e diversificados, empoderando latifúndios e minimizando variedades de alimentos ricamente nutritivos (BEVILAQUA et al., 2014; CUNHA, 2013).

Por isso é tão importante e significativo o incentivo a produção de sementes crioulas.

Ao defender e incentivar a produção de sementes crioulas na agricultura familiar, a meta é sempre resgatar e estimular os valores da cooperação e solidariedade junto às comunidades rurais, onde está toda força do resgate e produção de espécies sementeiras que estão sendo extintas. O desafio de resgatar e manter espécies de sementes ancestrais e locais só se torna viável, através do manejo correto das práticas agrícolas respeitando o meio ambiente e todas as formas de vida nele envolvido, resgatando e conservando valores, conhecimentos, a cultura e a soberania alimentar dos povos. (BARBOSA; VIDOTTO; ARRUDA, 2015, p. 02).

Vivenciar a digestão dos alimentos através do trato gastrointestinal conduz a uma experiência diversificada na busca de saberes que podem ser apropriados. Eis que a EAN pode adaptar-se aos mais diversos ensaios envolvendo a alimentação, desde o processo produtivo até o consumo e descarte de resíduos. É nesta perspectiva que a sustentabilidade tem ganhado força com vistas ao mais variados benefícios frente a biodiversidade. Para Franco, (2014, p. 01) a tarefa de dar à alimentação a qualidade de ser sustentável implica

“olhar para uma teia produtiva, partindo das mãos do agricultor que semeia até as mãos que levam a comida às bocas da totalidade de seres humanos do planeta”.

Partindo deste fio condutor pode-se considerar a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) como uma importante promotora do desenvolvimento local das comunidades frente a tais ideais.

Figura 6: Infográfico da Troca-Troca de Sementes e suas implicações para a alimentação Sustentável e EAN.



Fonte: SODER, 2017.

Cabe ressaltar, entretanto, que toda essa perspectiva da EAN somente terá conotação fundamental com a adoção do “ser educador” se forem considerados os pressupostos de libertação e transformação, como afirma Freire (1983, p. 64), que “tanto pode ser usado como um recurso eficaz para “domesticar”, como pode servir a propósitos libertadores”. Enquanto um compromete o conhecimento e saberes populares com características mecânicas, em linha horizontais promotoras de inferioridade (de quem sabe, para aquele que não sabe) e invasão cultural, o outro tem finalidade de valorização da sabedoria popular e comunhão com esta, criando possibilidades para a produção e ou construção do ensinar e aprender de forma mútua, vertical e dinâmica (aqueles cujos saberes e conhecimentos possam ser compartilhados e evoluídos) (FREIRE, 1996; FREIRE, 1983).

4.4 Opiniões sobre o que Poderia ser Desenvolvido em Termos de EAN no Ambiente Escolar

As possibilidades de ações voltadas a EAN proporcionaram uma reflexão de possíveis atividades para o ambiente escolar, como por exemplo, a origem e produção dos alimentos, questão de sustentabilidade e cuidado ambiental, e principalmente da promoção da alimentação saudável através de estímulos de forma a promover a autonomia dos sujeitos.

"Sim, o incentivo, é o principal, na alimentação né! O estímulo da alimentação saudável por meio de dinâmicas, oficinas, diversas formas para estimular o interesse pelos alimentos, conhecer os alimentos, para eles terem conhecimento, aprenderem a ter cuidado com o ambiente, para saber de onde vem os alimentos, como é a produção,(inaudível) lá do resgate da produção, até quando chega na nossa mesa." (N1)

Eu acho assim, que poderia ser desenvolvidas muito mais coisas, desde mais palestras, mais atividades. Trabalhar essa questão da pirâmide desde pequenos, na creche, na pré-escola. E cada turma tu tem que saber como trabalhar né. Eu acho que poderia trabalhar no sentido de desenvolver mais projetos, dentro da escola, direcionado a alimentação saudável. (N4)

Ter mais projetos e atividades sobre alimentação na escola e na comunidade. (S5)

O foco no desenvolvimento de projetos sobre a alimentação na escola e na comunidade fortalece a perspectiva alimentar. No site “Ideias na Mesa” é possível verificar que a problematização da comida, do alimento e do nutriente vem sendo destacados no âmbito escolar. Dentre outras ações as registradas aqui como EAN compõe: dinâmicas, oficinas, diversas formas para estimular o interesse pelos alimentos, conhecer os alimentos, pirâmide alimentar, palestras atividades e projetos. No conteúdo destas ações estariam ligeiramente descritas aqui: cuidado com o ambiente, saber a procedência dos alimentos, do processo de produção até o consumo.

Assim concebe-se que a EAN não é uma estratégia focada apenas no alimento e na nutrição. Para além do isolamento de territórios do conhecimento cada vez mais segmentados, é preciso fazer o caminho inverso. A EAN diz respeito à Agricultura como se referiu a N1 “do resgate da produção”, a Biologia tanto “ao cuidado do ambiente” quanto aos aspectos genéticos, e celulares; a antropologia, a economia, a sociologia entre outros. Mais do que segmentar saberes, é necessário integrá-los diante das possibilidades da EAN.

Sob um olhar historiador, um dos sujeitos entrevistados revisitou uma atividade desenvolvida na escola:

“[...] Uma atividade que eu achei bem interessante que foi desenvolvida há alguns anos e que eu acho que poderia se repetir é que os professores pediram para as crianças irem entrevistas seus avós, bisavós ou vizinhos mais idosos para saber da vida antiga. Bem na semana de comemoração do dia do município, pra conhecer, é importante. E nessas falas as crianças viram que a alimentação antigamente era bem simples, sem luxo. Mas que comiam coisas saudáveis, frutas do pé, feijão, arroz, batata. Tudo sem veneno. Tudo plantado e colhido. Não tinham geladeira,

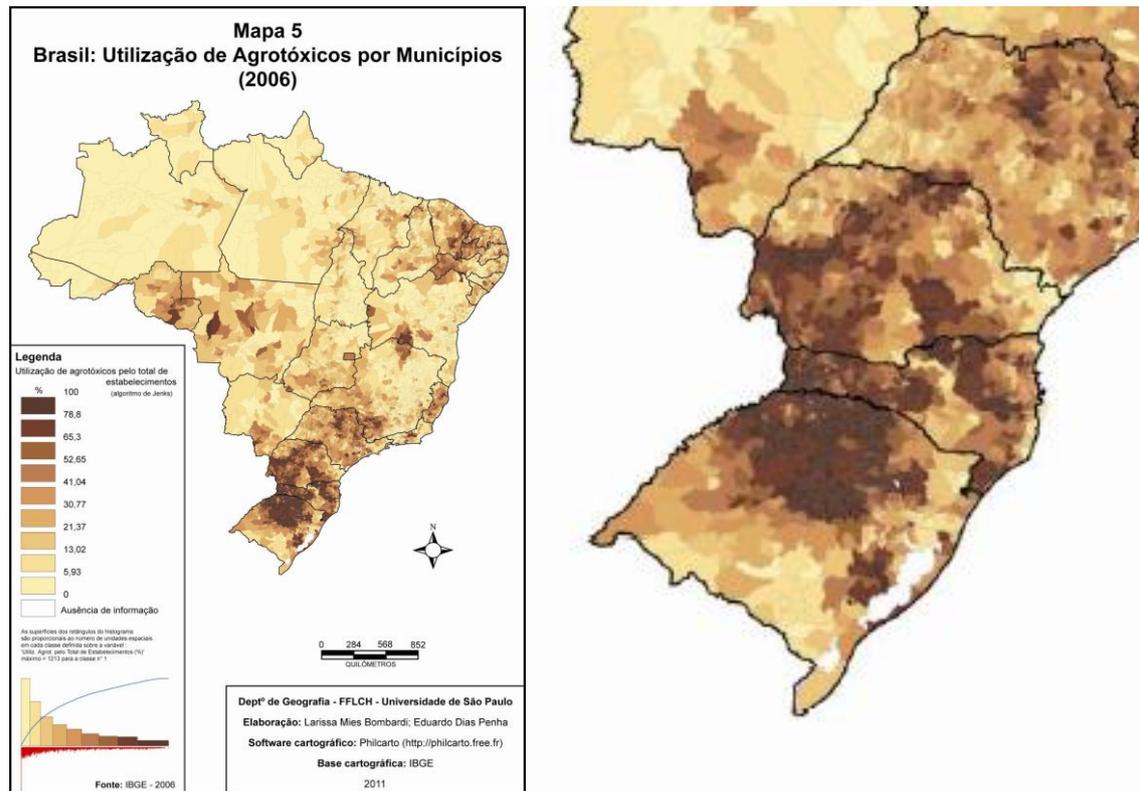
conservavam a carne na banha. E tinham muitas dificuldades, mas viviam felizes [...]. Eu acho válido retomar isso para mostrar a importância da alimentação. E os idosos se sentem valorizados também. Porque se tu chegar e falar: -A comida empacotada pode fazer mal a saúde! Eles não dão bola. Assim eles vão para prática e ficam sabendo por outras bocas, acabam valorizando mais.”(S4)

O resgate desses saberes está intrinsecamente ligado a valorização do conhecimento e, sobretudo das experiências dos idosos. Mais do que revisitar as lembranças, apresenta-se ainda como função social, que aproxima gerações, para reconstruírem através da troca das vivências, as concepções e representações sobre a alimentação e nutrição.

No desaguar destes conhecimentos e do relato é possível identificar não somente a transição nutricional, como também um modo de viver mais sustentável e sustentado economicamente, ainda um pouco distante da sociedade do consumo vivida hoje em dia. É nesta perspectiva que Bauman (2008) faz uma leitura do consumo como meio pelo qual os indivíduos possam, ilusoriamente, sair da invisibilidade e imaterialidade cinza e monótona ao atrair olhares de outros consumidores. Para ele “o consumidor em uma sociedade de consumo é uma criatura acentuadamente diferente dos consumidores de quaisquer outras sociedades até aqui.” Completando ainda com o seguinte raciocínio crítico: “se os nossos ancestrais [...] refletiram se o homem trabalha para viver ou vive para trabalhar, o dilema sobre o qual mais se cogita hoje em dia é se é necessário consumir para viver ou se o homem vive para poder consumir” (1999, p.76).

Tomando contornos mais largos e profundos com vista a tais concepções, resgatar os saberes primeiros destes idosos tem fundamental importância na reflexão crítica na atualidade, fortalecendo e fomentando para a conservação histórica destas memórias. Ainda segundo relato, nesta ação as crianças puderam perceber que antigamente não se utilizava defensivos agrícolas. Eis que surge aí a problemática em questão: Em 2011, um mapeamento do Brasil sobre Utilização de Agrotóxicos por Município demonstrou que e a região nordeste do Rio Grande do Sul apresentou um dos maiores percentuais do Brasil. Segundo a autora Bombardi (2011) a maior utilização de agrotóxicos esteve associada ao agronegócio e principalmente ao cultivo de soja.

Figura 7. Utilização de agrotóxicos por estados e municípios no Brasil



Fonte: BOMBARDI, 2011.

Outro estudo que veio de encontro deste preocupante cenário refere-se às regiões de saúde com maior volume de uso de agrotóxicos em litros/ km²/ano no Rio Grande do Sul, onde a região de Frederico Westphalen/ Palmeira das Missões ocupou o 3º lugar do ranking das 30 regiões de saúde existentes no Estado. No que tange a utilização de agrotóxicos críticos (princípios ativos mais críticos a saúde humana) a posição subiu para a 2º colocação, perdendo apenas para a Região de Santa Rosa (PEREIRA, 2014). Ainda segundo a mesma autora, as regiões de saúde mais atingida por doenças envolve a região norte e nordeste do estado, tendo como principais cultivares soja e milho e conseqüentemente ao uso intensivo de terras. O processo de concentração de terras também pode ser indicativo desta realidade, reduzindo a área destinada ao plantio de gêneros alimentícios tradicionais, enfraquecendo a agricultura familiar e trazendo riscos à segurança alimentar e nutricional (PEREIRA, 2014).

Neste panorama as ações em EAN principalmente no âmbito da gestão devem agir para promover a alimentação orgânica. Para além da questão nutricional o desafio dos nutricionistas hoje está na composição química dos alimentos. O progresso proveniente da modernização da agricultura com larga utilização de agrotóxicos é um cavalo de tróia do qual aproximações causam efeitos deletérios a saúde, sem saber ainda a abrangência

potencializadora de seus efeitos em âmbito biológico do ecossistema. É nesta perspectiva que a voz do N1 apresentada acima, cresce em dimensão e na forma provocadora: “*para saber de onde vem os alimentos, como é a produção, lá do resgate da produção, até quando chega na nossa mesa.*”

Neste cenário o fortalecimento das ações de EAN pautados em seus princípios, destacados no Marco de Referência (BRASIL, 2012a), apresentam-se como um desafio abrasador, mas sobretudo, necessário. Cabe aqui, transcrever uma reflexão tão aprofundada quanto sensibilizadora: “Pode-se enriquecer à custa de um trabalho longo e mais penoso, que polui, degrada e encurta a vida. Mas pode-se ganhar menos, vivendo-se melhor, com menos degradação ambiental e melhor qualidade de vida. Onde está o progresso?” (ALMEIDA; NAVARRO, 2009, p. 45).

Frente a esta realidade é oportuno indagar: Há consciência regional desta situação de utilização abusiva de agrotóxicos? Qual o impacto na saúde e bem estar da população? Considerando tais fatores a conscientiz(ação) relacionada a tal problemática ainda é deficitária no sentido de estar marginalizada perante interesses latifundiários e econômicos.

Um ponto a se considerar no relato sobre o que poderia ser desenvolvido em termos de EAN no ambiente escolar tratou da importância da higienização alimentar principalmente com as merendeiras:

“Bem, primeiramente trabalhar a higiene, né! A higiene a gente cobra muito. Higiene da cozinha, dos alimentos. De todo o material envolvido na alimentação escolar[...]. Assim sendo a gente já ofereceu vários tipos de palestras com a EMATER, dentro da própria universidade federal, do laboratório deles também. Então várias coisas assim a gente oferece, inclusive com alunos. [...]” (S3)

Ao abordar a higienização nas cozinhas e refeitórios escolares busca-se a promoção da alimentação segura e saudável, isto é, também com qualidade higiênico sanitária. O trabalho da correta lavagem dos alimentos e das mãos também apresentam-se congruência fundamental, agregando saúde e bem-estar. Recentemente, perante os surtos virais, principalmente envolvendo a Influenza A (H1N1), a lavagem das mãos e sua assepsia receberam ampla evidência nos espaços públicos, especialmente nas escolas.

Outra questão levantada nos relatos diz respeito a possibilidade de incluir a EAN no currículo escolar.

“Eu acredito que deva ser incluído atividades de EAN na grade curricular, porque eu acho que é importante deixar mais obrigatório que se tenham essas atividades. Porque educação infantil a gente consegue se inserir com mais facilidade, porque não tem todo um planejamento curricular de conteúdos. Mas a gente sente um pouco de necessidade no ensino fundamental onde os alunos na verdade já tem as

suas disciplinas, então talvez trazer nas disciplinas de biologia, ciências, mais essas questões de EAN, acho que seria bem interessante.” (N2)

“Eu acho que uma das coisas seria colocar uma disciplina ou dentro das disciplinas a exigência de se trabalhar a EAN com os alunos.” (N3)

O PNAE prevê a inclusão da EAN no processo de ensino e aprendizagem, de maneira que perpassa pelo currículo escolar, abordando o tema alimentação e nutrição e o desenvolvimento de práticas saudáveis de vida na perspectiva da segurança alimentar e nutricional (BRASIL, 2009a).

Segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), alguns temas podem ser trabalhados em diversas áreas e disciplinas no Ensino fundamental, de maneira transversal, como por exemplo: saúde, ética, trabalho e consumo, meio ambiente e pluralidade cultural. Pressupõe-se que em todas estas temáticas a alimentação está inserida, de maneira particular e concreta. Além do mais, sabe-se que há um espaço para que cada comunidade escolar possa discutir problemas próprios a realidade tangente de cada local, e trabalhar aspectos que consideram relevantes. Desta forma, não há disciplina isolada específica, mas o espaço aos temas transversais pode ser reconhecido e vinculado a EAN. (AQUILLA, 2011, BRASIL, 1998). O ideal seria que a EAN pudesse ser incluída no currículo escolar numa proposta de transversalidade e interdisciplinaridade que não se limitasse apenas ao espaço da sala de aula, mas que fosse ampliada à comunidade (SILVA, SILVA, SANTO, 2015).

Para abordar esta problemática foram elaborados os Cadernos de Alimentação Escolar pelo governo do Rio Grande do Sul, com foco para a Educação Alimentar no âmbito escolar e algumas problematizações que podem ser trabalhadas com base nas disciplinas (BRASIL, 2013). Outro estudo que aborda esta temática é o realizado por Juzwiak (2013, p.01), “Era uma vez... Um olhar sobre o uso dos contos de fada como ferramenta de EAN”, abordando a relação das temáticas com as disciplinas e conteúdos.

A realização da EAN pelos professores também foi mencionada nos relatos:

“Outra questão que eu também acho interessante seria trabalhar com a formação dos próprios professores para trabalhar com EAN [...] é interessante o trabalho de EAN ser feito pelos próprios professores, porque eles podem dar continuidade ao trabalho que nos damos início. Então eu acho que é bem interessante! Principalmente os professores de educação infantil. Eu já pensei em fazer um trabalho com eles, eu pretendo fazer muito em breve a formação de professores da educação infantil para trabalhar com atividades de EAN.” (N2)

Pensamos, nós aqui do município, capacitar os professores para falar sobre isso. Porque querendo ou não, quem trabalha diretamente com os alunos são os professores. Eles são a referência dos alunos. (N3)

O professor trabalham a parte do educar para a alimentação também. (S3).

Nessa ótica, observa-se que a formação dos professores para trabalhar a EAN apresentou-se relevante nos relatos, uma vez que já trabalham o incentivo aos hábitos alimentares saudáveis e a promoção da saúde. É possível perceber que o professor está inserido na perspectiva escolar como profissional mais próximo da realidade do aluno. Além do mais, devido a todos os aspectos didáticos e pedagógicos envolvidos na formação deste profissional, facilita o diálogo e interação de professores e alunos, inclusive na EAN.

No estudo “A formação do professor e a educação alimentar nas séries iniciais” desenvolvido por Silva, Silva e Santo (2015), apontaram a necessidade de promover atividades de EAN que envolvam a comunidade escolar. Ainda segundo eles “ficou nítido que os professores necessitam direcionar as atividades de forma interdisciplinar por meio de elementos presentes no cotidiano escolar” além da capacitação docente e trabalho subsidiado entre professor e nutricionista a fim de desenvolver projetos didáticos sobre o tema e contribuir de forma a desenvolver experiências agradáveis sobre a alimentação capazes de promover a transformação dos hábitos alimentares inadequados (SILVA, SILVA, SANTO, 2015, p. 105).

As atividades de extensão para as famílias também foram relatadas como fundamentais:

“Acredito que a EAN deveria ser trabalhada com mais ênfase em todas as fases da vida e também com os pais dentro do ambiente escolar, para ter uma continuação. Tudo que é feito na escola, continuar com os pais para ter um andamento melhor. Pois algumas questões devem ser reforçadas no âmbito familiar, para assim haver a criação de hábitos e práticas alimentares saudáveis.” (N5)

Que eu acho que lá na fontezinha que as coisas acontecem, e que podem mudar. E eu acho essencial quando falam da família, não adianta a escola dizer uma coisa e a família fazer outra né! Tem que trabalhar o todo! É bem complicado! (S5)

O guia alimentar para a população brasileira (BRASIL, 2014d) enfatiza o ambiente familiar como prioritária na formação dos hábitos alimentares saudáveis. Aproximando dos descritos no Marco de Referência de EAN (Brasil, 2012a) o guia destaca que é preciso promover para a instituição familiar ações de EAN com compartilhamento de responsabilidades: “Em casa, ainda melhor do que apenas comer em companhia, é compartilhar parte ou todas as atividades que precedem e sucedem o consumo das refeições, incluindo o planejamento do que se irá comer, a aquisição dos alimentos, a preparação das refeições” e ainda não esquecendo da higienização “as atividades de limpeza necessárias para que as próximas refeições possam ser preparadas, servidas e apreciadas” (BRASIL, 2015d, p. 97).

A presença de nutricionista trabalhando no PNAE fez a diferença para um entrevistado, que relatou melhorias relacionadas ao programa, inclusive no tocante a educação alimentar:

“Então a gente fazia uma educação alimentar na medida do possível, né. Mas no momento que ela entrou, se mudou totalmente. Até a questão de cardápios, de nutrição. Eu acho assim que foi uma mudança muito grande pra educação alimentar. Que ela está fazendo toda aquela questão de medida de peso avaliação deles. Eu acho que isso vem de suma importância para a Educação Alimentar. Hoje eu não vejo mais a Educação sem uma nutricionista. Eu acho que a nutrição ela veio para agregar muitos valores.” (S2)

Diante de uma formação específica para trabalhar com o alimento e a nutrição o nutricionista apresenta-se como um profissional apto a trabalhar na execução e estruturação do PNAE, contribuindo significativamente para a melhoria das condições da merenda escolar e da promoção de hábitos alimentares saudáveis. Entretanto é preciso buscar a valorização deste profissional no campo da educação e Políticas Públicas, principalmente referente ao PNAE como apontam Chaves et al., (2013, p.925), as diversas atividades do profissional nutricionista no Programa indicam a necessidade de constante atualização e fiscalização “com concomitante necessidade do cumprimento e fiscalização dos parâmetros numéricos de referência para contratação de nutricionistas nos distintos municípios e estados brasileiros”.

4.5 Potencialidades e Contribuições da EAN em Âmbito Escolar

Em âmbito nacional e estadual há o reconhecimento das significativas contribuições da EAN no âmbito escolar. Na região estudada, o quê os sujeitos entrevistados percebem como contribuições? No tocante a esta questão a influência no estímulo a alimentação saudável foi citada:

“A influência! Diretamente influencia na qualidade de vida desses alunos. O conhecimento, sempre para eles conseguirem fazer as escolhas sozinhos. Ter autonomia para essas escolhas, e para saberem o que eles estão ingerindo também.” (N1)

Eu acredito também que as atividades de EAN nas escolas elas favorecem uma, uma... até o próprio ato de comer. A criança ela fica mais autônoma quando ela vai para a escola e pode escolher se ela quer ou não consumir, então o que acontece: acaba que essa autonomia, essa liberdade pode estimular a formação de hábitos alimentares mais saudáveis também. (N2).

“[...] Penso que essas atividades ampliam o conhecimento sobre a alimentação, favorecem maior liberdade nas escolhas alimentares saudáveis, o maior consumo e valorização dos alimentos saudáveis, e melhoram o estado nutricional de crianças em risco nutricional.” (N2).

De fato é conhecido que a imposição de atitudes saudáveis não apresenta resultados esperados, mais do que isso, dificulta a mudança de comportamento. É nesta perspectiva que a autonomia alimentar floresce em meio a rochosas orientações e dietas padronizadamente inférteis. Ao tratar-se da própria existência, da comunidade, da região, o indivíduo assume uma postura política e identitária, aproximando através de suas experiências os alimentos que lhe convém ingerir. Esta autonomia fortalece as pessoas, as famílias e as comunidades tornando-os agentes produtores de sua própria saúde e bem estar, promovendo soberania alimentar dos povos e segurança alimentar e nutricional. Entretanto adotar uma alimentação saudável não é apenas uma escolha individual. (BRASIL, 2015a). Com base nestas premissas convém indagar: O que condiciona a adoção de práticas alimentares saudáveis?

Sublinha-se, sobretudo a necessidade de reconhecer a natureza humana das necessidades biológicas frente ao alimento, e da condição humana da qual a complexidade e condicionalidade das escolhas alimentares exerce influência. Em sua Obra “A Condição Humana” Hanna Arendt (1958; 2009) perfaz a profundidade do tema: A condição humana refere-se às formas de vida que o homem impõe para si para sobreviver, sendo condicionado, condicionando o comportamento de outros, ou mesmo sendo condicionado pelo próprio ato de condicionar. O ser humano é condicionado pela influência do contexto histórico, político, social e econômico, além dos próprios atos, pensamentos, experiências e sentimentos.

Desta forma, a autonomia alimentar torna-se um tema tão complexo quanto fundamental para compreender o processo do comportamento humano e os condicionantes das escolhas alimentares. É nesta perspectiva que Ferracioli e Silveira (2010), fomentam para a valorização dos aspectos antropológicos e sociais como de fundamental importância: “A cozinha dos povos colonizadores não erradicou a cozinha dos povos colonizados” (CASCUDO, 2004, p. 373 apud FERRACIOLI, SILVEIRA; 2010).

Sabe-se que os hábitos alimentares ainda estão muito ligados a tradições. As escolhas alimentares estão inseridas em cada indivíduo através de gerações. Mais do que nutriente, o alimento está ligado a trajetórias históricas e é demarcado por relações de poder (FERRACIOLI, SILVEIRA; 2010). Desta forma, como desaconselhar o consumo do churrasco para um gaúcho? O azeite de dendê para um baiano?

O alimento está carregado de simbologias e representa a história de povos e é nesta contextualização que a autonomia alimentar é enaltecida. O que se entende é que na maioria das vezes não é um determinado alimento que poderá trazer prejuízos à saúde, mas muitas vezes a quantidade determinada. A conflituosa relação entre a aceitação, a recusa, a

necessidade de marcar fronteiras e limites tem a ver unicamente com o indivíduo, e é esta autonomia que reflete em suas ações.

Para que haja uma mudança de comportamento, pressupõe-se uma necessária mudança paradigmática de pensamento e isso pode ser condicionado através de ações de EAN, mas essas nunca vão garantir tal modificação. É neste momento que as especificidades regionais não podem ser reduzidas, mas sublimadas como meio de promoção de hábitos saudáveis.

Frente a esta autonomia potencializadora da relatada pelos sujeitos da pesquisa, a formação de atores que promovem a alimentação saudável também foi evidenciada.

Fui na escola da zona rural do município, dar uma palestra. Você verifica os jovens, foi mais para turmas maiores. As meninas se preocupam mais com aquela fase da espinha no rosto. Então você coloca para eles como a alimentação saudável e a atividade física podem auxiliar, porque é a geração dos salgadinhos, dos refrigerantes. Então que nem eu coloquei na primeira questão, desenvolve atores, que se tu plantar uma sementinha em um aluno, talvez a turma inteira não né, mas se você pegar um ou dois, já valeu a pena. E eles levam essas coisas para casa também. (N4).

No ponto de vista do desenvolvimento de atores cuja aceção é concebida com aquele que busca desempenhar um papel ativo em algum acontecimento, visualiza-se a questão estratégica da EAN. Quanto à ação “tocar” no sentido de sensibilizar (BOOG, 2013) um sujeito, este poderá mudar suas representações, seu comportamento, e ainda seu discurso tornando-se um ator promotor da alimentação saudável, podendo ainda condicionar outros através de seu comportamento e diálogo. É neste panorama que se abre um leque de possibilidades embora se esteja ainda diante de um cenário pouco efetivo.

A reativação das hortas escolares também foi trazida com um incentivo e potencialidade da EAN:

“Tanto que esses dias eu tava com as estagiárias, aqui trabalhando comigo, estagiárias de Nutrição, elas trabalharam um pouco com horta né, porque todas as escolas tem as hortas e os alunos também ajudam na horta que é uma forma de incentivar a formação de hábitos alimentares. Porque eles estão ali, eles estão plantando, vão querer colher, e vão querer comer o que eles estão plantando. Então é uma forma assim que a gente reativou, tinha o local na maioria das escolas mas estavam desativados, então, a gente ativou também essas questões. Voltando as estagiárias também fizeram trabalhos com as hortas escolares e daí teve uma criancinha que voltou para casa, é só um relato né, e ela pediu para o pai e para a mãe comprarem uma bota pra ele trabalhar na horta que ele ia começar a trabalhar. Até os pais eles chegam até nós com esses comentários, porque eles se espelham muito, até de imitação do que a nutricionista falou.[...]” (N2)

De fato, a horta escolar configura-se como uma importante estratégia de educar para a alimentação. Muitas são as abordagens em cima destas práticas, incluído estudos comprovando sua eficácia frente a promoção de práticas alimentares saudáveis e incentivo ao

consumo de vegetais, e conservação ambiental, problematização da origem dos alimentos, e respectivas mudanças no comportamento alimentar (KOCK; LEITE, 2014; CAVALCANTI; SILVA; SILVA, 2009; QUINTAS; BAN; ALVES, 2016; LOMPA 2016).

A prevenção de doenças também foi lembrada com um dos benefícios relacionados a educação para a alimentação: *“Os benefícios da Educação Nutricional eu vejo frente às doenças, cardiovascular, obesidade, tudo né! A alimentação é algo principal.” (S1).*

As tendências alimentares não saudáveis estão potencializando as Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNTs). Saber que um dos fatores mais influentes não só para a incidência, mas também a prevalência dessas doenças é a alimentação inadequada, faz com que EAN ganhe relevância de caráter emergencial. Tais doenças passaram a determinar a maioria das causas de óbito e incapacidade prematura na atualidade, configurando um problema de saúde pública. De acordo com a Pesquisa Nacional de Saúde (PNS) realizada pelo Ministério da Saúde em parceria com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) entre agosto de 2013 a fevereiro de 2014, cerca de 40% da população adulta brasileira, o equivalente a 57,4 milhões de pessoas, possuíam pelo menos uma DCNT (BRASIL, 2014e). As DCNTs são caracterizadas por um conjunto de doenças “de multiplicidade de fatores de risco comuns, história natural prolongada, grande período de latência, longo curso assintomático com períodos de remissão e exacerbação”, as quais destacam-se doenças cardiovasculares, pulmonares, obesidade, dislipidemias, Diabetes Mellitus, Hipertensão Arterial Sistêmica, neoplasias entre outras (BRASIL, 2011b, p. 5).

Por tanto, a EAN tem um papel de relevância social na medida em que proporciona uma reflexão das questões alimentares referindo desde o seu papel vital e biológico assim como seu aspecto social e antropológico visando a promoção da qualidade de vida. Nesta perspectiva, entende-se que o papel da EAN enquanto promotora de saúde realizada na escola contribui de maneira associada para a prevenção de doenças crônicas, embora esse não seja a questão principal das ações de EAN.

A escola como ambiente socializador e integrador de experiências de EAN foi destacada, fomentando para a influência deste ambiente na formação de hábitos alimentares.

“Os hábitos alimentares eles são constituídos por conhecimentos, por vivências, por experiências, por influências, e também pelos exemplos dos colegas dos pais, dos professores. Então eu acho que isso no hábito escolar é fundamental. Porque eles observam muito que o professor faz. Tanto que, na verdade quando eu comecei a trabalhar mas não tínhamos o lanche. Os professores tinham alguns que faziam o lanche, e outros faziam separados. Na verdade faziam com os alunos, comiam a mesma coisa que os alunos. Então a gente julgou necessário que seria interessante que os professores consumissem nos lanches as mesmas refeições que os alunos consumiam. Eu acho que foi muito legal porque os alunos eles participam do ato de comer mesmo. E os alunos, te observam, até: - Por que o professor esta comendo

outra coisa e eu tenho que comer isso daqui? Acabou com esse tabu. Quando o professor dá o exemplo é motivador, ele acaba que quer se espelhar muito nos professores, nos pais. A mesma coisa. A partir do momento que os pais dão bons exemplos, o filho também vai construir isso, com bons hábitos alimentares saudáveis, [...]” (N2).

A luz desse olhar particular percebe-se a comensalidade e o aspecto social do alimento como características indissociáveis a formação dos hábitos alimentares. Nesta fase da infância a criança não entende o caráter nutricional muito menos preventivo do componente alimentar, interessa-lhe na medida da disponibilidade o que os outros comem. Desta forma a minimização da característica social alimentar nesta etapa pode tornar-se um erro tanto crucial como fatal é preponderante. Mas o que os outros comem? Quem são os outros? De que modo comem? Onde comem? Com quem comem? O que fazem antes e após a refeição?

O comportamento alimentar é tão complexo quanto intrigante quando abordado em suas diversas perspectivas. Na escola, no refeitório mais precisamente, se dá a troca de experiências alimentares, aculturações e a própria comensalidade. Neste ambiente socializador imita-se aquele que é admirado, aquele que é exemplo, aquele que chama a atenção para o seu comportamento. Neste mundo de observações, vivências, degustações, as experiências alimentares coletivas devem ser saudáveis, agradáveis e curiosas para despertar o paladar e os sentidos para uma nova degustação.

O ambiente familiar também é a primeira referência de alimentação das crianças.

A gente vê que tem muitas crianças que relatam assim, a questão da salada, os pequenos principalmente: -Eu não como salada! -Mas por que você não come? -Ah porque meu pai não come! Eles tem o exemplo de casa. Claro, a criança vai ser reflexo da família, automaticamente! (N4).

Assim, evidencia-se que mais uma vez que a influencia familiar é o precursor desencadeante dos hábitos alimentares. E neste aspecto as escolhas alimentares familiares tem a ver com sua história, sua cultura, suas condições socioeconômicas entre vários outros aspectos. Para Ferraccioli e Silveira (2010, p. 202), “as preferências gustativas e a seleção alimentar transmitida ao longo de diversas gerações interiorizaram hábitos, fixaram sabores e arraigaram conceitos”. Contemplam ainda que “não existe, para o povo submerso em sua cultura tácita, argumento mais persuasivo que o paladar; nenhum outro conhecimento técnico supera a memória e as recordações palatáveis” se referindo as políticas públicas que unidirecionalmente são estruturadas com argumentos técnicos – nutricionais - biológicos relacionados ao alimento (FERRACCIOLI; SILVEIRA, 2010, p. 202).

Neste sentido, considerar tais pressupostos fundamentais a identidade do sujeito parece ser fundamental para compreender o comportamento alimentar. Entretanto aspectos

ligados a cultura alimentar consumista e exagerada proveniente da transição nutricional e da globalização merecem uma atenção particularmente minuciosa: Taglietti e Teo (2016) ao estudarem as percepções de mães adolescentes sobre a formação do hábito alimentar de seus filhos, concluíram que os hábitos alimentares das mesmas eram condizentes com sua fase etária, notoriamente marcada pelo consumo de guloseimas sendo preocupantemente uma característica perpetuada no cuidado com seus filhos, configurando negativamente o comportamento alimentar pautado em uma rotina caótica e sem limites. Ainda tais autores consideram “necessário um olhar mais atento” pelos profissionais de saúde/ educação/ assistência social, “ao ambiente alimentar da criança menor de dois anos, especialmente com relação ao preparo que o provedor de alimentos da criança possui e ao apoio que este recebe para conduzir este processo” (TAGLIETTI; TEO, 2016, p. 58). Desta forma que as ações de EAN nestes casos devem alcançar primeiramente o ambiente familiar.

Assim como houve relatos de potencialidades das ações, houve também o reconhecimento da realização de tais atividades:

“[...] Eu acho que ele é bem fantástico assim! Até porque as atividades que eu tenho desenvolvido aqui no município com educação infantil elas tem uma repercussão, assim, enorme sabe. Muito mais que no ensino fundamental, com adulto, idoso, que na verdade já estão com hábitos muito consolidados. Então na educação infantil, as crianças ainda estão na formação dos hábitos alimentares. O que a gente observa é que o resultado é muito positivo, e eles levam para casa. [...]” (N2)

É claro que a EAN tem contribuições, principalmente de se trabalhar isso na escola. [...] A gente vê que muitos pais comentam depois. Ah! Eu vi que meu filho falou que vocês trabalharam isso, falaram sobre aquilo! Então é bom! Tem aquele retorno dos pais e dos alunos. E é uma época certa para a gente trabalhar essa questão. (N3).

Os depoimentos revelam que existe um feedback das atividades realizadas, este retorno corresponde a uma mensagem/ensinamento/reflexão que chega aos familiares e a comunidade. As crianças se tornam excelentes mensageiras e ativistas dessas questões para suas famílias e comunidades. Neste contexto a educação em saúde deve se iniciar nas idades da pré-escola e escolar, devido à maior receptividade e a adoção de novos hábitos (GOUVÊA, 1999). A esta discussão, soma-se a assertiva de Cunha (2014), ao mencionar que ao entrar em contato com pessoas diferentes os pequenos tendem a imitar comportamentos, tanto na questão alimentar como na social, podendo trazer consequências positivas ou mesmo negativas. Desta forma, as atividades educativas nutricionais trabalhadas com as crianças correspondem a estímulos de promoção da saúde e acarretam em um direcionamento do mesmo ao ambiente familiar.

A alimentação, envolvida por emoções e sensações, apresenta-se como um ato de convívio social, no qual os alimentos são fortes representações psicológicas criadas em cada indivíduo, a partir do seu relacionamento único e intransferível com os produtos a serem ingeridos por ele. Essas experiências são conduzidas desde o nascimento, com o aleitamento materno e, posteriormente, com ações e reações diante dos alimentos, e influenciadas constantemente pela forma como eles são oferecidos. (PHILIPPI, CRUZ, COLUCCI, 2003, p.18).

No estudo, o planejamento e ação do mediador que realiza a EAN foi considerada tão importante quanto à técnica, para que a atividade seja eficiente e oportuna.

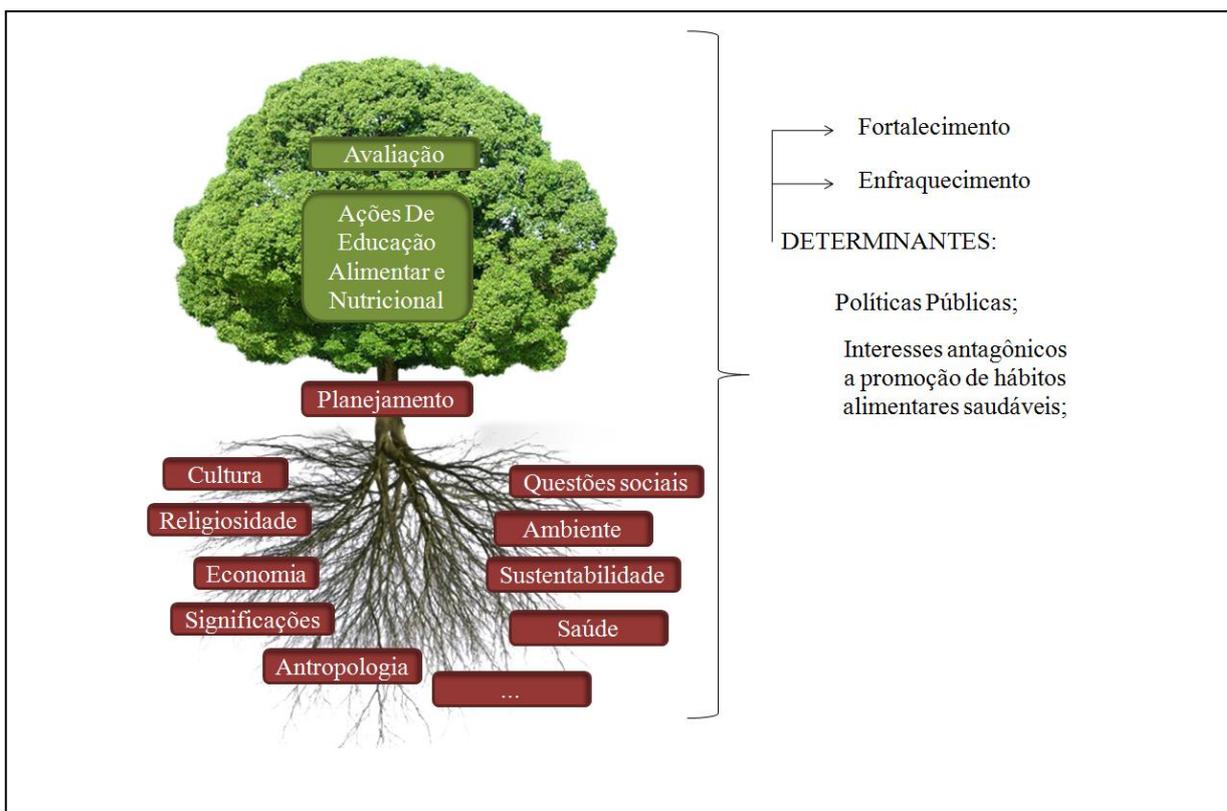
Com adolescentes a gente trabalha também. Mais com palestras ou algumas atividades que sejam diferenciadas da educação infantil, porque eu acho que tem que ser pensado muito nisso. Profissionais que saibam compreender as diferenças entre as faixas etárias porque dependendo da atividade se tu não sabe como trabalhar não vai ser efetiva. Tem que ser tudo bem programado, tem que se ter um estudo antes, um planejamento antes para que a atividade seja realmente efetiva. (N2).

Contudo, é tão provocante quanto complexo efetivar o denso campo da EAN como meio contínuo e permanente de promoção da saúde nas escolas. Atividades práticas isoladas, descontextualizadas, meramente informativas e pouco temperadas de problematizações não alcançam o sujeito, muito menos ancoram a troca de experiências e saberes. Mergulhando nesta necessária compreensão, o planejamento é visto como aspecto fundamental para aproximar os sujeitos da EAN. Características sociais, econômicas, culturais podem trazer um recorte da identidade grupal, como favorecem o despertar para o que realmente tem-se de interesse sobre a temática alimentação/ nutrição no local. Contudo, existem outros condicionantes.

Considerando metaforicamente a árvore como exemplo, é sabido que apenas a contínua e gradual reflexão pode trazer o aprofundamento necessário para “tocar” as raízes, tanto de forma concreta quanto subjetiva. Na árvore todas as partes são importantes, mas a sua sustentação é promovida pelas estratégicas raízes. Na EAN as raízes fazem referência às raízes identitárias do indivíduo, do grupo ou ainda da comunidade (cultura, tradições, economia, modos de viver) sendo estas as experiências e essências existenciais, que determinam a sustentação ou ressignificação dos hábitos alimentares.

Mesmo uma árvore robusta e imponente se não for nutrida pelos determinantes ambientais: água, luz solar, solo adequado, não realiza a fotossíntese e pode convaler até a morte. Podemos citar esses condicionantes como Políticas Públicas e sociais, interesses antagônicos ao da EAN entre outros. Desta forma todos estes fatores podem promover ou o fortalecimento ou o enfraquecimento da(s) planta/ ações.

Figura 8: Árvore esquema do processo de planejamento da EAN



Fonte: SODER, 2017.

Assim como existem plantas com desenvolvimento exagerado e raízes rasas e superficiais coexistem ações de EAN aparentes, no entanto, pouco sólidas e quase ilusórias. Reduzir o conhecimento prévio para realizar ações voltadas a promoção de saúde quase sempre direcionam ao dispensável.

Inversamente, outras plantas apresentam-se pequenas, mas exponencialmente fortes pelas abundantes e intensas raízes que se fixam ao solo. Não se apresenta aqui razões de proporcionalidade. O arbusto pode ser pequeno, mas há firmeza na sustentação. Pode ser que a EAN no local, não se desenvolva num grande projeto, mas em ações gradualmente debatidas, estudadas, dialogadas, para que tenham sustentabilidade reflexiva sem ser derrubadas por ventos midiáticos modais.

Não se quer dizer aqui isto é uma regra, muito menos exceção. Esta é a percepção de quanto maior o conhecimento e preparação, maiores são as chances de sucesso de que a EAN possa “tocar” o sujeito. O que não quer dizer que houve mudanças alimentares. Pode ser que a reflexão causada atue no fortalecimento dos hábitos alimentares já conquistados. O que é tratado paradoxalmente por Jung (1998, p. 56) “qualquer árvore que queira tocar os céus precisa ter raízes tão profundas a ponto de tocar os infernos”.

Outra contribuição que foi discutida referiu ao caráter mais assistencial da alimentação ofertada na escola:

Bem, na nossa rede ela é fundamental, nas escolas ela é fundamental. Por quê? Porque nos temos muitas crianças que vem sem se alimentar de casa. Inclusive nos temos uma escola, que a gente passou a dar almoço para as crianças antes delas entrarem na sala de aula. O que acontecia. Quando elas, a tarde, chegavam na escola, e dor na barriga, e dor na barriga, e dor na barriga, e a escola foi percebendo que a questão era fome. Então a gente passou a oferecer esse almoço para as crianças antes delas ingressarem na sala de aula. [...] E depois tem o lanche né, e tudo mais. Quanto a educação infantil a gente tinha quatro refeições e passou a administrar a quinta porque o período de tempo no final da merenda, da em torno de 3 e 15 né. Neste horário, e a merenda, e eles muitos, saem as seis horas. E era um tempo muito grande para eles ficarem sem se alimentar. Então agora a gente, as cinco horas as crianças que ainda estão na escola, que os pais não vieram buscar, ganham uma nova refeição, lanche, alguma coisa.(S3).

Neste caso ainda se verifica situações de privação alimentar. Tendo considerado a situação, a escola promoveu a oferta de um maior número de refeições durante o período escolar. Sabe-se que embora a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) apresentou um avanço significativo nos últimos anos, muito precisa ser feito para evitar a insegurança alimentar e nutricional.

A segurança alimentar e nutricional consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis. (BRASIL, 2010b, p. 01).

Nesta perspectiva, a luta pela efetivação e consolidação SAN é uma luta travada diariamente. Frente aos percalços como a crise política e social no país, sustentar os direitos já conquistados apresenta-se como desafio.

Ainda complementando o relato a secretária de Educação acrescentou o retorno da merenda na frequência escolar dos alunos nas escolas cujos bairros apresentam maior vulnerabilidade social.

*“[...] E a gente percebeu agora este ano, a maior presença das crianças nas escolas, somente as escolas mais pobres como eu te disse, mais frequente, eles não faltam por nada.[...] Então é bem isso, eu vejo assim que a alimentação dentro do âmbito escolar ela, na nossa região, sem algumas circunstâncias, mas em algumas escolas especificadamente, bairro (nome***) bairro (nome***) elas são bem significativas”. (S3).*

A fome - uma situação drástica de Insegurança alimentar e nutricional- que muito mais é uma questão política do que alimentar ainda é uma realidade atual. Em seu relatório de 2014 (p.4), a “FAO estima que ainda se tenha 805 milhões de pessoas vivendo com fome em todo o

mundo. Isso quer dizer que elas não comem o suficiente diariamente para levar uma vida ativa e saudável”. Neste contexto o Brasil representou no período uma referência internacional de combate à fome. Isto se deu graças às políticas públicas sociais implantados no decorrer dos anos 2000. Indicadores como o Relatório de Desenvolvimento Humano de 2013 que abordam pesquisas do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) apontam que:

Entre 2001 e 2012, a renda dos 20% mais pobres da população brasileira cresceu três vezes mais do que a renda dos 20% mais ricos. Em um horizonte mais amplo, de 1990 a 2012, a parcela da população em extrema pobreza passou de 25,5% para 3,5%. Em relação ao estado nutricional, a prevalência de déficit de altura em crianças menores de cinco anos de idade caiu praticamente à metade entre 1996 e 2006 - de 13,4% para 6,7%. A aplicação da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios do IBGE, em 2004 e em 2009, revelou uma diminuição em 25% da insegurança alimentar grave no período. (IPEA, 2014, p.6).

Embora os dados apresentados sejam positivos, o olhar de alerta é sempre necessário quando se trata deste direito humano. A frequência escolar também está muito associada à alimentação escolar, pela oferta e incentivo. Mas outras ações governamentais como o programa Bolsa Família também fortalecem a frequência e diminuem o êxodo escolar. Ruschel et al., (2015) ao estudar a insegurança alimentar e consumo alimentar inadequado em escolares da rede municipal de São Leopoldo- RS apenas identificou um cenário de vulnerabilidade, que poderia afetar negativamente a saúde daquela população. Desta forma lançou mão para o incentivo aos hábitos alimentares saudáveis e principalmente os alimentos regionais, de fácil acesso geográfico e financeiro, além de ser caracterizado pelo porte nutritivo imponente.

A regionalização também foi classificada como uma característica importante da EAN e também para a aceitação dos alimentos ofertados na merenda escolar.

Sim. Porque primeiro contribui para criar os hábitos alimentares saudáveis, promoção de saúde, prevenção, visa sempre a situação econômica de cada localidade, é sempre trabalhado bem individual, mesmo que seja realizado em grupo, é bem regional e local.(N5).

“Acho que são muitas potencialidades! Posso te falar que promove hábitos de alimentação saudável, incentiva para consumir frutas verduras e vegetais, ricos em vitaminas né. Incentiva a água, Coisas saudáveis, oferece alimentos da região, da própria agricultura familiar [...]” (S5).

E na verdade assim, quando você trabalha a questão da aceitação dos alimentos, tu favorece o consumo do cardápio, né. [...] Daqui a pouco estar elaborando uma coisa diferente, ter outra visão. Pra que tenha uma boa aceitação, então a gente tenta favorecer a variedade, mas se não tiver aceitação dentro da escola não adianta nada. Então eu acho que vem a esse encontro também, de ter maior conhecimento do consumo destes alimentos sazonais e também a inserção de novos alimentos, a nova aceitação. [...] (N6)

Contribui sim. Até porque assim, eu acho que hoje, nos conseguimos mostrar para as crianças que o que elas se alimentam, a alimentação que eles tem na escola, para eles que estão em fase de desenvolvimento, é saudável. Em vez de eles comprarem um pacotinho de salgadinho, ou coisa assim, eles que aproveitem as frutas da época, que a gente sempre proporciona isso para as crianças, né. [...] (S6).

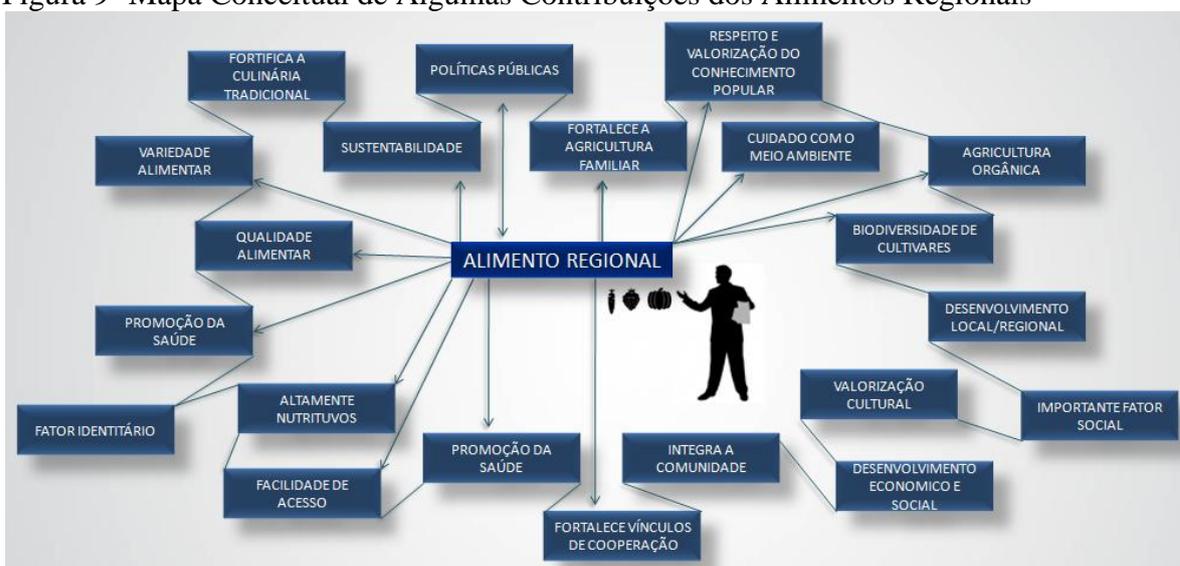
Dimensionado a fala dos sujeitos, chama a atenção para os caracteres regional/local, alimentos da região, alimentos sazonais e frutas da época, aspectos estes ligados a comunidade e a sua identidade. Nesta perspectiva os alimentos regionais podem se caracterizar como um importante instrumento de EAN (BRASIL, 2015c).

A nova publicação do Ministério da Saúde “Alimentos Regionais Brasileiros” descreve a rica variedade de recursos naturais em país continental como o Brasil. A cultura alimentar faz parte da história brasileira. Ainda de acordo com tal publicação os alimentos regionais proporcionam a preservação do meio ambiente e a perspectiva do incentivo aos hábitos alimentares saudáveis.

Estimular os sentidos, apreciando os alimentos, seus sabores, aromas e suas apresentações, torna o ato de comer ainda mais prazeroso e significa cultura, alegria, convívio e troca. É preciso preservar o meio ambiente, fortalecer a culinária tradicional, usufruir a variedade de alimentos regionais e redescobrir a satisfação de preparar e compartilhar as refeições com outras pessoas. (BRASIL, 2015c, p.14).

Neste contexto onde os alimentos naturais e regionais ganham espaços cada vez mais imponentes, propõe-se um mapa conceitual com todas as possibilidades oriundas deste elemento chave.

Figura 9- Mapa Conceitual de Algumas Contribuições dos Alimentos Regionais



Fonte: SODER, 2017.

Neste panorama, os alimentos regionais apresentam-se como riquezas culturais, que ateam para a valorização do conhecimento popular, integrando a comunidade e fortalecendo seus vínculos, principalmente de cooperação. Neste aspecto o “cooperativismo permite a superação do processo de alienação pela participação efetiva nas tomadas de decisão” o que ainda pode ser “um indicativo para a superação das relações competitivas, egocêntricas e excludentes” na medida em que possibilitam caminhos para o bem viver (WEYH; GERHARDT; SOUZA, 2016, p. 104).

Seguindo ainda esta linha de pensamento o saber popular se torna fundamental, por estar recheado de cultura, perpassado pela história, pois para Araújo (et al., 2005, p. 33), “Toda cozinha é marcada pelo passado e reflete a história do povo que a pertence”. Assim, as práticas alimentares de uma região não são apenas oriundas da comida local, mas representam a fusão cultural de formação, e da própria colonização.

Dize-me o que comes e te direi qual deus adoras, sob qual latitude vives, de qual cultura nasceste e em qual grupo social te incluis. A leitura da cozinha é uma fabulosa viagem na consciência que as sociedades têm delas mesmas, na visão que elas têm de sua identidade. (BESSIS, 1995, p.10).

Tal transculturação pode ser explicada através do patrimônio culinário expresso nos pratos, nas receitas tradicionais, faz parte da memória afetiva, do registro, da transmissão oral de nossa herança cultural que convive com a modernidade tornando-o a identidade de uma população, de uma localidade ou região.

Ainda considerando o mapa conceitual e o relato dos sujeitos da pesquisa, o alimento regional deve ser alvo de políticas públicas que fomentem e considerem sua importância, uma vez que proporcionam o desenvolvimento econômico e social do local.

Por desenvolvimento considera-se aqui um desenvolvimento como liberdade, isto é, fortemente marcado pela participação, com uso de raciocínio socialmente responsável, considerando a cultura, autonomia dos sujeitos e os Direitos Humanos como questões nucleares para o processo de desenvolvimento (SEN, 2000). Lembrando que o desenvolvimento difere-se do crescimento. Enquanto este ainda se apresenta insuficiente, podendo ainda apontar para um crescimento excludente, aquele está fincado nas concepções de igualdade, equidade e solidariedade, buscando reparação de desigualdades e tendo cinco pilares sustentáveis: social, territorial, ambiental, econômico e político (SACHS, 2008). O desenvolvimento sustentável é aquele que é viável social, econômico e ambientalmente, configurando soluções triplamente vitoriosas, conferindo potencial dinamizador das economias locais e caracterizando-se pela autonomia e busca conjunta de soluções locais para

problemas globais (SACHS, 2008; SCHNEIDER, 2010). Conterato, Schneider, e Waquil (2007) destacam que o desenvolvimento rural e regional é resultado de processos históricos que se expressam territorialmente de forma distinta e com soluções distintas.

Com base nos relatos dos sujeitos da pesquisa, a EAN apresenta potencialidades e contribuições e os alimentos diversificados regionalmente e acessíveis economicamente apresentaram-se com estratégias instigantes para os gestores de EAN.

4.6 Qual a Relação Existente entre os Setores da Educação e da Saúde a partir das Políticas e EAN?

Inicialmente ao elaborar tal indagação pretendia-se identificar a percepção dos sujeitos entrevistados frente os setores de educação e saúde referenciando políticas públicas que contemplassem EAN. As percepções voltaram-se mais a prática de cada município, mas muitas vezes para além de setores de educação e saúde, o que demonstrou a integração das ações em muitos destes locais. Visto que até mesmo no Marco de Referência é possível entender a EAN como ações de caráter intersetorial.

É hoje eu vejo assim, e coloco não só a saúde, mas também a questão do CRAS e da Assistência social que hoje as secretarias não trabalham mais sozinhas. Nós trabalhamos em conjunto [...]. Então hoje as secretarias não trabalham mais sozinhas, elas te dão todo esse suporte né. Hoje quando a gente tem uma criança com uma restrição alimentar eu já faço uma reuniãozinha com a saúde, com o CRAS, com a assistência, para trabalhar com essa família, com as agentes de saúde, para o PIM. Então hoje já é uma coisa assim, eu vou dizer em âmbito de município, não é só restrito a uma secretaria.(S2).

A gente tem as parcerias como colocado, do NASF, assistência social, agentes de saúde. Uma parceria muito grande, até por ser município pequeno facilita o conhecimento e comunicação. (S4).

Tem muita relação, pelo PNAE, PSE, e quanto as secretarias municipais a gente sempre auxilia. (N6).

A perspectiva de integração saúde e educação nas políticas públicas, na percepção dos sujeitos, alcançou um contexto para além das escolas e Unidades Básicas de saúde. Segundo eles os agentes de saúde apresentam uma parceria fundamental para embasar a relação saúde/escola, assim como o PNAE, PSE, Secretária de Assistência Social, o Núcleo de Apoio a Saúde da Família (NASF) e, particularmente o Primeira Infância Melhor (PIM). Esse programa se apresenta como uma política pública pioneira no Brasil. Trata-se de uma ação transversal de promoção do desenvolvimento integral na primeira infância, sendo desenvolvido através de “visitas domiciliares e comunitárias realizadas semanalmente a

famílias em situação de risco e vulnerabilidade social, visando o fortalecimento de suas competências para educar e cuidar de suas crianças”. (PIM, 2017, p. 01).

A possibilidade de melhoria na integração dos setores de educação e saúde é demonstrada perante a afirmação de que ainda é limitada.

É, existe uma integração da saúde para promoção e melhoria da qualidade de vida. Não é como a gente gostaria! É limitada! Mas sempre a gente procura fazer. Geralmente faz uma gincana com as escolas, e para o posto de saúde, para fazer promoção da saúde, atividades preventivas e envolve além da alimentação, outros hábitos saudáveis, e até outras áreas. [...] (N1)

Um estudo de Penso et al., (2013) sobre a relação entre saúde e escola: percepções dos profissionais que trabalham com adolescentes na atenção primária à saúde no Distrito Federal atesta que houve pouca integração, com ações de saúde isoladas no ambiente escolar. Ainda, evidenciou que os profissionais da saúde apontaram para uma “sensação de paralisia, que se revelou em uma dificuldade em vislumbrar ações de saúde criativas e inovadoras na escola”, além de “uma dificuldade em lidar com as demandas formuladas pela escola que se mostraram pouco interativas, como palestras e disponibilização de material educativo” (p. 552). Para eles houve um determinado “distanciamento temporal” entre os programas federais e a criação de uma cultura de saúde que se viabilize no espaço educativo.

Outra questão destacada na presente pesquisa foi a otimização das atividades realizadas em conjunto assim como o controle de gastos financeiros referentes às ações no município.

Essa questão, a gente tem uma parceria muito grande com a saúde aqui no município. Nós temos uma nutricionista na educação, e outra na saúde. Então a gente realiza bastantes parcerias. Até porque eu aqui no setor da educação eu não tenho equipamentos necessários para fazer uma avaliação nutricional, desde balança, estadiômetro, [...]. Também na saúde ela recebe muito mais materiais pedagógicos didáticos para trabalhar do que a própria educação. A gente sempre faz essa interação, grupos, palestras, atividades de EAN a gente procura sempre que possível envolver os dois, as duas secretarias: da saúde e da educação. E até mesmo que a gente pode otimizar os gastos né, porque ela precisa fazer as avaliações nutricionais e eu também aqui enquanto PNAE preciso realizar, então a gente ocupa os mesmos dados as mesmas informações e a gente otimiza o trabalho também. Fica bem mais fácil e efetivo quando se trabalha em equipe, além de controlar gastos. (N2).

A facilidade e efetividade das ações realizadas em conjunto pelas nutricionistas da secretaria de saúde e da secretaria da educação apontaram para uma importante estratégia. Esta relação descrita entre setores da educação e saúde em âmbito municipal, e caráter de profissão identifica efetivação e práticas associadas das ações. Entretanto observa-se no contexto das falas uma “proximidade” destas secretarias também justificadas pelo pequeno porte de habitantes dos municípios estudados.

Sabe-se, porém, que muitas vezes essa relação entre os setores de educação e saúde tomou a proporção de comunicação.

Existe uma relação que a gente tem com o setor de alimentação escolar e tem a nutrição na saúde aqui no município. Então quando a gente vê, faz o diagnóstico nas escolas que tem alunos acima do peso, abaixo do peso a gente procura encaminhar para o setor de saúde para a nutricionista da saúde poder tratar né! E fazer um atendimento individualizado. (N3).

Por exemplo o dentista, não tem aquela regularidade nas visitas, mas sempre que precisa a gente solicita e o profissional está sempre disposto, né. Já a enfermagem visitam sempre a escola, principalmente de educação infantil, a pediatra, então em alguns pontos: A eu observei tal coisa, aí elas me comunicaram. Ah, dá uma olhadinha, fala com a secretaria da educação! Aí tem algum problema a ser melhorado. Lá na escola, daí a gente conversa. Porque cada profissional chega com uma visão né. Mas tem esse contato. Acho que há uns dois anos atrás tinha o PSE. Só que agora nós não fizemos a adesão. A gente fazia atividades com todos os profissionais da saúde envolvendo a educação. Eu acho assim, que a rede funciona, a comunicação funciona. Talvez assim, porque em nenhum lugar é perfeito, talvez não seja perfeito pela demanda que os profissionais tem de atendimento, mas sempre que solicitado a administração disponibiliza recursos pra isso né, e então eu acho que funciona. A gente entra em contato, os profissionais tem uma boa comunicação, tanto dentro da saúde e no atendimento, dentro da assistência, a gente tenta pensar junto. (N6).

Existe sim essa relação, inclusive nós temos essa parceria entre as secretarias de saúde e Educação. Sempre que precisa de auxílio de alguém da saúde a gente entra em contato, a nutricionista também, a gente sempre tem essas pessoas a disposição. E se precisar buscar alguém de fora para auxiliar, a gente também não mede esforços, né minha gente. Há uma boa comunicação, até pelo município ser pequeno, auxilia. (S6).

O “pensar junto” abordado pelo sujeito N6 é o que se espera das ações promotoras de saúde desenvolvidas nas escolas. A intersetorialidade não pode reduzir apenas ao pressuposto comunicativo. Para, além disso, é preciso criar espaços de construção e planejamento destas ações em conjunto. É nesta perspectiva que possibilidades concretas das ações e atividades de EAN realizadas no ambiente escolar “precisam ser planejadas e implementadas de forma intersetorial, envolvendo a participação de vários atores, com o objetivo de favorecer o reconhecimento, discussão e reflexão dos problemas e/ou determinantes de saúde de toda a comunidade escolar”. (BRASIL, 2009c, p. 49). É nestas relações que fica evidenciada a necessidade de nutricionistas estarem trabalhando junto com as equipes.

Aqui e com a saúde. Aquilo que você quer perguntar, os setores da educação secretaria com secretaria da saúde? Isso? Há uma relação de prevenção e promoção da saúde por ações de educação alimentar. Com certeza [...]. Então neste sentido a gente prima pela qualidade dos produtos oferecidos, pela diversidade de nutrientes que elas têm e que são necessários para o desenvolvimento dos nossos educandos. Enfim, tem relação sim. Outra questão da saúde, da relação da saúde na escola. Nós temos programas de questão da dentição, sorrindo para o futuro. Tem algumas ações que são feitas para a secretaria da saúde e secretaria da educação, desenvolvidas na escola sim. Mas em termos nutricionais, de valor da alimentação é mais da educação mesmo. (S3).

Até o ano passado tivemos um problema de contaminação. O Doutor do posto de saúde trabalhou nas escolas a conservação, como lavar a salada, como armazenar, higienizar. Daí o doutor mesmo do posto de saúde com a enfermeira fizeram uma reunião com as merendeiras do município para trabalhar isso pelo problema de contaminação. Neste período ainda não tínhamos nutricionista no setor de saúde. (S4).

Tratar do tema da EAN nas escolas, sem o subsídio do nutricionista parece demandar auxílio de outros profissionais da saúde ou da educação. Volta-se aqui a ambígua questão: a EAN é atividade privativa do nutricionista? Considerando os ensaios de documentos oficiais governamentais que ainda não esclarecem tal conflito com precisão, é preciso perguntar: Se é uma ação privativa do nutricionista, como este pode fomentar para um planejamento conjunto e integrado com outros profissionais? Se for uma atividade privativa do nutricionista, por que o ente público não tem nutricionista no setor? Em sendo uma atividade privativa do nutricionista, por que muitas vezes estas ações são marginalizadas frente às muitas outras atribuições deste profissional?

É neste cenário, que busca-se a valorização do nutricionista como profissional apto a trabalhar com o alimento, o humano e suas interações alimentares, sociais e nutricionais. Contudo, penso que diante da complexidade do sistema alimentar e o seu potencial, o nutricionista não é o detentor do saber, mas apresenta-se com a formação completa no tangível alimento/nutriente/organismo comparado aos demais profissionais, podendo inteiramente amparar e gerir tais ações. É nesta perspectiva que é necessário fortalecimento da profissão de Nutrição para que haja fortalecimento da Educação Alimentar e Nutricional.

Na realidade atual é notório que em muitas situações a EAN não é realizada, ou ainda é apenas abordada no ambiente escolar, competindo com um número absurdo de conteúdos e valores que se quer repassar e marginalizada pela demanda de ações frente aos recursos humanos. Também é preciso alertar que há atividades de EAN que deixam de ser realizadas em virtude da não adesão a programas federais, e por isso o município não estão habilitado para receber determinados benefícios, o que pode ser considerado como produção de exclusão por decisão política ou incompetência / ignorância administrativa para elaborar projetos.

No município a gente atua não existem trabalhos de educação nutricional e ou alimentar específicos fora do setor de educação, como em UBS. Ainda não temos grupos de saúde. Então as únicas atividades de educação nutricional e alimentar existentes são aplicadas no âmbito escolar, geralmente pelas professoras, nutricionista responsável pelo PNAE. O PSE também não tem aplicação ainda no município. (N5).

De fato, a falta de adesão e investimento nos programas e ações que tratam da EAN aparecem com um entrave para o fortalecimento desta estratégia de promoção da saúde.

Partindo deste ponto, volta-se a indagar: qual a relação existente entre os setores da educação e da saúde a partir das políticas de EAN? Eis que diante das políticas estudadas e dos relatos dos sujeitos se entende que a relação entre esses dois setores é estreitamente interligada, na perspectiva primordial de promoção da saúde dos escolares. Esta aproximação da Educação/Saúde já vem de épocas passadas, mas a busca envolvia muito mais a prevenção de doenças do que a própria promoção de saúde.

A relação entre os setores de Educação e de Saúde possui muitas afinidades no campo das políticas públicas por serem baseados na universalização de direitos fundamentais e com isso favorecem maior proximidade com os cidadãos nos diferentes cantos do país. Afinidade que, historicamente, já foi unidade, pelo menos no caso do Brasil, quando na década de 50 do século passado que o então Ministério da Educação e Saúde (MES) se desdobrou em dois: no Ministério da Saúde e no Ministério da Educação e Cultura, com autonomia institucional para elaboração e implantação de políticas em suas áreas. (BRASIL, 2009c, p. 07).

Até a década de 1930 a educação em saúde no país voltava-se a educação sanitária, realizada em escolas, lares e locais de trabalho, onde o papel do educador era propriamente divulgar saberes médicos sanitários para que a população seguisse comportamentos semelhantes. Nesta perspectiva a relação entre a saúde e educação era muito mais descontextualizada da realidade sociocultural dos indivíduos quanto duramente verticalizada (DINIZ, 2012).

Após os anos 1980, contribuições significativas do educador Paulo Freire, com um consecutivo desencadear nas concepções dos professores sobre a escola e sobre o processo de ensino aprendizagem, a Educação começa a tomar novos sentidos, sendo que a educação em saúde acompanhou seus passos. Observou-se que a educação em saúde e principalmente a educação popular em saúde passaram a criar contornos cada vez mais evidentes. A escola não deixou de ser alvo das ações, mas se fortalece como espaço propício para a tomada de decisões favoráveis a saúde, tendo o professor o papel mediador frente às crescentes práticas dialógicas (DINIZ, 2012).

Atualmente, a concepção de educação popular se fundamenta epistemologicamente em Paulo Freire destacando “o diálogo, a amorosidade, a conscientização, a transformação da realidade e do mundo, o ponto de partida na realidade concreta, a construção do conhecimento pela pesquisa participante e a sistematização de experiências como bases da educação popular” e ainda reconhecendo que a “educação popular articula diferentes saberes e práticas, e tem compromisso com o diálogo e com o protagonismo das classes populares nas transformações sociais (BRASIL, 2014c, p.32).

Sobre a temática da relação dos setores saúde e educação no contexto das políticas públicas, Rangel (2009, p. 63) define esta como uma relação humana, política e didática.

Pode-se enfatizar o princípio de que a educação é comprometida com a saúde e que esse compromisso é humano e humanizante, porque trata de condições de qualidade de vida, é político, porque trata de conscientização sobre a saúde como direito legítimo e necessário a essa qualidade, e é didático, porque trata do ato educativo de ensinar e aprender, que se estabelece na relação entre professores e alunos dos cursos de formação e entre profissionais da saúde e usuários, privilegiando-se, também, nessa relação, o sentido humano e político do conhecimento sobre condições e fatores de vida saudável, vida com bem-estar, vida com qualidade.

Diniz, ao propor que as ações de saúde no campo do ensino extrapolem os muros da escola fomenta para a necessidade de levá-las sobretudo, e com maior vigor, aos socialmente excluídos e marginalizados. Neste contexto, que tais ações evidenciam-se como estratégias integradoras de um saber coletivo quando traduzirem no sujeito a sua autonomia e emancipação. As ações de educação em saúde enquanto processo “político-pedagógico, possibilitam ao ator social desvelar a realidade e propor ações transformadoras a partir do olhar crítico e reflexivo, enquanto sujeito histórico e social, capaz de propor e opinar nas decisões de saúde para cuidar de si, de sua família e de sua coletividade (DINIZ, 2012, p. 32).

Entende-se, portanto que “não há separabilidade entre educação e práticas de cuidado em saúde. O processo educativo ocorre ao mesmo tempo em que se produzem atos de cuidado”. (EPS EM MOVIMENTO, 2014). Desta forma a relação entre saúde e educação a partir de políticas públicas de EAN pode ser visualizada a seguir, demonstrando a canalização das ações para a promoção da saúde. Como a temática é complexa, buscou-se fundir as principais características referidas ao educando para que suas decisões favoreçam sua saúde e bem estar.

Figura 10: Infográfico da relação existente entre os setores da educação e da saúde a partir das políticas de EAN



Fonte: SODER, 2017.

Para esta investigação foram consideradas os seguintes para arcabouços teóricos de EAN que perpassam pelas políticas públicas: Marco de Referência de Educação Alimentar para Políticas Públicas (BRASIL, 2012a), PNAE (BRASIL, 2009a), PSE (BRASIL, 2007), PNSAN (BRASIL, 2010b) Política nacional de saúde e Nutrição (BRASIL, 2011c), e Resolução nº 465 (BRASIL, 2010a).

4.7 Os Desafios e Limites Encontrados para a Efetivação das Ações de EAN

No tangente a esta questão, muitos desafios e limites foram relatados. Entre outros mereceram destaque: a questão profissional; o pouco tempo e da falta de profissionais nutricionistas.

Do tempo, às vezes a gente não tem tanto tempo de trabalhar com/da forma que a gente gostaria além de ter poucos profissionais da área, porque na verdade ele contratam uma (nutricionista) para fazer mais a parte burocrática, que tem bastante, às vezes a gente não acaba conseguindo fazer todo aquele trabalho com as escolas, que precisaria." (N1).

Outra coisa que eu acho que é um limite também é que muitas vezes a nutricionista acaba tendo dez horas para trabalhar só com a educação [...], dez horas na secretaria de educação e mais dez horas na saúde. Essa carga horária é muito limitada. Ou em outras funções também. Então a nutricionista tem que assumir vários setores, com cargas horárias mínimas. Então a gente sabe assim, que nem na educação no mínimo teria que ter uma nutricionista 30 horas, em cada prefeitura. Isso não acontece, eu também não trabalho 30 horas. Pela legislação é 30hs, mas eu também não trabalho 30hs. Teria que ser mais, que nem essa questão da carga horária, da nutricionista dedicada a cada setor também teria que ser revista. Porque acaba que ela tem muitas outras atividades, vínculo com outros serviços de saúde, ou educação que acabam sobrecarregando o trabalho delas que muitas vezes não tem o tempo. Eu trabalho 28hs aqui no município, e eu sei que se eu tivesse disponibilidade de 40, teria trabalho para isso, principalmente o trabalho de EAN que precisa de um tempo para... Planejamento e para a execução das atividades. (N2).

E ainda reforço a falta de recursos humanos, principalmente do nutricionista. Hoje nosso município apresenta apenas 1 nutricionista para trabalhar no PNAE. Não temos nutricionista na UBS. Com uma demanda de trabalho grande muitas vezes a educação nutricional e alimentar é deixada as margens. (N5).

A luz deste prisma pode-se perceber que o nutricionista está muitas vezes trabalhando com uma carga horária mínima e excedente de trabalho, em desacordo a legislação vigente. Tal situação se evidencia pelo relato de três nutricionistas. De fato este é um fator não somente limitante para as ações de EAN, como também desafiador no sentido da valorização profissional e execução da carga horária adequada e fiscalização apropriada.

Sob esta ótica, a estratégia de EAN, diretamente relacionada à prática do nutricionista, fica anestesiada perante os encargos contratuais. Segundo a resolução do CFN 465/2010 que dispõe sobre as atribuições do nutricionista e estabelece parâmetros numéricos mínimos de referência no âmbito do PNAE, este profissional deveria ter o mínimo recomendado de 30 horas técnicas semanais de trabalho considerando um número de até 500 alunos da educação básica (BRASIL, 2010a). Cabe ainda destacar que a Lei nº 11.947/2009, reforça que a coordenação das ações de alimentação escolar deve ser realizada por nutricionista (BRASIL, 2009a).

Este relato vem ao encontro do estudo de Côrrea (2014) demonstrando que 42,6% (n=199) nutricionistas brasileiras relataram possuir carga horária inferior a 30 horas, no PNAE revelando uma possível inadequação destes municípios à Resolução CFN 465/2010, que recomenda que a carga horária técnica mínima de responsabilidade seja de 30h. Conforme a mesma autora, no tangente a realização de algumas das atribuições obrigatórias 84,4 % dos nutricionistas brasileiros disseram realizar ações de EAN para a comunidade escolar, sendo este percentual maior na região centro-oeste (92,3 %), seguido da região sul (90,5 %) e menor na região norte (80,8 %) do Brasil.

Neste sentido Chaves et al., (2013), no estudo “Reflexões sobre a atuação do nutricionista no Programa Nacional de Alimentação Escolar no Brasil”, apontaram uma redução considerável no percentual de municípios sem nutricionistas cadastrados no PNAE/FNDE que em 2003 era de 88 %, passando para 20,6 % em 2011. 4. O número de nutricionistas e percentual de municípios cobertos com nutricionistas cadastrados no PNAE/FNDE, por unidade federativa do Brasil no ano de 2011 também foi estudado, sendo que os estados com melhores resultados foram Distrito Federal (100%), Espírito Santo (91 %), e Rio Grande do Sul (88,5 %); e as piores colocações foram do estado de Pernambuco (16,8 %), seguidas de Amazonas (43,5 %) e Amapá (43,7 %).

A deficiência de recursos didáticos e financeiros, falta de incentivo, e de profissionais capacitados para realizar tais atividades também foi mencionado.

Aqui é grande! Eu acho que a falta de recursos financeiros e materiais é algo que impede as atividades de EAN. Não que a nutricionista não possa realizar as atividades, ações como essas somente com a fala, mas assim, a gente sabe que trabalhando com crianças e adolescentes a gente precisa ter algo a mais às vezes. Que nem educação infantil a gente tem que ter um teatrinho, a gente tem que ter alguma atividade que chame a atenção deles. Então quando cheguei aqui a gente não tinha nada disso. Não tinha recurso disponível para isso. Eu tinha alguma coisa de EVA, cartolina, coisas recicláveis que eu poderia encontrar de forma gratuita. Eu acabei trabalhando com isso. Mas assim, a gente perde muito tempo também fazendo isso. Teria que ter essa questão dos recursos financeiros e materiais disponíveis e específicos para as atividades de EAN. Não precisaria de muito, mas já facilitaria bastante também. (N2)

E claro, muitas vezes por falta de incentivo, e de recursos, e de profissionais capacitados para trabalhar com esse tipo de atividade, porque hoje a gente sabe que muitas vezes até os próprios nutricionistas acabam que não sabem trabalhar de uma forma eficiente, ou tem receio de fazer alguma atividade na escola, ou trabalhar com coletividade. Então acabam que ficam enclausurados numa sala. Mas então tem que se ter esse entendimento e trabalhar e ir em busca desses conhecimentos novos para trabalhar com EAN, não é tão simples né. A gente tem que ter todo um estudo. (N2).

A falta de matérias didático pedagógicas, conciliada a falta de tempo para produzi-los apresenta-se como um impasse frente a consolidação da EAN. Silva e Fonseca (2009) identificaram uma baixa produção científica em torno das concepções pedagógicas envolvidas no processo de EAN, o que sugere para os autores a configuração de um “descuido com relação ao tema tanto nas ações empreendidas como nas perspectivas das análises das pesquisas realizadas” assim como houve o predomínio de abordagens teórico metodológicas tradicionais. (SILVA; FONSECA, 2009, p. 01). Cabe ainda identificar a rede virtual “Ideias na Mesa” como um importante subsídio para planejar e executar ações tanto quanto para a elaboração de matérias didático-pedagógicas voltados à EAN.

O hábito alimentar inadequado também foi exposto como um agravante para a saúde infantil, determinando aumento dos atendimentos por patologias nas Unidades Básicas de Saúde.

A criança que hoje está se alimentando mal, vai provocando filas de postos de saúde, aumenta o atendimento, anemia, um monte de doenças. E perdem aula pra ir ao posto de saúde. Tem crianças que estão quase todos os dias nas filas dos postos de saúde. Mas de onde que vem isso? A má alimentação, né. O investimento que é feito na escola hoje, é pra não ser investido tanto na saúde depois. (S1)

Os desafios nossos são algumas crianças obesas, e que na verdade assim, a cultura do nosso povo ela é, como que eu vou dizer para você... É mais prático, muitas vezes os pais dão um dinheirinho para o aluno comprar uma merenda. E a gente sabe que tem algumas crianças que tem tendência a ser obesa né. E o nosso problema é você ter que... como conscientizar o pai? A família? Que não pode ser assim. Que muitas vezes a maçã é saudável e o salgadinho não [...] (S6)

Partindo deste pressuposto de conscientização da importância de estilos de vida saudável, não se pode deixar de considerar o complexo processo do comportamento alimentar. A oratória da prevenção de doenças e dos benefícios nutricionais, não é, e nunca foi argumento suficiente para subsidiar mudança de comportamento. A relação precisa ter perspectiva de continuidade e ser profundamente dialógica: “em que os sujeitos dialógicos aprendem e crescem na diferença, sobretudo, no respeito a ela, é a forma de estar sendo coerentemente exigida por seres que, inacabados, assumindo-se como tais, se tornam radicalmente éticos”. (FREIRE, 1996, p. 25).

Outro limite encontrado foi a resistência dos pais e alunos quanto as orientações frente a alimentação.

O maior é a conscientização dos pais, né! Que os pais ainda tem aquela mentalidade que a criança saudável é criança gorda. Então eles não querem essa restrição alimentar. Eles não querem que a criança tenha um hábito saudável, porque em casa eles não tem um hábito saudável [...]. Quando eu faço toda aquela parte de reuniões, quando a nutricionista [nome] faz toda aquela parte de triagem com as crianças, eles não vem para a reunião né. Porque uns tem medo realmente da restrição que a nutricionista [nome] vai ter com cada aluno. Então eu vejo a resistência dos pais [...]. A resistência por parte dos alunos também, porque os alunos não aceitam a comida saudável, porque a outra é mais saborosa. (S2).

O nosso problema está nisso. Que eu vejo mais algumas crianças que nos temos que a gente tenta trabalhar e o problema que a família aceitar que a criança precisa ser tratada não só pela nutricionista, mas muitas vezes pelo psicólogo também né. Que tenha acompanhamento de uma enfermeira, de um médico, porque na maioria das vezes o conceito de você ser gordo ter saúde. (S6).

Ainda é importante reforçar aqui que uma educação promotora de saúde deve afastar-se do modelo bancário e tradicional que culpabiliza os sujeitos pelo estado de não saúde (BOFF; BUSNELLO, 2016). Nenhuma mudança pode ser forçada ou obrigada, mas

dialogicamente ancoradas, conjuntamente construídas e culturalmente abordadas, na perspectiva de autor-respeito.

Comer é mais que botar lenha na fogueira ou abastecer um carro. Comer é mais que escolher um alimento e dar para uma criança. Comer e dar de comer reflete nossa atitude e relacionamento com nós mesmos, com os outros e com nossas histórias. Comer tem relação com autor-respeito, nossa conexão com nossos corpos e compromisso com a vida. (SATTER, 2007, p. 24).

Alvarenga et al., (2015) discutem as razões da Nutrição Comportamental. Os autores percebem que embora a Nutrição e Alimentação tiveram uma evolução na perspectiva da ciência e acessibilidade de informações, apresenta ainda dicotomias do “saudável e não saudável” dos alimentos nutricionalmente “bons e ruins”. Nesta visão restritiva o prazer em comer pode muitas vezes estar associado a culpa. É a partir desta ideia que o termo “nutricionismo” destaca-se na medida que se torna um jeito de doutrinar a alimentação com foco isolado nos nutrientes. Este modelo tradicional não pode mais configurar-se como estratégia de EAN, considerando que apresenta-se isolada, restrita, insuficientemente classificatórias e simplistas.

Para Ceccim (2008, p. 16) estratégias que sensibilizem devem considerar além do sentido dialógico, “pedagogias da vida, da cidade, do *socius*, da subjetividade ou dos ambientes em via de transformação, a invenção e as singularizações.

Outro desafio encontrado está relacionado às despesas financeiras que uma alimentação saudável tem sobre o orçamento familiar. Desta forma, o plantio de frutas, verduras e hortaliças nos quintais ou hortas apresentam-se como fundamentais para reduzir estas despesas e facilitar o acesso aos alimentos.

[...] a situação que tá hoje é muito complicado. Tu sabes que as pessoas não tem condições hoje de ter uma alimentação cheia de frutas e verduras se não plantar em casa. Muitas pessoas tem condições de ter uma horta em casa, mas não tem nenhuma horta em casa. E tu vai exigir o que delas?(S1)

Muitas situações podem ser encaradas como limites, como o comportamento consumidor, o excessivo uso de agrotóxicos, a oferta de alimentos calóricos competindo com os saudáveis nos ambientes da criança e do adolescente. Vários neste sentido né. (N4).

Coelho e Bógus (2016) ao estudarem as perspectivas dos educadores sobre a horta escolar como uma prática educativa destacaram a horta como espaço de aprendizado fortemente dialógico e horizontal, pois todos podem contribuir com suas experiências e saberes. Além disso, destacam como um espaço de produção de cuidado, de forma a resgatar e construindo vínculos de cuidado consigo, com o outro e com a natureza. “Assim, diante de ações majoritariamente normativas focadas na mudança de hábito, a horta é uma proposta que

pode trabalhar com uma perspectiva dialógica e emancipatória de educação, dentro da escola”. (COELHO; BÓGUS, 2016, p. 11).

Para além dos limites da teoria, a horta também traz a facilidade de acesso aos alimentos, e o menor custo de produção, conscientização ambiental e ainda incentivo aos alimentos regionais, principalmente quando realizada coletivamente, dentro do espaço escolar. Silva e Silveira (2016) observaram que dentre todos os Espaços Educadores Sustentáveis criados na escola a horta mandala foi a estratégia mais referenciada pelos professores como prática lúdica relacionada diretamente a sustentabilidade. Já os autores Filho, Silveira, e Silveira (2016, p. 01) ao pesquisar a educação científica na horta escolar identificaram a como “laboratório para o ensino de ciências” sendo “uma experiência exitosa e pode ser explorada nas escolas que não têm laboratório”.

É neste sentido que as hortas comunitárias vem apresentando-se como espaços promotores de saúde na medida que facilitam o desenvolvimento de habilidades pessoais, reforço da ação comunitária, autonomia e empoderamento, abordagem holística da saúde, e além disso um importante instrumento de valorização do saber popular (COSTA et al., 2015). Como um riquíssimo instrumento pedagógico de EAN, e de educação ambiental a horta escolar ainda é reconhecida como fonte de alimentação saudável com inclusão social e diminuição da pobreza (SPERANDIO; FILHO; MATTOS, 2016). Ainda sobre este viés, o comportamento consumista, o uso excessivo de agrotóxicos e ainda a oferta de alimentos calóricos competindo com os saudáveis apresentam-se como limites potenciais a EAN.

Neste cenário Ploeg (2008, p. 78), entende que “Se no início do mercantilismo os metais preciosos se constituíram em principal de manutenção do Império na atualidade os alimentos desempenham esse papel”. O Império Alimentar neste sentido tem a ver com as atuais formas de globalização cuja essência visa à ampla disseminação de normas e padrões como forma de assegurar a apropriação de riquezas, esta é a alma do Império (PLOEG, 2008). Almeida e Navarro (2009) alertam que o padrão convencional da agricultura atual utiliza mais energia fóssil, causa maiores impactos ambientais e ainda elevada demanda de recursos naturais. Considerou ainda os padrões de vida em distintos países “que a energia requerida para sustentar 1 cidadão norte americano é suficiente para sustentar 2 alemães, 3 japoneses, 16 chineses, 53 indianos e 1072 nepalenses”. (ALMEIDA; NAVARRO, 2009, p. 102). Diante de tais fatores, considerar alimentos com características mais sustentáveis frente ao padrão alimentar parece ser fundamental.

Esta questão socioeconômica, hábitos culturais e preferências alimentares também constituíram uma importante limitação para algumas ações de EAN.

"Hoje, a questão social é uma principal. Questão complicada, porque as vezes você não sabe a realidade de todos os alunos. É complicado essas questões. (N1).

Apesar de haver programas e projetos que contemplem a educação alimentar, e de existir por parte das professoras uma preocupação em trabalhar sobre alimentação saudável as mudanças nos hábitos alimentares dos alunos são tímidas e vários fatores contribuem para isso: condições socioeconômicas das famílias, hábitos culturais e preferências alimentares. (N5).

De fato, condições socioeconômicas e preferências alimentares não saudáveis permeadas pela história podem configurar-se como entraves para a EAN. Mas a cultura alimentar apresenta-se como tal?

Ao buscar uma exemplificação recorreu-se a cultura regional: o gaúcho apresenta o churrasco como uma preparação típica e tradicional, assim como o chimarrão. Os dois dependendo de condicionantes podem causar agravos à saúde, a curto, médio e longo prazo. O churrasco pode apresentar convencionalmente um excedente de sal e gordura que poderá condicionar futuramente doenças cardiometabólicas. O chimarrão por sua vez, quando muito quente provocar queimaduras ou lesionar gradualmente o sistema gastrointestinal (principalmente laringe, esôfago). Mais do que isso, são cobertos por pilchas simbólicas, retratos fieis da história de um povo, desde suas origens, sua memória, prazeres, hábitos de vida e de coexistir em sociedade, são patrimônios de uma cultura. Nesta perspectiva as ações educativas de alimentação e nutrição devem pautar-se na amenização do tempero do churrasco e no quente fervor da água do chimarrão, mas nunca esquecer da também quente e próspera cultura embutida e temperada no comportamento alimentar de um povo.

Verificou-se que a insuficiência na fiscalização das ações ainda apresenta-se como desafio da EAN.

Até a falta de fiscalização! Não tem muita fiscalização! Até a gente responde vários questionários do governo pedindo como estão as atividades de EAN, e tem as leis, mas o problema é que na prática isso pode não acontecer. Aqui no nosso município a gente pode dizer que as ações acontecem [...]. Mas tem muitas prefeituras que não fazem isso, tem questionário, tem leis, mas na prática isso não acontece. (N2).

O PNAE apresenta um importante instrumento para o controle social na fiscalização das suas ações: Conselho de Alimentação Escolar (CAE) deverá acompanhar a aplicação dos recursos relacionados à alimentação escolar. Entretanto referente às ações de EAN a fiscalização mais abrangente é do governo e ainda do CRN.

A fiscalização de políticas públicas e de suas atribuições configura-se como instrumento indispensável para a sua eficiência e execução, trata-se de medida promotora de respeito e protetiva de possíveis irregularidades e corrupções.

Outra questão abordada nesta temática foi o recurso financeiro encaminhado pelo governo federal. Como muitos dos sujeitos consideraram o cardápio/ merenda escolar como uma ação de EAN, realizaram os seguintes relatos:

E o custo também que eu acho uma das maiores limitações. O custo do governo federal que repassa é muito pouco, então nos temos desde 2009, 30 centavos. Tem que fazer milagre. O poder público municipal tem que colocar muito dinheiro em cima né, pra poder ter uma alimentação. E hoje, o saudável é o mais caro. O mais barato é a porcaria que as crianças querem comer, né! Isso é o barato! Mas aquela alimentação saudável, aquela nutritiva que eles precisam para desenvolver, pra vida inteira, aquela custa caro. (S2).

Bom. Os nossos desafios são financeiros. Tá! Porque assim, o valor que é encaminhado pelo governo para a alimentação dos alunos é o mesmo há muitos e muitos anos [...]. Então o nosso maior desafio é poder fornecer para eles a merenda de qualidade, que tem que calcular muito e trabalhar muito em cima para fechar. (S3).

O valor repassado pela União a estados e municípios era de R\$ 0,30 por dia para cada aluno matriculado no ensino fundamental, ensino médio e educação de jovens e adultos; R\$ 1,00 para os alunos matriculados nas creches e R\$ 0,50 para os alunos matriculados na pré-escola (BRASIL, 2012c). O repasse para os alunos matriculados em escolas de educação básica, localizadas em áreas indígenas e em áreas remanescentes de quilombos, permanecia até o momento em R\$ 0,60 por criança, assim como o valor de R\$ 0,90 para os alunos participantes do Programa Mais Educação (BRASIL, 2009a). Contudo, o PNAE tem caráter suplementar, ou seja, o valor repassado pelo Governo Federal deve ser complementado pelos governantes dos estados e municípios (BRASIL, 2017a). Frente ao cenário político, econômico e social do país os recursos financeiros destinados ao PNAE apresentaram atualização, o que não dispensa a demanda do investimento pelo município para a efetivação da qualidade nutricional e higiênica da merenda escolar.

Recentemente a Resolução N° 1, de 08 de fevereiro de 2017 altera o valor per capita para a oferta da alimentação escolar para R\$ 0,32 para alunos matriculados na Educação de Jovens e Adultos, R\$ 0,36 para alunos do ensino fundamental e do ensino médio, R\$ 0,53 para estudantes da pré-escolar, sendo este valor aumentado para 0,64 para alunos de escolas indignas e remanescentes de quilombola. Já para alunos de creche e alunos de turno integral e os matriculados no programa Mais Educação o valor repassado é de R\$ 1,07. E para escolas contempladas no Programa Fomento às Escolas de Ensino Médio em tempo integral R\$ 2,00 (BRASIL, 2017b).

Figura 11: Limites e desafios encontrados para a efetivação das ações de EAN e Soluções Alternativas



Fonte: SODER, 2017.

Das barreiras reconhecidas e que se busca ultrapassar, indica um cenário de possibilidades, no qual perspectivas e contextos podem ser identificados. Destaca-se aqui a participação, controle social, fiscalização, emancipação, autonomia, diálogo, viabilidade de práticas alimentares e valorização do nutricionista como fundamentos que direcionam as ações educativas de alimentação e nutrição para a chegada, tão desafiadora, quanto incentivadora, considerando ainda o fortalecimento das ações a cada passo executado na direção correta.

4.8 De que forma a EAN pode se Fortalecer Através de Políticas Públicas?

Uma série de possibilidades de fortalecimento da EAN através das políticas públicas foram destacadas pelos sujeitos da pesquisa. Uma delas fala de um apropriado planejamento, adequando a realidades locais e incentivando para que mais profissionais participem, o que promoveria o fortalecimento de tais ações, inclusive perante as políticas públicas.

Através de planejamento, uma das principais ações acho que é o planejamento, para a promoção da alimentação na escola, e considerando a realidade, o local, a situação alimentar, além da participação de outros profissionais, eu acho que seria muito interessante, sempre a participação de outros profissionais para esse fortalecimento, para ter uma interação de todas as áreas."(N1).

Em termos de planejamento, considera-se fundamental fazer um levantamento prévio de algumas informações da realidade dos indivíduos-alvo, do seu perfil nutricional e situação

alimentar e ainda do local. A elaboração de diagnóstico preciso contribui significativamente para um planejamento racional e pertinente às demandas específicas. Esperança e Galisa (2014, p. 33), chamam este processo de “diagnóstico educativo”, ações que visam “conhecer a real necessidade de um programa de EAN, fornecer subsídios para o planejamento e estabelecer uma “linha de base” para posterior avaliação”. Desta forma, inicialmente a identificação do problema e suas possíveis causas se torna fundamental para que posteriormente se formule a hipótese, objetivos e prioridades, reconhecendo sempre os recursos disponíveis no local. A execução é realizada já com o estabelecimento de parâmetros para futuras avaliações.

Além disso, outra questão discutida foi à efetivação das leis e decretos.

Bom, essa questão assim, eu sei que existem várias políticas que incentivam a realização das atividades de EAN com incentivo ao consumo adequado e saudável do alimentos. Daí até cito aqui a Política Nacional de Alimentação e Nutrição, a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, o Marco de Referência também que é muito interessante. Só que muitas vezes o problema é que são leis, decretos, marcos de referência, mas que na prática a gente precisa de um incentivo maior, e o incentivo que eu digo é de recursos, é com materiais didáticos que a gente possa trabalhar com isso também. Porque pôr na prática é mais complicado né. Porque na lei é tudo lindo maravilhoso, mas quando a gente está aqui na prática à gente sente sim essa dificuldade. Não tem tanto apoio e também não é fiscalizado. Então eu faço porque sei que é de minha atribuição isso, mas assim eu não sou "muito" cobrada por outros profissionais (N2).

Além da fiscalização mais efetiva e da disponibilização de recursos, o incentivo em âmbito local também fortaleceria as ações de EAN assim como as políticas que a fomentam. Nesta perspectiva seria o enfrentamento dos limites e desafios que esbarram o fortalecimento desta estratégia promotora de saúde hábitos saudáveis.

Ainda para complementar, a prática da realização de ações de EAN, com fiscalização mais abrangente poderia configurar-se como fortalecimento perante as políticas públicas. Entretanto ainda se reforça que somente teria condições de mudança se houvesse maior fiscalização nas ações do nutricionista, e principalmente da sua carga horária.

O governo no caso, que manda recursos, eles pedem se existe, mas não tem a obrigatoriedade de fiscalizar na prática. Porque na verdade não adianta ser obrigatório e ter uma nutricionista com carga horária de dez horas, tem que ser bem consciente nessa questão. Porque cada vez a gente vê que são mais exigências, eu que estou aqui no setor da educação, o Programa Nacional de Alimentação Escolar ele a todo o momento ele está lançando mais exigências mais obrigatoriedades. E assim muitas vezes a gente não tem disponibilidade de tempo para realizar tudo o que eles pedem. Então assim, tem que ser repensado e revista a carga horária, porque as exigências são grandes, mas na prática a gente sabe que não estão cobrando 30 hs. E isso eu acho que falta um pouco de apoio do nosso CRN, do nosso conselho de Nutrição, porque a gente tem várias situações e que na verdade teria que ser cobrado a obrigatoriedade da questão do cumprimento da

carga horária se não a gente não tem como desempenhar um papel assim de acordo com as atribuições. Deveria haver uma fiscalização mais efetiva. (N2)

Na percepção do sujeito N2 a EAN, embora se apresente como uma atribuição do Nutricionista no PNAE, pode ser realizada ou não, podendo ser facilmente burlada nas respostas aos setores de fiscalização. Entretanto sabe-se que propor e realizar as ações de EAN apresentam-se como atribuições obrigatórias de acordo com a Resolução nº 465 de 23 de agosto de 2010 do Conselho Federal de Nutricionistas (BRASIL, 2010a).

Ainda de acordo com o sujeito N2 a fiscalização tornou-se ponto crucial para o desempenho do nutricionista tanto em suas ações, quanto na sua carga horária. A partir desses indicativos é preciso que o sistema CFN/CRN, reforçando as suas ações, continue realizando sua missão de orientação e fiscalização efetiva do exercício profissional, para que os nutricionistas atuantes no PNAE possam cumprir suas atribuições e sintam-se assistidos uma vez que o conselho possa cobrar dos gestores a adequação do parâmetro numérico da carga horária do nutricionista quando necessário (CHAVES et al., 2013).

Ações práticas das políticas públicas nas escolas também fortalecem a EAN segundo relato.

Eu acho assim que é um momento de um olhar diferente para a alimentação. Com alternativas saudáveis. Eu vi agora, uma última reportagem da Zero Hora proibindo o refrigerante nas escolas, nas cantinas. Eu acho que é por aí mesmo. Eu acho que nos temos que ter outras alternativas, que a criança vai ter que optar por uma alimentação saudável. Essas ações práticas que fortalecem a educação alimentar. E essas alternativas são para a vida inteira [...] (S2).

A vida para consumo descrita por Bauman (2008) traz a tona a “sociedade líquida”, envolvendo a discussão após a era industrial do aumento dos consumidores capitalistas. Por que se compra? Quando há necessidade de consumir? Quais os sentimentos embutidos no ato de comprar? Usa-se o que se adquire? Muito do que se vê desde fenômeno consumista da era moderna se dá pelo vazio existencial, caracterizada pela perda de sentido da vida, medo, ansiedade, imediatismos, configurando o consumo como mecanismo de substituição prazerosa deste vazio interior. Nesta visão da sociedade, nem mesmo as crianças fogem da publicidade de alimentos ligada a personagens animados, nem mesmo os alimentos escapam deste padrão de consumo.

Neste cenário sem precedentes na história, a ação pontual de políticas públicas é cada vez mais necessária. A regulação da publicidade dirigida ao público infantil, à comercialização de alimentos para crianças de primeira infância, a proibição da venda de refrigerantes na escola são medidas que fazem à diferença no incentivo as escolhas alimentares que favoreçam a saúde. Desta forma, o fortalecimento de outras legislações de

incentivo de hábitos alimentares saudáveis também consolidam e sustentam estratégias de EAN.

Gabriel, et al., (2012, p. 18), em estudo sobre “regulamentação da comercialização de alimentos no ambiente escolar: análise dos dispositivos legais brasileiros que buscam a alimentação saudável”, puderam reconhecer que o problema da obesidade de crianças em idade escolar não será resolvido apenas com a proibição de alimentos calóricos nas escolas ou até mesmo com a limitação de sua publicidade: “a transformação consciente das práticas alimentares não é um processo imediato, exigindo tempo e dedicação”.

O Centro Colaborador em Alimentação e Nutrição do Escolar (CECANE) também foi identificado como um importante colaborador na efetivação do PNAE e no fortalecimento das ações de EAN, uma vez que possibilita encontros e conversas, a troca de experiências e fortalecimento grupal.

A gente já tem a maior política pública na área que é o PNAE, que é o que manda todo... Questões financeiras e orientação para a gente. Mas sempre teria o que melhorar. Aqui no município a gente pode conversar com os gestores, secretários, prefeito. A gente tem os encontros com o CECANE que é o órgão estadual da alimentação escolar né e em âmbito federal não sei te dizer certo como a gente conseguiria ter voz, mas acho que através da conversa e participação juntamente com o CECANE. Conversas, encontros, capacitações... Até a gente vai ter essa semana com o CECANE. Eu acho que o que a gente conseguir passar para eles, eles podem, eles tem o poder maior do que nós de fomentar um política e atuar ali.(N3).

Mas penso que nossa maior participação é se fortalecer como região, e a partir daí transmitir ao CECANE. (N4)

O nosso vínculo com o governo é através das visitas do CECANE. (N6)

As ações realizadas pelo CECANE UFRGS visam apoio técnico e constante incentivo a atualização dos profissionais nutricionistas que atuam com o PNAE. Scarparo et al., ao investigar as ações do CECANE UFRGS, perceberam uma importante atuação deste órgão na assessoria dos nutricionistas responsáveis técnicos pela alimentação escolar. Além disso, identificaram a parceria deste Centro Colaborador com a comunidade acadêmica possibilitando “a integração da sociedade e do Estado, ao atuar com políticas, fortalecendo assim o papel social da Universidade e qualificando processos de formação através da inserção de alunos e professores nestas atividades, proporcionando a interação ensino-pesquisa-extensão”. (SCARPARO et al., 2010, p. 305).

Para além da EAN houve relatos da necessidade de atualização dos valores do FNDE repassados aos municípios.

Ela pode se fortalecer através da... Na conscientização dos poderes mais elevados do valor enfim, encaminhado por cada aluno. Porque eles sempre encaminham pelo senso do ano anterior. Se conscientizar e ver as necessidades. Rever o valor, não só o valor da refeição, mas o valor do aluno custo/efetividade inicial, que isso aí reflete profundamente e onde a dificuldade é mais visível é na realidade final. Que é dentro da escola [...]. E se você não dar essa alimentação não tem rendimento escolar também, não tem um rendimento da aprendizagem. A aprendizagem fica deficitária em todos os sentidos, desde os pequenininhos, da EMEI até, nos atendemos até o fundamental. Então eu vejo assim, que as políticas públicas tem que avançar no sentido de oferecer melhores condições para que a alimentação seja melhor, para que essa política seja efetiva. E para que não estoure só no município os desencontros financeiros. (S3).

Eu acho assim: o recurso que a gente recebe na realidade é pouco, é muito pouco. Porque assim a gente se pergunta, voltado mais aos repasses de recursos da merenda, o que se compra hoje com 30 centavos? Com 90 centavos?(S4)

A gente sempre passa essa dificuldade do repasse de recursos para a merenda escolar e ações do PNAE para o CECANE. Mas acredito que eles façam relatórios. Que isso é uma reclamação de todos os municípios. (N6).

O governo poderia passar mais repasse para a merenda, porque o valor que o governo federal passa para nós é irrisório [...]. E em relação ao custo de vida das pessoas o valor do governo ele nunca é reajustado, mas o que a gente licita e o que a gente utiliza com os alunos ele é sempre reajustado, sempre aumenta [...]. (S6).

Ainda que tais questões apresentam-se como limites e desafios para a efetivação das ações de EAN, agora também representam situações que esbarram o fortalecimento destas ações perante políticas públicas. Lembra-se ainda que embora o valor repassado pelo FNDE seja suplementar, os sujeitos reforçam a necessidade de reajustes financeiros.

Os entrevistados também relataram algumas dificuldades referentes ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), onde no mínimo 30 % do valor financeiro repassado pelo FNDE para a alimentação escolar deve ser da agricultura familiar.

Que na verdade a nossa agricultura familiar tem dificuldades. Nos não temos o SIM. Mas tudo que a gente consegue comprar da agricultura familiar a gente está comprando. E está investindo pesado nisso. Nós temos o grupo de agricultores que fornecem alimentos para nós. Sucos a gente já tentou adquirir, mais coisas, pão, massas... mas esbarra na questão do SIM. Então a gente não consegue pela oferta. Tem a questão da oferta de alimentos hortifrutí, as hortaliças, frutas que dá certo [...]. Ovos, leite e carne não tem como né, em função de não ter legalizado no município. (N6).

O Sistema de Monitoramento do PNAE (SIM) tem por objetivo “acompanhar o processo de execução do PNAE pelas Entidades Executoras, de modo que o Governo Federal consiga monitorar os municípios e estados” (UNIFESP, 2017, p. 01). Como o referido município não apresenta o SIM muitos produtos não podem ser comprados da agricultura familiar, por não apresentar a fiscalização sanitária adequada. Neste caso, o município deve providenciar as medidas necessárias para criar o SIM e diversificar ainda mais os produtos provenientes dos pequenos agricultores, de forma a gerar renda na região.

Azevedo (2014), ao estudar o PAA, buscou identificar os principais motivos que impedem o fornecimento dos agricultores familiares para a alimentação escolar, citando as nove principais barreiras:

[...] interesse da gestão em executar a determinação do FNDE; a falta de conhecimento do programa por parte do agricultor; a burocracia exacerbada; a inviabilidade de fornecimento regular e constante; a produção em pequena escala, de modo que, não supre a demanda; falta de treinamento e assistência técnica aos agricultores; o problema de logística; produção no padrão da monocultura e; a desestruturação dos Conselhos de Alimentação Escolar. (AZEVEDO, 2014, p. 36).

Somando-se a isso, Soares (2015) acrescenta que as maiores dificuldades para o abastecimento da alimentação escolar mediante a aquisição de alimentos da agricultura familiar em um município foram à falta de certificação, o que foi atribuído às dificuldades no cumprimento dos padrões exigidos para o processo de sua obtenção, e ainda problemas climáticos que se relacionaram as dificuldades para a manutenção da regularidade de oferta dos produtos.

Cabe destacar, entretanto que embora apresente algumas dificuldades de execução o PAA configura-se como um pilar para a concretização da oferta de alimentos regionais na merenda escolar, e ainda representa um despertar comunitário, regional, e nacional para a visualização do pequeno agricultor como aquele que produz alimento, e mais ainda: produz alimento com qualidade estando mais próximo das práticas sustentáveis.

A atuação eficaz dos Conselhos de Alimentação Escolar também foi considerada necessária para o fortalecimento das ações de EAN pelo seu papel de fiscalização.

Para fortalecer a EAN aqui no município nos temos também o Conselho de alimentação. O Conselho agora está atuante, acompanha, que vê a distribuição. Essas merendas chegam até a escola, as meninas que recebem tanto a direção quanto as meninas da cozinha: se não serve volta. E o conselho também faz isso, acompanha. Chegam e apontam: -Oh! Não está bom isso! -Tem que melhorar aquilo! O pessoal do Conselho também está bem atuante agora. Isso favorece né!. E a gente fala para o próprio conselho: -Chega na escola! Prova a alimentação para ver como que tá. Pede para olhar! Aí a gente recebe as informações, daí nas visitas a gente repassa. Quando tem elogio a gente repassa. Quando tem reclamação a gente dá uma ajeitadinha para falar. Mas o conselho contribui muito para a fiscalização, traz muitas contribuições.(N6).

Recurso humano qualificado também traria fortalecimento da EAN. Em se tratando de municípios de pequeno porte, muitas vezes não tem abrangência da importância de tais políticas.

Com maior aplicação dos programas e políticas já existentes. Existem programas de excelência, entretanto existe também a falta de conhecimento de pessoas para aplicar tais programas federais de forma correta. (N5).

Entende-se que a adesão de muitos programas federais está diretamente vinculada a gestão pública. Nesta perspectiva considerando o orçamento e outras condicionantes, depende de cada perfil do gestor escolher por finalidades que competem entre si na solução de problemas locais. Nesta perspectiva cabe destacar o papel social fundamental de promoção de saúde que muitos programas possuem.

4.9 Objetivos Sociais da EAN

A EAN tem objetivos sociais? Considerando que está estabelecida em políticas públicas e programas sociais ela possui objetivos sociais. Nas manifestações dos entrevistados, as estratégias de EAN foram reconhecidas como promotoras da saúde e prevenção de doenças.

No aspecto da promoção da saúde:

Colaborar para a melhoria das condições de saúde e nutrição; Avaliação das necessidades dos alunos, necessidades de vitaminas, aspectos nutricionais e tudo isso [...] (N1).

Eu acho assim que o objetivo maior é uma qualidade de vida melhor e os benefícios para a saúde [...]. (S2).

Sim. [...] a gente vê com o relato de alguns pais que faz a diferença trabalhar a alimentação saudável com criança [...] Porque para a mãe, não vou dizer que a mãe seja culpada porque a gente sabe que hoje a mãe trabalha fora. A mãe às vezes é chefe de família. Só que para algumas mães é muito mais fácil abrir um pacote de salgadinho do que de repente fazer alguma outra coisa que seja mais elaborada. Ou mais fácil comprar papinha pronta. (N4).

“[...] Eu acho que é um trabalho de conscientizar, que tem a conscientização. Até porque tem crianças, por exemplo, da creche que não comiam salada, agora estão comendo, em casa estão pedindo.” (S4).

“Incentivar a comida natural! A comida saudável! [...]” (S5).

“Melhora na qualidade de vida [...]” (N6).

Na verdade assim, o objetivo que a gente busca é de promover a alimentação saudável, dos benefícios que ela traz. A gente mais atende esse objetivo com as crianças da educação infantil e com as crianças até o quinto ano. Eles chegam em casa e ficam insistindo, eles vão contando, eles vão falando, eles levam uma receita né [...]” (S6).

A partir deste horizonte contornado pelas vozes de sujeitos envolvidos na pesquisa, os objetivos sociais das atividades de EAN evidenciam a melhoria nas condições de saúde e nutrição, qualidade de vida e conscientização dos envolvidos. Desta forma, o significado do termo Promoção da Saúde foi mudando ao longo do tempo associando-se a valores como: vida, saúde, solidariedade, equidade, democracia, cidadania, desenvolvimento, participação e

parceria (BRASIL, 2007a, p. 14). Podendo ainda acrescentar autocuidado, autonomia, protagonismo, emancipação e cidadania. Ainda de acordo com Czeresnia (2003), a perspectiva de promoção envolve a de fortalecimento da capacidade individual e também a coletiva para lidar com a multiplicidade dos condicionantes da saúde existentes.

Atualmente, algumas pesquisas envolvendo a promoção de saúde vem sendo desenvolvidas considerando metodologias freirianas para o empoderamento dos sujeitos como círculos de cultura com temas geradores, denotando a dialogicidade como importante meio de promover a saúde (DALMOLIN et al., 2016; HEIDEMANN; WOSNY; BOEHS, 2014; POLIDORO; ROS; POLIDORO, 2016).

No aspecto da prevenção de doenças foram citados:

“É ter uma criança, um Jovem saudável. É que eles venham saudáveis pra depois chegar uma idade e não surgir essas doenças [...].” (S1).

“Socialmente: a conscientização da alimentação saudável. Oferecer uma alimentação saudável, da importância das vitaminas dos minerais, dos nutrientes, para que não haja obesidade, e que não haja subnutrição. Essa questão é bem interessante, conversada, falada muito com os setores, serventes [...]. Então assim é importante a conscientização da criança conheça a importância de se alimentar bem.” (S3).

“[...] E tem a questão dos benefícios, não pensando para o momento, mas pensando nas possibilidades futuras. Daqui a pouco não ter uma boa alimentação vai desenvolver problemas cardiovasculares, enfim, a gente já está com a preocupação com a obesidade que a gente não sabe como vai ser futuramente. Então já entre os profissionais já estamos elaborando uma estratégia de grupo para continuar trabalhando em cima disso, que é a nossa preocupação.” (N6).

Ao tratar da abrangência da promoção da saúde, a prevenção de algumas doenças foi também identificada como um objetivo social da EAN. As principais doenças destacadas foram subnutrição, obesidade, e doenças cardiovasculares. Diante disso, a EAN desempenha um papel influente no combate aos hábitos alimentares indesejados, que aumentam a incidência de morbidades. Mas é necessário dar o devido enfoque ao fortalecimento de políticas públicas sociais, visto que estas contribuem efetivamente para o fortalecimento de condições básicas das populações, como a alimentação e nutrição no país, de forma a fortalecer direitos humanos e promover a qualidade de vida.

A comunicação com a comunidade escolar, autonomia alimentar dos escolares, o perfil nutricional e constante incentivo a produção e consumo de alimentos saudáveis configuraram objetivos sociais.

“[...] Interação aluno, escola, comunidade, para eles aprenderem como pessoas, estimular os hábitos saudáveis e além de conhecer o perfil nutricional dessas crianças, o que é muito importante também para a gente.” (N1).

“Se tu incentiva a criança ela vai levar a informação para casa. Talvez seja o início de uma melhora na qualidade de vida, uma melhora na alimentação. Porque como a gente trabalha com crianças rurais, vamos colocar assim, porque é um município do interior e tem muita produção, ou tem recurso para estar produzindo em casa. E se não tem incentivo, aquela família não produz né. Podendo ter uma alimentação de graça, né, de melhor qualidade. Também porque é um município muito rural, incentiva os alimentos tradicionais, da cultura principalmente [...].” (N6).

Na questão de interação do aluno, escola e comunidade, verifica-se a importância do convívio e valorização do saber popular, e de experiências educativas com intencionalidades emancipatórias. Neste dimensionamento a educação popular apresenta-se primordial e inquestionável na perspectiva de autonomia e escolhas que favoreçam hábitos alimentares saudáveis.

Ainda, de acordo com o relato anterior, trata-se de um objetivo social conhecer o perfil nutricional. Um importante meio de vigilância nutricional, embasado em políticas públicas, e que determina ações conjuntas de EAN é a avaliação antropométrica, clínica, bioquímica. Verificar o perfil nutricional dos indivíduos confere um importante meio de identificar vulnerabilidades alimentares e sociais assim como hábitos alimentares inadequados. Também são retratos geográficos para ações de políticas públicas, subsidiando o planejamento, a estruturação, a execução e avaliação destas.

A merenda escolar para muitos dos sujeitos entrevistados também faz parte do processo de EAN, entendendo que esta não pode ser apenas reduzida a outra. Considerando tal premissa, a merenda escolar passa a ser uma questão fundamental na perspectiva da educação, assim como crescimento e desenvolvimento dos escolares.

“[...] Penso assim, que nos temos também programas. Programas não! Nós temos crianças de escolas, que tomam o café da manhã na escola, para poder estudar com maior facilidade. Para não ter aquela dor de cabeça da fome, durante o período de aula. Nós temos escolas do interior que servem café, porque as crianças saem muito cedo de casa. Elas saem tipo 6 horas de casa e acabam tomando café da manhã. Acho isso de suma importância. (S2).

“[...] Tem a questão de que muitas crianças são carentes né. Então a alimentação escolar além de ser saudável ela pode ajudar nesta questão também [...].” (N3).

“[...] a gente prioriza o café da manhã porque a agente sabe que muitos alunos saem de casa cedo e não tem até condições, então a gente fornece o café da manhã na escola. E a maioria é do interior, então até chegar na escola, eles vão sair de casa as seis horas então eles tem que chegar e tomar café, eles não aguentam sem tomar café né. É uma forma também de incentivar.” (N5).

O aprendizado e rendimento escolar também foram relatados:

“Eu acho que tem objetivos sociais sim. De mudança de vida, de aprendizado [...]. Mas tem também o fator de auxiliar no aprendizado, na escolha de alimentos.” (N3).

A alimentação escolar possui um caráter assistencial na medida em que confere o combustível vital biológico, assim como alimenta a cultura e nutre a socialização. A alimentação saudável principalmente a infância favorece um crescimento e desenvolvimento adequado, além de auxiliar no processo de aprendizagem escolar, na manutenção do tempo na escola, frequência das aulas e muitas vezes reduz a evasão escolar.

4.10 Coordenação das Ações de EAN Desenvolvidas nas Escolas

A gestão da EAN nos municípios, quando realizada, ocorre principalmente através da coordenação de um nutricionista. Mas muitos são os profissionais envolvidos neste processo.

“O nutricionista e os professores atuam na coordenação destas atividades de educação para alimentação. O nutricionista de forma mais geral, capacitando, palestrando quando necessário, e o professor em suas aulas elaborando atividades. Os professores tem maior contato, dia a dia com o aluno, isso facilita muito. Os professores de educação infantil e professores de ciência trabalham muito com esta parte da alimentação, e algumas escolas também fazem projetos temáticos durante o ano. Por exemplo, no mês tal e tal vão trabalhar com a questão ambiental, nos outros dois meses as questões de alimentação, higiene, cuidados de saúde, escovação dentária, postura correta, essas coisas. Embora tenha a presença dos profissionais de saúde, os professores conseguem trabalhar muito bem essas coisas.” (N1).

“O nutricionista coordena, mas esses outros profissionais também estão envolvidos. Mas o principal também é o pessoal que tem que fazer a comida para eles, e trabalham junto com a nutricionista.” (S1)

“Eu que coordeno. Na verdade sou eu que muitas vezes realizo, como nutricionista responsável técnica, e também a gente vê que muitas vezes os professores também estão coordenando algumas atividades na escola também. E teve também o apoio das estagiárias que eu recebi ali da universidade federal que também realizaram esse ano algumas atividades.” (N2).

Nós temos a nutricionista, né, e temos um estagiário também, que trabalha com ela. E assim foi de suma importância também, os estagiários que tiveram mês passado fazendo um excelente trabalho com ela, ajudando nessa questão de palestra e tudo. Mas a nutricionista [...] faz um excelente trabalho. Ela trabalha com os pais, com os alunos, as serventes da escola. Então ela faz um trabalho em conjunto mesmo. (S2)

Quem coordena somos nós, eu e [nome de outra nutricionista]. Mas os outros profissionais participam diretamente com a elaboração e aplicação destas ações. Tem a coordenadora pedagógica e os próprios professores né, que podem nos auxiliar. (N3).

Quem coordena as ações de EAN nas escolas e creches, nos temos a nutricionista que é quem coordena geral. Mas as outras pessoas também realizam: o diretor da escola, professores, serventes. Eu acho assim, que tem a gestão, quem tem a gestão, quem coordena as maiores ações é a nutricionista [...]. (S3).

Na verdade... São de múltipla escolha? Eu coordeno, as diretoras das escolas auxiliam, tem as diretoras que são professoras também, os professores de turma, os

coordenadores pedagógicos, coordenador deixa fora, porque nos nem temos coordenadores pedagógicos nas escolas tá, na realidade. Mais algum outro profissional que contribui também? Eu acho que aqui entraria também as merendeiras, porque às vezes elas vêem que o aluno está lá, e elas insistem: -Vamos experimentar? Planeja um pouquinho, porque se tem uma polenta com molho, ele não quer, coloca do ladinho, para ele pelo menos provar. Então a gente tem esse trabalho e elas também, principalmente elas né, no dia a dia...(N4).

O nutricionista coordena as ações maiores. Mas o professor também cria atividades envolvendo a alimentação, professores de ciências e biologia, de agroecologia, de química, geografia, e principalmente os professores de educação infantil. Os diretores. As merendeiras e serventes. (S4).

A nutricionista, diretores de escolas creches, professores da turma. Coordenação pedagógica as vezes participa. Então é tudo em conjunto e as funcionárias.(N5).

Bom, somos todos nós, né. Mas sempre buscamos auxílio da nutricionista para embasar nossas ações. Mas toda a escola participa. (S5)

Nesta parte, sou eu que coordeno junto com a secretária. Mas dentro do plano pedagógico da escola tem, tem todo um incentivo. O professor trabalha na aula. O coordenador pedagógico sempre vem, as professoras também, a gente troca uma ideias, desenvolve alguma atividade, enfim, todos os profissionais interagem. Mas eu sempre estou disposta a ajudar.(N6)

Na verdade aqui é envolve todos, mas sempre parte da nutricionista a coordenação. Porque é ela que vai dizer para nós isso pode e isso não pode, se funciona e se não funciona. Mas todo mundo dá pitaco! (S6)

Os depoimentos revelam que a coordenação das ações de EAN geralmente são realizadas pelo nutricionista. Ainda quando este não se apresenta como principal profissional responsável, está dividindo esta função com os demais: professores, diretores, merendeiras...

Nos relatos ainda evidencia-se a atuação perspicaz dos professores, cuja prática das ações envolvendo a temática da alimentação foi frequente, destacando-se: professores de educação infantil, professores de ciências e biologia, de agroecologia, de química, geografia.

Dias (2013), ao propor um programa de gestão da EAN em uma escola pública da Bahia, reconheceu o papel fundamental e indiscutível que os professores-educadores ocupam no processo de ensino aprendizagem relacionadas a EAN. Entretanto faz o encaminhamento para a reflexão nas muitas atribuições da gestão escolar e das dificuldades maiores quando esta não dispõe de coordenação pedagógica:

Porém, na realidade a gestão da EAN na escola, ainda parece ser uma “ilusão”, especialmente ao atribuí-la como uma responsabilidade dos gestores escolares, ou simplesmente, credita-la aos professores como um simples tema a ser abordado em sala de aula. Estamos aqui levando em consideração não somente a questão da formação dos educadores neste contexto, mas também o enorme escopo de atribuições que são delegadas aos gestores escolares as limitações em termos de competências dos professores, na condução de tais ações, assim como a falta de coordenador pedagógico em muitas escolas públicas para assumir o planejamento e o monitoramento destas atividades. Estas limitações se constituem como entraves, o que não condiz mais com o que se espera da escola enquanto espaço destinado para a formação no campo da EAN. (DIAS, 2013, p. 30).

Pode-se dizer que atribuir a gestão da EAN aqueles cujas pertinências e obrigações muitas vezes excessivas, não fará com que o fortalecimento de tais ações se sustente, muito menos se efetive de maneira contínua. Tão pouco permitirá o conhecimento necessário, sendo por vezes considerado mais um conteúdo a vencer. A plena compreensão dos papéis desempenhados na Gestão da EAN leva ao fator preponderante deste capítulo: As ações e EAN apresentam coordenação? Quem coordena? Apresenta condições de coordenar? Para decifrar todas estas indagações é preciso levantar mais perguntas: Qual a abrangência destas ações? São projetos? São atividades? São ações isoladas, ou permanentes?

Visto que a Educação Alimentar não se apresenta como uma estratégia exata, dura, ou mesmo acabada, não se pode criar caminhos de garantia de sua efetivação. Assim como a vida, a realidade das práticas denota surpresas, alegrias e frustrações. Entretanto, sabe-se que quanto mais profundo dialogar nas diferenças (inclusive alimentares), mais possibilidades podem ser avistadas.

Nesta perspectiva de ilustrar a percepção dos sujeitos da pesquisa buscou-se criar um organograma com a estrutura representativa dos atores que sustentam as ações da EAN na escola.

O planejamento de projetos ou outras ações pedagógicas da EAN deve ter representatividade ampla de seus atores. Desta forma é legítimo acrescentar que a coordenação pelo nutricionista deve ser condizente também ao secretário de educação, que auxiliará na aplicação e mesmo estruturação de aplicação destas ações nas escolas. Pretendeu-se aqui demonstrar além do cenário escolar, o organograma no cenário da comunidade escolar, estruturado de acordo com as falas dos sujeitos durante toda a entrevista. Entretanto, é difícil de buscar um coordenador quando as ações ocorrem em pontos isolados, em datas únicas referentes às comemorativas da saúde, com atores específicos, mas sem a abrangência e integração necessária. Até poderíamos perguntar: Há um coordenador?

Segundo relatos, as merendeiras, serventes, funcionárias que manipulam os alimentos também detém um papel importante e incentivador nas práticas da EAN. Por isso, para que as ações não sejam rasas, caladas e tímidas é preciso, sobretudo uma integração participativa dos profissionais, sendo todo o processo de planejamento e execução destas, embasadas em uma pedagogia do diálogo, do amor, da cooperação, do respeito, da autonomia e indiscutivelmente do autocuidado.

CONCLUSÃO

O estudo dissertativo aqui abordado constituiu em olhar para a gestão da EAN, frente a uma janela condicionada pelas políticas públicas e uma paisagem englobada pela percepção dos sujeitos e suas realidades. Neste sentido, o diferencial buscado neste estudo compõe a temática pesquisada na realidade de alguns municípios da região do Médio e Alto Uruguai, no Rio Grande do Sul.

Em seu propósito principal, a pesquisa alcançou a demarcação dos limites e das potencialidades da EAN frente a regionalidade estudada. Entende-se que aqui que a realidade local interfere diretamente nestes diagnósticos, uma vez que apresenta uma singularidade. Desta forma os limites ou possibilidades frente à EAN podem variar de um local para outro.

Revisitando questões do acercamento da pesquisa estruturam-se capítulos, onde se buscou contextualizar tais indagações. Neste sentido, o capítulo II interioriza a justificativa da escolha da temática na vertente da escassez de estudos específicos na área científica denotando as palavras chaves “EAN” integrada a “gestão”. Ainda neste panorama, o capítulo aborda o percorrer metodológico, arcabouço desta investigação, trazendo em suas entre linhas os caminhos trilhados na busca de respostas as perguntas arquitetadas.

O capítulo III, ao orbitar pelas políticas Públicas confronta o contexto de crise enfrentada no país, as características sociais envolvendo algumas políticas públicas e a gestão no processo político. Desta forma o capítulo contribuiu na medida em que proporcionou a reflexão sobre a efetividade de muitas políticas, considerando que o planejamento e estruturação destas têm real importância nos futuros resultados, bem como da sua correta avaliação.

Abrindo um leque de considerações, o próximo capítulo analisou o Marco de Referência de EAN para políticas públicas como um documento de relevância social e científica, elaborado de forma participativa e que delimita princípios e conceitos que direcionam a Educação Alimentar para um panorama mais estruturado, e planejado, diferenciando o termo de ações simplistas e de caráter isolado. Nesta perspectiva este documento fomenta para práticas emancipatórias, democráticas e participativas no momento que propõe ações dialógicas e horizontais, valorizando os saberes populares na perspectiva de autocuidado.

O último capítulo abrange o relato e opiniões dos sujeitos entrevistados, contemplando inicialmente a caracterização sócio-demográfica dos locais estudados, e a contextualização das falas conglomerando as em categorias. A primeira categoria abordou a percepção dos sujeitos sobre a EAN. Ao tratar do caráter perceptivo de cada sujeito apontou para suas perspectivas, seus conceitos, opiniões, experiências. Destacaram que estas ações tem caráter fundamental na medida em que promovem a saúde e autonomia alimentar formando atores sociais. Destacam também que tais práticas repercutem no hábito alimentar e devem ser trabalhadas também no âmbito familiar.

Sobre o que poderia ser feito em EAN eles destacaram principalmente capacitação de professores para trabalhar com a temática, a inclusão na grade curricular, e ainda a realização de mais projetos temáticos sobre a alimentação. Além disso, os nutricionistas e secretários de educação destacaram muitas contribuições, como também a horta escolar como um importante subsídio que escolhas alimentares voltadas a saúde e conservação ambiental.

Embora a merenda escolar tenha sido destacada como uma ferramenta de EAN, muitos sujeitos ainda a abordavam apenas nesta linha conceitual, não tratando de outras formas de incentivar a alimentação saudável. O que ainda denota para o fato de tais ações estarem marginalizadas no cronograma escolar, e ou quando realizadas não apresentarem significância e problematização adequada. Nesta perspectiva o fortalecimento de tais ações parece ser mais do que idealizado, mas necessário. E para isso a adequação a realidade local, participação de outros profissionais, fiscalização, ações do CECANE, CAE atuante entre outros fatores foram considerados. Cabe destacar aqui que na região alguns nutricionistas fomentaram para a fiscalização da carga horária deste profissional, ponderando que em alguns casos apresenta-se em desacordo da legislação vigente.

Também objetivou-se, através deste recorte perceptivo, identificar os limites da EAN enfatizando o excedente de trabalho, custo da alimentação saudável, resistência dos pais e alunos às orientações da equipe de saúde e do nutricionista, insuficiência na fiscalização das ações, condições socioeconômicas das famílias entre outros aspectos, identificando algumas soluções em âmbito local, voltadas a sustentabilidade e incentivo a cultura e autonomia. Seguindo este fio condutor do pensamento, a gestão da EAN nos locais geralmente é realizada pelos nutricionistas, mas os professores, merendeiras e outros profissionais tem destaque na fundamentação, planejamento, execução e avaliação destas. Cabe destacar que a atuação deste profissional no processo de gestão da EAN apresentou-se de grande relevante na valorização profissional do mesmo, e na efetivação destas ações.

Um aspecto positivo da pesquisa foi identificado frente à pluralidade com que as ações de EAN eram retratadas pelos sujeitos, denotando ainda a condição conjunta das ações (nós fizemos, nos planejamos), fomentando uma equipe, contextualizada por diferentes profissionais envolvidos, e ricas contribuições.

Sabe-se que a EAN deve buscar mobilizar mentes e sensibilizar corações na defesa de escolhas alimentares que promovam a saúde, numa perspectiva cultural, social, sustentável e saudável. Para isto, fomentar para os amplos benefícios dos alimentos regionais, principalmente os orgânicos se faz essencial num panorama marcado pelo uso excessivo e prejudicial de agrotóxicos. Neste aspecto o processo de gestão da EAN se torna relevante na medida em que destaca a tonalidade destas práticas, identificando assuntos prioritários, favorecendo a realização contínua e permanente desta estratégia de promoção da saúde. Configurando a escola como espaço privilegiado para o brotar destas atividades que valorizam a vida.

Nesta ótica a EAN como subsidio permanente no incentivo de hábitos alimentares saudáveis precisa despertar curiosidade, interesse e fascínio. Quem sabe seria mais interessante levantar questões, do que trazer respostas. Pois sabe-se que não haveria EAN sem lutas e conflitos, sem história, sem inovação, sem a criatividade, sem a curiosidade e sem os objetivos sociais que a movem. Relembrando Rubem Alves, e comparando sua citação aos processo de EAN “há escolas que são gaiolas, e há escolas que são asas”, é oportuno indagar: Que tipo de EAN queremos? Aquela que esta presa a estreitos biológicos ou aquela que é libertária no sentido de autorespeito e autocuidado?

Em um contexto marcado pelo imediatismo de relações digitais, vidas voltadas ao consumo, e líquides de competências e atitudes como retratava Baunan, um cenário capitalista onde relações de opressão contornam a realidade como reiterava Freire, e um mundo onde doenças crônicas, sedentarismo, ansiedade assolam a humanidade, falar da gestão da EAN baseada em suas amplas dimensões, não esquecendo o complexo processo do comportamento alimentar e cultural, torna se fundamental.

Os resultados desta pesquisa apontam para problemáticas que resgatam a pergunta principal até ao ponto em que trazem novos questionamentos: Os materiais didáticos pedagógicos que servem como subsídios para EAN consideram a emancipação do sujeito promovendo sua autonomia? O mediador responsável pela ação educativa em torno do alimento e do nutriente apresentam competências que facilitam a participação dos sujeitos e a dialogicidade? Quais questões são mais trabalhadas nas ações de EAN, e considerando isso, quais temáticas precisam ser mais frequentemente problematizadas? Em um contexto

marcado pela utilização de agrotóxicos discriminada, como efetivar e fortalecer ações educativas em torno dos alimentos orgânicos? De que forma as ações de EAN podem ser fortalecidas regionalmente e coletivamente? Quais as competências de um gestor de EAN?

A partir da constatação dos limites e potencialidades, bem identificando as lacunas na gestão, intervenções específicas, podem concretizar-se como meios excelentes de resgatar valores saudáveis referente a alimentação. Eduardo Galeano relata que “a primeira condição para modificar a realidade consistia em conhecê-la”. Desta forma o espaço referente à questão deve ganhar enfoque nas discussões públicas, conduzindo para argumentação, participação e autonomia da sociedade civil nos processos decisórios relacionados ao tema e seus vários aspectos.

Por fim, vale ressaltar que a pesquisa está comprometida com seus objetivos na medida em que buscou iluminar tais questões. Diante disso almejou, através do assunto aqui defendido e de grande relevância social, instigar pesquisadores, acadêmicos, gestores e demais indivíduos a estudarem o tema como condição essencial para que cada vez mais, a EAN defenda e promova a vida, como uma mola propulsora do bem estar e da qualidade de vida.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ALBUQUERQUE, Débora Lima Barbosa; MENEZES, Cristiane Souza. **Educação Alimentar na Escola: Em Busca de uma Vida Saudável**. Universidade Federal de Pernambuco, p. 25, 2014. Disponível em: https://www.ufpe.br/ce/images/Graduacao_pedagogia/pdf/2010.1/educacao%20alimentar%20na%20escola%20em%20busca%20de%20uma%20vida%20saudavel.pdf. Acesso em: 20-11-2014.

ALMEIDA, Debora Rezende de. Pluralização da representação política e legitimidade democrática: lições das instituições participativas no Brasil. **Opinião Pública**, Campinas, vol. 20, nº 1, p. 96-117, 2014.

ALMEIDA, Frankcione Borges de. **Efetividade Social do Programa Bolsa Família na Segurança Alimentar das Famílias Rurais no Município de Rio Verde (GO)**. 2014. 134 f. Dissertação (Mestrado em Agronegócio) - Universidade Federal de Goiás, Escola de Agronomia, Goiânia. 2014.

ALMEIDA, Jalcione; NAVARRO, Zander. **Reconstruindo a agricultura: ideias e ideais na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável**. 3. ed. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2009. p. 33-55.

ALVARENGA, M, et al. **Nutrição Comportamental**. São Paulo: Manole, 2015; 237-62.

AQUILLA, Rosemeri. **A Educação Alimentar E Nutricional No Espaço Escolar: Saber, Sabor E Saúde**. 2011. 97 f. Dissertação (Programa de PósGraduação Stricto Sensu em Educação nas Ciências) - Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUÍ), Ijuí. 2011.

ARAÚJO, W. M. C. et al. **Da alimentação a gastronomia**. Brasília: Ed UnB, 2005. 102 p.

ARENDT, Hannah. **The human condition**. Chicago: Un. Chicago Press, 1958.

ARENDT, Hannah. A crise na educação. In: **Entre o passado e o futuro**. Tradução Mauro W. Barbosa de Almeida. 3ª reimpressão da 5ª ed. De 2000. São Paulo: Perspectiva, 2005.

ARENDT, Hannah. **La condición humana**. Trad. Ramón Gil Novales. 1ª ed., 5ª reimp. Buenos Aires: Paidós, 2009.

ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO DO BRASIL. **Ranking - Todo o Brasil**. 2013. Disponível em: <<http://www.atlasbrasil.org.br/2013/ranking>>. Acesso em: 08-12-2016.

AVRITZER, Leonardo. Sociedade civil e participação no Brasil democrático. In: _____. [org.]. **Experiências nacionais de participação social**. São Paulo: Cortez, 2009, p. 27-54.

AZEVEDO, Raphael Fernandes Oliveira de. **A relação entre o PNAE e a agricultura familiar: virtudes e problemas de gestão**. 2014. 41 f. Monografia (Bacharelado em Gestão de Políticas Públicas) Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal. 2014.

BARBOSA, Valter Luís; VIDOTTO, Rosângela Cristina; ARRUDA, Tatiane Pascoto. Erosão Genética e Segurança Alimentar SICI-SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE CIÊNCIAS INTEGRADAS, realizado na UNAERP – Campus Guarujá, **Artigo**, p.03, 2015.

BASTOS, Ronald Corecha. **A plurifuncionalidade da segurança alimentar no meio ambiente como dever de solidariedade agroambiental, Pará**. 2013. 162 f. Tese (Doutorado em Direito) – Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências Jurídicas, Belém, 2013.

BAKER, S. E; EDWARDS, R. **How many qualitative interviews is enough**. 2012. Disponível em: <http://eprints.ncrm.ac.uk/2273/4/how_many_interviews>. Acesso em 12-02-2016.

BAUMAN, Zigmunt. **Globalização: As conseqüências humanas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

BAUMAN, Zygmunt. **Vida para consumo: a transformação das pessoas em mercadorias/ Zygmunt Bauman; tradução Carlos Alberto Medeiros**. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.

BENEDITO, Alessandra; MENEZES, Daniel Francisco Nagao. **Políticas Públicas De Inclusão Social: O Papel Das Empresas**. Revista Ética e Filosofia Política, n. 16, v. 1, p: 16-1, jun. 2013.

BERTÊ, Ana Maria de Aveline et al. Perfil Socioeconômico - COREDE Noroeste Colonial. **Boletim Geográfico do Rio Grande do Sul**, Porto Alegre, n. 26, p. 591-624, fev. 2016

BESSIS, S. **Mille et une bouches: cuisines et identités culturelles**. Autrement, 154, 1995.

BEVILAQUA, Gilberto Antônio Peripolli. Agricultores Guardiões De Sementes E Ampliação Da Agrobiodiversidade. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v. 31, n. 1, p. 99-118, jan./abr. 2014

BOFF, Eva Teresinha de Oliveira; BUSNELLO, Maristela Borin. **Educação para a Saúde: Diálogos nos diferentes cenários e práticas educativas**. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 2016. 200p.

BOGDAN, Robert; BIKLEN, Sari. **Qualitative research for education**. An introduction to theory and methods. New York: Allyn and Bacon. 2003.

BOMBARDI, Larissa Mies. Intoxicação e morte por agrotóxicos no Brasil: a nova versão do capitalismo oligopolizado. **Bol Dataluta**, n. 45, p: 21-1, set, 2011.

BORSOI, Aline Tecchio; TEO, Carla Rosane Paz Arruda; MUSSIO, Bruna Roniza. Educação Alimentar e Nutricional no Ambiente Escolar: Uma Revisão Integrativa. **RIAEE – Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, v. 11, n. 3, p.1441-1460, 2016.

BOOG, Maria Cristina Faber. **Educação Alimentar E Nutricional: Responsabilidade de Quem?** Educação em Nutrição. Disponível em:<<http://educacaoemnutricao.com.br/site/educacao-alimentar-e-nutricional-responsabilidade-de-quem/>>. Acesso em:15-08-2015.

_____. **Educando em Nutrição: Integrando experiências.** Campinas, São Paulo: Komedi, 2013.

_____. Educação nutricional: passado, presente e futuro. **Revista de Nutrição**, v. 10, n. 1, p. 5-19, 1997.

_____. Histórico da Educação Alimentar e Nutricional no Brasil. In: DIEZ-GARCIA, Rosa Wanda (coord.); CERVATO-MANCUSO, Ana Maria (coord.). **Nutrição e metabolismo: mudanças alimentares e educação nutricional.** Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011. 411 p.

_____. **O professor e a alimentação escolar: ensinando a amar a terra e o que a terra produz.** Campinas: Komedi, 2008. 95 p.

BRASIL. **Ações Educativas Programa Nacional de Alimentação Escolar.** Disponível: <<http://www.fnde.gov.br/programas/alimentacao-escolar/alimentacao-escolar-acoes-educativas>>. Acesso em: 01-01-2017 a.

_____. **Brasil cria documento que orienta políticas públicas sobre educação alimentar.** Portal Brasil, Manaus. 2014b. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/educacao/2012/12/brasil-cria-documento-que-orienta-politicas-publicas-sobre-educacao-alimentar>>. Acesso em: 23-12-2014.

_____. **Caderno de Alimentação Escolar II- Educação Alimentar e Nutricional no âmbito escolar.** 2013. Disponível em: < <http://www.educacao.rs.gov.br> >. Acesso em: 05-01-2017.

_____. Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional. **Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional: 2012/2015.** Brasília, DF: CAISAN, 2011a.

_____. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução 466/12.** Trata de pesquisas em seres humanos e atualiza a resolução 196. Diário Oficial da União. 12 dez. 2012b. Disponível em:<<http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/Reso466.pdf>>. Acesso em: 13-04-2016.

_____. **Coordenadorias Regionais de Educação – CRE.** Secretaria da Educação. 2015a. Disponível em:< <http://www.educacao.rs.gov.br/> >. Acesso em 12-05-2015.

_____. **Decreto nº 6.286, de 5 de dezembro de 2007.** Institui o Programa Saúde na Escola – PSE, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Seção 1, p. 2, Brasília, DF, 5 dez. 2007.

_____. **Lei N° 8.234/1991.** Regulamenta a profissão de nutricionista e dá outras providências. Brasília; 1991.

_____. **Lei N° 11.947, de 16 de julho de 2009, Programa Nacional de Alimentação Escolar.** Planalto Gov, 2009a. Disponível em:< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/111947.htm> Acesso em:10-11-2016.

_____. **Marco de referência de educação popular para as políticas públicas.** – Brasília, DF: Secretaria Nacional de Articulação Social Departamento de Educação Popular e Mobilização Cidadã, 39 p., 2014c.

_____. Ministério Da Educação. **Resolução Nº 1, de 8 de Fevereiro De 2017.** Altera o valor per capita para oferta da alimentação escolar no Programa de Alimentação Escolar-PNAE. Ministério Da Educação. Fundo Nacional De Desenvolvimento Da Educação. FNDE. 2017b.

_____. Ministério da Educação. Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais: 3º e 4º ciclos do ensino Fundamental: saúde.** Brasília, DF, 1998. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/introducao.pdf>>. Acesso em: 10 jun. 2016.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Saúde na escola** / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. – Brasília : Ministério da Saúde, 96 p. 2009c.

_____. Ministério da Saúde. **Lei Nº 11.346.** Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. 2010b.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Política nacional de alimentação e nutrição** / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. – 2. ed. – Brasília: Ministério da Saúde, 2003.

_____. Ministério da Saúde. **Guia alimentar para a população brasileira** / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. – 2. ed. – Brasília: Ministério da Saúde, 2014d. 156 p.

_____. Ministério da Saúde. **57,4 milhões de brasileiros têm pelo menos uma doença crônica.** Pesquisa Nacional de Saúde. 2014e. Disponível em: <<http://www.pns.icict.fiocruz.br/>>. Acesso em 12-02-2016.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Marco de referência da vigilância alimentar e nutricional na atenção básica** / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. – Brasília : Ministério da Saúde, 56 p. 2015b.

_____. Ministério da Saúde. **Alimentos regionais brasileiros** / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. – 2. ed. – Brasília : Ministério da Saúde, 484 p. 2015c.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Marco de referência de educação alimentar e nutricional para as políticas públicas.** – Brasília, DF: MDS; Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, 68 p., 2012a.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Avaliação de políticas públicas: reflexões acadêmicas sobre o desenvolvimento social e o combate à fome**, v.4: Segurança alimentar e nutricional -- Brasília, DF: MDS; Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, 2014a. 230p.

_____. **Plano de ações estratégicas para o enfrentamento das doenças crônicas não transmissíveis (DCNT) no Brasil 2011-2022** / Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Análise de Situação de Saúde. – Brasília: Ministério da Saúde, 2011b. 160 p.

_____. **Plano Nacional de Pós-Graduação (2005- 2010)**. (2005). Brasília: MEC/CAPES.

_____. **Portaria Interministerial N° 1.010 De 8 De Maio De 2006**. Institui as diretrizes para a Promoção da Alimentação Saudável nas Escolas de educação infantil, fundamental e nível médio das redes públicas e privadas, em âmbito nacional. Brasília, Distrito Federal, 2006a.

_____. **Portaria N° 687, de 30 de março de 2006. Política Nacional de Promoção da Saúde (PNPS)**. 2006b.

_____. **Portaria N° 2.715, de 17 de novembro de 2011**. Atualiza a Política Nacional de Alimentação e Nutrição. Brasília, 2011c.

_____. **Resolução/CD/FNDE N ° 38, de 16 de julho de 2009**. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE. Brasília, Distrito Federal, 2009b.

_____. **Resolução CFN N° 465/2010**. Dispõe sobre as atribuições do Nutricionista, estabelece parâmetros numéricos mínimos de referência no âmbito do Programa de Alimentação Escolar (PAE) e dá outras providências. Brasília, Distrito Federal, 2010a.

_____. **Resolução CFN N°380/2005**. Dispõe sobre a definição das áreas de atuação do nutricionista e suas atribuições, estabelece parâmetros numéricos de referência, por área de atuação, e dá outras providências. Brasília, Distrito Federal, 2005.

_____. **Resolução n° 8, de 14 de maio de 2012**. Altera os valores per capita da educação infantil no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Brasília, Distrito Federal, 2012c.

BUB, Maria Bettina Camargo et al. A noção de cuidado de si mesmo e o conceito de autocuidado na enfermagem. **Texto contexto – enfermagem**, Florianópolis, v.15, n. 3, Jan. 2006. p.152-157.

CALASANS, Flávia Verônica Marques. **Desenvolvimento e aplicação de um protocolo para avaliação do programa nacional de alimentação escolar em âmbito municipal**. 2014. 225 f. Dissertação (Pós-Graduação em Alimentos, Nutrição e Saúde) - Escola de Nutrição, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2013.

CAREGNATO, Rita Catarina Aquino; MUTTI, Regina. Pesquisa Qualitativa: Análise De Discurso Versus Análise De Conteúdo. **Texto Contexto Enfermagem**, Florianópolis, v. 15, n. 4, p. 679-84, Out.-Dez. 2006.

CARVALHO, Daniela Gomes de. **O Programa Nacional de Alimentação Escolar e a sustentabilidade: o caso do Distrito Federal (2005-2008)**. 238 f. 2009. Dissertação (Mestrado de Desenvolvimento Sustentável) – Universidade de Brasília, Brasília. 2009.

Cascudo LC. **História da alimentação no Brasil**. 3a ed. São Paulo: Global; 2004.

CASTRO, Josué de. **Entrevista** A Gonçalves De Araújo, 1969.

_____. **Geografia da Fome**. 6° ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1959.

CAVALCANTI, Amanda da Fonseca; SILVA, Celiane Gomes Maia da; SILVA; Maria Zênia Tavares da. **Horta escola: contribuindo para hábitos alimentares saudáveis**. Eventos Universidade Federal Pernambuco, Recife, 2009. Disponível em: <<http://www.eventosufrpe.com.br/jepex2009/cd/resumos/r0077-2.pdf>>. Acesso em: 09-12-2016.

CECCIM, Ricardo Burg. A emergência da Educação e ensino na Saúde: Interseções e Intersetorialidades. **Revista Ciências e Saúde**, Porto Alegre, v. 1, n. 1, p. 9-23, jan./jun. 2008.

CHAVES, Lorena Gonçalves et al. Reflexões sobre a atuação do nutricionista no Programa Nacional de Alimentação Escolar no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, Brasília, v. 18, n. 4, p. 917-926, jan. 2013.

CHIZZOTTI, Antonio. A Pesquisa Qualitativa em Ciências Humanas e Sociais: Evolução e Desafios. Portugal. **Revista Portuguesa de Educação**, v. 16, n. 2, 2003.

CICOUREL A. V. **Method and Measurement in Sociology**, The Free Press, New York. 1964.

COELHO, Denise Eugenia Pereira; BÓGUS, Cláudia Maria. Vivências de plantar e comer: a horta escolar como prática educativa, sob a perspectiva dos educadores. **Saúde e Sociedade**. São Paulo, v.25, n.3, p.761-771, abr. 2016.

CONTERATO, Marcelo Antonio; SCHNEIDER, Sérgio, WAQUIL, Paulo Dabdab. Desenvolvimento rural no Estado do Rio Grande do Sul: uma análise multidimensional de suas desigualdades regionais. **Revista de Desenvolvimento Regional REDES**, Santa Cruz do Sul, v. 12, n. 2, p. 163 -195 mai./ago. 2007.

CORRÊA, Rafaela da Silveira. **Atuação do Nutricionista no Programa Nacional de Alimentação Escolar**. Centro Colaborador em Alimentação e Nutrição do Escolar – CECANE UFRGS, Encontro Técnico de Nutricionistas da Alimentação Escolar Aracajú – SE. 2014.

COSTA, Christiane Gasparini Araujo. **Segurança Alimentar e Nutricional: Significados e Apropriações**. 2008. 306 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) - Universidade de São Paulo. Faculdade de Saúde Pública, São Paulo. 2008.

COSTA, Humberto. Ministro da Saúde. SUS, uma rede de saúde e cidadania. In: O SUS no seu município: garantindo saúde para todos / [Ana Lucia Pereira et al.]. - Brasília: **Ministério da Saúde**, 2004. 40 p. Disponível em:

<http://sna.saude.gov.br/download/Cartilha%20Sus%20e%20os%20Municipios.pdf>. Acesso em: 27 nov. 2015.

CUNHA, Flavia Londres da. **Sementes da Paixão e as Políticas Públicas de Distribuição de Sementes na Paraíba**. 2013. 185 f. Dissertação (Mestre em Ciências) - Instituto de Florestas, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2013.

CURY, C. R. J. A gestão democrática na escola e o direito à educação. **Revista Brasileira de Apolítica e Admnistração da Educação (RBPAE)**. v. 23, n.3, p. 483-495. set./dez. 2007.

CZERESNIA, Dina. O conceito de saúde e a diferença entre prevenção e promoção. In: CZERESNIA, Dina; FREITAS, Carlos Machado (Org.) **Promoção da Saúde: Conceitos, reflexos, tendências**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2003.

DALMOLIN, Indiara Sartori et al. Dialogando com Freire no círculo de cultura: uma estratégia de promoção da saúde. **Revista de Enfermagem Universidade Federal de Pernambuco**, Recife, v. 10, n. 1, p. 185-90, jan. 2016.

DaMATTA, R. **O que faz o brasil, Brasil?** Rio de Janeiro: Rocco, 1986.

DAVANCO, Giovana Mochi. **Atitudes de Professores e Práticas de Escolares Expostos e não expostos a um Programa de Educação em Saúde- Projeto RRAMM**. 2003. 126 f. Dissertação (Mestrado)- Universidade Federal de São Paulo. Escola Paulista de Medicina. São Paulo. 2003.

DERAM, Sophie. **O peso das dietas: Emagreça de forma sustentável dizendo não às dietas**. 1 ed. São Paulo: Sensus, 2014.

DEWEY, John. **The Public and its Problems**. 12. ed. Ohio: Ohio University Press, 1991.

DIAS, Aurea De Oliveira. **A Gestão de Educação Alimentar e Nutricional em uma Escola da Rede Pública Estadual no Município de Feira de Santana – Bahia**. 2013. 161 f. Dissertação (Programa de Mestrado Profissional em Gestão e Tecnologia Aplicada à Educação) - Universidade do Estado da Bahia, Salvador. 2013.

DIAS, Reinaldo; MATOS, Fernanda. **Políticas Públicas – Princípios, Propósitos e Processos**. São Paulo: Atlas, 2012.

DINIZ, Airton Solla. **Saúde e Educação: Uma Relação Possível**. 2012. 37 f. (Monografia de especialização em Gestão em Saúde) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2012.

DYE, Thomas D. **Understanding Public Policy**. Englewood Cliffs, N.J.: Prentice-Hall. 1984.

ESPERANÇA, Leila Maria Biscolla; GALISA, Mônica Santiago. Programa de Educação Alimentar e Nutricional/ Diagnóstico, Objetivos, Conteúdos e Avaliação. In: GALISA, Mônica et al. **Educação Alimentar e Nutricional: da teoria à prática**. 1º ed. Vila Mariana, São Paulo: Roca, 2014. 240 p.

EPS EM MOVIMENTO. **Relação entre arte, saúde e educação**. 2014. Disponível em: <<http://eps.otics.org/material/entrada-textos/arquivos-em-pdf/relacao-entre-arte-saude-e-educacao/view>>. Acesso em: 09-01-2017.

FAGUNDES, Priscila Lélis Barbosa; MENDES, Ana Paula Carlos Cândido. **Exteriências em Educação Alimentar e Nutricional**. Universidade Federal de Juiz de Fora. 2014. 104 p.

FAO (Food and Agriculture Organization/ Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura) (a). **Achieving Zero Hunger: the critical role of investments in social protection and agriculture**. ROME, FAO; 2015.

_____. The State of Food Insecurity in the World 2015. **Meeting the 2015 international hunger targets: taking stock of uneven progress**. Rome, FAO. 2015b.

_____. **O Estado Da Segurança Alimentar E Nutricional No Brasil Um retrato multidimensional**. RELATÓRIO 2014. Brasília. 2014. Disponível em: <https://www.fao.org.br/download/SOFI_p.pdf>. Acesso em: 02-02-2016.

FEE. Fundação de Economia e Estatística. **Estado**. Disponível em: <<http://www.fee.rs.gov.br/perfil-socioeconomico/estado/>>. Acesso em: 01-01-2017.

FEE. Fundação de Economia e Estatística. **COREDE Médio Alto Uruguai**. Disponível em: <<http://www.fee.rs.gov.br/perfil-socioeconomico/coredes/detalhe/?corede=M%E9dio+Alto+Uruguai>>. Acesso em: 01-12-2016.

FERRACCIOLI, Patrícia Eliane; Silveira, Augusta da. A Influência Cultural Alimentar Sobre As Recordações Palatáveis Na Culinária Habitual Brasileira. **Revista de enfermagem da UERJ**, Rio de v. 18, n. 2, p.:198-203, Jan. 2010.

FERREIRA, Milena Cristina Sendão. **Ações da Vigilância Alimentar e Nutricional em Serviços de Atenção Básica à Saúde de Botucatu-SP e Municípios Pertencentes À DRS VI**. 2011. 102 f. Tese (Programa de PósGraduação em Alimentos e Nutrição) - Faculdade de Ciências Farmacêuticas, Universidade Estadual Paulista – UNESP, Araraquara. 2011.

FILHO, José Silveira; SILVEIRA, Sandro Rios; SILVEIRA, Alessandra Rios. **Alfabetização Científica na Horta Escolar**. Congresso Técnico Científico da Engenharia e da Agronomia CONTECC'2016, Foz de Iguaçu, p. 1-5, Ago. 2016.

FLICK, Uwe. In: BAKER, S. E; EDWARDS, R. **How many qualitative interviews is enough**. 2012. Disponível em: <http://eprints.ncrm.ac.uk/2273/4/how_many_interviews>. Acesso em 12-02-2016.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002.

FRANCO, Fernando Silveira. **Alimentação Sustentável: Do Mato Ao Prato**. SESC, São Paulo, 2014. Disponível em: <http://www.sescsp.org.br/online/artigo/7342_ALIMENTACAO+SUSTENTAVEL#/tagcloud=lista>. Acesso em 19-11-2016.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. 3°. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

_____. **Educação e mudança**. Coleção Educação e mudança vol.1.9ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1983.

_____. **Pedagogia da Autonomia, Saberes Necessários à Prática Educativa**. São Paulo: Paz e Terra. 15. ed. 2000a.

_____. **Pedagogia da indignação: cartas pedagógica e outros escritos**. São Paulo: Ed. da UNESP, 2000b.

_____. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 13. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

_____. **Pedagogia do oprimido**. 17ª. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra. 1987.

_____. **Política e Educação**. São Paulo: Cortez Editora, 7ª edição, 1993, 119 p.

FURLIN, Neiva. Teologia Feminista: uma voz que emerge nas margens do discurso teológico hegemônico. **Rever**, Ano. 11, n. 01, p. 139-164, 2011.

GABRIEL, Cristine Garcia et al. Regulamentação da comercialização de alimentos no ambiente escolar: análise dos dispositivos legais brasileiros que buscam a alimentação saudável. **Revista Instituto Adolfo Lutz**, São Paulo, v. 71, n. 1, p. 11-20, mar. 2012.

GADOTTI, Moacir. Gestão democrática com participação popular no planejamento e na organização da educação nacional. Conae. 2014. Disponível em: <<http://www.conae2014.mec.gov.br/artigos>>. Acesso em: 25 set. 2014

GANDRA, Y.R. Assistência alimentar por médio de centros de educação e alimentação do pré-escolar. **Boletín de la Oficina Sanitaria Panamericana**, v.74, p. 302-314, 2000.

GHEDIN, Evandro. A pesquisa como eixo interdisciplinar no estágio e a formação do professor pesquisador-reflexivo. **Olhar de Professor**, n. 7, v. 2, p.57-76, 2004.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas da pesquisa social**. São Paulo: 1987.

_____. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. São Paulo: Atlas, 1999.

GOUVÊA, E.L.C. **Nutrição, saúde e comunidade**. Rio de Janeiro, Revinter, 1999.

GROPPO, L. A. **Autogestão, universidade e movimento estudantil**. Campinas (SP): Autores Associados, 2006.

GUERRA, Leonor Bezerra. **Como as neurociências contribuem para a Educação Escolar?** Publicação da Fundação Guimarães Rosa, n. 4, v. 5, p:13-2. Out. 2010. Disponível em:<<http://www.fgr.org.br>>. Acesso em 27 de maio de 2016.

HARARI, A.; VALENTINI, W. (Org.). **A Reforma Psiquiátrica no cotidiano**. São Paulo: Hucitec, 2001.

HEIDEMANN, Ivonete Teresinha Schülter Buss; WOSNY, Antonio de Miranda; BOEHS, Astrid Eggert. Promoção da Saúde na Atenção Básica: estudo baseado no método de Paulo Freire. **Ciência & Saúde Coletiva**, Florianópolis, v. 19, n. 8, p. 3553-3559, set. 2014.

IBGE. **Censo Demográfico 2010 Resultados gerais da amostra**: Resultados gerais da amostra. Rio de Janeiro, abril, 2012. Disponível em: < <http://www.ibge.gov.br> >. Acesso em: 08-12-2016.

IBGE. **Tábua completa de mortalidade para o Brasil – 2015** Breve análise da evolução da mortalidade no Brasil. Rio de Janeiro 2016. Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Tabuas_Completas_de_Mortalidade/Tabuas_Completas_de_Mortalidade_2015/tabua_de_mortalidade_analise.pdf>. Acesso em: 12-12-2016.

IPEA. **Objetivos de Desenvolvimento do Milênio**. Relatório nacional de acompanhamento. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília, 2014.

JUNG, Carl Gustav. **O Desenvolvimento da Personalidade**. Vol. XVII Petrópolis: Vozes, 1998.

JUNIOR, Tadeu De Almeida Alves. **Agricultura Familiar E Alimentação Escolar: O PNAE No Sertão Central**. 2012. 108 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira) - Faculdade de Educação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza. 2012.

JUZWIAK, C.R. Era uma vez...Um olhar sobre o uso dos contos de fada como ferramenta de educação alimentar e nutricional. **Comunicação Saúde Educação**, v.17, n.45, p.473-84, abr./jun. 2013.

KOCK, Milena Maia; LEITE, Damaris Godoy. Educação Nutricional para Pré- Escolares: A Horta Escolar como Ferramenta de Ensino. **Revista Nutrir**, Centro de Ensino Superior dos Campos Gerais – CESCAGE, v. 1, n. 1, Jan – Jul / 2014.

KORNIJEZUK, Nádia Bandeira Sacenco. **Segurança alimentar e nutricional: uma questão de direito**. 2008. 116 f., il. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável)- Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

L'ABBATE, Solange. As Políticas de Alimentação e Nutrição no Brasil: Período de 1940-1964. **Revista de Nutrição**, v. 01, n. 2, p. 87-138, 1988.

LAMBERTUCCI, Antonio Roberto. A participação social no governo Lula. In: AVRITZER, Leonardo (org.). **Experiências nacionais de participação social**. São Paulo: Cortez, 2009.

LASWELLLaswell, H.D. **Politics: Who Gets What, When, How**. Cleveland, Meridian Books. 1936.

LE COADIC, Y.-F. **A Ciência da Informação**. Tradução de Maria Yeda F. S. de Figueiredo Gomes. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 1996.

_____. Princípios científicos que direcionam a ciência e a tecnologia da informação digital. **Transinformação**, Campinas, v. 16, n. 3, p. 205-213, set./ dez. 2004.

LIMA, Daniela Braga et al; Crescendo com saúde e nutrição: Aplicação do lúdico na educação nutricional. **Em extensão**, n8 p.59 – 67. 2009.

LIMA, E.S.; OLIVEIRA, C.S.; GOMES, M.C.R. Educação nutricional: da ignorância alimentar à representação social na pós graduação do Rio de Janeiro (1980-1998). **Hist., Ciênc., Saúde**, Mangueiras, v.10, n.2, p. 603-635, 2003.

LIMA, Romilda de Souza; NETO, José Ambrósio Ferreira; FARIAS, Rita de Cássia Pereira. Alimentação, comida e cultura: o exercício da comensalidade. **Demetra**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 3, p. 507-522, nov. 2015.

LOMPA, Marina Arnoldo. **O papel das hortas escolares na modificação do comportamento alimentar**. 2016. 24 f. Monografia (Graduação em Nutrição) – Faculdade de Medicina, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2016.

LOWEN, A. **Bioenergética**. 10ª ed. São Paulo: Summus, 1982.

LÜDKE, M., ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em Educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: E.P.U., 1986.

MARCONI. M. A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1999.

MARIOT, Márcia Dornelles Machado. **Implementação da Estratégia Amamenta e Alimenta Brasil no Município de Porto Alegre: Percepções o Tutor**. 2015. 70 f. Dissertação (Programa de Pós-graduação em Enfermagem) – Escola de Enfermagem, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2015.

MARINGONI, Gilberto. **A Revolução Venezuelana**. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

MORIN, Edgar. **Terra Pátria**. Tradução de Paulo Azevedo Neves da Silva. Porto Alegre: Sulina, 1995.

MEDEIROS, Alexsandro. **Políticas Públicas**. Consciência Política. 2013. Disponível em:< <http://www.portalconscienciapolitica.com.br/ci%C3%Aancia-politica/politicas-publicas/>>. Acesso em 01-01-2017.

MEDEIROS, Thatiane Muriel. **Segurança alimentar e nutricional: indicadores e gestão no rural de Gravataí, Rio Grande do Sul**. 2014. 179 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Ciências Econômicas, Porto Alegre. 2014.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**. São Paulo: Hucitec,1993.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O Desafio do Conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo, Rio de Janeiro: HUCITEC/ABRASCO, 1995.

MONTE, Cristina M. G. Desnutrição: um desafio secular à nutrição infantil. **Jornal de Pediatria**, v. 76, n. 3, p. 285- 297, Rio de Janeiro, 2000.

MURARO, Darcísio Natal. Relações entre a filosofia e a educação de John Dewey e de Paulo Freire. **Educação Real**. Porto Alegre, v. 38, n. 3, 2013.

MERLEAU-PONTY, M. **O primado da percepção e suas consequências filosóficas**. Campinas, SP: Papirus. 1990. 130 p.

NÓVOA, Antônio. **Pedagogia: A terceira margem do rio**. (universidade de Lisboa). Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo. 2011. P. 14-1.

ODEGARD, Peter H. **International Encyclopaedia of Social Sciences Macmillan**. New York, v. 4, p. 448-954. 1942.

OLIVEIRA, C. L. et al. Obesidade e Síndrome Metabólica na Infância e Adolescência. **Revista de Nutrição**. Campinas: n. 17, v. 02, p. 237-245, 2004.

OLIVEIRA, Luthyana Demarchi de; SPENGLER, Fabiana Marion. **A resolução 125 do CNJ como política pública de fortalecimento da cidadania no tratamento de conflitos**. In: COSTA, M.M.M; RODRIGUES, H.T. (org.) Direitos sociais e políticas públicas VIII. Curitiba: Multideia, 2012.

OLIVEIRA, Maria Marly. **Como fazer pesquisa qualitativa**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

OLIVEIRA, Maxwell Ferreira de. **Metodologia científica: um manual para a realização de pesquisas em Administração** / Catalão: UFG, 2011.

ONU Organização das Nações Unidas. **ONU: América Latina foi região que mais resgatou pessoas da fome nas últimas décadas**. 2015. Disponível em:< <http://nacoesunidas.org/fao-america-latina-foi-regiao-que-mais-resgatou-pessoas-da-fome-nas-ultimas-decadas/>>. Acesso em:29-09-2015.

PARO, Vitor Henrique. Participação da comunidade na gestão democrática da escola pública. In: PARO, Vitor Henrique. **Gestão democrática da escola pública**. São Paulo: Ática, 1997.

PARO, V. H. **Administração Escolar**. Introdução crítica. 13.ed. São Paulo: Cortez, 2005.

PEDUZZI, Marina. Equipe multiprofissional de saúde: conceito e tipologia. **Rev. Saúde Pública**. vol.35, n.1, pp. 103-109, 2001.

PENSO, Maria Aparecida et al. A relação entre saúde e escola: percepções dos profissionais que trabalham com adolescentes na atenção primária à saúde no Distrito Federal. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v.22, n.2, p.542-553, dez. 2013.

PEREIRA, Janara Pontes. **Especialização do uso de agrotóxicos por região de saúde no RS**. 2014. 212 f. Monografia (Bacharel em Geografia) Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2014.

PHILIPPI, S. T.; CRUZ, A. T. R.; COLUCCI, A. C. A. Pirâmide alimentar para crianças de dois a três anos. **Revista de Nutrição**, Campinas, v. 16, n. 1, p. 5-19, 2003.

PIM. **Primeira Infância Melhor**. Disponível em:<<http://www.pim.saude.rs.gov.br/v2/o-pim/o-que-e/>>. Acesso em: 12-12-2017.

PLOEG, Jan Douwe van der. **Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização**. Trad. Rita Pereira. Porto Alegre: UFRGS, 2008. 372 p.

PIMENTA; Carlos, ALVES, Cecília (orgs). **Políticas públicas & desenvolvimento regional** [online]. Campina Grande: EDUEPB, 2010. 211 p.

PINTO, Fernanda Cristina de Lima. **Segurança Alimentar e Nutricional: O Programa Bolsa Família na Realidade de um Município na Zona da Mata Pernambucana**. 2007. 245 f. Dissertação (Mestrado em Nutrição) – Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Ciências da Saúde. 2007.

POLIDORO, Andre Alexey; ROS, Marco Aurélio da; POLIDORO, Jacqueline Aedinet Pruner. Metodologia problematizadora na promoção à saúde: fichas e círculo de cultura. **Revista de Educação Popular**, Uberlândia, v. 15, n. 1, p. 79-90, jan./jun. 2016.

QUINTANILHA, Bruna Ceruti; SODRÉ, Francis; DALBELLO-ARAÚJO, Maristela. Movimento de Resistência no Sistema único de Saúde (SUS): a participação rizomática. **Interface** (Botucatu), v.17, n.46, p.515-22, jul./set. 2013.

QUINTAS, Carolina; BAN, Juliana K.; ALVES, Suzanne. Projeto: Implantação de uma horta em uma escola particular como ferramenta didático pedagógica. **Universidade de São Paulo**, São Paulo, p. 1-17, 2016. Disponível em: <file:///C:/Users/User/Downloads/Implanta%C3%A7%C3%A3o%20de%20uma%20horta%20em%20uma%20escola%20particular..._%20Carolina%20Quintas,%20Juliana%20Ban%20e%20Suzanne%20Alves.pdf>. Acesso em: 07-01-2017.

RAMOS, Flavia Pascoal ; SANTOS, Ligia Amparo da Silva; REIS Amélia Borba Costa. Educação alimentar e nutricional em escolares: uma revisão de literatura. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, n. 29, v. 11, p:2147-2161, Nov. 2013.

RANGEL, Mary. **Educação e saúde: uma relação humana, política e didática**. Educação, Porto Alegre, v. 32, n. 1, p. 59-64, jan./abr. 2009.

RAUPP, Fabiano Maury; BEUREN, Ilse Maria. Metodologia da pesquisa aplicável às ciências sociais. In. BEUREN, Ilse Maria. (Org). **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade**. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2006.

REA, Maria Ferreira. Substitutos do Leite Materno: Passado e presente. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v. 24, n. 06, p. 241-249, 1990.

RICARDI, Luciani Martins. **Educação Permanente em Alimentação e Nutrição na Estratégia Saúde da Família: Um Olhar Sobre Municípios Brasileiros de Grande Porte**.

2013. 111 f. Mestrado (Pós-Graduação em Ciências da Saúde) Universidade de Brasília, Brasília. 2013.

ROCHA, Eduardo Gonçalves. **Direito à Alimentação: Políticas Públicas de Segurança Alimentar e Nutricional sob uma Perspectiva Democrática e Constitucional.** 2008. 159 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Faculdade de Direito, Universidade de Brasília, Brasília.

RODRIGUES, Marta Maria Assumpção. **Políticas Públicas.** São Paulo: Publifolha, 2010.

RUSCHEL, Letícia Fialho et al. Insegurança alimentar e consumo alimentar inadequado em escolares da rede municipal de São Leopoldo, RS, Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, Porto Alegre, v. 21, n. 7, p. 2275-2285, ago. 2016.

SCHRAIBER, L. B. Pesquisa qualitativa em saúde: reflexões metodológicas do relato oral e produção de narrativas em estudo sobre a profissão médica. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v. 29, n. 1, p. 63-74, 1995.

SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento: incluyente, sustentável, sustentado.** Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

SAES, D. A. M. de. Democracia e capitalismo no Brasil: balanço e perspectivas. In: _____. **Republica de Capital: capitalismo e processo político no Brasil:** São Paulo: Boitempo, 2001.

SANTOS, Adriano Maia dos. ALVES, Thadeu Santos. Revisão Sistemática Sobre Educação Alimentar E Nutricional: Sujeitos, Saberes E Práticas Em Diferentes Cenários. **Revista de Saúde.Com**, v. 11, n. 4, p: 425-442. 2015.

SANTOS, Boa ventura de Sousa. **A Universidade do Século XXI: para uma Reforma democrática e emancipatória da Universidade.** 2. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

_____. **Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SANTOS, Lígia. Avanços e desdobramentos do marco de referência da educação alimentar e nutricional para políticas públicas no âmbito da universidade e para os aspectos culturais da alimentação. **Revista Nutrição**, vol.26, n.5, p. 595-600, 2013.

SANTOS, L.A.S. et al. O nutricionista no programa de alimentação escolar: avaliação de uma experiência de formação a partir de grupos focais. **Revista de Nutrição.** Campinas, v. 1, n. 25, p.107-117, 2012.

SARAÇOL, Valério.; DOLCI, Luciana Netto; PEREIRA, Vilmar Alves. Hermenêutica e Educação: um encontro com a pesquisa social. In: PEREIRA, Vilmar Alves; CLARO, Lisiane Costa. (Org.). **Epistemologia & Metodologia nas pesquisas em educação.** 1ed. Passo Fundo: Méritos, 2012, v. 1, p. 1-174.

SATTER, Ellyn. Eating Competence: definition and evidence for the Satter Eating Competence Model. **Journal of Nutrition Education and Behavior**, n. 39, p.:142-153. 2007.

SCARPARO, Ana Luiza Sander et al. Ações do Centro Colaborador em Alimentação e Nutrição do Escolar da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. **Revista do Hospital de Clínicas de Porto Alegre**, Porto Alegre, v. 30, n. 3, p. 302-305, set. 2010.

SCHNEIDER, Sergio. Situando o desenvolvimento rural no Brasil: o contexto e as questões em debate. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 30, n. 3, p. 511-531, July/Sept. 2010.

SCHNEIDER, Volker. Redes de políticas públicas e a condução de sociedades complexas. **Civitas**, v.5. n.1, 29-58. 2005.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SILVA, Ana Carolina Feldenheimer da. **Programa Saúde na Escola: Análise da Gestão Local, Ações de Alimentação e Nutrição e Estado Nutricional dos Escolares Brasileiros**. 2014. 139 f. Tese (Doutorado em Ciências) - Universidade de São Paulo. Faculdade de Saúde Pública. São Paulo. 2014.

SILVA, Elizabete Cristina Ribeiro; FONSECA, Alexandre Brasil. Abordagens Pedagógicas em Educação Alimentar e Nutricional em Escolas no Brasil. **VII Enpec Encontro Nacional de Pesquisa em Educação em Ciências**, Florianópolis, p. 12, nov. 2009.

SILVA, Lilian Ferreira Gomes da; SILVEIRA, Alexandre. Implantação de Espaços Educadores Sustentáveis: Estudo de Caso em Escola Pública. **Revista Monografias Ambientais –REMOA**, Santa Maria, v. 15, n.1, p.288-301, jan-abr. 2016.

SILVA, José Afonso da. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. 30.ed., revista e atualizada. São Paulo: Malheiros, 2008.

SILVA, Wilma Amâncio da; SILVA, Wellington Amâncio da; SANTO, Gervânia do Nascimento. A formação do professor e a educação alimentar nas séries iniciais. **Revista de Educação do Cogeime**, v. 24, n. 47, p.: 20-1. Jun. 2015.

SIQUEIRA, Renata Lopes de. **Análise do Perfil Técnico, Representativo do Potencial das Estratégias Inovadoras de Ensino e Aprendizagem no Desenvolvimento de Competências para a Participação Social no Contexto no Sistema Único de Saúde**. 2014. 199 f. Tese (Programa de Pós-graduação em Ciências da Nutrição) Universidade Federal de Viçosa, Viçosa. 2014.

SOARES, Panmela et al. Potencialidades e dificuldades para o abastecimento da alimentação escolar mediante a aquisição de alimentos da agricultura familiar em um município brasileiro. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 6, p.1891-1900, jan. 2015.

SOUSA, Emanuella Gracy Nunes Cadó. **Limites e possibilidades do programa nacional de alimentação escolar enquanto estratégia de promoção da segurança alimentar e nutricional no município de Macaíba/RN**. 2013. 99 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional; Cultura e Representações) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2013.

SOUSA, Maria Alda de. **O Ator Social na Sociologia Contemporânea de Bourdieu e Touraine.** Brasil Escola. 2007. Disponível em: <<http://meuartigo.brasilecola.com/sociologia/o-ator-social-na-sociologia-contemporanea-bourdieu-touraine.htm>>. Acesso em 12-08-2014.

SOUZA, Celina. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, N.16, p.20-4. Dez. 2006.

SOUZA, Maria Isabele Duarte de. **10 ANOS DE SUAS: NA BUSCA PELOS DIREITOS DE CIDADANIA.** 4º Encontro Internacional de Política Social 11º Encontro Nacional de Política Social. Vitória. Jun. 2016. Disponível em:< file:///C:/Users/User/Downloads/12889-35167-1-PB.pdf>. Acesso em 12-12-2016.

SOUZA, Nathália Paula de. **Avaliação das Ações de Saúde e Nutrição na Perspectiva do Programa Saúde na Escola.** 2012. 127 f. Dissertação (Mestrado em Nutrição) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife. 2012.

SPERANDIO, Ana Maria Girotti; FILHO, Lauro Luiz Francisco; MATTOS, Thiago Pedrosa. Política de promoção da saúde e planejamento urbano: articulações para o desenvolvimento da cidade saudável. **Ciência & Saúde Coletiva**, Campinas, v. 21, n. 6, p.1931-1937, abr. 2016.

STURION, Gilma Lucazechi. **Programa de alimentação escolar: avaliação do desempenho em dez municípios brasileiros.** 2002. 134 f. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual de Campinas . Faculdade de Engenharia de Alimentos, Campinas. 2002.

TAGLIETTI, Roberta Lamonatto; TEO, Carla Rosane Paz Arruda. Percepções de mães adolescentes sobre a formação do hábito alimentar de seus filhos. **Adolescência e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 3, p. 52-59, jul/set. 2016.

TOMAZETTI, Bárbara Maldonado, et al. Proposta De Educação Nutricional Numa Escola Municipal De Ensino Fundamental – Santa Maria, RS. **IV Seminário de Nutrição da UNIFRA.** 2012.

TOURAINÉ, Alain. **Pensar outramente: o discurso interpretativo dominante.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução a pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação.** São Paulo: Atlas, 1987. 175p.

UFRGS, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. **Educação alimentar: lançados espaço virtual e Marco de Referência.** Rede gente SAN. 2012. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/redesan/educacao-alimentar-lancados-espaco-virtual-e-marco-de-referencia>>. Acesso em: 12-01-2015.

UNIFESP. **SIM –PNAE.** Disponível em: <<http://www.unifesp.br/campus/san7/sim-pnae>>. Acesso em: 02-01-2017.

VASCONCELOS, Ana Claudia Cavalcanti Peixoto de. **Práticas educativas em segurança alimentar e nutricional: a experiência da estratégia saúde da família em João Pessoa,**

PB. 2013. 281 f. Tese (Saúde Pública) - Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Rio de Janeiro, 2013.

VEIROS, Marcela Boros. **Análise das Condições de Trabalho do Nutricionista na Atuação como Promotor de Saúde em uma Unidade de Alimentação e Nutrição.** 2002. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção/Ergonomia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. 2002.

VERGARA, Sylvia. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração.** 3. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

VIEIRA, Evaldo. A política e as bases do direito educacional. **Caderno CEDES**, Campinas, vol.21, n.55, p. 9-29, 2001.

VILLAS-BÔAS, Maria Elisa. Justiça distributiva, critérios de alocação de recursos escassos em saúde e suas críticas. **Revista Redbioética/UNESCO**, v. 1, n. 2, p. 73-84, 2010.

WEYH, Cênio Back. Participação. TRECK, D. R.; REDIN, E.; ZITKOSKI, J. J. (Orgs.). **Dicionário Paulo Freire.** 2. ed. rev. e ampl. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010. 439 p.

WEYH, GERHARDT, SOUZA. **Cooperativismo e Educação Popular** IN Educação popular e políticas públicas: reflexões a partir de diferentes lugares e olhares / organizadores Paulo Alfredo Schönardie, Líria Angela Andrioli, Walter Frantz – Ijuí: Ed. Unijuí, 2016

WU, Xun. et al. **Guia de políticas públicas: gerenciando processos.** Brasília: Enap, 2014. 160 p.

APÊNDICES

APÊNDICE A



TERMO DE CONSENTIMENTO PARA REALIZAÇÃO DE PESQUISA

Eu _____ Secretária de Educação do município _____ RS, estou ciente e concordo em autorizar a pesquisadora Taís Fátima Soder, mestranda do Programa de Pós graduação *Strictu Sensu* em Educação da URI – Campus de Frederico Westphalen, a desenvolver a pesquisa intitulada **O Processo de Gestão da Educação Alimentar e Nutricional em Contexto Escolar**, no meu município.

O presente projeto de pesquisa tem como objetivo geral **investigar as potencialidades e limites da Educação Alimentar e Nutricional na perspectiva da gestão em âmbito escolar enquanto estratégia promotora da saúde, no contexto das atuais políticas públicas**

Para o desenvolvimento do projeto autorizo a pesquisadora a entrevistar nutricionistas responsável técnico pela merenda escolar e secretário(a) municipal da Educação deste município.

Informo que tive conhecimento e recebi cópia do projeto de pesquisa e Termo de Consentimento Livre e Esclarecido que será aplicado aos participantes da pesquisa.

_____, ____ de _____ de 2016.

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

TAÍS FÁTIMA SODER
Pesquisadora
Mestranda em Educação
URI – Campus de Frederico Westphalen
E-mail: soder@uri.com.br Telefone: (55) 9937-4806

APÊNDICE B



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

O PROCESSO DE GESTÃO DA EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL EM CONTEXTO ESCOLAR.

Informações para o(a) participante voluntário(a):

Você está convidado(a) a participar, **voluntariamente**, da entrevista da pesquisa intitulada: **O Processo de Gestão da Educação Alimentar e Nutricional em Contexto Escolar**. Tem por objetivo investigar as potencialidades e limites da Educação Alimentar e Nutricional na perspectiva da gestão em âmbito escolar enquanto estratégia promotora da saúde, no contexto das atuais políticas públicas. Sua participação é voluntária e dar-se-á por meio do aceite em participar do estudo, para o qual você receberá um convite via e-mail e ou contato telefônico. Esta pesquisa está sendo realizada para se obter a compreensão da relevância do tema na região do Alto Uruguai, e quais ações são necessárias para fortalecer a Educação Alimentar e Nutricional em âmbito escolar na região, bem como conhecer seus limites, contribuindo para a promoção da saúde e qualidade de vida dos indivíduos residentes na região.

As informações obtidas serão analisadas em conjunto com as de outros participantes não sendo divulgada a identificação de nenhum participante. Dessa forma será garantido a confidencialidade dos participantes. Os instrumentos serão guardados pela pesquisadora por cinco anos e após serão insinerados. As informações fornecidas por você serão utilizadas apenas para elaboração da pesquisa. A sua participação no estudo é voluntária, não envolvendo qualquer tipo de custou ou remuneração.

A beneficência/não maleficência – Busca trazer benefícios aos envolvidos na pesquisa, de forma a valorizar seus conhecimentos e saberes. Os Benefícios do estudo desta forma, estão relacionados a produção do conhecimento em Educação e Saúde e o fortalecimento da Educação Alimentar e Nutricional na região, buscando contribuir para o incentivo a promoção da saúde e hábitos de vida saudáveis . Espera-se que os resultados da pesquisa possam demonstrar a perspectiva da educação alimentar e nutricional mostrando a realidade vivencial

e interpretação dos pesquisados, facilitando o dialogo entre os mesmos e possibilitando intervenções que auxiliem no processo do fazer educação alimentar e nutricional, beneficiando não exclusivamente os sujeitos mas também toda a comunidade. Os riscos estão relacionados ao tempo que será dedicado a entrevista, e ainda a fadiga ou stress que o mesmo possa causar. Estima-se que o tempo de realização da entrevista varie de 15 a 30 minutos.

Em caso de dúvidas, poderei contatar a mestranda/pesquisadora Taís Fátima Soder pelo fone (55) 99374806 ou (55) 3744-9293. O Comitê de Ética em Pesquisa poderá ser contatado para esclarecimento de dúvidas, através do telefone 3744 9200, ramal 306, das 08h às 11h30min.

O anonimato dos sujeitos será mantido em sigilo, sendo que para isso os mesmos serão codificados em N-RT (Nutricionista- Responsável Técnica) e GE (Gestor escolar). Os gastos desta pesquisa são de responsabilidade do pesquisador.

A sua participação é totalmente voluntária e a não participação ou desistência após ingressar na pesquisa não implicará em nenhum tipo de prejuízo

Frederico Westphalen, ____ de _____ de 2016.

TAÍS FÁTIMA SODER
Mestranda em Educação
URI – Campus de Frederico Westphalen

CÊNIO BACK WEYH
Professor orientador da pesquisa
URI – Campus de Frederico Westphalen

APÊNDICE C



CONVITE

Prezado (a) Sr(a).

Venho por meio deste, convidá-lo para participar como voluntário (a) de uma pesquisa intitulada: **O Processo de Gestão da Educação Alimentar e Nutricional em Contexto Escolar**. Tem por objetivo investigar as potencialidades e limites da Educação Alimentar e Nutricional na perspectiva da gestão em âmbito escolar enquanto estratégia promotora da saúde, no contexto das atuais políticas públicas. Sua participação é voluntária e dar-se-á por meio de entrevista. Saliento que se aceitares participar do estudo, a pesquisadora será a responsável por deslocar-se para seu local de trabalho.

Os Benefícios do estudo estão relacionados a produção do conhecimento em Educação e Saúde bem como o fortalecimento da Educação Alimentar e Nutricional na região, buscando contribuir para o incentivo a promoção da saúde e hábitos de vida saudáveis. Os riscos estão relacionados ao tempo que será dedicado a entrevista. Espera-se que os resultados da pesquisa possam demonstrar a perspectiva da educação alimentar e nutricional mostrando a realidade vivencial e interpretação dos pesquisados, facilitando o dialogo entre os mesmos e possibilitando intervenções que auxiliem no processo do fazer educação alimentar e nutricional, beneficiando não exclusivamente os sujeitos mas também toda a comunidade. Os riscos estão relacionados ao tempo que será dedicado a entrevista, e ainda a fadiga ou stress que o mesmo possa causar.

Assim sendo, coloco-me à disposição para prestar-lhes mais esclarecimentos.
Desde já agradeço sua compreensão.
Atenciosamente,

TAÍS FÁTIMA SODER
Mestranda em Educação
URI – Campus de Frederico Westphalen

CÊNIO BACK WEYH
Professor orientador da pesquisa
URI – Campus de Frederico Westphalen

APÊNDICE D



ROTEIRO DE ENTREVISTA

Idade: Sexo:

Função: Nutricionista RT () Secretário Municipal de Educação ()

Escolaridade: Ensino Fundamental () Ensino Médio () Superior completo ()
Especialização () Mestrado () Doutorado ()

Qual o período que o(a) Senhor(a) atua nessa função no município?

Considerando Educação Alimentar e Nutricional como sendo um campo de conhecimento e de prática contínua e permanente, transdisciplinar, intersetorial e multiprofissional que visa promover a prática autônoma e voluntária de hábitos alimentares saudáveis:

1-Como você percebe as ações de Educação Alimentar e Nutricional na escola?

2- Em sua opinião, o que poderia ser feito em termos de Educação Alimentar e Nutricional no ambiente escolar?

3- Quais as potencialidades e contribuições da Educação Alimentar e Nutricional em âmbito escolar?

4-Qual a relação existente entre os setores da educação e da saúde a partir das políticas de Educação Alimentar e Nutricional?

5- Quais os desafios e limites encontrados para a efetivação das ações de Educação Alimentar e Nutricional?

6-De que forma a Educação Alimentar e Nutricional pode se fortalecer através de políticas públicas?

7-Para você quais os objetivos sociais da Educação Alimentar e Nutricional?

8- Quantas escolas existem em seu município? Quantas municipais? Quantas estaduais?

9- Quem coordena as ações de Educação Alimentar e Nutricional desenvolvidas nas escolas e creches?

() Nutricionista RT; () Diretor da escola ou creche; () Coordenador pedagógico;

() Professor(a) da Turma; () Outros; () Não se aplica.

APÊNDICE E

Quadro 5: Dados sociais, demográficos e econômicos dos locais estudados:

| | ANO BASE | Jaboticaba | Pinhal | Erval seco | Frederico Westphalen | Caiçara | Vicente Dutra |
|--|---------------------|-------------------|---------------|-------------------|---------------------------------|----------------|--------------------------|
| População total (Habitantes) | 2015 | 3.972 | 2.601 | 7.714 | 30.800 | 4.7738 | 5.052 |
| Área territorial (Km²) | 2015 | 128,1 | 68,2 | 363,9 | 265 | 189,2 | 193,1 |
| Densidade demográfica (hab/Km²) | 2013 | 31,6 | 37,3 | 21,1 | 110,6 | 26,6 | 26,8 |
| Taxa de analfabetismo de pessoas com 15 anos ou mais (%) | 2010 | 12,16 | 9,34 | 11,64 | 4,64 | 7,59 | 10,97 |
| Expectativa de vida ao nascer (anos) | 2010 | 74,2 | 76,12 | 74,28 | 75,76 | 74 | 73,52 |
| Coefficiente de Mortalidade Infantil (Por mil nascidos vivos) | 2013 | 30,3 | 26,32 | 0,00 | 18,18 | 26,32 | 20,00 |
| PIB (R\$ mil) | 2013 | 75.341 | 60.476 | 194.176 | 871.309 | 88.824 | 80.214 |
| PIB per capita (R\$) | 2013 | 18.215,8 | 23.206,38 | 24.786,3 | 28.653,01 | 17.331,61 | 15.238,18 |
| Data de criação do município (ano) | - | 30-11-1987 | 29-04-1988 | 20-12-1963 | 15-12-1954 | 19-10-1965 | 17-09-1965 |
| IDH-M | 2010 | 0,658 | 0,720 | 0,685 | 0,760 | 0,699 | 0,638 |
| Classificação | - | Médio | Alto | Médio | Alto | Médio | Médio |

| | | | | | | | |
|------------------------|------|------------|------------|------------|------------|------------|-------------|
| Posição | - | 443 | 234 | 371 | 66** | 314 | 475** |
| IDH-Renda | 2010 | 0,636 | 0,701 | 0,666 | 0,754 | 0,721 | 0,656 |
| Classificação | - | Médio | Alto | Médio | Alto | Alto | Médio |
| IDH-Longevidade | 2010 | 0,820 | 0,852 | 0,821 | 0,846 | 0,817 | 0,809 |
| Classificação | - | Muito Alto |
| IDH-Educação | 2010 | 0,547 | 0,624 | 0,589 | 0,688 | 0,580 | 0,489 |
| Classificação | - | Baixo | Médio | Baixo | Médio | Baixo | Muito Baixo |

*Pior posição no Ranking Estadual;

**Melhor posição no Ranking Estadual;

Elaborado através de dados da COREDE, 2016; ATLAS DE DESENVOLVIMENTO HUMANO, 2013.

Fonte: SODER, 2017.

APÊNDICE F

Descrição das Entrevistas:

Quadro 6: Características dos sujeitos da pesquisa quanto a idade, sexo, escolaridade e período de atuação profissional na respectiva profissão:

| MUNICÍPIO | FUNÇÃO: | IDADE : | SEXO: | ESCOLARIDADE: | PERÍODO DE ATUAÇÃO NA FUNÇÃO |
|------------------|------------------------|--------------------------|--------------|-----------------------------|---|
| 1 | Nutricionista RT | 22 | Feminino | Especialização em andamento | 1 ano e 2 meses |
| 1 | Secretário de Educação | 39 | Masculino | Superior | 2 anos |
| 2 | Nutricionista RT | 24 | Feminino | Especialização | 2anos e meio |
| 2 | Secretária da Educação | 46 | Feminino | Especialização | 3 anos e meio |
| 3 | Nutricionista RT | 31 | Feminino | Especialização em andamento | 4 anos e 6 meses |
| 3 | Secretária da Educação | 53 | Feminino | Especialização | 3 anos e 6 meses, durante esta gestão. |
| 4 | Nutricionista RT | 36 | Feminino | Mestrado | 4 anos |
| 4 | Secretária da Educação | 47 | Feminino | Especialização | 4 anos |
| 5 | Nutricionista RT | 22 | Feminino | Especialização em andamento | 4 meses |
| 5 | Secretária da Educação | 57 | Feminino | Especialização | 3 anos e 6 meses |
| 6 | Nutricionista RT | 33 | Feminino | Mestrado | 7 anos, mas já tinha atuado com alimentação escolar particular a um ano mais ou menos em outro município. |
| 6 | Secretária da Educação | 53 | Feminino | Especialização | 3 anos de professora mas 4 anos na secretaria |

Fonte: SODER, 2017.

Quadro 7: Percepções sobre as ações de EAN na escola

| 1-Como você percebe as ações de EAN na escola? | |
|---|--|
| SUJEITO | RELATO |
| N1 | É uma prática importante para a promoção e desenvolvimento de conhecimentos dos atos alimentares saudáveis desses alunos, dessas crianças e para que eles aprendam e reflitam sobre a alimentação adequada. Isso é ótimo né, que aconteça! |
| S1 | A preocupação do município, que é preocupação nossa, é de buscar essas crianças... as doenças, obesidade, essa parte: Nós temos duas nutricionistas, uma do posto de saúde e uma da educação né. A parte da educação ela trabalha junto com o pessoal lá na educação fazendo a parte da alimentação das crianças. E a parte do PSE a gente busca as crianças na sala de aula e traz para as consultas no posto de saúde. Mas a preocupação mesmo nossa é com a família mesmo, em casa: -Como que é a alimentação? Há uma alimentação adequada para essas crianças? Aqui a gente tenta dar uma alimentação para elas, adequada, tudo certinho, mas e em casa? Então o que hoje tá faltando para o município é buscar essas famílias, a busca das famílias junto com as crianças nas escolas pra passar essa alimentação adequada né! Uma alimentação tanto para a família como para a criança. Essa é nossa principal preocupação hoje. |
| N2 | Então a EAN ela é um conjunto de ações que repercutem na melhora do estado nutricional, na melhora dos hábitos alimentares a curto prazo, e também a longo prazo. A gente tem observado que existe uma preocupação muito grande na forma como as crianças estão se alimentando, como os adolescentes, os adultos. Então eu acho que as atividades de EAN elas estão sendo muito bem vistas nas escolas. E a escola é um campo muito fértil, porque ela é imprescindível na realização de EAN, porque ela engloba toda uma comunidade escolar. Então numa atividade de EAN pode envolver as crianças, os adolescentes, os pais, os professores, a direção, os outros familiares. A gente vê que quando é feito uma atividade de EAN isso repercute também na família, em casa. A instituição é um campo muito bom para ser trabalhado porque a gente tem uma coletividade. Não é um trabalho individual, é um trabalho bem coletivo! E que a gente percebe que é bem efetivo, quando se trabalha com coletividades. Penso que a EAN deve se preocupar com as representações sobre o ato de comer e a comida também. Por isso o trabalho com coletividades é eficiente, porque a alimentação é um ato social. Se preocupar, buscar e trabalhar com os conhecimentos, com as atitudes e valores da alimentação para a saúde, buscando sempre a autonomia do indivíduo. Eu tenho realizado bastantes atividades além da Escola: Que nem na educação infantil a gente trabalha muito com os sentidos com o paladar, de eles prepararem; essas atividades culinárias que eles mesmos fazem; fazem os preparos. Por exemplo, tinham algumas crianças que não estavam consumindo o abacate, que é um alimento regional e que vem da nossa agricultura familiar, e que tem uma porcentagem de 30 % que a gente tem que atingir com a agricultura, mas teve o abacate que não teve tanta aceitação. Então a gente fez um trabalhinho com eles, prático, culinário, que eles mesmos fizeram a batida de abacate, e a gente vê que tem adesão depois, o que foi pra mim uma atividade bem legal. Outra atividade é que numa outra escola de educação infantil onde não estavam comendo bolo de legumes, que na verdade eles não estão com o paladar bem formado para todos os legumes, então a gente foi lá, eles fizeram os bolinhos de legumes. A gente trabalha com o sentido, do |

| | |
|----|--|
| | <p>cheiro, do comer, para sentir o gosto do cheiro dos alimentos, todos com as toquinhas, e eles ajudaram as merendeiras a fazer o bolo salgado, e a gente utilizou os cupcakes. Então foi um trabalho muito lindo, que na verdade tem um retorno muito satisfatório. A gente vê que tem um... muito grande, só que a criança é muito do visual, da boa aparência, então eles cuidam muito disso, então a gente consegue trabalhar e vê a continuidade até mesmo pelas próprias merendeiras. Elas trabalham com historinhas assim aí porque o Bolo de cenoura do coelho, o brócolis é a arvorezinha. Então elas mesmas estão dando continuidade a esse meu trabalho, que é bem legal. No ensino fundamental a gente trabalha muito com palestras, com conversas. Agora também eu ... a uma escola que teve porcentagens mais altas de excesso de peso, então eu estou organizando um grupo de apoio, então eu vou trabalhar mensalmente com esses alunos com excesso de peso, que serão atividades de EAN, então vai ter encontros mensais e a gente vai estabelecendo metas para eles, palestras enfim outras atividades, filmes assim sabe, que chocam bastante eles, a forma de produção dos alimentos, que acaba que eles observam também. Eu trabalho muito com a rotulagem dos alimentos, do ensino fundamental porque é algo que está inserido na realidade deles, e que é importante a gente pegar esse gancho da realidade que eles estão inseridos porque as atividades elas são bem mais efetivas. E também agora a gente teve assim, agora não, a gente sempre faz a parceria com a EMATER, então eu realizo capacitações com as merendeiras, com os agricultores, e daí agora a gente tem o evento do troca troca de sementes, na verdade é a Terceira Amostra de Agro biodiversidade em Movimento, promovido também pela EMATER em parceria com outras secretarias, e nós tínhamos uma exposição de algumas coisas para fazer, e eu acabei de dar a ideia de nos fazermos um sistema digestório lúdico que foi muito interessante. Eu vi uma imagem de uma ideia, mas bem mais simples em outro município, e daí eu pensei em trazer nesta amostra. Então a gente está montando agora, é para amanhã, é na verdade vai ser muito interessante, nos vamos fazer, eu consegui até uns arcos bem gigantes, de uma outra, de um natal que tinha aqui no município, então tudo coisas recicláveis, tudo coisas que a gente pode utilizar, adaptando. Por isso que eu digo que quando a gente quer, a gente dá um jeito, mesmo que seja com coisas que a gente já tenha. Então ocupei esses arcos que estavam ali, jogados praticamente fora, papelão, plásticos, EVA que já não estavam mais ocupando e tal, então tudo coisas que nos tínhamos aqui e que fomos buscar, caixa de leite, caixa de ovos, então tudo isso vai ser utilizado nessa atividade, e daí nos vamos fazer gigante, já estamos fazendo, e daí acaba que as pessoas, crianças, agricultores, vai ter as escolas também envolvidas, vão poder participar. Daí elas entram como se fosse um túnel e daí tem as paradas, onde vai ser explicado né por nós como que acontece a digestão dos alimentos. Vão poder vivenciar isso. Daí cada parada, que nem tem a boca, onde já começa a digestão dos carboidratos, do amido, daí depois do estômago, do intestino, do intestino delgado. Vai ser bem satisfatório. Deu uma trabalhadeira, mas vai ser bem legal a atividade, vamos lá.</p> |
| S2 | <p>Trabalhei quatro anos na merenda escolar. Eu acho assim, que as ações de EAN vem para contribuir muito, como o trabalho das serventes de escolas, das merendeiras que estão atuando lá. Que os alunos também eles são bem mais orientados a Educação Alimentar. Eu acho que a nutrição ela veio para contribuir muito, e é desde pequeno que tu torna o hábito alimentar da criança muito melhor para a vida inteira, é desde criança realmente. Porque você não pode trocar o hábito alimentar de um adulto, é difícil, enquanto da criança você pode estimular mais.</p> |

| | |
|-----------|---|
| N3 | Percebo como muito importante porque eles passam muito tempo na escola, e nas escolas de educação infantil. Então é ali que eles começam a conhecer muitas vezes os alimentos, eles criam os hábitos alimentares deles. Então eu acho que ter uma boa educação nutricional e alimentar na escola, é a base da alimentação da criança para o futuro, sendo muito importante e muito válido essa Educação Nutricional que é feita nas escolas. Seriam qualquer tipo de atividade, até trabalhado em sala de aula. A gente não tem um currículo escolar, a gente não tem uma disciplina no currículo escolar sobre a alimentação saudável, mas tem as professoras de ciências e coisa e tal, que trabalham essa parte. Então é válido! A parte que a gente faz e que os acadêmicos de Nutrição também fazem, que é a parte mais lúdica. Com as crianças é a parte mais lúdica. Mas essa parte ali também é muito importante, de tu trabalhar direto explicando, mostrando, porque eles são muito visuais também. Então você tem que mostrar, tu tem que explicar assim. Mas... é bem válida! O próprio cardápio também atua como uma EAN. Eles aprendem, vendo as refeições na escola, como é. Muitas crianças recebem alimentação complementar pela primeira vez aqui, né. Porque na creche tem crianças com quatro meses que entram. Então é importante. |
| S3 | Bem! Assim: na nossa secretaria temos a nutricionista que organiza ações para o incentivo aos hábitos saudáveis, mas se envolve também muito com os cardápios para as escolas, ela que acompanha a aplicação destes cardápios, tanto no fundamental, anos iniciais e finais e na educação infantil. E eles são cardápios de acordo com a nossa realidade, com os gostos também, que tem a questão da aceitabilidade, dos pratos oferecidos, e dentro dos valores nutricionais que regem as normas da nutrição. |
| N4 | Assim, eu acho que toda a educação, toda a ação que é feita, ela forma atores. Porque é feito um trabalho dentro da escola. Esse trabalho reflete dentro da casa das famílias também. Porque assim, tu tens hábito saudável com uma alimentação escolar saudável, automaticamente se ele vai para casa e ele cobra de uma certa forma dos pais também hábitos saudáveis. Eu acho que as ações de EAN ela forma muito atores para estar fazendo este desenvolvimento de ações, de atores de alimentação saudável. E a gente tem as merendeiras, que sempre trabalham, que nem na pré escola, que eles fazem filas para receber a merenda. Então assim às vezes o aluno não quer, normalmente a gente tem duas saladas por alimentação salgada. Às vezes o aluno diz que não quer, mas a merendeira incentiva: -Ah! Come um pouquinho, tenta experimentar. De repente você pode gostar! Entende, o que a gente percebe que o aluno come se o coleguinha come... Até tem muitos relatos de mães que dizem: - meu filho em casa não come de jeito nenhum tal preparação! Mas na escola às vezes ele come. Às vezes até a mãe vem e pergunta o que colocam naquela merenda que o aluno come na escola e não come em casa. O que a gente percebe as vezes que o coleguinha, ele tem um coleguinha mais chegado, às vezes o coleguinha come. Para ele se enquadrar no contexto da turma ele acaba comendo a comida. Até nos tivemos uma experiência bastante... ali na creche, porque temos recente a creche. Tinha criança que não tomava mamadeira (leite). Viu o coleguinha tomar, começaram a mamar o que eles não faziam em casa. E a mãe teve que comprar mamadeira e trazer para a escola. Pra tu vê que é aquela socialização. |
| S4 | Em nossas escolas municipais a gente não tem o tal do barzinho, cantina. Nós temos só a merenda mesmo que a escola fornece, não trazem nem de casa, então reflete também ali as ações que são trabalhadas na escola e no cardápio. Então, ali fica uma coisa bem saudável. Por exemplo, tem creches de alguns municípios que permitem que os menores levem comida, mas aqui a gente prioriza |

| | |
|-----------|--|
| | <p>ter uma alimentação saudável. Até a gente vê quando o cardápio não tem muita aceitabilidade, tentamos trocar ou fornecer aquele alimento de uma outra forma. Mas mesmo não dando certo daí retiramos, sempre para incentivar que o aluno se alimente saudável. E a gente até tenta trabalhar com eles, as merendeiras também nas escolas, as <i>profes.</i> o incentivo principalmente com os pequeninhos, comam as saladas, os vegetais. O incentivo para eles comer sempre, e eles estão comendo até agora sempre na refeição. E em casa às vezes eles não tem isso, não comem muitos destes alimentos em casa.</p> |
| N5 | <p>No município, existem algumas aplicações e projetos de educação nutricional e alimentação saudável dentro da escola. E podemos sentir por parte das professoras e diretoras grande preocupação com o tema quando solicitam a participação do nutricionista nestes projetos.</p> |
| S5 | <p>Percebo como importantes e necessárias. Porque as crianças precisam se alimentar de forma adequada. Elas estão na fase de crescimento! É preciso comer uma quantidade de proteína, de vitaminas, de ferro, cálcio. Não só isso como incentivar os alimentos naturais, menos industrializados. É preciso abrir os olhos das crianças e adolescentes a esse respeito. Porque se daí quiserem comer bobagens, estão tendo consciência disso. E também é para prevenir muitas das doenças que tem ligação com a alimentação exagerada, sem limites e inadequada.</p> |
| N6 | <p>Eu acho que sempre pode melhorar. Assim, dentro do projeto pedagógico da escola já tem atividades, a roda da fruta, eu sempre quando a gente chega na escola e pergunta as professoras já trabalharam, a pirâmide dos alimentos, a gente está sempre incentivando, né! Sempre que solicitam a gente vai lá e trabalha com os alunos, já fiz atividades dentro das turmas, projetos com as acadêmicas, mas sempre pode estar melhorando. Eu acho que é algo, que a gente tá na prática visualizando, acompanha toda a semana a entrega da merenda, né. E aí, a gente visualiza alguns pontos que daqui a pouco a gente trabalha dentro da, principalmente das escolas de educação infantil. Hoje eu até estava comentando a respeito, que o município entra com uma contrapartida bem importante, para que a gente possa ofertar essa variedade de alimentos. Então a gente acaba trabalhando em cima disso também. E o nosso foco maior agora são as merendeiras que a gente tá..., todo o ano tem a capacitação grande, e agente faz alguma..., essa interação entre municípios também, para trocar saberes, enfim, sendo foco a merendeira a gente consegue trabalhar outros pontos não só crianças. Capacita a merendeira também para trabalhar essa parte de da educação alimentar. E sempre, na verdade nosso trabalho é o incentivo com aluno também, com o consumo dos alimentos. A gente acaba cobrando também: - Coloca, incentiva, faz com que a professora incentive também. Só para complementar a troca de... a capacitação ocorre neste municípios. Vai ser o segundo ano. Município [nome] e Município [nome].</p> |
| S6 | <p>Na verdade já ter a nutricionista na educação dois dias por semana fazendo tudo isso para nos é bom, porque na verdade assim a gente procura sempre oferecer uma alimentação de qualidade, balanceada né, com todas as vitaminas e proteínas e sempre que é possível em incrementar uma coisa diferente nos temos a nutricionista aqui que nos auxilia. E a gente sempre busca incrementar uma merenda diferente todos os dias, para não ficar monótono. (merendeiras) Essa troca de experiências entre as meninas que trabalham né, sempre tem alguém que pode acrescentar alguma coisa né. E sem contar no convívio, a troca de experiências do trabalho, de como elas preparam, e não só assim, é uma troca de amizades também, né. Que com certeza entre elas depois elas vão</p> |

| | |
|--|--------------------------------------|
| | conversando. É válido, muito válido. |
|--|--------------------------------------|

Fonte: SODER, 2017.

Quadro 8: Percepções sobre o que poderia ser feito em termos de EAN no ambiente escolar

| 2- Em sua opinião, o que poderia ser feito em termos de EAN no ambiente escolar? | |
|---|--|
| SUJEITO | RELATO |
| N1 | Sim, o incentivo, é o principal, na alimentação né, o estímulo da alimentação saudável por meio de dinâmicas, oficinas, diversas formas para estimular o interesse pelos alimentos, conhecer os alimentos né para eles terem conhecimento, aprenderem a ter cuidado com o ambiente, para saber de onde vem os alimentos, como é a produção, (inaudível) lá do resgate da produção, até quando chega na nossa mesa. |
| S1 | Mais práticas com as crianças. Eu acho que é isso que precisa! Principalmente na hora da merenda, ou um pouco antes dela. |
| N2 | Eu acredito que deva ser incluído atividades de EAN na grade curricular, porque eu acho que é importante deixar mais obrigatório que se tenham essas atividades. Porque educação infantil a gente consegue se inserir com mais facilidade, porque não tem todo um planejamento curricular de conteúdos. Mas a gente sente um pouco de necessidade no ensino fundamental onde os alunos na verdade já tem as suas disciplinas, então talvez trazer nas disciplinas de biologia, ciências, mais essas questões de EAN, acho que seria bem interessante. Outra questão que eu também acho interessante seria trabalhar com a formação dos próprios professores para trabalhar com EAN porque o meu trabalho como nutricionista, muitas vezes ele fica limitado. Eu tenho 28 horas aqui no município onde eu trabalho e as vezes a gente tem muito a parte burocrática para resolver. Na medida do possível eu realizo atividades de EAN. Até estou bem satisfeita com as atividades que estão sendo realizadas, porem eu acho que teria muito mais campo para ser trabalhado. É interessante o trabalho de EAN ser feito pelos próprios professores, porque eles podem dar continuidade ao trabalho que nos damos inicio. Então eu acho que é bem interessante, principalmente os professores de educação infantil, eu já pensei em fazer um trabalho, com eles, eu pretendo fazer muito em breve a formação de professores da educação infantil para trabalhar com atividades de EAN. É uma coisa que vai contribuir bastante, a gente gostaria de fazer mais, mas em função do tempo a gente vê que não tem. E eu vejo assim: que nas escolas elas já estão eu estou estimulando os professores a trabalharem com essa questão também para dar continuidade. E eu vejo que algumas escolas já esta acontecendo dos próprios professores estarem trabalhando com a alimentação. Até por que a gente faz todos os anos às avaliações do estado nutricional de cada criança e nos entregamos um retorno individual para cada aluno, e a gente nota que esta tendo uma preocupação maior também em função disso. Os professores eles ficam mais alertas a essas mudanças a esses diagnósticos de obesidade, de risco de sobrepeso, de sobrepeso. Eles incorporaram isso nas atividades deles. Alguns, não todos! Mas alguns no geral. Por isso que eu acho que precisa de uma formação. |
| S2 | Eu acho assim que nós temos a nutricionista. Ela mudou muito a questão da alimentação nas escolas. Antes a gente não tinha uma pessoa responsável pela nutrição. Tinha eu, que era leiga, depois teve o *** [nome] também, que trabalhou, e que também não tinha conhecimento. Então a gente fazia uma educação alimentar na medida do possível, né. Mas no momento que ela entrou, se mudou totalmente. Até a questão de cardápios, de nutrição. Eu acho assim que foi uma mudança muito grande pra educação |

| | |
|-----------|--|
| | alimentar. Que ela esta fazendo toda aquela questão de medida de peso avaliação deles. Eu acho que isso vem de suma importância para a Educação Alimentar. Hoje eu não vejo mais a Educação sem uma nutricionista. Eu acho que a nutrição ela veio para agregar muitos valores. |
| N3 | Eu acho que uma das coisas seria colocar uma disciplina ou dentro das disciplinas a exigência de se trabalhar a EAN com os alunos. Eu acho que seria bem importante. A gente, nutricionistas, capacitar os professores pra falar sobre isso. Eu acho que isso seria uma parte bem importante. Porque a gente não tem como estar em todas as escolas, todos os dias acompanhando as refeições ou dando, fazendo educação nutricional com os alunos. Então a gente sabe que nem um dos municípios da região tem esse aporte de nutricionistas para fazer isso. Eu acho que seria bom a ter no currículo. Mas isso vem de cima, vem do estado, vem do governo, para a gente ter apoio. Pensamos, nós aqui do município, capacitar os professores para falar sobre isso. Porque querendo ou não, quem trabalha diretamente com os alunos são os professores. Eles são a referência dos alunos. Então muitas vezes o que eles falam para os alunos é lei. Eu acho que uma coisa seria, uma das ações que eu acho mais importante seria essa. |
| S3 | Bem, primeiramente trabalhar a higiene, né! A higiene a gente cobra muito. Higiene da cozinha, dos alimentos. Que elas acompanhem o cardápio oferecido. E que, seguidamente a gente tem a visita das nutricionistas nas escolas para verificar como estão sendo feitos. Aquilo que elas têm dúvidas elas sempre podem recorrer à secretaria que a gente pode estar ajudando. Então são critérios assim que a gente pode, procura fazer na escola. Temos formação para palestras, conteúdos que acontecem na escola, sobre os temas de alimentação. Inclusive agora, no recesso elas também terão formação continuada dentro das atividades delas, que é oferecido. Assim sendo a gente já ofereceu vários tipos de palestras com a EMATER, dentro da própria universidade federal, do laboratório deles também. Então várias coisas assim a gente oferece, inclusive com alunos. Os professores trabalham a parte do educar para a alimentação também. Então elas têm formação, inclusive a gente traz que na educação do nosso município não existe distinção de servente. Servente é servente, ela pode ser funcionária da limpeza, ou funcionária da cozinha, ela é tida como servente. Então quando a gente faz as orientações procura gerir as duas equipes, uma que esta como funcionária da limpeza de repente ela poderá passar para a cozinha, então para que ela tenha estas ações este entendimento também da atividade como um todo. |
| N4 | Eu acho assim, que poderia ser desenvolvidas muito mais coisas, desde mais palestras, mais atividades. Trabalhar essa questão da pirâmide desde pequenos, na creche, na pré-escola. E cada turma tu tem que saber como trabalhar né. Eu acho que poderia trabalhar no sentido de desenvolver mais projetos, dentro da escola, direcionado a alimentação saudável. E agora nós aqui com o programa do NASF, também a nutricionista do NASF e a assistente social vão trabalhar junto na educação infantil para fazer a pesagem, ver a desnutrição, para ver da alimentação. Então a gente vai ter o apoio deles na escola, algo bem integrado. As famílias nas casas estão detectando algumas... Então assim, para alguma criança mais obesa. Então para não ir pesar apenas aquela criança eles vão pesar na escola, com todos os alunos de 0 a 8 anos. Então elas vão desenvolver agora, a partir do mês que vem. Então tem o apoio deles também, para nos ajudar na questão da alimentação. Que contribui bastante. |
| S4 | Muitas outras coisas. Mas a gente precisa se organizar para pensar no que fazer. Uma atividade que eu achei bem interessante que foi desenvolvida há alguns anos e que eu acho que poderia se repetir é que os professores pediram para as crianças irem entrevistas |

| | |
|-----------|---|
| | seus avôs, bisavós ou vizinhos mais idosos para saber da vida antiga. Bem na semana de comemoração do dia do município, pra conhecer, é importante. E nessas falas as crianças viram que a alimentação antigamente era bem simples, sem luxo. Mas que comiam coisas saudáveis, frutas do pé, feijão, arroz, batata. Tudo sem veneno. Tudo plantado e colhido. Não tinham geladeira, conservavam a carne na banha. E tinham muitas dificuldades, mas viviam felizes. As crianças aprenderam não só sobre a comida mais sobre outras coisas, agricultura, colonização, abertura das estradas. Eu acho válido retomar isso para mostrar a importância da alimentação. E os idosos se sentem valorizados também. Porque se tu chegar e falar: -A comida empacotada pode fazer mal a saúde! Eles não dão bola. Assim eles vão para prática e ficam sabendo por outras bocas, acabam valorizando mais. |
| N5 | Acredito que a EAN deveria ser trabalhada com mais ênfase em todas as fases da vida e também com os pais dentro do ambiente escolar, para ter uma continuação. Tudo que é feito na escola continuar com os pais para ter um andamento melhor. Pois algumas questões devem ser reforçadas no âmbito familiar, para assim haver a criação de hábitos e práticas alimentares saudáveis. |
| S5 | Ter mais projetos e atividades sobre alimentação na escola e na comunidade. Para ter seguimento também, acho que neste sentido, a gente tem a parceria com a EMATER onde também busca caminhar em direção deste projeto. Então nos temos as artes escolares onde os alunos mesmos plantam as suas verduras. Tem que demonstrar e projetar isso. Que eu acho que lá na fontezinha que as coisas acontecem, e que podem mudar. E eu acho essencial quando falar da família, não adianta a escola dizer uma coisa e a família fazer outra né! Tem que trabalhar o todo! É bem complicado! |
| N6 | É, eu acho que da para desenvolver muitas atividades, eu acho que principalmente com os professores. Capacitações eu acho. Que na verdade assim, pela questão pedagógica, a prática com o pequeno, com a educação infantil ela é mais importante do que a teoria. E aí palestras a gente faz, sempre acaba aproveitando as meninas que vem fazer estágio, e elas têm sempre uma ideia diferente para acrescentar alguma coisa, e aí, mais são palestras que foram desenvolvidas nas escolas de ensino fundamental. Palestras, dinâmicas, bem prático para a criança. Mais o envolver, o fazer, o pegar a receita e fazer com a criança. eles mesmos fazer o bolo. Sabe que no atendimento na unidade a gente observa crianças com obesidade, e aí eu pergunto: Tá e o que a <i>prof</i> ensinou na aula? Tu já sabe dos nutrientes? Ah! Sim! Então eles sempre já verificam que é algo trabalhado em sala de aula e a gente reforça, a gente recebe os convites para fazer atividades na escola e aí a gente vai complementar as informações. |
| S6 | O objetivo da nutricionista que esse cardápio seja concluído. Que as meninas que fazem, que preparam a alimentação elas façam um cardápio, desenvolvam um cardápio de forma gostosa, mas eu acho que o que esta faltando para nos ainda assim é um pouquinho mais dos <i>profes</i> trabalhar em sala de aula essa questão da alimentação. Eles já trabalham, mas precisa aumentar mais. Até nas escolas de educação infantil, as <i>profes</i> elas vão na cozinha e preparam o alimento com a criança. Na educação infantil isso já esta sendo feito, o que falta para nos agora é batalhar um pouquinho mais na ..., até pelo espaço físico que nos temos na nossa escola, aqui na cidade, é fazer isso junto com os outros alunos. O que já é uma importante forma de EAN. A gente vê resultado em trabalhar com a pratica com crianças. O preparo dos alimentos, e é eles que fazem, valorizam mais quando chega a parte de trabalhar com forno, fogo daí é os <i>profes</i> né. |

Fonte: SODER, 2017.

Quadro 9: Potencialidades e contribuições da EAN em âmbito escolar

| 3- Quais as potencialidades e contribuições da EAN em âmbito escolar? | |
|--|--|
| SUJEITO | RELATO |
| N1 | A influência! Diretamente influencia na qualidade de vida desses alunos. O conhecimento, sempre para eles conseguirem fazer as escolhas sozinhos. Ter autonomia para essas escolhas, e para saberem o que eles estão ingerindo também. |
| S1 | Os benefícios da Educação Nutricional eu vejo frente às doenças, cardiovascular, obesidade, tudo né! A alimentação é algo principal. |
| N2 | Os hábitos alimentares eles são constituídos por conhecimentos, por vivências, por experiências, por influências, e também pelos exemplos dos colegas dos pais, dos professores. Então eu acho que isso no hábito escolar é fundamental. Porque eles observam muito que o professor faz. Tanto que, na verdade quando eu comecei a trabalhar mas não tínhamos o lanche. Os professores tinham alguns que faziam o lanche, e outros faziam separados. Na verdade faziam com os alunos, comiam a mesma coisa que os alunos. Então a gente julgou necessário que seria interessante que os professores consumissem nos lanches as mesmas refeições que os alunos consumiam. Eu acho que foi muito legal porque os alunos eles participam do ato de comer mesmo. E os alunos, te observam, até: - Por que o professor esta comendo outra coisa e eu tenho que comer isso daqui? Acabou com esse tabu. Quando o professor da o exemplo é motivador, ele acaba que quer se espelhar muito nos professores, nos pais. A mesma coisa em casa. A partir do momento que os pais dão bons exemplos, o filho também vai construir isso, com bons hábitos alimentares saudáveis, se em casa for saudável a criança vai apresentar bons hábitos alimentares saudáveis. Intervir de uma forma precoce no processo de... com ações de EAN . Eu acho que ele é bem fantástico assim! Até porque as atividades que eu tenho desenvolvido aqui no município com educação infantil elas tem uma repercussão, assim, enorme sabe. Muito mais que no ensino fundamental, com adulto, idoso, que na verdade já estão com hábitos muito consolidados. Então na educação infantil, as crianças ainda estão na formação dos hábitos alimentares. O que a gente observa é que o resultado é muito positivo, e eles levam para casa. Tanto que esses dias eu tava com as estagiárias, aqui trabalhando comigo, estagiárias de Nutrição, elas trabalharam um pouco com horta né, porque todas as escolas tem as hortas e os alunos também ajudam na horta que é uma forma de incentivar a formação de hábitos alimentares. Porque eles estão ali, eles estão plantando, vão querer colher, e vão querer comer o que eles estão plantando. Então é uma forma assim que a gente reativou, tinha o local na maioria das escolas, mas estavam desativados, então, a gente ativou também essas questões. Voltando as estagiárias também fizeram trabalhos com as hortas escolares e daí teve uma criancinha que voltou para casa, é só um relato né, e ela pediu para o pai e para a mãe comprarem uma bota pra ele trabalhar na horta que ele ia começar a trabalhar. Até os pais eles chegam até nós com esses comentários porque eles se espelham muito, até de imitação do que a nutricionista falou. Eles levam tudo para casa, então é muito legal, muito satisfatório essa questão de trabalhar com educação infantil. E eu acho que tudo começa ali! Com adolescentes a gente trabalha também. Mais com palestras ou algumas atividades que sejam diferenciadas da educação infantil, porque eu acho que tem que ser pensado muito nisso. Profissionais que saibam compreender as diferenças entre as faixas etárias porque dependendo da atividade se tu não sabe como trabalhar não vai ser efetiva. |

| | |
|-----------|---|
| | <p>Tem que ser tudo bem programado, tem que se ter um estudo antes, um planejamento antes para que a atividade seja realmente efetiva. Eu acredito também que as atividades de EAN nas escolas elas favorecem uma, uma... até o próprio ato de comer. A criança ela fica mais autônoma quando ela vai para a escola e pode escolher se ela quer ou não consumir, então o que acontece: acaba que essa autonomia, essa liberdade pode estimular a formação de hábitos alimentares mais saudáveis também. O maior consumo dos alimentos saudáveis até mesmo pela produção na horta, e também a melhoria no estado nutricional das crianças que a gente sabe hoje, agora eu não me lembro bem certo o geral, mas nós estamos com 26% de crianças com excesso de peso, se eu não me engano, então são resultados que melhoraram dos anos que eu estou trabalhando, porém tem que ser otimizado ainda. A gente sempre foca essas atividades como um pós avaliação nutricional, então são uma consequência dos resultados que nos tivemos com as avaliações nutricionais. Por isso que a gente realiza também as atividades de EAN com mais intensidade. E temos o respaldo a partir das avaliações que também, tem algumas, a maioria são positivas, mas nos temos os resultados negativos também. Penso que essas atividades ampliam o conhecimento sobre a alimentação, favorecem maior liberdade nas escolhas alimentares saudáveis, o maior consumo e valorização dos alimentos saudáveis, e melhoram o estado nutricional de crianças em risco nutricional.</p> |
| S2 | <p>Os benefícios estão relacionados ao incentivo dos alimentos saudáveis né! Para também a prevenir as doenças que estão presentes hoje? Pergunta para as crianças se eles não conhecem ou tem parentes com diabetes? Com pressão alta?</p> |
| N3 | <p>É claro que a EAN tem contribuições, principalmente de se trabalhar isso na escola. É muito importante porque muitas vezes eles levam para casa. Então eles mudam o hábito deles muitas vezes na escola. Muitas vezes eles não conhecem algum alimento que é oferecido na escola. Então isso é bem bom! Trabalhar com... Eu acho que eles levam para casa aquilo sabe, não é uma coisa que vai aprender e vai deixar na escola. A gente vê que muitos pais comentam depois. Ah! Eu vi que meu filho falou que vocês trabalharam isso, falaram sobre aquilo! Então é bom! Tem aquele retorno dos pais e dos alunos. E é uma época certa para a gente trabalhar essa questão.</p> |
| S3 | <p>Bem, na nossa rede ela é fundamental, nas escolas ela é fundamental. Por quê? Porque nos temos muitas crianças que vem sem se alimentar de casa. Inclusive nos temos uma escola, que a gente passou a dar almoço para as crianças antes delas entrarem na sala de aula. O que que acontecia. Quando elas, a tarde, chegavam na escola, e dor na barriga, e dor na barriga, e dor na barriga, e a escola foi percebendo que a questão era fome. Então a gente passou a oferecer esse almoço para as crianças antes delas ingressarem na sala de aula. E depois tem o lanche né, e tudo mais. Quanto a educação infantil a gente tinha quatro refeições e passou a administrar a quinta porque o período de tempo no final da merenda, da em torno de 3 e 15 né. Neste horário, e a merenda, e eles muitos, saem as seis horas. E era um tempo muito grande para eles ficarem sem se alimentar. Então agora a gente, às cinco horas as crianças que ainda estão na escola, que os pais não vieram buscar, ganham uma nova refeição, lanche, alguma coisa. E a gente percebeu agora este ano, a maior presença das crianças nas escolas, somente as escolas mais pobres como eu te disse, mais frequente, eles não faltam por nada. Então a gente sente que a questão familiar esta pesando muito, as crianças se alimentam bem, e muitas delas eu acho que é o que elas recebem, Tá. Então é bem isso, eu vejo assim que a alimentação dentro do âmbito escolar ela, na nossa região, sem algumas circunstâncias, mas em algumas escolas especificadamente, bairro (nome***) bairro (nome***) elas são bem</p> |

| | |
|-----------|---|
| | significativas, essa realidade |
| N4 | Foi o que eu falei antes traz muitos benefícios. Fui na escola da zona rural do município, dar uma palestra. Você verifica os jovens, foi mais para turmas maiores. As meninas se preocupam mais com aquela fase da espinha no rosto. Então você coloca para eles como a alimentação saudável e a atividade física podem auxiliar, porque é a geração dos salgadinhos, dos <i>refris</i> . Então que nem eu coloquei na primeira questão, desenvolve atores, que se tu plantar uma sementinha em um aluno, talvez a turma inteira não né, mas se você pegar um ou dois, já valeu a pena. E eles levam essas coisas para casa também. A gente vê que tem muitas crianças que relatam assim, a questão da salada, os pequenos principalmente: -Eu não como salada! -Mas por que você não come? -Ah porque meu pai não come! Eles têm o exemplo de casa. Claro, a criança vai ser reflexo da família, automaticamente! Só que eles também levam para casa. Então eu acho que o que contribui mais é a formação de atores para estar tentando desenvolver hábitos alimentares mais saudáveis. |
| S4 | Potencialidades? De vida! Do aprendizado, de ajudar no crescimento e nas escolhas dos alimentos. |
| N5 | Sim. Porque primeiro contribui para criar os hábitos alimentares saudáveis, promoção de saúde, prevenção, visa sempre à situação econômica de cada localidade, é sempre trabalhado bem individual, mesmo que seja realizado em grupo, é bem regional e local. |
| S5 | Te digo que é a conscientização, o principal né! De tu favorecer a saúde deles. Porque isso hoje em dia é fundamental né. É um debate que precisa ser feito. |
| N6 | E na verdade assim, quando você trabalha a questão da aceitação dos alimentos, tu favorece o consumo do cardápio, né. Porque a gente tenta elaborar, senta, tem a outra nutricionista também que me ajuda bastante. São novas ideias. Daqui a pouco estar elaborando uma coisa diferente, ter outra visão. Pra que tenha uma boa aceitação, então a gente tenta favorecer a variedade, mas se não tiver aceitação dentro da escola não adianta nada. Então eu acho que vem a esse encontro também, de ter maior conhecimento do consumo destes alimentos sazonais e também a inserção de novos alimentos, a nova aceitação. Outra coisa assim, a gente teve um problema de oferta de alimentos não dentro do ambiente escolar, mas na parte externa da escola, na rua, que também a gente não concordava com aquela situação em função de estar ofertando alimentos calóricos, enfim, e o aluno acaba deixando de consumir os alimentos da merenda escolar, o que é saudável. Então essa é a nossa preocupação. |
| S6 | Contribui sim. Até porque assim, eu acho que hoje, nos conseguimos mostrar para as crianças que o que elas se alimentam, a alimentação que eles têm na escola, para eles que estão em fase de desenvolvimento, é saudável. Em vez de eles comprarem um pacotinho de salgadinho, ou coisa assim, eles que aproveitem as frutas da época, que a gente sempre proporciona isso para as crianças, né. Em vez de eles pegar tanta coisa do mercado pronta, que eles aproveitem a alimentação que eles estão tendo na escola. |

Fonte: SODER, 2017.

Quadro 10: Relação existente entre os setores da educação e da saúde a partir das políticas de EAN

| 4-Qual a relação existente entre os setores da educação e da saúde a partir das políticas de EAN? | |
|--|--|
| SUJEITO | RELATO |
| N1 | É, existe uma integração da saúde para promoção e melhoria da qualidade de vida. Não é como a gente gostaria! É limitada! Mas sempre a gente procura fazer. Geralmente fazem uma gincana com as escolas, e para o posto de saúde, para fazer promoção da saúde, atividades preventivas e envolve além da alimentação, outros hábitos saudáveis, e até outras áreas. O [nome***] estava falando também a questão do programa Saúde na Escola que também tem nutricionista que vem e faz as atividades e está sempre integrado. |
| S1 | Aqui tem relação sim. Uma relação fundamental. Uma secretária sempre necessita de apoio da outra. |
| N2 | Essa questão, a gente tem uma parceria muito grande com a saúde aqui no município. Nós temos uma nutricionista na educação, e outra na saúde. Então a gente realiza bastantes parcerias. Até porque eu aqui no setor da educação eu não tenho equipamentos necessários para fazer uma avaliação nutricional, desde balança, estadiômetro, enfim, então a gente sempre realiza, que nem as avaliações nutricionais são nas unidades básicas de saúde mesmo, em parceria com a saúde. Também na saúde ela recebe muito mais materiais pedagógicos didáticos para trabalhar do que a própria educação. A gente sempre faz essa interação, grupos, palestras, atividades de EAN a gente procura sempre que possível envolver os dois as duas secretarias: da saúde e da educação. E até mesmo que a gente pode otimizar os gastos né, porque ela precisa fazer as avaliações nutricionais e eu também aqui enquanto PNAE preciso realizar então a gente ocupa os mesmos dados as mesmas informações e a gente otimiza o trabalho também. Fica bem mais fácil e efetivo quando se trabalha em equipe, além de controlar gastos. |
| S2 | É hoje eu vejo assim, e coloco não só a saúde mas também a questão do CRAS e da Assistência social que hoje as secretarias não trabalham mais sozinhas. Nos trabalhamos em conjunto. E isso é uma educação que faz aquele trabalho na escola, e na saúde que daqui a pouco a criança esta obesa, tem alguma restrição alimentar que vai para a saúde, e temos também o CRAS que da esse suporte. Então hoje as secretarias não trabalham mais sozinhas, elas te dão todo esse suporte né. Hoje quando a gente tem uma criança com uma restrição alimentar eu já faço uma reuniãozinha com a saúde, com o CRAS, com a assistência e trabalhar essa família, com as agentes de saúde, para o PIM. Então hoje já é uma coisa assim, eu vou dizer em âmbito de município, não é só restrito a uma secretaria. |
| N3 | Existe uma relação que a gente tem com o setor de alimentação escolar e tem a nutrição na saúde aqui no município. Então quando a gente vê, faz o diagnóstico nas escolas que tem alunos acima do peso, abaixo do peso a gente procura encaminhar para o setor de saúde para a nutricionista da saúde poder tratar né! E fazer um atendimento individualizado. |
| S3 | Aqui e com a saúde. Aquilo que você quer perguntar, os setores da educação secretaria com secretaria da saúde? Isso? Há uma relação de prevenção e promoção da saúde por ações de educação alimentar. Com certeza. A gente sempre visa a alimentação, no momento em que você esta oferecendo os alimentos, que eles estejam nutritivos visando a saúde das crianças. Então tudo aquilo que se oferece a gente tem qualidade, e visando o bem estar da criança como um todo. Então neste sentido a gente prima pela |

| | |
|-----------|---|
| | <p>qualidade dos produtos oferecidos, pela diversidade de nutrientes que elas têm e que são necessários para o desenvolvimento dos nossos educandos. Enfim, tem relação sim. Outra questão da saúde, da relação da, saúde na escola. Nós temos programas de questão da dentição, sorrindo para o futuro. Tem algumas ações que são feitas para a secretaria da saúde e secretaria da educação, desenvolvidas na escola sim. Mas em termos nutricionais, de valor da alimentação é mais da educação mesmo.</p> |
| N4 | <p>Eu vejo assim: a gente sempre tem uma parceria forte. Poderia ainda ser melhor, temos consciência disso. Mas ainda na medida do possível a gente busca sempre auxiliar o outro.</p> |
| S4 | <p>A gente tem as parcerias como colocado, do NASF, assistência social, agentes de saúde. Uma parceria muito grande, até por ser município pequeno facilita o conhecimento e comunicação. Até o NASF iniciou este ano, não tínhamos antes. Até quando precisava às vezes de mim aqui da sec. da educação como nutricionista direcionada a uma criança, ou atendimento eu ia. Até tivemos uma criança desnutrida que precisou de um apoio. A gente tem uma parceria excelente. Até o ano passado tivemos um problema de contaminação. O Doutor do posto de saúde trabalhou nas escolas a conservação, como lavar a salada, como armazenar, higienizar. Daí o doutor mesmo do posto de saúde com a enfermeira fizeram uma reunião com as merendeiras do município para trabalhar isso pelo problema de contaminação. Neste período ainda não tínhamos nutricionista no setor de saúde. E também temos muita parceria com as escolas do estado que essa reunião que foi feita foi convidada as meninas do estado também.</p> |
| N5 | <p>No município a gente atua não existem trabalhos de educação nutricional e ou alimentar específicos fora do setor de saúde, como em UBS. Ainda não temos grupos de saúde. Então as únicas atividades de educação nutricional e alimentar existentes são aplicados no âmbito escolar, geralmente pelas professoras, nutricionista responsável pelo PNAE. O PSE também não tem aplicação ainda no município.</p> |
| S5 | <p>Não temos programas de EAN no município, mas a nutricionista sempre desenvolve ações deste tipo, até pelo próprio PNAE que pede pra fazer né. Na saúde também acontece, mas mais de caráter individual.</p> |
| N6 | <p>Tem muita relação, pelo PNAE, PSE, e quanto às secretarias municipais a gente sempre auxilia. Por exemplo, o dentista, não tem aquela regularidade nas visitas, mas sempre que precisa a gente solicita e o profissional está sempre disposto, né. Já a enfermagem visita sempre a escola, principalmente de educação infantil, a pediatra, então em alguns pontos: A eu observei tal coisa, aí elas me comunicaram. A da uma olhadinha, fala com a secretaria da educação! Aí tem algum problema a ser melhorado lá na escola, daí a gente conversa. Porque cada profissional chega com uma visão né. Mas tem esse contato. Acho que a uns dois anos atrás tinha o PSE. Só que agora nós não fizemos a adesão. A gente fazia atividades com todos os profissionais da saúde envolvendo a educação. Eu acho assim, que a rede funciona, a comunicação funciona. Talvez assim, porque em nenhum lugar é perfeito, talvez não seja perfeito pela demanda que os profissionais têm de atendimento, mas sempre que solicitado a administração disponibiliza recursos pra isso né, e então eu acho que funciona. A gente entra em contato, os profissionais tem uma boa comunicação, tanto dentro da saúde e no atendimento, dentro da assistência, a gente tenta pensar junto.</p> |
| S6 | <p>Existe sim essa relação, inclusive nos temos essa parceria entre as secretarias de saúde e Educação. Sempre que precisa de auxílio de alguém da saúde a gente entra em contato, a nutricionista também, a gente sempre tem essas pessoas à disposição. E se precisar</p> |

| | |
|--|---|
| | <p>buscar alguém de fora para auxiliar, à gente também não mede esforços, né minha gente. A gente está sempre fazendo essa parceria. O nosso foco, a gente sempre começa com a educação infantil. Quando a gente recebe alguma criança que vem de fora com outros problemas. Olha, esses dias nos tivemos um caso e pediram quero que você vai lá ver: A nutricionista foi lá ver, chamou o pediatra, conversaram. Qualquer um dos profissionais da saúde que trabalham aqui no município, eles estão sempre trabalhando junto com nós, que visem sempre o bem estar das crianças, sempre. Há uma boa comunicação, até pelo município ser pequeno, auxilia.</p> |
|--|---|

Fonte: SODER, 2017.

Quadro 11: Desafios e limites encontrados para a efetivação das ações de EAN

| 5- Quais os desafios e limites encontrados para a efetivação das ações de EAN? | |
|---|---|
| SUJEITO | RELATO |
| N1 | "Hoje, a questão social é uma principal. Questão complicada, porque às vezes você não sabe a realidade de todos os alunos. É complicado essas questões. Do tempo, as vezes a gente não tem tanto tempo de trabalhar com/da forma que a gente gostaria além de ter poucos profissionais da área, porque na verdade ele contratam uma (nutricionista) para fazer mais a parte burocrática, que tem bastante, as vezes a gente não acaba conseguindo fazer todo aquele trabalho com as escolas, que precisaria." |
| S1 | A criança que hoje está se alimentando mal, vai provocando filas de postos de saúde, aumenta o atendimento, anemia, um monte de doenças. E perdem aula pra ir ao posto de saúde. Tem crianças que estão quase todos os dias nas filas dos postos de saúde. Mas de onde que vem isso? A má alimentação, né. O investimento que é feito na escola hoje, é pra não ser investido tanto na saúde depois. Até chegou uma criança e me disse pra mim: - Oh! Eu tenho o bilhetezinho que eu tenho que ir na nutricionista lá no posto de saúde. Daí eu disse assim: -Tu recebeu o bilhetezinho, tu vai na consulta. -Mas eu tenho que ir? -Tem que ir na consulta. Vai à consulta e vê o que ela quer. Mas era uma criança desnutrida, eu não ia falar para ela. Mas a nutricionista já tinha o cardápio para ela e algumas atividades. Essa busca eu acho, não que o município está certo está fazendo a parte certa, mas quando tem duas nutricionistas uma que atende na parte da educação na merenda escolar e uma que atende no posto de saúde na busca dessa criança. Porque não adianta tu ir lá e dar uma alimentação adequada e deixar a criança. Vem a outra nutricionista e traz, e vem a mãe já nessa consulta e já trata a família e aluno junto. Nós fizemos palestras também, e tem psicóloga no posto de saúde também se a criança precisa alguma coisa né! Incentivo aos alimentos bem da região. Embora chega em casa a gente não sabe né, na escola a gente acompanha. Em casa a gente não sabe como que é realizada essa alimentação. A gente não pode cobrar porque a situação que tá hoje é muito complicado. Tu sabe que as pessoas não tem condições hoje de ter uma alimentação cheia de frutas e verduras se não plantar em casa. Muitas pessoas tem condições de ter uma horta em casa mas não tem nenhuma horta em casa. E tu vai exigir o que delas? Olha, falta de repasses também, né. Muito atraso nos repasses. O município dá contrapartida, mas também são contrapartidas com recursos livres né. Sabe que hoje tá difícil para conseguir recursos pra isso, e o governo atrasa pagamento, ou não manda pagamento, em vez de aumentar ele diminui os repasses, os cortes. Nos temos aqui na escola 30 centavos, estamos construindo mais seis salas de aula, e nos temos também uma horta, já deus da formação deles trabalhar na horta. Para eles saber o que é saudável ou não. Os alunos vão para essa prática dez de pequenos. Essa falta de repasses contribui muito com a limitação dessas ações. |
| N2 | Aqui é grande! Eu acho que a falta de recursos financeiros e materiais é algo que impede as atividades de EAN. Não que a nutricionista não possa realizar as atividades, ações como essas somente com a fala, mas assim, a gente sabe que trabalhando com crianças e adolescentes a gente precisa ter algo a mais às vezes. Que nem educação infantil a gente tem que ter um teatrinho, a gente tem que ter alguma atividade que chame a atenção deles. Então quando cheguei aqui à gente não tinha nada disso. Não tinha |

| | |
|----|---|
| | <p>recurso disponível para isso. Eu tinha alguma coisa de EVA, cartolina, coisas recicláveis que eu poderia encontrar de forma gratuita. Eu acabei trabalhando com isso. Mas assim, a gente perde muito tempo também fazendo isso. Teria que ter essa questão dos recursos financeiros e materiais disponíveis e específicos para as atividades de EAN. Não precisaria de muito, mas já facilitaria bastante também. Até a falta de fiscalização! Não tem muita fiscalização! Até a gente responde vários questionários do governo pedindo como estão as atividades de EAN, e tem as leis, mas o problema é que na prática isso pode não acontecer. Aqui no nosso município a gente pode dizer que as ações acontecem. A gente realiza muito as atividades de educação nutricional. Até tem um monte de fotos que depois eu posso até te mostrar, do que a gente realizou lá no primeiro semestre de 2016. Eu considero que foi bem importante. Mas tem muitas prefeituras que não fazem isso, tem questionário, tem leis, mas na prática isso não acontece. E claro, muitas vezes por falta de incentivo, e de recursos, e de profissionais capacitados para trabalhar com esse tipo de atividade, porque hoje a gente sabe que muitas vezes até os próprios nutricionistas acabam que não sabem trabalhar de uma forma eficiente, ou tem receio de fazer alguma atividade na escola, ou trabalhar com coletividade. Então acabam que ficam enclausurados numa sala. Mas então tem que se ter esse entendimento e trabalhar e ir em busca desses conhecimentos novos para trabalhar com EAN, não é tão simples né. A gente tem que ter todo um estudo. Outra coisa que eu acho que é um limite também é que muitas vezes a nutricionista acaba tendo dez horas para trabalhar só com a educação [...], dez horas na secretaria de educação e mais dez horas na saúde. Essa carga horária é muito limitada. Ou em outras funções também. Então a nutricionista tem que assumir vários setores, com cargas horárias mínimas. Então a gente sabe assim, que nem na educação no mínimo teria que ter uma nutricionista 30 horas, em cada prefeitura. Isso não acontece, eu também não trabalho 30 horas. Pela legislação é 30hs, mas eu também não trabalho 30 horas. Teria que ser mais, que nem essa questão da carga horária, da nutricionista dedicada a cada setor também teria que ser revista. Porque acaba que ela tem muitas outras atividades, vínculo com outros serviços de saúde, ou educação que acabam sobrecarregando o trabalho delas que muitas vezes não tem o tempo. Eu trabalho 28 horas aqui no município, e eu sei que se eu tivesse disponibilidade de 40, teria trabalho para isso, principalmente o trabalho de EAN que precisa de um tempo para... planejamento e para a execução das atividades.</p> |
| S2 | <p>Assim, eu ham... O maior é a conscientização dos pais, né! Que os pais ainda têm aquela mentalidade que a criança saudável é criança gorda. Então eles não querem essa restrição alimentar. Eles não querem que a criança tenha um hábito saudável, porque em casa eles não tem um hábito saudável. Eles querem que a criança tome um refrigerante na escola. Eles querem toda aquela questão de massa na escola. Então é a conscientização dos pais. Quando eu faço toda aquela parte de reuniões, quando a nutricionista [nome] faz toda aquela parte de triagem com as crianças, eles não vem para a reunião né. Porque uns tem medo realmente da restrição que a nutricionista [nome] vai ter com cada aluno. Então eu vejo a resistência dos pais. E eles não querem, eles acham que a gente está privando o aluno, e na verdade a gente está educando o aluno para ter uma vida saudável. A resistência por parte dos alunos também, porque os alunos não aceitam a comida saudável, porque a outra é mais saborosa. E o custo também que eu acho uma das maiores limitações. O custo do governo federal que repassa é muito pouco, então nos temos desde 2009, 30 centavos. Tem que fazer milagre. O poder público municipal tem que colocar muito dinheiro em cima né, pra poder ter uma alimentação. E hoje, o</p> |

| | |
|-----------|---|
| | saudável é o mais caro. O mais barato é a porcaria que as crianças querem comer, né! Isso é o barato! Mas aquela alimentação saudável, aquela nutritiva que eles precisam para desenvolver, pra vida inteira, aquela custa caro. |
| N3 | O hábito que as crianças adquirem na escola, pode ser que em casa a família não tenha o hábito de consumir frutas e vegetais, e os alunos acabam adquirindo na escola, então isso é um ponto positivo também. A gente não sabe certo como é a alimentação deles em casa, mas a gente tenta melhorar os hábitos deles na escola para que eles continuem né, em casa. |
| S3 | Bom. Os nossos desafios são financeiros. Tá! Porque assim, o valor que é encaminhado pelo governo para a alimentação dos alunos é o mesmo a muitos e muitos anos. Então hoje é 30 centavos, para o aluno que tem um turno, e para crianças das EMEIS que é turno integral, 1 real por dia. Então é um valor irrisório se você for pensar o preço que estão às coisas. Se você vai oferecer um sanduíche por exemplo, hoje, um pãozinho custa em torno de 60 centavos, por aí, mais ou menos, um pãozinho. Então o valor que eles repassam é 30. Então nos teríamos que dar meio pãozinho sem nada dentro. Entende, então assim o valor é muito baixo. Pensa na comida que eles gostam muito é da comida de panela como se diz. Comida mesmo. Quando tem lanches frutas, assim eles não gostam muito. Eles querem a comida. Aí a gente percebe muitas vezes que é porque faz falta para eles, também. Este ano, por exemplo, o dinheiro que ta para vir o ano inteiro, que vem em 10 parcelas no decorrer do ano. O valor total a gente já gastou no primeiro semestre, com a merenda. O segundo semestre inteirinho, praticamente vai ser custeado pelo município. Então a gente prima pela qualidade, a gente dá coisas de valor para eles, mas a questão assim que eu vejo disso, é principalmente a financeira. Se não melhorar isso, isso não é só o município, tem vários municípios que reclamam muito desta questão. Enfrentam as mesmas dificuldades que a gente. Um litro de leite está 4, 50, 4, 70. Um litro de leite da para quantas mamadeiras na educação infantil? E é 1 real que eles ganham ao dia por 5 refeições. Então só esse questionamento. Tá! Então o nosso maior desafio é poder fornecer para eles a merenda de qualidade, que tem que calcular muito e trabalhar muito em cima para fechar. |
| N4 | Muitas situações podem ser encaradas como limites, como o comportamento consumidor, o excessivo uso de agrotóxicos, a oferta de alimentos calóricos competindo com os saudáveis nos ambientes da criança e do adolescente. Vários neste sentido né. |
| S4 | É fazer com que as crianças mudem seu hábito alimentar. Como fazer isso funcionar? Eu te pergunto. Não é nada fácil. |
| N5 | Apesar de haver programas e projetos que contemplem a educação alimentar, e de existir por parte das professoras uma preocupação em trabalhar sobre alimentação saudável as mudanças nos hábitos alimentares dos alunos são tímidas e vários fatores contribuem para isso: condições socioeconômicas das famílias, hábitos culturais e preferências alimentares. E ainda reforço a falta de recursos humanos, principalmente do nutricionista. Hoje nosso município apresenta apenas 1 nutricionista para trabalhar no PNAE. Não temos nutricionista na UBS. Com uma demanda de trabalho grande muitas vezes a educação nutricional e alimentar é deixada as margens. |
| S5 | O limite maior posso dizer que é financeiro, pelo menos aqui neste município. Falta a gente investir mais nisso também. |
| N6 | As doenças eu considero. Aqui no município as crianças obesas foram identificadas em parte pelo projeto de mestrado da nutricionista, e pelo projeto de mestrado da enfermeira. Foi feito um grupo com o auxílio de uma acadêmica de nutrição para iniciar atividades de EAN e a ideia é continuar com alguns escolares, não todos, mas principalmente os que se encontram em situação de |

| | |
|-----------|---|
| | <p>obesidade. E até foi abordado isso na última visita do CECANE, e o porcionamento. Porque quando a gente tinha a liberdade de oferecer um pouco mais, disponibilizar uma quantidade maior de merenda, acabava tendo o consumo maior de alguns alunos, principalmente estes que tem situação de obesidade. E aí era tão difícil dizer não, né. A gente teve que trabalhar isso com as merendeiras e ainda tá difícil. De tu servir uma porção para o aluno e aí ficar naquela quantidade. Porque o aluno vai e ele pede de novo. Eu acho da questão do cardápio, do segmento, eu acho que está sendo superado. Já foi um pouco mais complicado, agora a distribuição[inaudível] das visitas, das capacitações, do próprio conselho que acompanha</p> |
| S6 | <p>Os desafios nossos são algumas crianças obesas, e que na verdade assim, a cultura do nosso povo ela é, como que eu vou dizer para você... É mais prático, muitas vezes os pais dão um dinheirinho para o aluno comprar uma merenda. E a gente sabe que tem algumas crianças que tem tendência a ser obesa né. E o nosso problema é você ter que... como conscientizar o pai? A família? Que não pode ser assim. Que muitas vezes a maçã é saudável e o salgadinho não. Ou que você vai comprar uma bolacha e o pedaço de pão, sabe. O nosso problema está nisso. Que eu vejo mais algumas crianças que nos temos que a gente tenta trabalhar e o problema que a família aceitar que a criança precisa ser tratada não só pela nutricionista, mas muitas vezes pelo psicólogo também né. Que tenha acompanhamento de uma enfermeira, de um médico, porque na maioria das vezes o conceito de você ser gordo é de que v é saúde.</p> |

Fonte: SODER, 2017.

Quadro 12: Fortalecimento da EAN através de políticas públicas

| 6-De que forma a EAN pode se fortalecer através de políticas públicas? | |
|---|---|
| SUJEITO | RELATO |
| N1 | Através de planejamento, uma das principais ações acho que é o planejamento, para a promoção da alimentação na escola, e considerando a realidade, o local, a situação alimentar, além da participação de outros profissionais, eu acho que seria muito interessante, sempre a participação de outros profissionais para esse fortalecimento, para ter uma interação de todas as áreas. |
| S1 | Acho que pela participação. E também fazer e mostrar divulgando isso. Chamam atenção e fortalecem. |
| N2 | Bom, essa questão assim, eu sei que existem várias políticas que incentivam a realização das atividades de EAN com incentivo ao consumo adequado e saudável dos alimentos. Daí até cito aqui a Política Nacional de Alimentação e Nutrição, a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, o Marco de Referência também que é muito interessante. Só que muitas vezes o problema é que são leis, decretos, marcos de referência, mas que na prática a gente precisa de um incentivo maior, e o incentivo que eu digo é de recursos, é com materiais didáticos que a gente possa trabalhar com isso também. Porque pôr na prática é mais complicado né. Porque na lei é tudo lindo maravilhoso, mas quando a gente está aqui na prática à gente sente sim essa dificuldade. Não tem tanto apoio e também não é fiscalizado. Então eu faço porque sei que é de minha atribuição isso, mas assim eu não sou "muito" cobrada por outros profissionais. O governo no caso que manda recursos eles pedem se existe mas não tem a obrigatoriedade de fiscalizar na prática. Porque na verdade não adianta ser obrigatório e ter uma nutricionista com carga horária de dez horas, tem que ser bem consciente essa questão. Porque cada vez a gente vê que são mais exigências, eu que estou aqui no setor da educação, o programa nacional de alimentação escolar ele a todo o momento ele está lançando mais exigências mais obrigatoriedades. E assim muitas vezes a gente não tem disponibilidade de tempo para realizar tudo o que eles pedem. Então assim, tem que ser repensado e revista a carga horária, porque as exigências são grandes, mas na prática a gente sabe que não estão cobrando 30 horas. E isso eu acho que falta um pouco de apoio do nosso CRN, do nosso conselho de Nutrição, porque a gente tem várias situações e que na verdade teria que ser cobrado a obrigatoriedade da questão do cumprimento da carga horária se não a gente não tem como desempenhar um papel assim de acordo com as atribuições. Deveria haver uma fiscalização mais efetiva. |
| S2 | Eu acho assim que é um momento de um olhar diferente para a alimentação. Com alternativas saudáveis. Eu vi agora, uma última reportagem da Zero Hora proibindo o refrigerante nas escolas, nas cantinas, eu acho que é por aí mesmo. Eu acho que nos temos que ter outras alternativas, que a criança vai ter que optar por uma alimentação saudável. Essas ações práticas que fortalecem a educação alimentar. E essas alternativas são para a vida inteira, reforço ainda que é de pequeno, a educação infantil as crianças, quando está todo mundo junto né, lá, que as professoras incentivam. Daqui a pouco o primeiro dia ela não vai comer, o segundo quando você incentivar ela a comer comida saudável ela vai experimentar e vai gostar né. Eu acho que a insistência na educação infantil para essa alimentação saudável é para a vida inteira. |

| | |
|-----------|---|
| N3 | A gente já tem a maior política pública na área que é o PNAE, que é o que manda todo... Questões financeiras e orientação para a gente. Mas sempre teria o que melhorar. Aqui no município a gente pode conversar com os gestores, secretários, prefeito. A gente tem os encontros com o CECANE que é o órgão estadual da alimentação escolar né e em âmbito federal não sei te dizer certo como a gente conseguiria ter voz, mas acho que através da conversa e participação juntamente com o CECANE. Conversas, encontros, capacitações... Até a gente vai ter essa semana com o CECANE. Eu acho que o que a gente conseguir passar para eles, eles podem, eles tem o poder maior do que nós de fomentar um política e atuar ali. |
| S3 | Ela pode se fortalecer através da... Na conscientização dos poderes mais elevados do valor enfim, encaminhado por cada aluno. Porque eles sempre encaminham pelo senso do ano anterior. Se conscientizar e ver as necessidades. Rever o valor, não só o valor da refeição, mas o valor do aluno custo/efetividade inicial, que isso aí reflete profundamente e onde a dificuldade é mais visível é na realidade final. Que é dentro da escola. Que é no município, né que tem que oferecer tudo isso. Que as pessoas estão em cima, estão cobrando, e na realidade a gente não tem como fazer algo maior. Eu penso assim, para se fortalecer é a questão da conscientização dos poderes maiores, de que realmente, hoje em dia, há necessidade da alimentação pelos alunos na rede municipal e em algumas escolas ela é primordial. E se você não der essa alimentação não tem rendimento escolar também, não tem um rendimento da aprendizagem. A aprendizagem fica deficitária em todos os sentidos, desde os pequenininhos, da EMEI até, nos atendemos até o fundamental. Então eu vejo assim, que as políticas públicas têm que avançar no sentido de oferecer melhores condições para que a alimentação seja melhor para que essa política seja efetiva. e para que não estoure só no município os desencontros financeiros. |
| N4 | É, na verdade uma questão, eu vou ser bem sincera, é uma questão que eu não consegui... Qual que é o objetivo desta pergunta? Explicação {***} Mas penso que nossa maior participação é se fortalecer como região, e a partir daí transmitir ao CECANE. |
| S4 | Eu acho assim, O recurso que a gente recebe na realidade é pouco, é muito pouco. O município sempre complementa com a metade. A contrapartida geralmente é o dobro. Porque na realidade o que nós conseguimos fazer com o recurso, tudo bem que não é obrigação, a educação infantil é nossa responsabilidade. Mas por exemplo na creche se eu vou fazer uma alimentação balanceada com frutas, o feijão que tem ferro, com as vitaminas que eles precisam as proteínas, a carne. O que nos temos de merenda nos compramos, então assim, acho que esse apoio teria que ter mais para nós n alimentação perante as políticas públicas. Porque a ente faz diferente, assim na creche que é de 0 a 3, colocamos frutas todo o dia. Então eles têm a alimentação e a fruta de sobremesa, mas nas outras escolas, não conseguimos colocar isso porque é mais difícil. A gente tem muito mais alunos, e dai se vai colocar todo dia fruta. Sabemos que é uma obrigatoriedade a fruta todo o dia, só que se a gente tivesse na verdade um pouquinho mais de incentivo, talvez a gente por não ter poderia colocar melhor. Poderia estar complementando. A gente sabe que tem as porções de frutas por semana só que nem sempre. Porque assim a gente se pergunta, voltado mais aos repasses de recursos da merenda, o que se compra hoje com 30 centavos? Com 90 centavos? |
| N5 | Com maior aplicação dos programas e políticas já existentes. Existem programas de excelência, entretanto existe também a falta de conhecimento de pessoas para aplicar tais programas federais de forma correta. |

| | |
|-----------|---|
| S5 | Acho que fazendo as políticas cumprirem seu papel, fortalecer elas, assim também fortalece a alimentação e nutrição. |
| N6 | <p>O nosso vínculo com o governo é através das visitas do CECANE. A gente sempre passa essa dificuldade do repasse de recursos para a merenda escolar e ações do PNAE para o CECANE. Mas acredito que eles façam relatórios. Que isso é uma reclamação de todos os municípios. E assim, cada vez, está reduzindo recursos, então cada vez vem menos repasse de todas as atividades de educação e a principio a gente esta tendo um gasto cada vez maior. Desde que eu estou aqui é i mesmo repasse, só o leite já dobrou de valor, a carne já dobrou de valor. O pãozinho já dobrou de valor, as frutas, né. Que na verdade a nossa agricultura familiar tem dificuldades nos não temos o SIM, mas tudo que a gente consegue comprar da agricultura familiar a gente está comprando. E está investindo pesado nisso. Nós temos o grupo de agricultores que fornecem alimentos para nos. Sucos a gente já tentou adquirir mais coisas, pão, massas essas coisas, mas esbarra na questão do SIM. Então a gente não consegue pela oferta, a gente tem a questão da oferta de alimentos hortifrutí, as hortaliças, frutas. Sucos a gente compra na cooperativa em outro município. Ovos, leite e carne não tem como né, em função de não ter legalizado no município. Para fortalecer a EAN aqui no município nos temos também o Conselho de alimentação. O Conselho agora está atuante, acompanha que vê a distribuição. Essas merendas chegam até a escola, às meninas que recebem tanto a direção quanto as meninas da cozinha: se não serve volta. E o conselho também faz isso, acompanha. Chegam e apontam: _Oh! Não está bom isso! -Tem que melhorar aquilo! O pessoal do Conselho também está bem atuante agora. Isso favorece né! E a gente fala para o próprio conselho: -Chega na escola! Prova a alimentação para ver como que tá. Pede para olhar! Aí a gente recebe as informações, daí nas visitas a gente repassa. Quando tem elogio a gente repassa. Quando tem reclamação a gente dá uma ajeitadinha para falar. Mas o conselho contribui muito para a fiscalização, traz muitas contribuições.</p> |
| S6 | <p>O governo poderia passar mais repasse para a merenda, porque o valor que o governo federal passa para nós é irrisório. Se nós formos ver, os 30 centavos que ganhamos do governo federal é muito pouco. Dos alunos eu não qual seria a qualidade da alimentação que seria servido para as escolas. Porque com 30 centavos, o que você faz com 30 centavos? Hoje nem compra o pãozinho, né. E na verdade assim, é só uma maneira de dizer que eles contribuem com recurso em nível federal, porque a maior parte do valor do recurso quem investe é o município. Dizem que alguns municípios só gastam os 30 centavos, mas eu não sei como eles fazem. Sinceramente! A multiplicação dos pães. Deve ser pouco, praticamente nada, porque nos gastamos um valor bem razoável em merenda, e nem é oferecido luxo, é o essencial. é o que realmente a criança precisa ter como alimentação. Algumas vezes a gente faz algumas exceções, quando tem festinhas, mas não é sempre. Geralmente o cardápio das crianças ele é bem balanceado, ele é o correto para criança ter tudo o que precisa para se desenvolver. Porque pensa bem é 30 centavos, meia fatia de pão cacetinho. E em relação ao custo de vida das pessoas o valor do governo ele nunca é reajustado, mas o que a gente licita e o que a gente utiliza com os alunos ele é sempre reajustado, sempre aumenta. Ó o leite agora, e o leite para nos é essencial nas escolas de educação infantil. Se nós não tivermos o leite nos vamos fazer o quê? E dai eu te pergunto: -Pega e vai comprar 30 centavos de leite para dar para um bebê?</p> |

Fonte: SODER, 2017.

Quadro 13: Objetivos sociais da EAN

| 7-Para você quais os objetivos sociais da EAN? | |
|---|--|
| SUJEITO | RELATO |
| N1 | Colaborar para a melhoria das condições de saúde e nutrição; Avaliação das necessidades dos alunos, necessidades de vitaminas, aspectos nutricionais e tudo isso; Interação aluno, escola, comunidade, para eles aprenderem como pessoas, estimular os hábitos saudáveis e além de conhecer o perfil nutricional dessas crianças, o que é muito importante também, para a gente |
| S1 | É ter uma criança, um jovem saudável. É que eles venham saudáveis pra depois chegar uma idade e não surgir essas doenças que eu já te falei né. |
| N2 | Então, as pessoas na verdade , quando a gente trabalha com o coletivo elas devem ser vistas como sujeitos coletivos também né, porque apesar de cada indivíduo ter as suas particularidades, as suas diferenças, o coletivo ele é muito mais satisfatório de se trabalhado porque às vezes a dificuldade de um indivíduo podem ser do outro também. E na verdade quando a gente vê nas escolas também, a própria criança, ela chega e fala assim: Ai, tu vai comer? tu vai comer? Então eles observam muito o que o outro vai fazer. Então quando a gente trabalha com os grupinhos, não tão grandes porque eu acho que, que nem educação infantil a gente tem que trabalhar com grupinhos de cerca de 10 alunos, que acaba sendo mais efetivo. E cada faixa tem as suas particularidades. Mas e acho que quando a gente trabalha com os grupos é muito mais efetivo. Então as atividades de EAN geralmente a gente pensa no coletivo, então eu acho que é muito efetivo essa questão das atividades de EAN e no âmbito escolar principalmente como eu já tinha comentado anteriormente né. A escola, instituição escolar é muito importante, porque tem uma coletividade já organizada né, nisso, e gente vê que é muito efetivo as atividades de EAN. Não é de uma hora para a outra, tem que ser frequente. Não é uma atividade única que a nutricionista vai fazer de uma palestra e pronto, tem que ser um trabalho constante, porque se não a gente vê que não tem tantos resultados. Hoje que nem a gente terminou as avaliações nutricionais aqui no município, realizamos em cada comunidade palestras com os pais, que também é uma forma de EAN, porque muitas vezes os bons exemplos eles se repercutem para as crianças né. Então a gente achou interessante fazer essas atividades de EAN com os pais também, além das crianças né. E a comunidade ela participou. E a gente vê que às vezes falta um pouco de interesse dos pais, eles não estão muito preocupados com a alimentação das crianças, às vezes não tem conhecimento da importância, e hoje em dia é a rotina que está muito agitada e eles não tem um tempo para se dedicar e ir numa palestra então a gente observa que estamos engatinhando um pouco nesse processo. A gente tá conquistando, mas observamos que ainda pode ser melhorado. E que na verdade os pais, os responsáveis têm que perceber essas questões nutricionais como uma forma de [...]. Porque muitos pais, principalmente de educação infantil eles são extremamente preocupados com alimentação das crianças. Entretanto quando chega lá no ensino fundamental, às vezes assim, eles acabam que não se preocupam tanto. Mas a gente está procurando mostrar aos pais isso também, e os fazer refletir um pouco sobre a alimentação dos filhos. Então foi o foco que a gente fez seis palestras com os pais em cada comunidade. a gente observou que |

| | |
|-----------|---|
| | teve bastante conversa, discutiram bastante sobre isso, que era o nosso objetivo, de prevenção. E essas atividade de EAN ela é bem preventiva na verdade. Ao invés de se gastar em atendimentos de tratamentos, até mais paliativos, acho que a atividade de EAN é fantástica porque ela busca prevenir outras doenças também e auxilia na formação de hábitos alimentares saudáveis, então acho que é bem importante nesta questão, e no ambiente escolar. |
| S2 | Eu acho assim que o objetivo maior é uma qualidade de vida melhor e os benefícios para a saúde. E eu vejo assim, que se a criança é bem alimentada na escola ela não vai ter problemas de saúde. Assim, é uma... É uma cadeia, digo, é um elo, então se a criança vai ser bem alimentada na escola, ela vai ter saúde. Então não vai dar o gasto lá na saúde. Então o gasto, o investimento que a gente vai ter na alimentação da criança, vai ter benefícios lá na saúde. Penso assim, que nos temos também programas, programas, não. Nós temos crianças de escolas, que nos temos que dar o café da manhã na escola, para poder estudar com maior facilidade. Para não ter aquela dor de cabeça da fome, durante o período de aula. Nós temos escolas do interior que servem café, porque as crianças saem muito cedo de casa. Elas saem tipo 6 horas de casa a acabam tomando café da manhã, acho isso de suma importância. |
| N3 | Eu acho que tem objetivos sociais sim. De mudança de vida, de aprendizado. Tem a questão de que muitas crianças são carentes né. Então a alimentação escolar além de ser saudável ela pode ajudar nesta questão também. Que muitas crianças não têm comida em casa e acabam consumindo na escola né! Essa é a principal questão social. |
| S3 | Socialmente: a conscientização da alimentação saudável. Oferecer uma alimentação saudável, da importância das vitaminas dos minerais dos nutrientes para que não haja obesidade, e que não haja subnutrição. Essa questão é bem interessante, conversada, falada muito com os setores, serventes por isso que o cardápio é oferecido por aqui, porque é um cardápio balanceado de acordo com as necessidades diárias das crianças em cima do que elas precisam. Então eu penso assim que ha um compromisso da gente com o ser social com... Então tudo isso é levado em consideração quando se esta oferecendo uma alimentação de qualidade Neste aspecto, a gente prima por produtos de qualidade, por produtos da agricultura familiar, por oferecer a fruta, por oferecer o legume por oferecer a verdura, e é bem interessante assim nos pequenininhos, eu vejo quando agente visita as EMEIS as crianças comendo, a salada, né, é bem interessante isso. Porque muitas crianças não têm o hábito, e as nossas crianças ali na EMEI elas aprendem a comer, então assim é importante a conscientização da criança conheça a importância de se alimentar bem. |
| N4 | Sim. Essa ligação que as crianças tem, às vezes você acha que quando as crianças são pequenas elas não vão entender, mas a gente vê com o relato de alguns pais que faz a diferença trabalhar a alimentação saudável com criança. E eu também acho, que nem eu falei antes, que no mundo onde a gente vive hoje, dos salgadinhos, é isso (incentivo a alimentos saudáveis) que está faltando. Porque para a mãe, não vou dizer que a mãe seja culpada porque a gente sabe que hoje a mãe trabalha fora. A mãe às vezes é chefe de família. Só que para algumas mães é muito mais fácil abrir um pacote de salgadinho do que de repente fazer alguma outra coisa que seja mais elaborada. Ou mais fácil comprar papinha pronta. |
| S4 | Eu acho que sim, porque até você tendo o objetivo de trabalhar na escola, com, por exemplo, o arroz, o feijão, a salada, eles vão trazer para casa eles vão pensar, vão parar um pouco com o salgadinho fora de hora. Eles também vão comer de repente uma fruta. Eu acho que é um trabalho de conscientizar, que tem a conscientização. Até porque tem crianças, por exemplo, da creche que não |

| | |
|-----------|---|
| | comiam salada, agora estão comendo, em casa estão pedindo. |
| N5 | Promover o conhecimento sobre a importância da alimentação saudável e da segurança alimentar. Como também auxiliar e participar na autonomia alimentar das crianças e adolescentes. Os municípios que têm também o café da manhã. A gente tem os projetos da educação que foi incluído o café da manhã nas escolas. Na verdade a gente sabe que esse ano o café da manhã é dado tudo com recursos próprios, nenhum município recebe. Mesmo assim a gente prioriza o café da manhã porque a gente sabe que muitos alunos saem de casa cedo e não têm as condições, então a gente fornece o café da manhã na escola. E a maioria é do interior, então até chegar na escola, eles vão sair de casa às seis horas então eles têm que chegar e tomar café, eles não aguentam sem tomar café né. É uma forma também de incentivar. |
| S5 | Incentivar a comida natural! A comida saudável! Porque quando a gente vai nas escolas visitar e vê a alimentação das crianças, a nutri também já foi né. Mas a gente vê que a criança gosta. Ela gosta do colorido. Então eu acho que é fundamental para que ela prepare o seu sanduíche colorido, ou a refeição colorida. E a criança ela aceita. Só que eu acho que falta muito essa insistência. |
| N6 | Melhora na qualidade de vida. Se tu incentiva a criança ela vai levar a informação para casa. Talvez seja o início de uma melhora na qualidade de vida, uma melhora na alimentação. Porque como a gente trabalha com crianças rurais, vamos colocar assim porque é um município do interior e tem muita produção, ou tem recurso para estar produzindo em casa. E se não tem incentivo, aquela família não produz né. Podendo ter uma alimentação de graça, né, de melhor qualidade. Também porque é um município muito rural, incentiva os alimentos tradicionais, da cultura principalmente. E tem a questão dos benefícios, não pensando para o momento, mas pensando nas possibilidades futuras. Daqui a pouco não ter uma boa alimentação vai desenvolver problemas cardiovasculares, enfim, a gente já está com a preocupação com a obesidade que a gente não sabe como vai ser futuramente. Então já entre os profissionais já estamos elaborando uma estratégia de grupo para continuar trabalhando em cima disso, que é a nossa preocupação. |
| S6 | Na verdade assim, o objetivo que a gente busca é de promover a alimentação saudável, dos benefícios que ela traz. A gente mais atende esse objetivo com as crianças da educação infantil e com as crianças até o quinto ano. Eles chegam em casa e ficam insistindo, eles vão contando, eles vão falando, eles levam uma receita né. Nesta faixa etária da educação infantil até o quinto ano é que a gente mais consegue atingir, em casa. |

Fonte: SODER, 2017.

Quadro 14: Relação de escolas municipais e estaduais existentes no respectivo município

| 8- Quantas escolas existem em seu município? Quantas municipais? Quantas estaduais? | |
|--|---|
| SUJEITO | RELATO |
| N1 | 5 escolas, 4 municipais e 1 estadual. |
| S1 | Temos ao todo 5 escolas sendo que apenas 1 é do estado. |
| N2 | Nós temos 10 escolas, sendo sete municipais que é de minha abrangência, e três estaduais, mas que também realizamos atividade de EAN independente de não ser minha abrangência. A gente avaliou todos os alunos da estadual, e também fizemos atividades de EAN com os do estado. |
| S2 | Nós temos 10 escolas no município, envolvendo 1 creche de turno integral, 2 de educação infantil, 7 são do município, municipais, e 3 estaduais. |
| N3 | Municipal tem 18 escolas. 8 escolas de educação infantil e 10 de ensino fundamental. Estaduais eu não sei te dizer agora, mas acho que são 12. |
| S3 | Nós temos 10 escolas do fundamental, e 8 de educação infantil, Ta! Estaduais, são 12. |
| N4 | 4 escolas, 1 apenas do estado. |
| S4 | São 4 escolas. Incluindo a creche, são 3 municipais, e uma estadual. Entre essas 3, uma é a creche. Nós temos a creche de 0 a 3 anos, a pré escola de 4 a 5. E lá no interior nos temos a do ensino fundamental, no interior. Ensino médio só tem na escola do estado. Até o estado trabalha, menos educação infantil, mas do 2º ao 9º ano o estado também trabalha. |
| N5 | São 12 escolas, onde seis são municipais, uma creche e cinco escolas estaduais das quais uma é indígena. |
| S5 | 12 escolas, 6 municipais, 1 creche e 5 estaduais e uma delas é área indígena. Nós temos uma escola indígena. Bem participativa, interfere bastante. Participa das gincanas, das atividades né. É uma socialização bem bacana que a gente tem aqui no nosso município. Tanto eles vêm para a realidade nossa, como a gente vai para a realidade deles. Eu acho que é uma convivência bem bacana. Enriquece bastante. Até a nossa EMEI já foi lá visitar eles. Então é surpreendente ver as crianças ver essa outra realidade. Eles queriam saber onde estava a oca do índio né. Então foi interessante ate para as professoras o questionamento deles, essa toca de experiência e de conhecer a escola também, que nada mais nada menos é igual à deles. Então foi bem significativa essa troca de ideias. E até na parte da educação nutricional é importante eles conhecerem diversos modos de se alimentar. Então fica bem interessante eles conhecer um pouquinho de como é, desde o hábito alimentar. |
| N6 | 5 escolas municipais. E 3 estaduais. |
| S6 | Temos 5 escolas municipais e 3 estaduais, tem na área indígena 1 estadual. São 8 escolas. |

Fonte: SODER, 2017.

Quadro 15: Coordenação das ações de EAN desenvolvidas nas escolas

| 9- Quem coordena as ações de EAN desenvolvidas nas escolas? | |
|--|---|
| SUJEITO | RELATO |
| N1 | O nutricionista e os professores atuam na coordenação destas atividades de educação para alimentação. O nutricionista de forma mais geral, capacitando, palestrando quando necessário, e o professor em suas aulas elaborando atividades. Os professores tem maior contato, dia a dia com o aluno, isso facilita muito. Os professores de educação infantil e professores de ciência trabalham muito com esta parte da alimentação, e algumas escolas também fazem projetos temáticos durante o ano. Por exemplo, no mês tal e tal vamos trabalhar com a questão ambiental, nos outros dois meses as questões de alimentação, higiene, cuidados de saúde, escovação dentária, postura correta, essas coisas. Embora tenha a presença dos profissionais de saúde, os professores conseguem trabalhar muito bem essas coisas. |
| S1 | O nutricionista coordena, mas esses outros profissionais também estão envolvidos. Mas o principal também é o pessoal que tem que fazer a comida para eles, e trabalham junto com a nutricionista. |
| N2 | Eu que coordeno. Na verdade sou eu que muitas vezes realizo como nutricionista responsável técnica, e também a gente vê que muitas vezes os professores também estão coordenando algumas atividades na escola também. E teve também o apoio das estagiárias que eu recebi ali da universidade federal que também realizaram esse ano algumas atividades. |
| S2 | Nós temos a nutricionista, né, e temos um estagiário também, que trabalha com ela. E assim foi de suma importância também, os estagiários que tiveram mês passado fazendo um excelente trabalho com ela, ajudando nessa questão de palestra e tudo. Mas a nutricionista [...] faz um excelente trabalho. Ela trabalha com os pais, com os alunos, as serventes da escola. Então ela faz um trabalho em conjunto mesmo. |
| N3 | Quem coordena somos nós, eu e [nome de outra nutricionista]. Mas os outros profissionais participam diretamente com a elaboração e aplicação destas ações. Tem a coordenadora pedagógica e os próprios professores né, que podem nos auxiliar |
| S3 | Quem coordena as ações de EAN nas escolas e creches, nos temos a nutricionista que é quem coordena geral. Mas as outras pessoas também realizam: o diretor da escola, professores, serventes. Eu acho assim, que tem a gestão, quem tem a gestão, quem coordena as maiores ações é a nutricionista. Mas também tem quem recebe. Geralmente são as serventes que ficam lá na cozinha, que vem os alimentos, elas verificam a qualidade dos alimentos que estão sendo oferecidos. Elas recebem orientação da nutricionista que quando chega o produto para verificar, em que estado se encontram, chamar a direção da escola, por causa que pode ta recebendo um produto que não está em condições, para que a direção possa estar tomando uma providência. Então as serventes tem um papel fundamental, tá! |
| N4 | Na verdade... São de múltipla escolha? Eu coordeno, as diretoras das escolas auxiliam, tem as diretoras que são professoras também, os professores de turma, os coordenadores pedagógicos, coordenador deixa fora, porque nos nem temos coordenadores |

| | |
|-----------|--|
| | pedagógicos nas escolas tá, na realidade. Mais algum outro profissional que contribui também? Eu acho que aqui entraria também as merendeiras, porque às vezes elas vêem que o aluno está lá, e elas insistem: -Vamos experimentar? Planeja um pouquinho, porque se tem uma polenta com molho, ele não quer, coloca do ladinho, para ele pelo menos provar. Então a gente tem esse trabalho e elas também, principalmente elas né, no dia a dia... |
| S4 | O nutricionista coordena as ações maiores. Mas o professor também cria atividades envolvendo a alimentação, professores de ciências e biologia, de agroecologia, de química, geografia, e principalmente os professores de educação infantil. Os diretores. As merendeiras e serventes. É bem diverso! |
| N5 | A nutricionista, diretores de escolas creches, professores da turma, coordenação pedagógica às vezes participa. Então é tudo em conjunto e as funcionárias. |
| S5 | Bom, somos todos nós, né. Mas sempre buscamos auxílio da nutricionista para embasar nossas ações. Mas toda a escola participa. |
| N6 | Nesta parte já vem da secretaria a questão da distribuição e de algumas orientações. Mas dentro do plano pedagógico da escola tem, tem todo um incentivo. O professor trabalha na aula. O coordenador pedagógico sempre vem às professoras também, a gente troca uma ideias, desenvolve alguma atividade, enfim, todos os profissionais interagem. |
| S6 | Na verdade aqui é envolve todos, mas sempre parte da nutricionista a coordenação. Porque é ela que vai dizer para nós isso pode e isso não pode, se funciona e se não funciona. Mas todo mundo dá pitaco! |

Fonte: SODER, 2017.